

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Lisane Regina Vidal Conceição

**MARCAS ESPACIAIS DO TEMPO HISTÓRICO: AS RUGOSIDADES
DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS**

**Santa Maria, RS
2018**

Lisane Regina Vidal Conceição

MARCAS ESPACIAIS DO TEMPO HISTÓRICO: AS RUGOSIDADES DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Geografia**.

Orientador: Profº Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

**Santa Maria, RS
2018**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

CONCEIÇÃO, LISANE REGINA VIDAL

MARCAS ESPACIAIS DO TEMPO HISTÓRICO: AS RUGOSIDADES DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS / LISANE REGINA VIDAL CONCEIÇÃO.- 2018.

318 p.; 30 cm

Orientador: EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018

1. ESPAÇO-TEMPO 2. RUGOSIDADES 3. PAISAGEM 4. ESPAÇO RURAL 5. PATRIMÔNIO CULTURAL I. CARDOSO, EDUARDO SCHIAVONE II. Título.

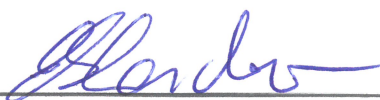
Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Lisane Regina Vidal Conceição

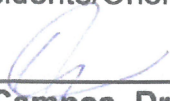
**MARCAS ESPACIAIS DO TEMPO HISTÓRICO: AS RUGOSIDADES DA
PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Geografia**.

Aprovado em 19 de julho de 2018:



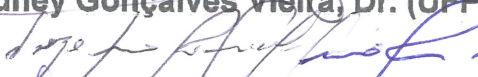
Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



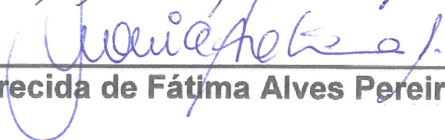
Nazareno José de Campos, Dr. (UFSC) - PARECER



Sidney Gonçalves Vieira, Dr. (UFPEL)



Vera Maria Favila Miorin, Dra. (UFSM)



Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Dra. (UFSM)

**Santa Maria, RS
2018**

À meu esposo Marcos Vinícius Conceição pelo apoio e companheirismo e a nossas filhas Clara e Lívia que estavam presentes nos trabalhos de campo.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar mais uma etapa da minha qualificação profissional, o doutoramento, um sonho realizado que contou com o apoio de inúmeras pessoas, meu agradecimento.

A Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de realizar uma Pós-Graduação pública e de qualidade.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Eduardo Schiavone Cardoso pela orientação, dedicação, amizade, sugestões, confiança depositada e pela autonomia no caminhar da tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em geografia pelos ensinamentos e troca de experiências nas aulas.

Aos professores, Gláucio José Marafon, César de David, Carmem Rejane Flores Wizniewsky e Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad que fizeram parte da minha banca de qualificação de doutorado, pelas contribuições.

Aos professores, Nazareno José Campos, Sidney Gonçalves Vieira, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad e minha orientadora do mestrado Vera Maria Favila Miorin, pelas sugestões e contribuições na defesa da tese.

A meus pais Leoni e Neuza que sempre estiveram presentes na minha trajetória.

Ao Marcos Vinicius Conceição pela companhia, paciência, carinho e cuidado no decorrer deste trabalho.

As minhas filhas Clara e Lívia por compreender a ausência necessária, por tornar os trabalhos de campo uma aventura e por me ensinarem o verdadeiro amor.

Aos meus irmãos Fábio, Alessandra, Cibele e Camila pelo incentivo e, em especial, a minha irmã Leonice pela ajuda, dedicação e incentivo no decorrer desta caminhada.

As minha amigas Adriana, Josielen, Silvana, Fátima e Rosa que sempre me incentivaram.

A direção e colegas professores das escolas estaduais Prado Veppo e Cícero Barreto e das escolas municipais Sérgio Lopes e Vicente Farencena que não mediram esforços para organizar meu horário de trabalho no decorrer destes quatro anos de curso.

Um especial agradecimento a Diogo Lindenmaier, Mirian Ritzel e Ione Carlos e toda equipe do Arquivo Municipal, a Tanise, Silvine e Roselis do Museu Municipal, a Renata, Adriana Freitas da Fontoura e Rosangela Pacheco da Fonseca da 24ª CRE, a Patrícia Adolfo da Secretaria Municipal de Educação, Marô Vieira da Cunha Silva, Antônio Carlos da Silva Cunha e Renelson Arruda, aos caseiros e capatazes das fazendas e granjas, pela ajuda e conhecimento compartilhado.

Aos profissionais fotógrafos, amigos e demais familiares das propriedades rurais que gentilmente compartilharam seus registros fotográficos.

A todos os moradores de Cachoeira do Sul que gentilmente colaboraram com seu conhecimento sobre o objeto de estudo.

A todos que de uma maneira e outra, fizeram parte desta trajetória, obrigada!

“O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano.”

(Isaac Newton)

RESUMO

MARCAS ESPACIAIS DO TEMPO HISTÓRICO: AS RUGOSIDADES DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS

AUTORA: Lisane Regina Vidal Conceição
ORIENTADOR: Eduardo Schiavone Cardoso

A pesquisa objetivou identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul/RS. Para a realização da investigação, utilizaram-se os aportes metodológicos baseados no Materialismo Histórico, no método dialético e na abordagem qualitativa, como também a pesquisa documental e a pesquisa de campo, através da utilização do diário de campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender o objeto de estudo em sua complexidade, em sua simultaneidade de espaço e tempo. As rugosidades são o que fica do passado como forma, paisagem, como espaço construído. Representam a materialização de uma combinação única de técnica, trabalho e capital sob forma criada na paisagem nas diferentes formações socioespaciais, possibilitam compreender o espaço como produto da ação humana, ao longo da sua história. As rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul representam a complexidade do espaço rural, as quais foram criadas em períodos históricos diferentes de acordo com as necessidades de produção e reprodução dos grupos sociais. Foram elencadas três tipologias de rugosidades no município: as rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas que compreendem as pontes, viação férrea, porto, balsas, posto telefônico, posto de combustível e correio; as rugosidades do Sistema de Produção que compreendem as estâncias, fazendas, engenhos, charqueada, banheiro de imersão bovino e venda; e o Sistema de Interação Social que compreende as casas antigas, escolas, igrejas, salão de baile, taperas e cemitérios familiares. A maior parte das rugosidades do Sistema de Circulação está localizada na porção norte do município, a margem esquerda do rio Jacuí, em decorrência da proximidade com a cidade e a necessidade de acesso e ligação com outras regiões do Estado. Essas rugosidades representam os meios de como um grupo social circula sobre o espaço e com quais lugares mantém relação de produção e reprodução. A maioria das rugosidades do Sistema de Produção encontra-se localizadas na porção norte do município, mas a presença das estâncias, fazendas e granjas encontra-se na porção sul, esse fato decorre dos diferentes tipos de ocupação e povoamento de Cachoeira do Sul, por exemplo, ao norte colonização dirigida caracterizada pela agricultura familiar e ao sul presença de sesmarias caracterizada pela agricultura patronal. Essas rugosidades representam condição necessária à vida humana, pois é através da produção que o homem cria espaço para nele se reproduzir e se repetir. As rugosidades do Sistema de Interação Social também predominam na porção norte do município, caracterizada pela colonização dirigida. Elas representam as relações afetivas, religiosas e simbólicas dos grupos sociais. As rugosidades devem ser entendidas como meios que possibilitam ressignificações e não como entraves ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. A sua presença concreta valoriza o espaço e sua ressignificação possibilita aos grupos sociais do presente novas fontes de renda, de permanência no meio rural, contribuindo tanto para sua produção e reprodução como também para preservar do esquecimento e salvaguardar na memória as Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul.

Palavras-chave: Espaço-Tempo; Rugosidades; Paisagem; Espaço Rural; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

SPACE MARKS OF HISTORICAL TIME: THE ROUGHNESS OF THE RURAL LANDSCAPE OF CACHOEIRA DO SUL/RS

AUTHOR: Lisane Regina Vidal Conceição

ADVISOR: Eduardo Schiavone Cardoso

The research aimed to identify the space and time the Constitution of the roughness in the countryside of municipality of Cachoeira do Sul/RS. For the realization of research, were used the methodological contributions based on historical materialism, dialectical method and qualitative approach, as well as the documentary research and research, using the field journal and application of semi-structured interviews, in order to understand the object of study in your complexity, concurrency of your space and time. The roughness is what is passed as form, landscape, like space built. Represent the materialization of a unique combination of technique, labour and capital in the form created in the landscape in different formations, sociospatial, make possible to understand the space as a product of human action, along its story. The roughness in the countryside of Cachoeira do Sul represents the complexity of rural areas, which were created in different historical periods in accordance with the needs of production and reproduction of social groups. Were listed three types of roughness in the municipality: the roughness of the System of Movement of Merchandise and People that includes the bridges, railway road, port, ferries, telephone station, gas station and post office; the roughness of the Production system comprising offices, farms, plantations, farm where salted and sliced beef is produced, immersion bath for cattle; and the Social Interaction System comprising the old houses, schools, churches, ballroom, abandoned places and family cemeteries. Most of the roughness of the Circulation system is located in the northern of the municipality, on the left of the Jacuí River, as a result of the proximity to the city and the need for access and connection with other regions of the State. These represent the means of roughness as a social group circulates about space and which places keep relationship of production and reproduction. Most of the roughness Production System is located in the northern portion of the municipality, but the presence of the resorts, farms is located in the southern, this fact runs from the different types of occupation and settlement of Cachoeira do Sul, for example, North directed settlement characterized by family farming and South presence of lands characterized by agriculture. These roughnesses represent a necessary condition for human life as it is by producing the man creates space for him to reproduce and repeat. The roughness of the system of Social interaction also predominate in the northern of the city, characterized by colonization. They represent the emotional relationships, symbolic and religious groups. The roughness must be understood as a means to enable resignifications and not as obstacles to socio-economic development of the place. Its concrete presence enhances the space and its resignification allows to the social groups new sources, of permanence in the rural areas, contributing to your production and reproduction as well as to preserve it from oblivion and safeguard in memory the Roughness of the Rural Landscape of Cachoeira do Sul.

Keywords: Space-time; Roughness; Landscape; Rural Area; Cultural Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma metodológico do desenvolvimento da Tese	32
Figura 2 – Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1809	86
Figura 3 – Mapa da localização do município de Cachoeira do Sul na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1922	87
Figura 4 – Planta da cidade de Cachoeira do Sul, em 1850	88
Figura 5 – Vista geral da cidade de Cachoeira do Sul, entre 1917 e 1918	90
Figura 6 – Localização do município de Cachoeira do Sul no Estado do Rio Gran- de do Sul, em 2018	91
Figura 7 – Mapa dos distritos do município de Cachoeira do Sul, em 2018.....	92
Figura 8 – Imagens dos distritos do município de Cachoeira do Sul, (2016-2017) ...	93
Figura 9 – Mapa das localidades do município de Cachoeira do Sul, em 2017	95
Figura 10 – Mapa de Solos do município de Cachoeira do Sul, em 2017	97
Figura 11 – Mapa de Vegetação do município de Cachoeira do Sul, em 2017.....	99
Figura 12 – Mapa do Clima de Cachoeira do Sul de acordo com a classificação de Köppen, em 2018.....	101
Figura 13 – Mapa de localização da Bacia do Baixo Jacuí que compreende o mu- nicípio de Cachoeira do Sul, em 2017.....	103
Figura 14 – Evolução da população do município de Cachoeira do Sul (1780– 2015).....	104
Figura 15 – Estabelecimentos agropecuários do município de Cachoeira do Sul, em 2006	109
Figura 16 – Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a área no município de Cachoeira do Sul, em 2006.....	111
Figura 17 – Pontos turísticos do município de Cachoeira do Sul	114
Figura 18 – Bens tombados pelo IPHAE por Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul, em 2017	117
Figura 19 – Mapa da Rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul, em 2018.....	121
Figura 20 – Ponte de Pedra, localidade de Forqueta no município de Cachoeira do Sul, em 2016	124
Figura 21 – Ponte de Pedra (1951–1955)	125
Figura 22 – Famílias na Ponte de Pedra (1951–1955).....	127

Figura 23 – Ponte de Pedra, em 1989	128
Figura 24 – Ponte de Pedra (2010–2011)	129
Figura 25 – Ponte de Pedra (2012-2016).....	130
Figura 26 – Ponte do Passo do rio Jacuí, entre Cachoeira do Sul e Restinga Seca, em 2016	133
Figura 27 – Comitiva de D. Pedro II, transpondo a Ponte do Passo do Passo do Jacuí (Cachoeira do Sul) rumo a Uruguaiana, em 1865	134
Figura 28 – Ponte do Passo do Jacuí, em 2012.....	135
Figura 29 – Ponte do Passo do Jacuí (2016–2018)	136
Figura 30 – Rampa do Porto da Vila de São João da Cachoeira, sem data	137
Figura 31 – Local da antiga rampa do porto de Cachoeira do Sul, em 2013	138
Figura 32 – Vapor no Porto de Cachoeira do Sul, em 1904.....	140
Figura 33 – Porto de Cachoeira do Sul, na década de 1940-1950.....	141
Figura 34 – Croqui da Infraestrutura do Novo Porto de Cachoeira do Sul, em 1995	142
Figura 35 – Cisne Branco que trafegou pelo rio Jacuí, em 1992.....	145
Figura 36 – Imagem aérea da localização do Porto de Cachoeira do Sul, em 2018	146
Figura 37 – Acesso e estrutura do Novo Porto de Cachoeira do Sul, em 2018	148
Figura 38 – Ponte Imperial, localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016	151
Figura 39 – Brasão do Império na Ponte Imperial (2016-2018).....	152
Figura 40 – Pontilhão da Ponte Imperial, em 2016	153
Figura 41 – Acesso e estrutura da Ponte Imperial, em 2016	154
Figura 42 – Mapa da Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1898	158
Figura 43 – Mapa da Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1910	159
Figura 44 – Mapa da Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1959	160
Figura 45 – Primeira Locomotiva (tipo American) a trafegar na Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, adquirida em 1878 da Five-Lille, França.....	161
Figura 46 – Trens e equipamentos da Ferrovia Porto Alegre (1969-2018)	162
Figura 47 – Local da extinta Estação Férrea Ildefonso Fontoura, em 2000	163
Figura 48 – Local da extinta Estação Férrea de Cachoeira do Sul (1900-1975).....	164
Figura 49 – Embarque de passageiros na Estação Cachoeira, na década de 1970	165

Figura 50 – Local da Estação Férrea Cachoeira Nova (1973-2015)	166
Figura 51 – Estação Férrea de Ferreira	167
Figura 52 – Estação Ferreira, em 2016	169
Figura 53 – Plantas do Projeto de restauração da Estação de Ferreira, em 2017	170
Figura 54 – Esboço do Projeto de restauração da Estação Ferreira, em 2017	171
Figura 55 – Início das obras de restauração da Estação Ferreira, em 2017	172
Figura 56 – Área da Estação de Ferreira, em 2017	174
Figura 57 – Estação Férrea de Pertile, sem data	175
Figura 58 – Estação Férrea de Pertile (2016-2017)	176
Figura 59 – Traçados da Ferrovia Norte-Sul, em 2015	179
Figura 60 – Ponte Férrea, localidade de Pertile município de Cachoeira do Sul, em 2016	180
Figura 61 – Estrutura da Ponte Férrea, em 2016	181
Figura 62 – Trilhos sobre a Ponte Férrea, em 2016	182
Figura 63 – Balsa do São Lourenço, localidade de Ferreira município de Cachoei- ra do Sul (2016-2018)	183
Figura 64 – Balsa do São Lourenço, em 2018	185
Figura 65 – Balsa do Passo do Pertile, localidade de Pertile município de Cachoei- ra do Sul, em 2016	186
Figura 66 – Ponte do Fandango, em 2018	189
Figura 67 – Obras de construção da Barragem Ponte do Fandango (1956-1975)....	190
Figura 68 – Barragem Ponte do Fandango, em 1961	192
Figura 69 – Barragem Ponte do Fandango sem as vias de acesso, década de 1960	193
Figura 70 – Estrutura e vista da Barragem Ponte do Fandango	194
Figura 71 – Reforma da Barragem Ponte do Fandango, em 1987	195
Figura 72 – Obras e Barragem Ponte do Fandango, em 2018	196
Figura 73 – Antigo Posto de Combustível do Edson, localidade de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016	199
Figura 74 – Sede do Posto do Edson na Rodovia Transbrasiliana (BR 153), em 2018	200
Figura 75 – Antigo Posto Telefônico, atual sede da Agência Comunitária dos Cor- reios e Emai Sítio Encantado, distrito de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016	201

Figura 76 – Mapa das Rugosidades do Sistema de Produção da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul, em 2018	205
Figura 77 – Estância da Capelinha, década de 1940	208
Figura 78 – Estância da Capelinha, década de 1990	209
Figura 79 – Avião bimotor na Estância da Capelinha, década de 1940	210
Figura 80 – Homenagem do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha na Antiga Estância da Capelinha, em 1985	211
Figura 81 – Casa e galpões abandonados construídos no lugar da Antiga Estância da Capelinha, em 2018	212
Figura 82 – Fazenda São José (Tafona), localidade de Porteira Sete município de Cachoeira do Sul, em 2016	214
Figura 83 – Fotografias antigas da Fazenda São José (Tafona), 1900 a 1963	215
Figura 84 – Equipamentos do Engenho na Fazenda São José (Tafona), em 2016	216
Figura 85 – Fazenda São José (Tafona), década de 1960	218
Figura 86 – Mobiliário e estrutura interna da Fazenda São José (Tafona), em 2016	220
Figura 87 – Fazenda São José (Tafona), em 2014-2018	224
Figura 88 – Estância do Lajeado, distrito de Capané município de Cachoeira do Sul, em 2018	227
Figura 89 – Estância do Lajeado, em 1989	228
Figura 90 – Conjunto Arquitetônico da Estância do Lajeado, em 1989	229
Figura 91 – Prensa da antiga atafona da Estância do Lajeado, em 2018	230
Figura 92 – Antigo tronca da senzala da Estância do Lajeado, em 2018	231
Figura 93 – Marco em comemoração aos 150 anos da Revolução Farroupilha na Estância do Lajeado, em 2018	232
Figura 94 – Estância do Lajeado, em 2018	233
Figura 95 – Fazenda Borges de Medeiros, distrito de Capané município de Cachoeira do Sul, em 2018	235
Figura 96 - Fazenda Borges de Medeiros, em 1989	236
Figura 97 - Fazenda Borges de Medeiros, em 2018	237
Figura 98 – Granja São Gregório, distrito de Capané município de Cachoeira do Sul, em 2018	241
Figura 99 – Instalações da Granja São Gregório, em 2018	242

Figura 100 – Charqueada e Estabelecimento Paredão, na beira do rio Jacuí município de Cachoeira do Sul, em 1920	244
Figura 101 – Charqueada e Estabelecimento Paredão, sem data	245
Figura 102 – Vila de trabalhadores da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1898	246
Figura 103 – Portão de entrada da Charqueada e Estabelecimento Paredão, sem data	246
Figura 104 – Produção de charque na Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1891	247
Figura 105 – Instalações da Charqueada e Estabelecimento Paredão, enchente de 1896	248
Figura 106 – Equipamento e instalações da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1910	250
Figura 107 – Trabalhadores negros empregados da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1920	251
Figura 108 – Mulheres trabalhadoras da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1918	252
Figura 109 – Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1989	254
Figura 110 – Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 2018	255
Figura 111 – Granja Roesch, distrito de Cordilheira município de Cachoeira do Sul, em 2018	258
Figura 112 – Estrutura da Granja Roesch, em 2018	259
Figura 113 – Engenho de Arroz Roesch, localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016	261
Figura 114 – Engenho de Arroz Arno Ritzel, localidade de São Lourenço município de Cachoeira do Sul, em 2016	262
Figura 115 – Engenho de Arroz Arlindo Dickow, localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016	263
Figura 116 – Olaria Bortolatto & Melo Ltda, localidade Passo do São Lourenço município de Cachoeira do Sul, em 2016	265
Figura 117 – Banheiros de Imersão Bovinos h, município de Cachoeira do Sul (2016-2018)	267
Figura 118 – Instalações do Frigorífico G.A. Leusin & Cia Ltda, distrito de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2018	269

Figura 119 – Venda distrito de Ferreira no município de Cachoeira do Sul, em 2016	271
Figura 120 - Mapa das Rugosidades do Sistema de Interação Social da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul, em 2018	273
Figura 121 – Casas antigas no município de Cachoeira do Sul (2016-2018)	276
Figura 122 – Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição, distrito de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2018	284
Figura 123 – Antigo Colégio Imaculada Conceição, distrito de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016	285
Figura 124 – Instalações do Antigo Colégio Imaculada Conceição, em 2016.....	286
Figura 125 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, localidade de Forqueta município de Cachoeira do Sul, em 2016	287
Figura 126 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile, localidade de Pertile município de Cachoeira do Sul, em 2018.....	289
Figura 127 – Igreja Sagrada Família, localidade de Pertile município de Cachoeira do Sul, em 2016	292
Figura 128 – Igreja Santo André, localidade de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016	293
Figura 129 – Celebração natalina da Igreja Santo André, em 2015.....	294
Figura 130 – Salão de Baile Boa Amizade, localidade de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.....	295
Figura 131 – Taperas no município de Cachoeira do Sul (2016-2018)	296
Figura 132 – Cemitérios familiares no município de Cachoeira do Sul (2016 – 2018	298

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empresas que mais empregam por setor no município de Cachoeira do Sul em 2014/2015	108
Quadro 2 – Ações para a construção do Novo Porto de Cachoeira do Sul, 1980 a 1998	142
Quadro 3 - Charqueada e Estabelecimento Paredão em números (1878-1931)	253
Quadro 4 – Escolas Rurais da Rede Estadual de Ensino do município de Cachoeira do Sul, em 2018	279
Quadro 5 – Escolas Rurais da Rede Municipal de Ensino do município de Cachoeira do Sul, em 2018	280

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população no município de Cachoeira do Sul/RS, no período de 1970 a 2010	105
Tabela 2 - Distribuição da população do município de Cachoeira do Sul/RS no meio rural e no meio urbano e sua composição por sexo no ano de 2010	105
Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar na condição de proprietário no município de Cachoeira do Sul, em 2006 ..	109
Tabela 4 – Número de estabelecimentos da agricultura familiar por condição do produtor no município de Cachoeira do Sul, em 2006	110
Tabela 5 – Número de estabelecimentos não familiar por condição do produtor no município de Cachoeira do Sul, em 2006.....	111
Tabela 6 – Porcentagem de área ocupada pelas principais culturas temporárias na agricultura familiar no município de Cachoeira do Sul, no período de 1990 a 2014	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALL	América Latina Logística
AMICUS	Associação Cachoeirense de Amigos da Cultura
CAPA	Certificação Agroecológica do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CELETRO	Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda
CENTRASUL	Indústria e Comércio de Produtos Químicos
CESA	Companhia de Silos e Armazéns de Cachoeira do Sul
CMPC	Celulose Rio-Grandense
COMPAHC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CORISCAL	Cooperativa Agrícola Cachoeirense Ltda
CRT	Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMURS	Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FENARROZ	Feira Nacional do Arroz
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Ferrovias Norte-Sul
FSE	Formação Sócio Espacial
HCB	Hospital de Caridade e Beneficência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério de Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SCREW	Indústria Metalomecânica Ltda
SEM/RS	Sistema Estadual de Museus
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SPH	Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul
SUPRG	Superintendência do Porto de Rio Grande
TNSG	Transporte Coletivo Nossa Senhora das Graças
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VALEC	Engenharia, Construção e Ferrovias S.A.
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista Exploratória	316
Apêndice B – Entrevista Proprietários ou Moradores.....	317
Apêndice C – Entrevista Órgãos Públicos.....	318

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	22
2.	APORTES TEÓRICOS-CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	28
2.1.	APORTES TEÓRICOS CONCEITUAIS	28
2.2.	APORTES METODOLÓGICOS.....	30
2.3.	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA E TÉCNICAS	31
3.	REVISÃO TEÓRICA: ESPAÇO-TEMPO, RUGOSIDADES, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL	41
3.1.	ESPAÇO-TEMPO E AS RUGOSIDADES	41
3.2.	A TÉCNICA, O TRABALHO E O CAPITAL COMO ELEMENTOS CONSTITUINTES DAS RUGOSIDADES	54
3.2.1.	Espaço e Técnica.....	54
3.2.2.	Espaço e Trabalho.....	56
3.2.3.	Espaço e Capital	60
3.3.	PAISAGEM E AS RUGOSIDADES	62
3.4.	PATRIMÔNIO CULTURAL, RUGOSIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	71
4.	A ESPACIALIDADE GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS	85
4.1.	O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA ESPACIALIDADE GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL	85
4.2.	A INSTÂNCIA NATURAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL	96
4.3.	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL.....	104
5.	INVENTÁRIO DAS RUGOSIDADES DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS.....	118
5.1.	RUGOSIDADES DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PESSOAS	120
5.1.1.	Rugosidade - Ponte de Pedra “Ponte do Imperador” (1832)	124
5.1.2.	Rugosidade - Ponte do Passo Geral do Rio Jacuí (1849)	132
5.1.3.	Rugosidade - Porto de Cachoeira do Sul	136
5.1.4.	Rugosidade – Ponte Imperial (1880-1885)	151
5.1.5.	Rugosidade – Viação Férrea (1883)	155
5.1.6.	Rugosidade – Ponte Férrea (1883).....	180

5.1.7.	Rugosidade – Balsa do São Lourenço	182
5.1.8.	Rugosidade – Balsa do Passo do Pertile	185
5.1.9.	Rugosidade – Barragem Ponte do Fandango (1961)	188
5.1.10.	Rugosidade – Posto de Combustível	198
5.1.11.	Rugosidade - Antigo Posto Telefônico	201
5.1.12.	Rugosidade – Agência Comunitária dos Correios	203
5.2.	RUGOSIDADES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO	204
5.2.1.	Rugosidade – Estância da Capelinha (Século XIX)	207
5.2.2.	Rugosidade – Fazenda São José Tafona – Atafona (1813)	213
5.2.3.	Rugosidade – Estância do Lajeado (1830)	226
5.2.4.	Rugosidade – Fazenda Borges de Medeiros (1835)	235
5.2.5.	Rugosidade – Estância São Gregório	240
5.2.6.	Rugosidade – Charqueada e Estabelecimento do Paredão (1878)	244
5.2.7.	Rugosidade – Granja Roesch (1940)	257
5.2.8.	Rugosidade – Engenho de Arroz Roesch	260
5.2.9.	Rugosidade – Engenho de Arroz Arno Ritzel	261
5.2.10.	Rugosidade - Engenho de Arroz Arlindo Dickow	263
5.2.11.	Rugosidade - Olaria Bortolatto & Melo Ltda (Olaria São Lourenço)	265
5.2.12.	Rugosidade – Banheiro de Imersão Bovino	266
5.2.13.	Rugosidade – Frigorífico G.A. Leusin & Cia Ltda	269
5.2.14.	Rugosidade – Venda	270
5.3.	RUGOSIDADES DO SISTEMA DE INTERAÇÃO SOCIAL	272
5.3.1.	Rugosidade – Casas Antigas	275
5.3.2.	Rugosidade – Escolas	277
5.3.3.	Rugosidade – Igrejas	291
5.3.4.	Rugosidade – Salão de Baile	294
5.3.5.	Rugosidade – Taperas	295
5.3.6.	Rugosidade – Cemitérios Familiares	298
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	300
	REFERÊNCIAS	310
	APÊNDICES	316

1. INTRODUÇÃO

A presente tese pretende identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul. Para tanto tomaremos a categoria espaço como estruturante. De acordo com Milton Santos, em sua vasta obra, o espaço esconde de nós pesquisadores as múltiplas relações que ali se estabelecem, uma vez que mostra apenas o visível, a forma e a paisagem, escondendo as múltiplas relações necessárias à forma criada.

As múltiplas inter-relações ao se materializarem no espaço formam as rugosidades. Este conceito foi desenvolvido por Santos (1978) no livro “Por uma Geografia Nova”, no qual o autor menciona que rugosidade é o que fica do passado como forma, como paisagem, como espaço construído. Elas podem se transformar ou se adaptar a novos processos impostos pelas relações de poder estabelecidas nas inter-relações dos grupos sociais. Entretanto, as rugosidades ao se configurarem como paisagens construídas preservam a justaposição de combinação de poder de uma espacialidade e, portanto, contribuem para desvendar os processos contidos no fenômeno em estudo.

Para compreender como as rugosidades são produzidas no espaço rural é imprescindível entender que elas estão intimamente ligadas ao modelo de desenvolvimento adotado no país ao longo de sua história. Estes modelos apresentam características e formas distintas de acordo com os condicionantes sociais, culturais, econômicos e políticos presente em cada lugar.

As transformações provocadas por esse processo são resultado também de como os grupos sociais, ali inseridos, reagem à inserção de novas tecnologias a eles impostas, contribuindo, assim, para a justaposição de técnicas, contraditórias entre si, mas necessárias à reprodução dos grupos sociais e da própria reprodução do sistema capitalista.

Portanto, necessita-se compreender a formação socioeconômica que produziu tal rugosidade, pois ao optar por um sistema de produção, este grupo cria formas e estruturas na espacialidade capazes de garantirem o processo produtivo e a reprodução social. Entretanto, dependendo das relações de poder existentes, sejam elas internas ou externas, o grupo social pode transformar e/ou mudar tais contextos, ressignificando a função das formas criadas ou ainda abandonando as mesmas de tal maneira a gerar a rugosidade, possibilitando ao analista identificar as motiva-

ções e o alcance destas transformações, tratadas como memórias vivas, de um tempo passado, de um tempo histórico, que pela simples presença influencia momentos subsequentes da reprodução social. Portanto, o homem trabalha sobre a herança materializada, sobre a forma criada, através da combinação única de trabalho, técnica e capital empregado.

Outro aspecto a se considerar diz respeito ao grupo social poder utilizar-se de práticas, antes não consideradas principais ou estarem em desuso, em sua reprodução socioeconômica. Desta forma, se estabelecem relações socioculturais historicamente marcadas por múltiplas inter-relações, cristalizando-se na espacialidade uma rica e complexa diversidade de formas distintas entre si e distintas da configuração espacial regional, as quais podem até permanecer com a mesma forma, mas devido à conjuntura que a cerca não configura a mesma função inicial, pois os agenciamentos são outros, devido ao contínuo processo de transformação do espaço, cujas técnicas se modificaram, o trabalho apresenta novas relações e o capital atende a novos rearranjos devido à alteração da formação socioeconômica ali estabelecida. Essa percepção possibilita, ao analista, identificar as diferentes concepções de tempo e espaço em uma determinada área.

Para tanto, definiu-se como área de estudo o município de Cachoeira do Sul, quinto (5º) município criado no Estado do Rio Grande do Sul, caracterizado pela diversidade do espaço rural. Na margem direita do rio Jacuí, na sua porção sul, configura-se a influência da implantação das sesmarias, baseada na grande propriedade, produção de monoculturas e de pecuária para atender ao abastecimento externo, introduzido na paisagem rural no período colonial. Na margem esquerda do rio Jacuí, na sua porção norte, apresenta influência de um processo de colonização dirigida germânica¹, baseada na pequena propriedade e produção para o autoconsumo, implantada no período imperial como nova forma de produzir para garantir a necessidade de abastecimento interno, ocupação das fronteiras em litígio e introdução de etnias que promovessem o branqueamento da população, configurando-se dentro do processo de expansão das relações capitalistas em nível global.

Cabe reiterar a singularidade/ complexidade do espaço da área de estudo, o que faz com que Cachoeira do Sul seja comparada com o Estado do Rio Grande do

¹ No município de Cachoeira do Sul, região central do Estado do Rio Grande do Sul, em 1857, foi implantada a última Colônia de Imigração Germânica, a Colônia Santo Ângelo.

Sul, cuja verbalização de tal comparação é bastante difundida localmente por estudiosos através da expressão “O Estado em um município”².

Por conseguinte, o problema que se coloca na presente proposta de investigação é identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS, a fim de compreender as diferentes formações socioeconômicas incidentes naquela paisagem e que foram capazes de materializar tais rugosidades. Deseja-se entender se as rugosidades materializadas no espaço transformaram ou não sua forma e/ou função, determinando a formação de espaços obsoletos ou a ressignificação das rugosidades. Apreender se as rugosidades espaciais foram criadas para atender as necessidades locais ou para atender a exigências externas, e compreender a funcionalidade das rugosidades nos sistemas produtivos da atual reprodução socioeconômica do grupo social.

Desta forma, a presente tese tem por **objetivo geral** identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul/RS.

Objetivou-se especificamente:

- ✓ Identificar, localizar e sistematizar em um inventário as rugosidades presentes na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul;
- ✓ Relacionar a constituição das rugosidades com as transformações socioeconômicas no município, privilegiando as formas e funcionalidades;
- ✓ Relacionar a constituição das rugosidades com as transformações da técnica, do trabalho e do capital;
- ✓ Espacializar as rugosidades presentes na paisagem rural do município a fim de fornecer elementos para o estudo do município na rede de ensino local.

Neste contexto, qual a relevância de uma investigação que verse sobre as rugosidades da paisagem rural? Defende-se a tese de que as rugosidades podem ser consideradas indicadores da transformação do espaço, pois através da sua materia-

² Cachoeira do Sul é conhecida também pela sua semelhança com o Estado do Rio Grande do Sul, cujas características naturais, como também pela porção norte do município onde ocorre o predomínio da agricultura de subsistência e de pequenas propriedades agrícolas, marcada pela presença da imigração. Em contrapartida, na sua porção sul ocorre o predomínio da agropecuária destinada para a exportação, marcada pela presença de grandes propriedades e uma agricultura patronal. Além disso, no município há o predomínio de uma elite agrária que detém o comando de grande parte dos bens e serviços oferecidos na cidade, caracterizando-se por um capital local agrário que determina pouca mobilidade nas dinâmicas produtivas locais. Desta forma, por suas características físicas, econômicas e sociais o município é considerado o “Estado em um município”.

lização como trabalho morto é base para a sociedade determinar seu trabalho vivo, ou seja, compreendem restos de trabalho passado que ao permanecer no presente, ressignificado ou não, influencia a reprodução atual.

Desta forma, seu estudo, possibilita compreender as múltiplas inter-relações criadas pela sociedade concreta ao criar o espaço geográfico, se reproduzir e se repetir. As rugosidades permitem reflexões além da forma criada, possibilitam análises que desvendam os agenciamentos necessários emendados para o homem produzir seu espaço de vida, portanto, elas são marcas espaciais que permitem compreender como, por quem e para quem o espaço geográfico é criado. Sua materialização é o reflexo de relações de poder que movem e transformam o espaço. Portanto, entende-se que seu estudo é necessário para quem deseja compreender a complexidade da produção do espaço geográfico.

Entender as rugosidades como a materialização de uma combinação única de técnica, trabalho e capital sob a forma criada na paisagem nas diferentes formações socioespaciais, possibilita compreender o espaço como produto da ação humana, ao longo da sua história. Desta forma, possibilita entender que a mudança no sistema produtivo é o condicionante para sua materialização, mas não se pode afirmar que seja o determinante para sua extinção. Assim, as rugosidades influenciam a sociedade à medida que representam a herança que cria possibilidades de reprodução à sociedade futura, contribuindo para sua continuidade.

Ao centrar na perspectiva de como as rugosidades são produzidas, por que permanecem na paisagem rural e qual seu papel para as futuras gerações, pretende-se mostrar que os condicionantes econômicos não são suficientes para a materialização e permanência das rugosidades. Entende-se que as rugosidades demandam agenciamentos e ações dos diversos agentes do espaço para se materializarem, antes mesmo da configuração de novas territorialidades. Tal fato pode ser discutido à medida que as permanentes e contínuas mudanças do sistema produtivo dos grupos sociais não configuram sua extinção no espaço, pois o que está posto, as rugosidades, possui valor no espaço, portanto é ela a herança demarcada do movimento da sociedade.

Além disso, cabe ressaltar que, após levantamentos realizados, não foi identificado nenhum estudo acadêmico relacionado no campo da ciência geográfica que

trate do tema proposto em Cachoeira do Sul³. Os pesquisadores que se dedicaram à temática optaram pelo espaço urbano, onde os agenciamentos do capital são mais acelerados devido à busca por espaços com melhor localização e infraestrutura para o desenvolvimento do capital. Por sua vez, no espaço rural, as rugosidades são menos visíveis ao interesse do capital, pois existe espaço suficiente para o seu desenvolvimento. Em função disso, no espaço rural, as horizontalidades criadas pelos grupos sociais são capazes de promover ressignificações de antigos modos de vida, através de formas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade e preservação de suas rugosidades, as quais determinam novos olhares sobre a produção e reprodução social.

A motivação pessoal para o desenvolvimento dessa pesquisa decorre dos estudos até aqui desenvolvidos, os quais sempre estiveram pautados em temas que versam sobre o espaço rural. Além disso, salientam-se as experiências e angústias adquiridas como docente da rede estadual no município em estudo, as quais contribuíram para a escolha do referido tema a ser investigado, à medida que possibilitaram a verificação da diversidade presente no município, bem como a necessidade de divulgar, preservar e salvaguardar do esquecimento as rugosidades do espaço rural de Cachoeira do Sul.

Neste contexto, a partir dos vínculos pessoais e profissionais adquiridos como docente na área de estudo, pretende-se que este trabalho contribua para a percepção das transformações no espaço, buscando fomentar as discussões geográficas e de áreas afins como a história. Deseja-se que o inventário das rugosidades, ao ser disponibilizado para a rede pública de ensino municipal e estadual e instituições de memória (museu e arquivo histórico municipal), possa contribuir para uma educação que, efetivamente, baseie-se nas vivências do educando como forma de compreensão da realidade que o cerca e como sujeito transformador do espaço em que vive, buscando formar cidadãos com senso crítico.

A tese se encontra estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a “Introdução”, a qual se dedica à delimitação do tema de pesquisa, problema, objetivos, justificativa e estrutura da mesma.

³ Para tal, foi realizada uma pesquisa usando o descritor rugosidade+geografia+espaço rural no Banco de Teses & Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca da Universidade Federal de Santa Maria, e na plataforma do Google, nas quais foram encontrados alguns trabalhos referentes às rugosidades no espaço urbano, e no município de Cachoeira do Sul não foi encontrado nenhum trabalho sobre o tema proposto.

O segundo capítulo, “Aportes Teóricos – Conceituais e Metodológicos”, compreende a abordagem teórica que norteia a investigação e os procedimentos metodológicos que responderam aos objetivos propostos. A tese fez uso do aporte teórico metodológico baseado no Materialismo Histórico, no método dialético e na abordagem qualitativa, a fim de compreender o objeto de estudo em sua complexidade, em uma simultaneidade de espaço e tempo.

O terceiro capítulo, “Revisão Teórica: Espaço-tempo, Rugosidade, Paisagem e Patrimônio Cultural”, apresenta o referencial teórico que norteia a pesquisa, o qual empresta elementos necessários para compreender a relação espaço-tempo, a materialização das rugosidades na paisagem e a possibilidade das rugosidades serem compreendidas como patrimônio cultural, salvaguardando-as e preservando-as do esquecimento.

O quarto capítulo, “A Espacialidade Geográfica do Município de Cachoeira do Sul/RS”, aborda o referencial empírico, enfatizando os aspectos históricos, naturais e socioeconômicos que compõem a espacialidade geográfica da área de estudo.

O quinto capítulo, “O Inventários das Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul/RS”, dedica-se a inventariar as rugosidades presentes no espaço rural municipal, enfocando a criação, funcionalidade, significado e interferência na produção social local.

Por último, são apresentadas as Considerações Finais com algumas proposições, seguidas das referências que subsidiaram as formulações defendidas e dos apêndices que elucidam os instrumentos de coletas de dados realizados em campo. A organização da tese foi estruturada aspirando ofertar, ao leitor, a compreensão das rugosidades presentes na paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS.

2. APORTES TEÓRICOS-CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

2.1. APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS

A presente tese fundamenta-se em aportes teóricos que possibilitam a análise do objeto de pesquisa, as rugosidades presentes no espaço rural de Cachoeira do Sul/RS.

O embasamento da investigação teve como base bibliografias que versam sobre espaço, espaço-tempo, rugosidades, técnica, capital e trabalho, paisagem e patrimônio cultural material. Certos da existência de inúmeros autores que dialogam sobre tais conceitos e de que eles apresentam diversas concepções, optou-se por dialogar com as concepções sobre espaço, espaço-tempo e rugosidades nas obras de Milton Santos (1978, 1985, 1986, 1996, 1997, 2012), Côrrea (2003), Soja (1986, 1993), Moraes (1988) e Moraes e Costa (1984).

O espaço deve ser entendido e compreendido na sua relação dialética de espaço-tempo, resultando em espaços de coexistências. As coexistências materializadas no espaço estabelecem relações complexas através de processos contraditórios internos e de movimentos de transformação, cujo resultado desta transformação são as marcas espaciais que garantem a reprodução e continuidade da sociedade e, organizadas espacialmente, constituem o espaço geográfico.

Destaca-se a importante contribuição de Milton Santos ao desenvolver a conceituação de rugosidades em sua obra “Por uma Geografia Nova”, em 1978, cujo conceito é tema central desta tese. As rugosidades são formas criadas pelo homem cristalizadas no espaço, mostram as inter-relações que o homem estabelece para se reproduzir e criar espaço. Portanto, acredita-se que tal conceito seja fundamental para estudos relacionados com as dinâmicas espaciais, uma vez que denota tempo passado que se transforma em paisagem, carregado de informações e conhecimentos, como a técnica, o capital e trabalho empregados pelo homem e quem caracteriza tais configurações espaciais.

As rugosidades são heranças espaciais que merecem atenção dos pesquisadores que desejam entender a história dos homens sobre a terra, compreender as relações estabelecidas, tanto de ordem econômica, política, social ou natural, pois são marcas das sociedades sobre o espaço e, ao entendê-las pode-se compreender

os agenciamentos necessários, condicionantes e determinantes na criação do espaço geográfico. Como heranças espaciais elas permitem entender como influenciam as gerações atuais e como influenciarão as gerações futuras, determinando novas relações espaciais.

A dimensão temporal se faz presente na configuração das rugosidades à medida que é através das diferentes técnicas, capital e trabalho empregado que se criam as rugosidades. A técnica, o trabalho e o capital foram elencados como elementos constituintes das rugosidades, uma vez que são primordiais na efetivação da reprodução humana. Tais conceitos foram baseados nas obras de Santos (1978, 1997, 2012), Corrêa (1986) e Oliveira (2001).

O conceito de paisagem é primordial para o desenvolvimento da tese, pois é nela que a rugosidade é visível, sua permanência no presente pode ou não ter função social na reprodução dos grupos sociais, mas é fruto da dinâmica social ao longo dos tempos. Representam formas de reprodução pretéritas que se transportam no presente como memórias visuais para que as atuais gerações compreendam o modo de vida de seus antepassados. Para tanto foram utilizadas as obras de Santos (2014), Claval (2000), Souza (2015), Berque (2004), Sauer (2004), David (2014), Luchiari (2001) e Pimenta e Figueiredo (2014).

O conceito de patrimônio cultural material foi necessário a mediada que o trabalho de campo se desenvolvia, pois observou-se que algumas rugosidades encontradas *in loco* eram salvaguardadas e tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico – Cultural (COMPAHC). Para a compreensão deste conceito foram utilizadas as obras de Batista e Matos (2014), Ribeiro (2007), Fonseca (2005) e Pimenta e Figueiredo (2014).

Entendendo que a preservação do patrimônio cultural de um povo significa a sua própria preservação histórica. Assim, ressalta-se o desafio dos indivíduos em reconhecer e proteger o seu patrimônio, cujo reconhecimento perpassa pelo próprio desenvolvimento local, cuja prática somente pode ser pensada à luz da educação e valorização dos bens edificados na paisagem local, ou seja, compreender que as rugosidades enquanto marcas e heranças do homem no espaço representam a preservação do modo de vida das sociedades e por isso merecem ser salvaguardadas como patrimônio cultural de um povo.

2.2. APORTES METODOLÓGICOS

Para compreender no espaço e tempo as rugosidades produzidas na paisagem rural de Cachoeira do Sul, faz-se necessário optar por abordagens metodológicas, cujos procedimentos permitam análises complexas, envolvendo relações múltiplas acerca do objeto de estudo.

Pela necessidade de estabelecer correlações, reconhecer a intensidade dos processos contidos no objeto e suas dinâmicas de forma plena, optou-se pelo uso do aporte teórico-metodológico contido na Teoria Social Crítica baseada na abordagem do Materialismo Histórico e no método Dialético, conforme coloca Konder (1981).

No Materialismo Histórico, o espaço geográfico contém a natureza socializada, que constitui a gênese e o desenvolvimento de uma Formação Econômica Social, pois todo processo de produção é também um processo de reprodução. Assim, a estrutura econômica de uma Formação Econômica Social determina a organização espacial através da conjuntura econômica, indicando a compreensão da totalidade como um elemento do método. (SUERTEGARAY, 2005).

Nesta perspectiva, reporta-se a Santos (1986), ao colocar que o conceito de Formação Sócio Espacial (FSE) associa a lógica da produção/reprodução social ao espaço, indicando que, na mesma medida que o espaço geográfico é produzido socialmente, é ele, também, elemento constituinte da reprodução, reconhecendo, assim, o espaço como expressão material da forma como os homens/indivíduos se organizam socialmente para produzirem e reproduzirem suas vidas no e do espaço.

A escolha do aporte teórico-metodológico decorre da preocupação em trabalhar o materialismo histórico em uma simultaneidade histórica e geográfica, de uma dialética tríplice constituída de espaço, tempo e ser social, pois a análise espacial na Teoria Social Crítica é um exercício de desconstrução e de reconstrução conforme coloca Soja (1993).

No método dialético, o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa. Assim, tem-se a antítese e as teses em constante contradição e movimento. Desse modo, os trabalhos que se utilizam deste método caracterizam-se por serem mais críticos da realidade devido a sua concretude e também pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto estudado. (SPOSITO, 2004).

Justifica-se a escolha do método dialético por fundamentar-se como princípio

na ideia de movimento e de transformação. A reflexão dialética percebe os fenômenos em constante movimento, os quais se materializam de forma desigual no tempo e no espaço. Também se destaca a adequação desse método pela centralidade da relação entre a parte e o todo, viabilizando uma importante reflexão interescalar.

Neste contexto, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, ao entender que, no desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa, é fundamental a delimitação temporal e espacial do fenômeno a ser estudado. Sendo assim, a área de estudo compreende o espaço rural do município de Cachoeira do Sul e a dimensão temporal será dada pela datação das rugosidades desta espacialidade.

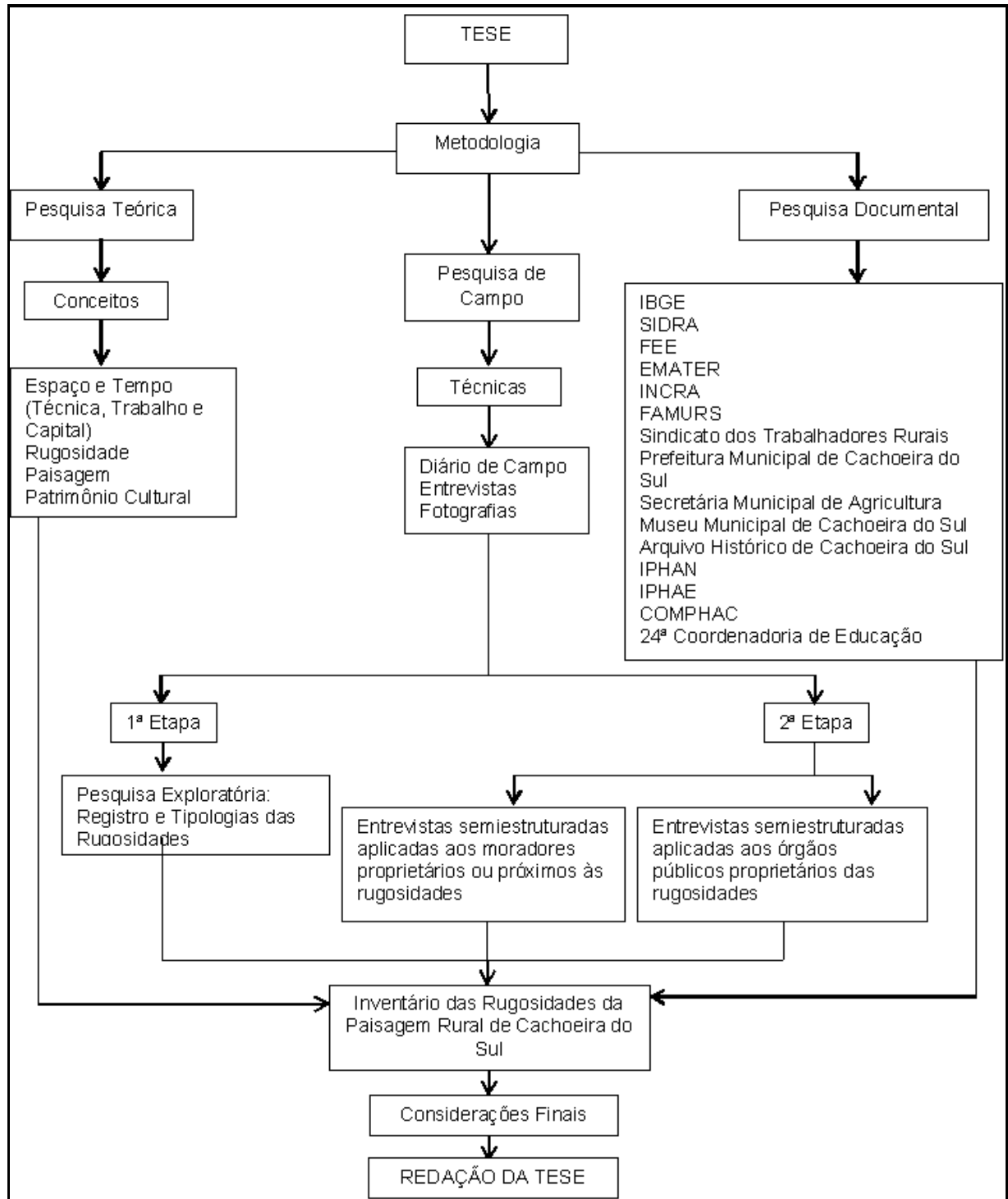
2.2.1. Procedimentos da pesquisa e técnicas

Para responder ao objeto de estudo foram traçados alguns procedimentos metodológicos na construção da pesquisa, os quais se encontram sistematizados na Figura 1.

Inicialmente, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, cuja revisão teórica está baseada nos conceitos-chaves: espaço-tempo, rugosidades, paisagem, técnica, trabalho e capital, valorização do e no espaço e patrimônio cultural material. Alicerçando teoria e método busca-se responder os elementos necessários para atingir a construção e transformação da espacialidade, estabelecer as relações de ocupação, produção e reprodução no e do espaço, a fim de Identificar no espaço e tempo a constituição das rugosidades no espaço rural de Cachoeira do Sul/RS.

A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que se deseja investigar. Esta ferramenta se torna importante quando o problema de pesquisa requer dados dispersos no espaço e tempo, como no caso dos estudos têmporo-espaciais, uma vez que, em muitos casos, não há outra maneira de conhecer os fatos ocorridos senão com base em um minucioso trabalho de campo e em uma investigação baseada em pesquisa documental, visando compreender as relações necessárias para a materialização da realidade estudada e o seu continuo processo de transformação.

Figura 1 – Organograma metodológico do desenvolvimento da Tese.



Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Cabe ressaltar que no decorrer das análises e nas discussões acerca de todo processo de investigação proposto, objetiva-se primar pelo uso das categorias geográficas elaboradas por Milton Santos, forma, função, estrutura e processo, as

quais consideradas em conjunto e relacionadas entre si constroem uma base teórica e metodológica para discutir fenômenos espaciais, no caso as rugosidades, em sua totalidade. Assim, pretende-se estudar tais categorias concomitantemente e a maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo.

Nesta proposição de análise, a produção do espaço é entendida como o resultado da combinação de técnica, trabalho e capital, considerada importante para a compreensão das mudanças ocorridas em função de novas determinações da sociedade, uma vez que qualquer mudança nesta combinação determina a materialização de uma rugosidade.

Em um segundo momento, para atender a sistematização do referencial empírico realizou-se a pesquisa de campo alicerçada à pesquisa documental, entendendo-as como mais adequadas aos objetivos propostos na mesma. O trabalho de campo foi realizado nos dias 04, 19 e 24 de junho de 2016, nos dias 03, 10 e 22 de fevereiro de 2017, nos dias 13, 17 e 22 de maio de 2018.

O trabalho de campo foi dividido em duas etapas. A primeira etapa consistiu na pesquisa do tipo exploratória, uma vez que essa modalidade de pesquisa objetiva dar familiaridade ao investigador com o tema escolhido, resultando no inventário das rugosidades. A pesquisa exploratória foi realizada obedecendo a um minucioso trabalho de campo no espaço rural do município, cujas rugosidades foram registradas através de fotografias georreferenciadas para posterior espacialização.

Na pesquisa exploratória fez-se uso de depoentes qualificados, com especial destaque para o Professor Diogo de Souza Lindenmaier, o Engenheiro Agrônomo Luciano Mazuim (EMATER de Cachoeira do Sul) e da historiadora Mirian Ritzel responsável pelo Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul.

No levantamento e registro das rugosidades foi utilizado um roteiro prévio aberto para orientar as investigações (Apêndice A). Para tal fez-se uso do diário de campo. Tais questionamentos foram realizados junto a informantes localizados próximos às rugosidades, os quais podem ser os proprietários, caseiros, empregados das propriedades rurais e/ou pessoas que conhecem a realidade onde estão inseridas tais rugosidades. Entre as questões selecionadas destacam-se: Em que ano/década foi criada? Qual era a sua função? Desde a sua criação já mudou de função? Se sim, quais funções teve e quanto tempo duraram? Passou por reformas? Se sim, por quê? Quando parou de funcionar? Se ainda possui uma função, qual?

A utilização do inventário⁴ como ferramenta de pesquisa tem sua origem na constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII, no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, através da coleta e sistematização de informações, obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, constituindo-se como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. Assim, na trajetória das práticas de preservação, o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural. (MOTTA e REZENDE, 2016).

No caso do patrimônio cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que, necessariamente, parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. O processo de inventariar é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Ressalta-se que o essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariar é o objetivo do trabalho a ser desenvolvido. Portanto, o quê e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Além disso, dependerá, também, dos bens a serem identificados, dos dados registrados e comparados, dos sujeitos envolvidos na investigação e, também, quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios e dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e, assim por diante. Portanto, em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem a faz. (MOTTA e REZENDE, 2016).

Salienta-se que o inventário a ser construído nesta tese busca produzir

⁴ Apenas em 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) instituiu o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), dedicado à abordagem e valorização dos bens como portadores de referência cultural, contemplando com esse enfoque tanto os bens de natureza imaterial como material. A nova metodologia do INRC estabeleceu procedimentos para identificar e valorar os bens culturais a partir dos seus processos de produção, dos seus usos e dos significados que adquirem para os grupos sociais envolvidos na sua produção, podendo recomendar, ao final dos levantamentos, o aprofundamento de estudos com a finalidade do registro (Decreto 3551/2000) ou do tombamento (Decreto-lei 25/1937). Embora o INRC se dedique também ao patrimônio de natureza material, este vem sendo objeto específico de registro por meio do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), desenvolvido pelo IPHAN e que hoje funciona como um repositório de inventários sobre os diversos tipos de bens de natureza material. (MOTTA e REZENDE, 2016). De acordo com o IPHAN (2018) o objeto do Inventário de Referências Culturais constitui-se de atividades, lugares e bens materiais que sejam marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Devido a sua abrangência e significado, pode-se afirmar que o Inventário Nacional de Referências Culturais constitui o instrumento mais completo de que dispõem, hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, contribuindo para novas possibilidades de preservação. Cabe enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. (IPHAN, 2018).

conhecimento e disponibilizá-lo ao inventariar as rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul, produzidas pelos grupos sociais ao se reproduzirem no espaço, as quais nem sempre possuem valor arquitetônico ou paisagístico para serem salvaguardadas como patrimônio cultural, mas que merecem ser resguardadas do esquecimento. Enfatiza-se que se entende as rugosidades como as marcas do passado que viraram paisagem, as quais podem ou não ter função social na reprodução da sociedade atual, através de processos de ressignificação, mas que revelam os modos de vida das sociedades pretéritas e pela simples permanência exercem influência na sociedade.

Ao inventariar as rugosidades da paisagem rural primou-se em caracterizá-las, situá-las no contexto histórico de sua criação, compreender a origem e o desenvolvimento das formas e funcionalidades criadas, bem como seu significado no presente. Portanto, objetiva-se a construção de um inventário que evidencie a importância das rugosidades na construção da espacialidade rural, na tentativa de torná-las objeto de preservação patrimonial e fontes de reprodução social aos grupos sociais locais.

O estudo sobre o espaço rural é complexo. Tal complexidade evidencia-se, ainda mais, na tentativa de produzir conhecimento sobre temas pouco desenvolvidos na academia como as rugosidades. Desta forma, com o intuito de sistematizar e estruturar de forma didática o inventário optou-se pela construção de tipologias para facilitar a organização e a compreensão das rugosidades encontradas na paisagem rural do município.

Assim, com base na pesquisa exploratória realizada identificou-se três (3) tipologias que possibilitaram o agrupamento das rugosidades, para a posterior análise, sendo elas: *Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas*; *Sistema de Produção*; e *Sistema de Interação Social*. Informa-se, ainda, que no inventário as rugosidades foram catalogadas obedecendo a estas tipologias e a cronologia histórica de criação. Na espacialização das rugosidades utilizou-se a periodização temporal, as rugosidades produzidas de 1801 a 1900 (século XIX) e as rugosidades produzidas de 1901 a 2000 (século XX), a fim de evidenciar as diferentes temporalidades materializadas e o contexto histórico e econômico da criação das rugosidades.

Cada tipologia abrange um conjunto de rugosidades presentes na paisagem do espaço rural de Cachoeira do Sul:

- O Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas compreende pontes, estações férreas, posto de combustível, posto telefônico, balsas, correio e porto.
- O Sistema de Produção compreende estâncias, charqueada, granjas, fazendas, engenhos, banheiro de imersão bovino e venda;
- O Sistema de Interação Social compreende igrejas, escolas, salão de baile, casas antigas, taperas e cemitérios familiares.

No que se refere às técnicas e instrumentos de coleta de dados, o diário de campo se constituiu em ferramenta indispensável em todas as coletas de dados, sejam de natureza secundárias ou primárias por ser um instrumento que possibilita, ao investigador, registrar os dados susceptíveis à interpretação, permitindo sistematizar dados para posterior análise e compreensão do fenômeno estudado. Ressaltar que cada pesquisador tem uma maneira de realizá-lo, cujas informações podem variar desde dados estatísticos até croquis da área estudada dependendo do tipo de investigação em curso.

Neste contexto, o diário de campo consiste no registro completo e preciso das observações dos fatos concretos, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do profissional/investigador, suas reflexões e comentários. Possibilita criar o hábito de observar, descrever e refletir com atenção os acontecimentos do dia de trabalho. Por essa condição ele é considerado um dos principais instrumentos científicos de observação e registro e, ainda, uma importante fonte de informação para uma equipe de trabalho. Para tal, os fatos devem ser registrados no diário de campo logo após serem observados para garantir a fidedignidade do que se observa. (FALKEMBACH, 1987).

O diário de campo, também é um instrumento de registro de pesquisa, pois de acordo com Triviños (1987) as anotações realizadas no diário de campo podem ser consideradas como todo o processo de coleta e análise das informações obtidas, ou seja, compreendem descrições de fenômenos e explicações sobre os mesmos.

Concomitante à pesquisa exploratória de campo foi realizada a pesquisa documental, responsável pelo levantamento de dados históricos, sociais e econômicos coletados junto a órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Sindicatos de Agricultores, Prefeitura

Municipal de Cachoeira do Sul, Secretaria Municipal de Agricultura, Museu Municipal de Cachoeira do Sul, Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), Conselho Municipal do Patrimônio Histórico–Cultural (COMPAHC), 24ª Coordenadoria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e arquivos particulares, a fim de estabelecer os processos que operam sobre a área de estudo e o contexto histórico e socioeconômico motivador da criação das rugosidades.

De acordo com Gil (1999) a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, sendo a única diferença a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica faz uso fundamentalmente da contribuição de vários autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de matérias que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa. A pesquisa documental segue os mesmos passos da bibliográfica. A exploração das fontes documentais compreende documentos oficiais, reportagens de jornais, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.

A segunda etapa da investigação compreendeu a finalização do inventário, de caráter descritivo e analítico. Para tanto, realizou-se a aplicação de dois instrumentos de investigação, baseados em entrevistas estruturadas e semiestruturadas, ambos compostos por perguntas abertas e fechadas. Devido às rugosidades pertencerem tanto a pessoas físicas como jurídicas (públicas ou privadas), o primeiro instrumento de investigação (Apêndice B) foi aplicado junto aos proprietários e/ou moradores das localidades e/ou distritos do espaço rural do município em estudo.

O segundo instrumento de investigação (Apêndice C) foi destinado aos órgãos públicos que são proprietários ou que são responsáveis pelas rugosidades do espaço rural. Para cada rugosidade foi aplicado, no mínimo, uma entrevista e, em alguns casos, até mais de uma. Destaca-se que tanto os proprietários como os moradores e os órgãos públicos tinham conhecimento sobre várias rugosidades, totalizando 55 entrevistas.

A realização das entrevistas tinha por finalidade contribuir na caracterização e análise das rugosidades presentes na paisagem rural, ao questionar a origem, o tipo de técnica, trabalho e capital empregado na sua criação, qual era sua funcionalidade, quais processos ocorreram nesta espacialidade que modificaram sua

funcionalidade, se sua funcionalidade foi ressignificada, sua importância na reprodução social rural atual, os condicionantes de sua permanência na espacialidade rural ou do seu desuso e a finalidade que será dada para essas formas criadas na espacialidade local.

Para Gil (1999) a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. Na entrevista o investigador se apresenta frente ao investigado, permitindo a formulação de perguntas de acordo com os objetivos de sua pesquisa. Portanto, a entrevista é uma forma de interação social, onde uma parte coleta informação e a outra é a fonte da informação.

Para Lakatos e Marconi (2003), a entrevista é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, caracterizada pelo contato direto entre pesquisador e entrevistado, possibilitando ao pesquisador explicar os objetivos da pesquisa, esclarecer perguntas, reformular itens para melhor compreensão e entendimento do entrevistado.

As entrevistas estruturadas obedecem a uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem fixas para todos os entrevistados, possibilitando o tratamento quantitativo dos dados, consideradas adequadas ao desenvolvimento de levantamentos sociais. (GIL, 1999).

Nas entrevistas semiestruturadas há o momento das perguntas anteriormente determinadas, podendo ser as respostas relativamente livres e, caso exista a necessidade, o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos informantes. (MOREIRA, 2002).

Os dados coletados, através de fontes primárias e secundárias, contribuíram para descrever, caracterizar e analisar os condicionantes de sua permanência, ressignificação ou extinção das funções das rugosidades presentes na paisagem rural, bem como foram organizados e tabulados para fundamentar as concepções indicadas na presente tese.

Para o tratamento, codificação e sistematização dos dados, fez-se uso da estatística na confecção de gráficos, quadros e tabelas, cujas ferramentas encontram-se disponíveis no Microsoft Excel (2010) e Word (2007), bem como o uso do Software Sistema de Informações Geográficas (ArcGis 9.3 e 10.2) para a confecção de mapas do município em estudo.

Além disso, fez-se o uso de máquina digital fotográfica para retratar as

rugosidades produzidas no espaço rural de Cachoeira do Sul. Segundo Sontag (1986), as fotografias fornecem provas e passam a ser provas incontroversas de que determinada coisa existe. Porém, o uso da fotografia pode ocasionar uma série de parâmetros que geram diversas interpretações da imagem fotográfica, uma vez que são criadas a partir de escolhas, obedecendo a um interesse específico, uma intenção no registro de um fenômeno estudado.

A fotografia é um documento que permite lembranças de fatos, muitas vezes esquecidos no passado, assim, seu registro permite como qualquer outro documento escrito, fazer referência a uma situação que se pretende informar. Através de imagens a história das sociedades pretéritas pode ser rememorada, por isso torna-se uma ferramenta enriquecedora de fonte informacional bem como auxilia a memória a medida que pode representar um fato, um acontecimento, um marco na história da humanidade. Para Fernandes Junior e Lago (2000, p. 18):

A fotografia é imagem, mas não apenas imagem, ela é o tempo detido, é a memória. É a evidência da luz que incidiu sobre um objeto específico, num lugar específico, num momento específico. Se por um lado isto soa como uma limitação, por outro é o próprio mistério da fotografia. Aquilo que vemos numa fotografia aconteceu. Às vezes de uma maneira que não sabemos como ou por que a fotografia não explica. Mas aqueles objetos e pessoas que gravaram sobre o filme e hoje são imagens, ontem existiram. É isso que estimula nossa imaginação. (FERNANDES JUNIOR e LAGO, 2000, p. 18).

Neste contexto, faz-se uso das ideias de Leite (2001) ao mencionar que as fotografias contam histórias, revelam costumes, práticas e histórias de vida, tratando-se de importante instrumento para contar e reconstruir a história, e desvendar as práticas culturais de um determinado grupo.

As fotografias foram utilizadas como recurso de comprovação da existência das rugosidades no espaço rural, fazendo uso de fotos antigas das rugosidades, que gentilmente foram cedidas pelas famílias dos proprietários e seus amigos, com o intuito de mostrar as suas mudanças no decorrer do tempo. O uso da fotografia compõe o método de apreensão das rugosidades visíveis na paisagem rural de Cachoeira do Sul e a demonstração propositiva das mesmas, portanto, cada imagem pode ser considerada parte do patrimônio cultural à medida que preserva marcas e a história de um determinado grupo social.

As rugosidades são visíveis na paisagem, datadas de tempos pretéritos, cuja

arquitetura se destaca na paisagem e condiz com modos de reprodução das sociedades antecedentes e ao permanecerem na espacialidade como herança podem influenciar as sociedades futuras.

Cumpridas as etapas mencionadas anteriormente, foram realizadas as considerações finais e a redação final da tese.

3. REVISÃO TEÓRICA: ESPAÇO – TEMPO, RUGOSIDADES, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL

3.1. ESPAÇO-TEMPO E AS RUGOSIDADES

A noção de espaço assume diferentes abordagens e conceituações dependendo do objeto de estudo de cada ciência. Na Ciência Geográfica, a concepção de espaço diverge de acordo com as concepções das correntes do pensamento geográfico.

Na Geografia Clássica o espaço assume notoriedade nas concepções de Ratzel ao desenvolver os conceitos de território e espaço vital e, na concepção de Hartshorne de espaço absoluto.

Ao considerar o espaço como a base indispensável à vida ao valorizar sua posse e domínio, Ratzel desenvolve o conceito de território e espaço vital. Para Ratzel, o território é a posse da área, enquanto que espaço vital é quanto dela (área) é necessário à vida dos que detém o território. Assim, Corrêa (2003, p. 18), coloca que para Ratzel o território é tido como a “apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo” e o espaço vital “expressa às necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais”.

A visão de espaço de Hartshorne é o espaço absoluto, ou seja, uma dada área possui uma combinação única de fenômenos naturais e sociais, sendo, desta forma, absoluto, único. (CORRÊA, 2003).

A abordagem da Geografia Teórica-Quantitativa, coloca o espaço como conceito-chave em Geografia, cuja aplicabilidade de modelos permite à diferenciação do espaço. Entretanto, deve-se considerar que esta visão de espaço é limitada, uma vez que não leva em consideração as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações. O espaço passa a ser representado apenas por uma matriz e sua expressão topológica, o grafo. (CORRÊA, 2003).

Na década de 1970, o surgimento da Geografia Crítica fundamentada no Materialismo Histórico e na Dialética que busca romper com as concepções da Geografia Tradicional e da Geografia Teórico-Quantitativa, o espaço ressurgiu como conceito-chave da Ciência Geográfica. Para Corrêa (2003), os debates sobre espaço

perpassam sobre a presença ou ausência do espaço na obra de Marx, a natureza e o significado do espaço e, a identificação das categorias de análise do espaço.

Neste contexto, autores como Soja e Hadjimichalis (1979) e Soja (1993) discutem a negligência da dimensão espacial no marxismo ocidental em detrimento da dimensão temporal, cujas abordagens consideram o espaço como receptáculo ou espelho externo da sociedade.

Na sua obra, *Geografia Pós-Modernas*, Soja (1993) reitera o papel do espaço e da espacialidade como fundamentais para a constituição e o devir da sociedade. Para o autor, o espaço mais do que o tempo oculta, de nós, as consequências, mostrando a necessidade da reafirmação do espaço na Teoria Crítica Social, a qual desponha, a partir dos anos oitenta, com maneiras diferentes de ver o tempo e o espaço juntos, um materialismo simultaneamente histórico e geográfico, de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social. Assim, o autor estabelece conexões entre tempo e espaço ao discutir a pós-modernidade.

O espaço aparece nas análises marxistas através de Henri Lefebvre, que o concebe como locus da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, a reprodução da sociedade. Esta concepção marca os geógrafos que adotaram o Materialismo Histórico e Dialético como paradigma a partir da década de 1970. (CORREIA, 2003).

Neste contexto, Santos (1979), ao estabelecer o conceito de Formação Sócio Espacial (FSE), derivado do conceito de Formação Socioeconômica afirma que modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Os processos que formam o modo de produção são históricos e espacialmente determinados em um movimento conjunto através de uma formação social.

Na década de 1970, surge também a Geografia Humanista, baseada nas filosofias de significados, especialmente na fenomenologia e no existencialismo. Assentada na subjetividade, intuição, sentimentos, experiências, simbolismo e contingência, privilegia o singular e tem na compreensão a inteligibilidade do mundo real. Assim, a paisagem e a região tornam-se conceitos revalorizados, o território tem na Geografia Humanista uma de suas matrizes, o lugar passa a ser o conceito-chave, enquanto que o espaço adquire significado de espaço vivido. (CORREIA, 2003). Neste contexto, Holzer (1992, p. 440), em sua tese *Geografia Humanística* coloca que “o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido”.

Para Corrêa (2003), a expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço aparece como vaga, ora associada como uma porção específica da Terra identificada seja pela natureza, seja pelo homem que ali imprimiu suas marcas, seja pela referência a simples localização. Para o autor, o uso da expressão espaço está condicionado às diferentes escalas de abordagens (global ao local).

De acordo com Santos (1997) o espaço deve ser considerado como uma totalidade. Entretanto, sua análise exige a possibilidade de dividi-lo em partes, as quais ao seu término devem reconstituir o todo. Assim, Santos define os elementos do espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Os homens são os produtores do espaço; as firmas são responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias; as instituições produzem normas, ordens e legitimações; o meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano; e a infraestrutura é o trabalho humano materializado e geografizado.

Os elementos do espaço são intercambiáveis e redutíveis uns aos outros, cujas interações são resultado do processo social. Em cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial. Portanto, cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular, bem como em um mesmo lugar, cada elemento está variando de valor. A evolução conjunta dos elementos faz com que eles adquiram características próprias, ainda que subordinados ao todo, configurando a especialidade do lugar. (SANTOS, 1997).

Neste contexto, Santos (1986) menciona que tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por esta mesma razão articula o presente ao futuro. Desse modo, o enfoque espacial e o enfoque temporal analisados isoladamente são insuficientes. Para compreender qualquer fenômeno necessita-se de um enfoque espaço-tempo.

Para Santos (1986) a análise espacial deve obedecer duas premissas: a) o tempo é um conceito relativo, trata-se de um tempo concreto, dividido em seções com características particulares, as quais permitem uma periodização baseada em parâmetros empirizados dotados de inter-relações, permitindo a identificação de sistemas temporais; b) as relações entre os períodos históricos e a organização espacial devem ser analisadas, pois elas revelarão o valor relativo de cada lugar, o qual está em constante mudança no decorrer da história.

Santos (1996) destaca a importância da periodização histórica no estudo do espaço como resultado de um processo, pois a periodização com as características de cada momento histórico varia o arranjo territorial, devido às mudanças nas forças e relações produtivas e, dos aspectos políticos e culturais do modo de produção dominante. Entretanto, Santos (1997), enfatiza que a periodização não resolve a questão do tempo histórico. É necessária uma abordagem dialética de espaço-tempo, em que cada momento tem seu tempo histórico e seu espaço, assim, como cada espaço tem seu tempo, resultado do encontro do tempo histórico e do tempo das coexistências.

Para Santos (1985), o espaço deve ser analisado a partir das categorias forma, função, estrutura e processo. A forma é o aspecto visível, o exterior de um objeto, seja ele considerado isolado ou através de um arranjo de objetos, formando um padrão espacial. Entretanto, não se pode considerar a forma em si mesma, sob o risco de atribuir-lhe uma autonomia da qual não é possuidora. Mas, se a forma espacial for considerada isoladamente ponderar-se-á apreender apenas a aparência, abandonando a essência e as relações entre essência e aparência.

A função requer uma tarefa, uma atividade ou papel a desempenhar pelo objeto criado, a forma. Não se pode separar a forma da função na análise espacial. Porém, é necessário ir além, ou seja, inserir a forma e função na estrutura social. Assim, a estrutura representa a natureza social e econômica de uma sociedade, em um dado momento histórico. Portanto, a estrutura é a matriz social onde as formas e as funções são criadas e justificadas. (SANTOS, 1985).

O processo é definido como uma ação que se realiza de modo contínuo em função de um resultado qualquer, provocando tempo e mudança. Os processos acontecem no âmbito de uma estrutura social e econômica, ocasionando contradições internas das mesmas, ou seja, o processo é a estrutura em seu movimento de transformação (Santos, 1985). Neste sentido, o autor enfatiza que ao se considerar apenas a estrutura e o processo na análise espacial, estar-se-á realizando uma análise a-espacial, ou seja, não geográfica, pois esta será incapaz de captar a organização espacial e a dinâmica espacial de uma dada sociedade em um determinado tempo. Assim, Santos (1985, p. 52), afirma:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mun-

do. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir do qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidades. (SANTOS, 1985, p. 52).

Neste contexto, Corrêa (1986) coloca que os diversos componentes da sociedade estão articulados, imbricados de tal forma, que se fala de uma totalidade social, cuja complexidade compreende as contradições internas e o movimento de transformação. Assim, o homem ao se organizar em sociedade promove a transformação da primeira natureza em segunda natureza. Os produtos desta transformação correspondem às marcas, as quais determinam um padrão de localização que é a própria sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade, o espaço geográfico.

Corrêa (1986) indica que o objeto da geografia é a sociedade, a qual deve ser estudada através da organização espacial. A organização não é apenas uma objetivação, corresponde ao modo geográfico de ver a totalidade social e ao mesmo tempo é um fenômeno na sociedade construída pelo homem ao fazer sua própria história. Portanto, a organização espacial é a própria sociedade organizada.

Assim, Corrêa (1986, p. 55-56) indica:

A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios. A transmissão do saber, formalizada ou não, constitui um. Outro, e dos mais importantes, é a organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução). Em segundo lugar, a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORRÊA, 1986, p. 55-56).

Portanto, a organização espacial, ao ser produto da própria produção humana em sua história de vida, é fruto do trabalho social e das relações e inter-relações das classes sociais. A sociedade concreta cria o espaço geográfico para se realizar e se

reproduzir, para ela própria se repetir. E, para isso, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície terrestre, garantindo a reprodução e a continuidade da sociedade.

Neste contexto, Santos (1997) menciona que o espaço é, também e sempre, formado por fixos e fluxos. Os fixos representam as estruturas físicas que possibilitam a movimentação dos fluxos. Por fixos, compreende-se tudo que é técnica materializada. Dessa forma, é o espaço utilizado pelos agentes econômicos para estabelecerem conexões entre lugares e redes e, a necessidade crescente de acumulação desencadeou uma circulação frenética. Neste contexto, os que não têm poder de movimentação veem desvalorizar seu produto e seu trabalho.

Os fixos fornecem o processo imediato do trabalho, são os próprios instrumentos de trabalho e as forças reprodutivas em geral, incluindo as massas dos homens. Os fluxos são o movimento, a circulação, fornecendo, assim, a explicação dos fenômenos de distribuição e consumo. (SANTOS, 1997).

Ao analisar o ponto de vista dos agentes econômicos, observa-se a construção de uma rede de fixos cada vez mais interligados e com maior capacidade, determinando a reprodução ampliada do capital. Mas, como o capital age de forma desigual e contraditória no espaço, nos espaços que ele se insere, utiliza-se de todas as artimanhas para monopolizar as relações que ali se estabelecem, e para se reproduzir exige dos agentes sociais que se especializem em uma determinada atividade.

Esta realidade materializa-se na espacialidade estudada, à medida que ocorre a especialização de determinadas culturas para garantir a reprodução social. A especialização estabelece uma gama de fixos e fluxos nesta espacialidade, cuja técnica empregada corresponde à reprodução ampliada do capital, tornando cada vez maior a dependência destes agentes frente ao capital.

O estudo dos fixos permite uma análise mais cômoda devido à localização dos objetos, enquanto que a análise dos fluxos é mais difícil devido à ausência de dados. Cada fixo apresenta características que são técnicas e organizacionais e, por isso, cada fixo demanda uma tipologia de fluxos. Um objeto geográfico, um fixo, é ao mesmo tempo, um objeto técnico e um objeto social graças aos fluxos. Os fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente. (SANTOS, 1997).

O conjunto dos fixos, naturais e sociais, forma um sistema de engenharia, seja qual for o tipo de sociedade. Este se define como um conjunto de instrumentos de

trabalho agregados à natureza e a outros instrumentos que se localizam sobre eles, uma ordem criada para e pelo trabalho. Os sistemas de engenharia evoluem com o avanço do conhecimento científico, por isso pode-se dizer que passamos primeiro por um uso maior de trabalho para um uso maior de capital.

Entretanto, quando a técnica moderna, estranha ao grupo social, não funciona por algum motivo, a técnica anterior volta a ser utilizada pelo menos até o momento em que a técnica moderna seja reestabelecida.

Os objetos fixos ou as formas dispostas espacialmente estão distribuídas ou organizadas sobre a superfície terrestre de acordo com uma lógica, cujo conjunto de todas as formas criadas configura a organização espacial da sociedade. De acordo com Corrêa (1986), existem organizações espaciais específicas e globais. A organização espacial global consiste na simultaneidade das específicas. Para tal existe uma ação coordenadora e repressora do Estado via planejamento territorial ou através de interesses de grandes corporações que organizam o espaço em função de seus interesses.

Para Corrêa (1986) o capital, o Estado e pequeno capital são agentes da organização do espaço. Entretanto, a ação do capital não ocorre de forma uniforme no tempo e no espaço. Cada um destes agentes possui uma estratégia de ação que lhe é específica e que abrange uma dimensão espacial.

Para compreender como os agentes atuam e agem sobre o espaço, bem como saber se a lógica da ação é demandada por mecanismos internos ou externos, é fundamental entender os conceitos de verticalidade e horizontalidade do espaço.

Santos (2012), ao se referir ao espaço como um sistema de ações, coloca que os arranjos espaciais não são apenas formados por pontos contínuos e contíguos, mas por constelações de pontos descontínuos, interligados e que definem um espaço de fluxos reguladores. Assim, admite que as segmentações e partições no espaço seguem dois recortes: as horizontalidades e as verticalidades.

As horizontalidades representam as extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade. Dizem respeito à fábrica de produção propriamente dita e o lócus de uma cooperação mais limitada. As verticalidades representam os pontos do espaço que separados uns dos outros asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. As verticalidades respondem por outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e política como geográfica. (SANTOS, 2012).

Nesta perspectiva, Santos (2012, p. 284-285) ao parafrasear Baudrillard em seu *O sistema dos Objetos*, quando ele diz que “a funcionalidade não é mais o que se adapta a um fim, mas uma ordem de sistema”, deixa explícito que a funcionalidade do sistema é buscar espaços vantajosos à reprodução do capital.

O que se tem hoje são solidariedades organizacionais, cujos arranjos organizacionais se impõem às regiões baseados em uma racionalidade global. Neste contexto, as verticalidades criam interdependências hierárquicas, as quais se realizam através de ordens técnicas, financeiras e políticas, condição de funcionamento do sistema. Assim, a informação a serviço das forças hegemônicas e do Estado rege as ações que definem as novas realidades espaciais.

A conjuntura política, econômica e social atual tende a uma união vertical dos lugares. Mas, os lugares podem reagir e se fortalecer horizontalmente. Para isso, necessita-se de ações localmente construídas, uma base de vida que promova a coesão da sociedade através do interesse coletivo.

As verticalidades se materializam localmente na área em estudo, através da territorialização do capital e monopolização do território pelo capital, através da sua reprodução contraditória e desigual, o que pode ser comprovado pela presença das rugosidades na espacialidade local. As horizontalidades representam o modo de vida do grupo social, que ao produzir estabelece relações de cooperação para fazer frente às estruturas hegemônicas, criando e recriando novas funções às formas criadas e herdadas.

Assim, Corrêa (1986) menciona que a organização espacial é um reflexo e condição da sociedade. O reflexo social não representa apenas o presente, pois a organização espacial acumula formas herdadas do passado. Estas formas possuem uma gênese e sua permanência implicou na adaptação às necessidades atuais, as quais não mudaram ao longo do tempo. Estas formas representam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou em valor simbólico, justificando sua permanência.

Ao analisar o espaço, Santos (1986) coloca que não se pode negar a tendência da organização do espaço em reproduzir as principais linhas de força. As mudanças quantitativas e qualitativas ocorrem, mas as raízes do povoamento influenciam as sociedades subsequentes. Ao analisar as contribuições de Engels (1964), Santos (1986) reafirma que é na segunda natureza, ou seja, através das atividades econômicas que os vestígios de estágios anteriores de desenvolvimento são trans-

mitidos, quer por tradição, por força da inércia ou pelo meio exterior que envolve essa forma social.

Nesse contexto, reporta-se a Ratzel (1990) em sua obra “Raças Humanas”, na qual trabalha a humanidade como um todo, ou seja, parte de uma única civilização que há muito tempo vem transmitindo suas características de povo a povo sobre a Terra e, está em estreita conexão com a humanidade de hoje, a qual criou o que há de novo a partir de uma base comum.

O espaço é a matéria trabalhada, cujos elementos passivos como, por exemplo, a casa e o lugar de trabalho, condicionam a atividade dos homens e comandam a sua prática social. A práxis, fundamental na transformação da natureza humana, além de ser um dado socioeconômico é também tributária das imposições sociais. Portanto, a realidade espacial de uma dada sociedade está permanentemente em estado de reajuste sob a influência da realidade econômica e social, cujo equilíbrio se dá através da projeção destas múltiplas dimensões no espaço concreto, o qual exerce restrições a sua estrutura. (SANTOS, 1986).

Neste contexto, Santos (1986) ao fazer referência às “formas ecológicas” referidas por Manuel Castells (1973) quando esse autor aborda a persistência das formas espaciais ecológicas geradas pelas estruturas sociais anteriores, utiliza a denominação “rugosidades.” As múltiplas inter-relações ao se materializarem no espaço formam as rugosidades, denominadas por Santos (1986, p. 138):

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos fornecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado. (SANTOS, 1986, p. 138).

As rugosidades são marcas cristalizadas no espaço e representam um tempo histórico de uma sociedade. As rugosidades são produzidas através da incorporação nesta espacialidade do modo de vida do grupo social. Um grupo social ao apropriar-se de uma espacialidade transforma-a em sua morada de vida, em seu território.

As rugosidades designam as marcas do passado fixadas no espaço, a sua presença acaba condicionando o nosso cotidiano e, ao se projetar este raciocínio no tempo, pode-se dizer que o presente condiciona o futuro. As formas espaciais presentes têm um importante papel para as sociedades futuras. (CORRÊA, 1986).

Assim, o espaço é um testemunho. Testemunha um momento de um modo de produção nas suas manifestações concretas, pela memória do espaço construído, das coisas fixas da paisagem criada. O espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente as mudanças de processos, mas, ao contrário, faz com que alguns processos se adaptem às formas preexistentes e que outros criem novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 1986).

Santos (1986) destaca que os modos de produção se realizam através dos meios de produção, cuja longevidade somente é conhecida a posteriori, a qual pode durar vários momentos ou a duração total do modo de produção. Os modos de produção se sucedem, enquanto os objetos sociais criados por eles continuam firmes e, muitas vezes, ainda com uma função na produção ou, simplesmente, sua presença acaba por influenciar os movimentos subsequentes da produção. As formas persistem, mesmo quando perdem sua função anterior, cuja lógica de vida da sociedade presente cria novas funções ou até mesmo recria funções passadas.

Neste contexto, para compreender as rugosidades, deve-se ter clara a noção de temporalidade. Apreender a temporalidade é compreender o espaço como fruto de diversas divisões territoriais do trabalho ao longo da história da humanidade. A temporalidade possibilita a compreensão das diversas dimensões que compõem o espaço. Permite compreender quais atores e como estes construíram o espaço, e possibilita, também, entender como as sociedades atuais se relacionam com o espaço já criado, herdado.

Quando um novo modo de produção, um novo momento, substituiu outro, ele encontra formas preexistentes, as quais devem adaptar-se para determinar-se. Portanto, o modo de produção presente deve adaptar o antigo a sua lógica de produção e, quando não o faz, o capital tende a abandonar este espaço, tornando-o um subespaço de acordo com sua lógica. Em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. E, assim, para o tempo atual, os restos do passado formam uma espécie de “escravidão das circunstâncias anteriores”. (SANTOS, 2012).

As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. A rugosidade é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (SANTOS, 2012).

As rugosidades só são rugosidades a partir do presente. Os espaços preexistentes decorrem de uma divisão de trabalho antiga, passada, e só entra em desuso sob uma nova lógica de compreender este espaço, a qual se adapta ou o adapta, o transforma, cria ou recria novas funções a estas formas espaciais pretérias.

Assim, Moraes e Costa (1984) enfatizam que as sociedades humanas para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com o seu espaço, cujo trabalho é o mediador universal dessa relação. Sendo o trabalho a fonte do valor, tal relação do ponto de vista marxista, é um processo de valorização.

A sociedade, em qualquer época ou lugar, na sua própria existência valoriza o espaço. Neste contexto, é importante salientar que a valorização do espaço possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados histórico-concretos particulares. As formas criadas por uma sociedade revelam a estrutura econômica que ali domina, entretanto, esse processo possui uma realidade específica em cada modo de produção, portanto, cada modo de produção possui seu modo particular de valorização. (MORAES e COSTA, 1984).

O processo de valorização do espaço deve ser explicado através das categorias valor e trabalho, pois a relação sociedade-espaço é uma relação valor-espaço, substantivada pelo trabalho humano. A apropriação dos recursos do espaço, a criação de formas humanizadas, a perenização (conservação) desses constructos, as modificações dos substratos naturais ou das obras humanas, representam a criação de valor. Cabe ressaltar que ao analisar o processo de valorização do espaço deve-se ter clara a distinção de *valor do espaço* e *valor no espaço*. (MORAES e COSTA, 1984).

Seguindo as ideias do autor, que prima pelo modo dialético de captar o processo de valorização, ao considerar o espaço e tudo que contem nele, uma condição universal e preexistente do trabalho, sendo desde sempre, uma condição de valor de uso, um bem de utilidade geral, menciona que a produção sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam elas naturais ou sociais, herdadas de trabalhos pretéritos, tornando o espaço uma condição à produção, com valor intrínseco, uma riqueza natural. Também considera o espaço um receptáculo do trabalho morto, cujo desenvolvimento histórico resulta de uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície terrestre, portanto, e tal acumulação ao mesmo tempo em que desnaturaliza o espaço, também vai complexizá-lo. (MORAES e COSTA, 1984).

O *valor do espaço* se expressa na qualidade, quantidade e variedade de recursos naturais disponíveis em uma porção do espaço terrestre, denotando a singularidade natural dos lugares, consistindo, assim, numa parcela de valor do espaço, seja como primeira ou segunda natureza. A segunda parcela de valor do espaço é obra principalmente do trabalho, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas tende a criar formas mais duráveis sobre o espaço. Assim, Moraes e Costa (1984, p. 125) fazem referência às contribuições de Milton Santos:

Milton Santos, de forma brilhante, expõe a essência desse processo de *produção do espaço*. Para ele, os modos de produção criam formas espaciais que duram mais que os processos que as engendrou. Denomina a essas formas de *rugosidades*, e aponta a sua *inércia dinâmica* sobre os processos sociais posteriores. Por inércia dinâmica, entende uma sobredeterminação do espaço na vida econômica. As construções antigas tornam-se qualidade do lugar. A partir daí estabelece a possibilidade de uma Geografia como “história territorial”. (MORAES e COSTA, 1984, p, 125).

Ressalta-se que o processo de produção de valor do espaço se move, fundamentalmente, pelos condicionantes da estrutura econômica na qual está inserido. Por isso as construções espaciais expressam os conteúdos das relações espaciais que as engendrou. No sistema capitalista, a cristalização do trabalho morto em meios de produção surge como capital fixo ou a fixação de capital no espaço. Enquanto qualidade do lugar, o capital morto aparece na composição orgânica do capital como um capital constante, assim, infere-se que o próprio espaço físico necessário à produção é contabilizado como valor do espaço, um valor previamente acumulado. (MORAES e COSTA, 1984).

Neste contexto, o valor do espaço, em todas as suas formas de manifestação aparece como um valor contido, o lugar e seus recursos naturais ou construídos, ou seja, o espaço concreto tal como ele se apresenta para a produção. Entretanto, por ser o espaço concreto também um valor de troca, define-se também a possibilidade de um *valor no espaço*, cujo espaço não ultrapassa a função de mero palco dos processos que nele ocorrem, um substrato da vida material. Desse modo, desenvolve-se sobre ele uma teia complexa de relações sociais de produção dotadas de espacialidade. (MORAES e COSTA, 1984).

Seguindo as ideias dos autores, os quais enfatizam que no valor no espaço não há processos espaciais, mas, sim, processos sociais manifestando-se sobre a

superfície terrestre, cuja espacialidade não pertence a um determinado lugar, mas é uma característica eminente de qualquer processo seja ele natural ou social, está contida em todo processo de criação de valor, é a mediação necessária para a compreensão de uma manifestação histórica concreta e, na busca da totalidade, é um elemento de concreção.

Neste contexto, o processo de valorização no espaço envolve questões mais complexas que a valorização do espaço. O valor no espaço corresponde a uma virtualidade da circulação e uma imanência do espaço real (a distância) participando de um processo social específico. Em um mundo globalizado, o que interessa é a intensidade do fluxo e não a localização absoluta dos lugares, cuja distância é relativizada pela escala da produção. O valor no espaço reporta-se as condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção e não se prende às singularidades dos espaços. (MORAES e COSTA, 1984).

O valor no espaço é definido por Moraes e Costa (1984, p. 130-131) como “a *própria espacialidade contida nos modos de produção. Ele nos revela mais a especificidade das formas de valorização em geral do que propriamente a da produção do espaço*”.

Diferenciar o valor do espaço e valor no espaço é importante como recurso analítico a sua unidade no processo de valorização. Ao entender a relação sociedade-espaço como um processo de valorização, cujo movimento interno deve ser em sua essência um processo de criação de valores com caráter próprio, embora, em nenhum momento, deixa de ser um processo universal que externaliza as determinações de um modo de produção, o espaço como objeto de valorização não se confunde com outros objetos de valorização material imediata, visto que ele não é apenas um produto, mas uma condição à produção e à existência humana. (MORAES e COSTA, 1984).

Outro aspecto a se considerar é que o espaço possui qualidades intrínsecas que o colocam numa posição especial frente aos processos sociais. Também é considerado uma matéria finita, com qualidade de raridade relativa, impondo limite a sua reprodução extensiva. Além disso, o espaço não aparece perante a produção como um objeto homogêneo, ele é intrinsecamente desigual, cujo trabalho preexistente determina quadros naturais diversificados como também nele se acumula desigualmente. Assim, o espaço concreto para a produção concreta, sendo uma condição universal, é sempre singularidade, ou seja, condições únicas de cada lugar surgem

para o processo produtivo como condições desiguais de produção. (MORAES e COSTA, 1984).

Para Moraes e Costa (1984) o consumo do espaço se dá através de qualidades próprias e seu uso não implica a sua destruição, apenas modificação. Assim, as construções sobre o espaço apresentam a característica de durabilidade que se acentua no decorrer da história, e seu consumo também não as destrói pelo menos no mesmo ritmo que outras mercadorias. O que ocorre é o consumo destrutivo de certos atributos desse espaço como, por exemplo, alguns recursos, mas isso não implica na destruição dele próprio. E, finalmente, o espaço é considerado o depositário universal da história, pois nele se acumulam trabalhos de tempos remotos, num permanente ciclo de criação, reposição e transformação de objetos sobre a superfície terrestre, resultando na sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade, criando marcas espaciais, as rugosidades.

Neste contexto, acredita-se que se deve pensar o espaço em sua complexidade e simultaneidade, ou seja, um mundo globalizado que apresenta uma multiplicidade de fenômenos que ocupam uma mesma espacialidade, criando formas contraditórias e desiguais, no tempo e no espaço, marcadas por relações de poder decorrentes do sistema de desenvolvimento a qual estão inseridas, e que contribuem para a reprodução e continuidade da sociedade.

3.2. A TÉCNICA, O TRABALHO E O CAPITAL COMO ELEMENTOS CONSTITUINTES DAS RUGOSIDADES

3.2.1. Espaço e técnica

A materialização do trabalho humano que se dá no espaço acontece através da técnica. A técnica tem importância fundamental na compreensão das rugosidades, uma vez que, ao ser substituída ou reformulada pode produzir espaços obsoletos.

A técnica, muitas vezes negligenciada nos estudos geográficos, representa a principal forma de relação entre homem e natureza, entre homem e meio (a Tecnoesfera). Para Santos (2012, p. 29) “as técnicas são um conjunto de meios instru-

mentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Nos estudos que abordam a técnica, este fenômeno é frequentemente analisado como se ela não fizesse parte do território, um elemento de sua constituição e transformação. Desse modo, Santos (2012) menciona que se considerarmos a técnica como a interação entre homem e meio, então pode-se considerar a técnica como o próprio meio construído pelo homem.

Neste contexto, a abordagem sobre as rugosidades e a técnica nos remete a destacar a Geografia Francesa, que se preocupou em compreender o fenômeno técnico na sua totalidade, através da organização do espaço. Paul Vidal de La Blache e Lucien Febvre são considerados os pioneiros na produção de uma geografia vinculada às técnicas, ao trabalharem a noção de progresso técnico em suas sínteses. Também cabe referência particular a Maximilien Sorre, ao considerar o fenômeno técnico em sua amplitude. (SANTOS, 2012).

Nesse caso, reporta-se a Sorre (1984) ao trabalhar a noção de gênero de vida, a qual reflete mudanças no meio, ou seja, as condições naturais transformam os gêneros de vida momentaneamente. Cabe ressaltar a aptidão para usar possibilidades do meio, através das técnicas, as quais mudam de acordo com o clima, topografia, extensão e tipo de atividade.

Destaque, também, para Pierre George, em sua obra *Técnica, Construções e Destruições*, na qual distingue a cidade atual da cidade anterior, onde no século XIX era um produto cultural e na atualidade um produto técnico. (SANTOS, 2012).

Cabe ressaltar que a difusão dos meios técnicos não acontece de forma homogênea. Sua heterogeneidade é resultado da forma como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço. As técnicas se implantam de forma seletiva no espaço, desta forma, em um mesmo território, coexistem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas distintas. (SANTOS, 2012).

Neste contexto, Santos (2012) diz que a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. No meio natural, o homem tirava da natureza tudo o que era considerado fundamental a sua vida, cuja valorização das condições naturais dependia dos lugares e suas culturas. As técnicas e o trabalho relacionavam-se com as dadas da

natureza. As transformações impostas às coisas naturais eram consideradas técnicas como, por exemplo, o homem domesticando plantas e animais.

O meio técnico constitui-se na emergência do espaço mecanizado, cujos objetos são culturais e técnicos ao mesmo tempo, mas distribuídos de forma heterogênea no espaço. Mudam-se as relações de trabalho, os tempos sociais tendem a se superpor aos tempos naturais. O meio técnico-científico-informacional começa após a Segunda Guerra Mundial, incluindo os países subdesenvolvidos a partir da década de 1970. Marca a interação da ciência e da técnica sob a égide do mercado, formando um mercado global. Os objetos técnicos são ao mesmo tempo técnicos e informacionais, assim a ciência, a tecnologia e a informação estão na própria base da produção e do funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato. Os espaços são requalificados de acordo com os interesses de agentes hegemônicos, cuja lógica global se impõe a todos os territórios. Portanto, aumenta a importância dos capitais fixos, dos fluxos, da produção, da distribuição, da circulação, da fluidez das redes e da flexibilidade do capital. (SANTOS, 2012).

As rugosidades e a técnica relacionam-se na compreensão do espaço como acumulação desigual dos tempos. Para Santos (2012) a difusão desigual das técnicas no espaço se confunde com as rugosidades. Entretanto, as rugosidades não devem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas. Além disso, o valor dado à técnica é absoluto em si, ao passo que nas rugosidades, o valor concreto da técnica é dado pelo conjunto da sociedade.

3.2.2. Espaço e trabalho

A divisão do trabalho se constitui no motor da vida social e da diferenciação espacial.

Santos (2012) ao discutir a diversificação da natureza e a divisão do trabalho entende que o mundo natural, mediante as trocas de energia entre seus elementos, vive um movimento perpétuo pelo qual sua identidade se renova enquanto se modificam seus aspectos. O papel do mundo natural é representado pela diversificação da natureza. Já o papel no mundo histórico é representado pela divisão do trabalho,

a qual é movida pela produção e atribuí, a cada momento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares.

Nesta perspectiva, Santos (2012, p. 131) afirma que:

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ele atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções das técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da “diversificação da natureza” socialmente construída. (SANTOS, 2012, p.131).

As economias-mundo marcam uma etapa importante desse processo, cujas mudanças afetam, cada vez mais, os lugares e não tem origem unicamente local. O capitalismo amplia a ideia de que sobre a diversificação da natureza se realiza outra diversificação comandada pelas forças sociais. Com a indústria isto fica mais evidente, devido às técnicas que o homem passa a dispor e que interferem em todo o processo produtivo, através das novas formas de energia. Atualmente, o motor da divisão do trabalho é a informação. Neste contexto, Santos (1997, p. 81) ressalva “o que é importante é que, com a evolução dos sistemas de engenharia, a própria noção de tempo muda: o tempo da produção, o tempo da circulação, o do consumo e da realização da mais valia”.

Enquanto que a diversificação da natureza é um processo e resultado repetitivo, a divisão do trabalho é um processo progressivo, cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. A divisão do trabalho é vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Santos (2012, p. 132) define: “recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores.”

Em função da distribuição destes recursos na espacialidade geográfica é que o homem vem mudando a si mesmo e ao seu entorno. Por isso, a formação socioespacial, torna-se um instrumento adequado para compreender a história e o presente de um lugar, de um país, pois cada atividade representa uma manifestação concreta do fenômeno social total, e o seu valor efetivo é dado pelo conjunto do lugar em que se manifesta.

A distribuição da totalidade dos recursos resulta da divisão do trabalho, cujos lugares, a cada momento, recebem determinados vetores e deixam de receber muitos outros, determinando sua individualidade e funcionalidade. Desse modo, o movimento do espaço é o movimento dos lugares, o qual é discreto, heterogêneo e conjunto, desigual e combinado. Os lugares, assim constituídos, passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo ao mesmo tempo, um resultado e uma condição. Assim, a divisão do trabalho é portadora das forças de transformação geridas por ações novas ou renovadoras e, encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis. (SANTOS, 2012).

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Dentre eles, destaca-se a disputa entre o Estado e o mercado, a qual não pode ser encarada como uma disputa maciça, pois, muitas vezes, o Estado se torna apenas um regulador dos interesses das grandes corporações ou age como um agente capitalista. No mercado, as empresas de acordo com o seu poder e em função dos respectivos processos produtivos, leva a uma divisão do trabalho baseada em seus próprios interesses. As modalidades de exercício do poder público e privado estruturam a divisão territorial do trabalho a sua imagem e aos seus interesses.

Desta forma, a divisão territorial do trabalho cria hierarquias entre lugares e, de acordo com sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições. (SANTOS, 2012).

As relações entre as rugosidades e o trabalho se produzem sob o enfoque das divisões do trabalho, sucessivas e sobrepostas. De acordo com Santos (2012) a divisão do trabalho sob o enfoque do tempo compreende duas perspectivas: a primeira considera as diferentes divisões do trabalho sucessivas ao longo do tempo histórico, uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e consequências, períodos estabelecidos e sua duração e, os lugares de incidência; a segunda reconhece as divisões sobrepostas num mesmo momento histórico, de caráter propriamente geográfico, obrigando uma análise têmporo-espacial.

Cada lugar, cada subespaço, assiste como testemunho e como ator, o desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Geograficamente, o “resto” das divisões do trabalho, em tempos anteriores, imprime na espacialidade formas, as quais não se extinguem com o passar do tempo, as rugosidades.

Lembre-mo-nos, em primeiro lugar, de que a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas. Em outra situação, consideremos, apenas, para fins analíticos, que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico (SANTOS, 2012, p.136).

O tempo da divisão do trabalho visto genericamente seria o tempo do modo de produção, cujos elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo. Assim, o tempo, ou melhor, as temporalidades conduzem à noção de formação socioespacial, onde os diversos tempos trabalham e se ressignificam a partir do funcionamento e da ação conjunta. (SANTOS, 2012).

A divisão social do trabalho é comumente analisada como a repartição do trabalho vivo. Essa divisão vista através da localização dos seus diversos elementos é denominada de divisão territorial do trabalho. Entretanto, além do trabalho vivo, há uma divisão territorial do trabalho morto, e a ação humana depende tanto do trabalho vivo como do trabalho morto. O trabalho morto, como meio ambiente construído, tem importante papel na repartição do trabalho vivo, cujas feições do território têm ainda influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho.

O meio ambiente construído guarda as formas do processo social, cujas formas, ali materializadas, estão à espera de exercer funções, ainda que limitadas pela sua própria estrutura. O trabalho já realizado se impõe ao trabalho a ser feito, cuja divisão atual da repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores, e a divisão social do trabalho somente pode ser explicada à luz da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.

Portanto, as rugosidades são demonstrações concretas das diversas divisões do trabalho, que acontecem de maneira sucessiva, sobrepostas e concomitantes. Representam o modo de produção anterior materializadas no espaço.

3.2.3. Espaço e capital

A organização do espaço é resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No sistema de desenvolvimento capitalista, o trabalho se realiza sob o domínio do capital, o qual atua de forma heterogênea no espaço e no tempo. (CÔRREA, 1986).

Seguindo as ideias do autor, acima citado, se distingue algumas ações do capital, como: a dinâmica contraditória do capital, decorrente dos conflitos entre o capital e o trabalho e da concorrência dos capitalistas, e gerou, no final do século XIX, a centralização e a concentração do capital envolvendo empresas industriais, bancos e capital financeiro; a centralidade e concentração do capital possuem uma materialidade espacial que é a sua internacionalização, cujo capital busca lugares atrativos à sua reprodução; o Estado capitalista, cujos investimentos cada vez maiores têm contribuído para a organização do espaço, suas ações estão ligadas à necessidade de reprodução do capital, muitas vezes o Estado torna-se empresário, diversificando investimentos, insere-se na dinâmica de acumulação de capital, e se desvirtua do seu papel; o pequeno capital, que ainda não se ampliou, diversificou e nem foi absorvido pelo capital, vive a sua sombra e viabiliza o grande capital.

Cada um destes agentes estabelece uma estratégia de reprodução específica que tem um desmembramento na organização espacial. A organização capitalista, inicialmente, toma decisões de investimentos em lugares onde o pequeno capital não é capaz de realizar. Opera através de uma organização interna que diversifica suas atividades, atuando em diversos ramos de atividades. As restrições locacionais são mínimas e juntamente com a geração de empregos servem de poder frente ao Estado. Trabalha através da dispersão do processo fabril, evitando problemas de nacionalização. Espalha sua força de trabalho em cidades próximas a fim de evitar conflitos trabalhistas e, induz o Estado a instalar a infraestrutura técnica necessária. (CÔRREA, 1986).

Introduz um novo produto agrícola e a modernização tecnológica em uma área rural, cujas grandes corporações diretamente ou indiretamente podem alterar sua estrutura agrária (concentração fundiária, novas forças produtivas constituídas por boias-frias, êxodo rural), aceleram a exaustão do solo e, nas cidades ao entorno, alteram suas funções em função da nova demanda rural. As grandes corporações

criam desta forma, uma organização espacial própria, baseada em seus interesses, “o espaço do capital”. (CÔRREA, 1986).

Neste contexto, Côrrea (1986) menciona que ao lado da grande corporação atua nos países subdesenvolvidos um enorme conjunto de atividades, muitas vezes de natureza familiar, com pouco ou nenhum crédito, com pouca formalidade administrativa ou de mercado, ao que Santos (1978) denominou de circuito inferior da economia.

O Estado, normalmente, vincula sua ação através das necessidades de acumulação do capital e a consequente reprodução social. Assim, age de modo desigual, beneficia certas frações do capital e possui aparelhos repressivos e ideológicos. Através das ações desiguais e contraditórias dos agentes do espaço, materializam-se nas espacialidades estruturas de tempos distintos e anteriores, que ao se relacionarem com o presente, formam as rugosidades.

Neste contexto, reporta-se a Oliveira (2001, p.18) quando menciona que o capital “é portanto, em si, contraditório e desigual”. O processo desigual e contraditório não ocorre de forma absoluta em todo lugar, destruindo totalmente as formas de produção e reprodução, consideradas, muitas vezes, tradicionais ou arcaicas. Essas formas são necessárias para o próprio desenvolvimento do capital, pois é desta justaposição que o capital cria e recria mecanismos para que sua reprodução seja possível e continua no tempo e no espaço. (OLIVEIRA, 2001).

Essa realidade se evidencia quando se toma como referência a parte norte do município de Cachoeira do Sul, cuja área é influenciada pelo tipo de colonização ocorrida (Colônia Santo Ângelo), que desenvolvia uma agricultura inicialmente de subsistência, diversificada e de base familiar e, que ao se inserir no modo de produção de mercado, torna-se uma agricultura especializada, integrada à indústria e voltada ao abastecimento do mercado que determina relações de trabalho assalariado.

Assim, se estabelece o processo de monopolização do território pelo capital monopolista, uma vez que, este agricultor antes responsável pelo abastecimento do mercado local/regional passa a produzir exclusivamente para a indústria a fim de garantir sua reprodução social. O capitalista industrial é uma pessoa e, o trabalhador e proprietário são outras pessoas. Esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem territorializar-se. (OLIVEIRA, 2001).

Outro exemplo dessa relação se materializa na área em estudo e diz respeito à criação de novos capitalistas, agricultores produtores de arroz, que além da agri-

cultura são os donos de silos de armazenagem, secadoras de arroz, transformam, embalam e comercializam o produto, adquirem terras, normalmente vizinhas a sua propriedade, e empregam através de trabalho assalariado antigos agricultores familiares ou filhos de agricultores para realizarem o processo produtivo no campo. Concomitante a isto, produzem, na cidade, trabalho assalariado, portanto, dominam territorialmente a relação campo-cidade.

Essa lógica que o capital impõe é denominada de territorialização monopolista do capital, onde o capitalista domina as partes ou etapas de um mesmo processo, ou seja, o capitalista da indústria, o proprietário de terra e o capitalista da agricultura são uma só pessoa, têm um só nome e para produzir utilizam o trabalho assalariado, base da produção capitalista, como menciona Oliveira (2001).

Neste sentido, Oliveira (2001) considera esse processo uma moeda de dupla face ao desenvolver, ao mesmo tempo, os dois lados da moeda, e à medida que expande o trabalho assalariado expande também o trabalho familiar. Este se apresenta cada vez mais dependente do capital monopolista para se reproduzir, à medida em que é criado pelas contradições internas do capital e assume para si as relações capitalistas.

Além disso, cabe ressaltar a desigual e contraditória expropriação da terra pelo capitalismo, pois ao mesmo tempo em que aumenta sua concentração nas mãos dos grandes proprietários, aumenta a luta pela manutenção da terra através de formas de resistência. Estas atividades, tidas como “novas” formas de produção no espaço rural, resultam de processos sobrepostos de saberes e fazeres, construídos historicamente pelo grupo social, as quais são, normalmente, revisitadas em momentos de esgotamento das relações de produção, assumindo novas roupagens frente à conjuntura socioeconômica vigente.

3.3. PAISAGEM E AS RUGOSIDADES

O estudo da paisagem⁵ é fundamental na compreensão das rugosidades, uma vez que é na paisagem que a rugosidade se materializa, se torna visível, pois

⁵ Para o desenvolvimento da referida tese, utilizar-se-á como categoria de análise a paisagem, baseada nas proposições de Milton Santos. Certos de que nenhum dos conceitos trabalhados nesta tese é trivial ou isento de controvérsias, o conceito de paisagem também não foge a regra, como bem

sua materialização não conversa com a realidade observada, ao mostrar um tempo histórico passado.

A paisagem é um conceito utilizado por diversas ciências, cada uma se apropria do termo de maneira distinta. A ciência Geográfica se destaca na utilização do conceito em seus estudos, entretanto, até mesmo dentro dela existem formas diferentes de abordagens.

Carl Sauer desenvolveu o método morfológico de análise da paisagem, que surgiu no final do primeiro quartel do século XX, nos Estados Unidos, como um movimento de oposição ao determinismo geográfico, especialmente com sua obra *The Morphology of Landscape*, em 1925. A abordagem de Sauer recupera a tradição alemã do final do século XIX e início do século XX, com autores como Passarge e Schlüter e vê a Geografia como ciência da paisagem. A paisagem é analisada em suas formas materiais, existindo uma preocupação em investigar como a cultura humana, analisada através de artefatos materiais, transforma essa paisagem. (RIBEIRO, 2007).

Considerado fundador da Geografia Cultural Norte-americana, e a escola que se formou em sua volta, em Berkeley, representou um dos mais ricos aportes teórico-metodológicos da Geografia Norte-americana do século XX e, ainda hoje influencia diferentes trabalhos. (RIBEIRO, 2007).

No final da década de 1960, um movimento de ruptura com o positivismo, aproximou a Geografia com as filosofias ligadas ao humanismo, refutando também a Geografia Cultural. Para estes geógrafos a paisagem representava mais que o simples visível, a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio, sendo que se destacam autores como David Lowenthal e Yu-Fu Tuan, apesar de trabalhar mais com o conceito de lugar do que propriamente de paisagem. (RIBEIRO, 2007).

Na década de 1980, um novo grupo de autores procurou renovar a Geografia Cultural incorporando na análise a simbologia da paisagem e valorizando o carácter subjetivo do conhecimento, destacando-se autores como James Duncan e Clifford Geertz. Nesta mesma linha de pensamento, abordando a paisagem através de um conceitual de fundo marxista, destaca-se Denis Cosgrove que entende que a paisa-

gem deve ser apreendida por seus aspectos simbólicos, os quais são produzidos pelos meios de produção da sociedade. (RIBEIRO, 2007).

A Geografia Francesa influenciou boa parte dos pesquisadores no Brasil, com destaque para Alberto Ribeiro Lamago. Atualmente, sob as bases da Nova Geografia Cultural destaca-se a obra do francês Augustin Berque que oferece importantes contribuições sobre a simbologia da paisagem (paisagem matriz e paisagem marco). (RIBEIRO, 2007).

No Brasil, destacam-se as contribuições de Aziz Ab'Saber a partir de uma forte vertente ambientalista e o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura – NEPEC, sob o comando de Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosenthal, destacando-se os estudos referentes à paisagem.

Para Claval (1999) estudar a paisagem é um caminho para perceber simultaneamente o conjunto de elementos que estão interagindo na construção do espaço. Para Santos (2014, p. 67-68) a paisagem é:

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 2014, p. 67-68)

Santos (2014) ao mencionar as contribuições de Carl Sauer para a Geografia Cultural enfatiza sua proposição de considerar dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem e a paisagem natural é aquela não mudada pelo homem. Assim, considera que a paisagem natural é quase inexistente e quando ainda ocorre é carregada de intenções de cunho econômico e político. Neste sentido, Santos (2014) considera a paisagem um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, formado por frações de ambas, no que se refere ao tamanho, volume, cor, utilidade ou por qualquer outro critério. Portanto, a paisagem é sempre heterogênea.

A paisagem não se forma de uma só vez, mas por acréscimos, por substituições, seguindo a mesma lógica de criação de um objeto no passado, o qual retrata a lógica de produção daquele momento. Assim, Santos (2014, p. 73) menciona que “a paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”.

Neste contexto, a paisagem existe, em primeiro lugar, na sua relação com seu sujeito coletivo, ou seja, a sociedade que a produziu, que a produz e a transforma em função de certa lógica. (BERQUE, 2004).

A paisagem não é dada para todo sempre, ela também é objeto de mudança, uma vez que representa o resultado de adições e subtrações sucessivas. Ela é uma espécie de marca do trabalho, da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto ao ser formada por elementos naturais e artificiais, cuja natureza natural não é trabalho e, cuja natureza artificial resulta de trabalho vivo sobre o trabalho morto. (SANTOS, 2014).

Para Santos (2014, p. 74-75), suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempo histórico representativos das diversas maneiras de produzir coisas, de construir espaço”.

A paisagem tem um movimento que pode ser mais ou menos rápido, à medida que as formas não se configuram apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem também das condições políticas, econômicas e culturais. A técnica assume um papel importante, mas não possui existência fora das relações sociais. Desta maneira, a paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e culturais, pois as paisagens restituem todo um cabedal histórico de técnicas, mas não nos mostram todos os dados, os quais nem sempre são visíveis. (SANTOS, 2014).

O estudo das rugosidades e sua preservação possibilitam a datação das paisagens criadas pela ação humana, permite compreender os processos pelos quais os agenciamentos humanos, através da técnica, trabalho e capital, foram estabelecidos. Desse modo, permite conhecer a história dos homens sobre a terra e a incorporação de sua cultura, a qual, visível às sociedades presentes possibilita sua transmissão de geração a geração.

Santos (2014, p. 103), ao conceber a paisagem como expressão materializada do espaço geográfico, interpreta-a como forma ao considerá-la “um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e natureza” ou ainda, “a paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos”.

Neste sentido, reporta-se a Souza (2015, p. 46) que enfatiza “a paisagem é a forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonân-

cia ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere”. Assim, Souza (2015) considera a entrevista com a comunidade local e a consulta a diversos documentos instrumentos que podem desvendar se a aparência e a essência da forma criada estão em consonância ou em contradição. Pelo fato de a paisagem ser uma forma, é conveniente interpretá-la ou compreendê-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência.

A importância no estudo da paisagem para Leite (1994, p. 51) reside no fato de que:

“[...] se, de um lado, as formas visíveis da paisagem podem dirigir as transformações sociais e limitar as alternativas de organização do território, de outro lado, as modificações da estrutura social criam sempre novas necessidades, sugerem novas formas, e redefinem os valores da paisagem visível”. (LEITE, 1994, p. 51).

Cabe salientar que paisagem e espaço são coisas diferentes. A paisagem é a materialidade de um instante da sociedade, formada por objetos materiais e não materiais. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento, o espaço são as formas mais a vida que as anima. Por isso, paisagem e espaço formam um par dialético. Complementam-se e se opõem. E, devemos separá-los como categorias analíticas ou se corre o risco de não reconhecer o movimento da sociedade. (SANTOS, 2014).

Seguindo as ideias de Santos (2014, p. 103-104) ao afirmar que paisagem e espaço não são sinônimos:

[...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distinção de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da introdução da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, essa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2014, p. 103-104).

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, através do seu uso, é um conjunto de mercadorias cujo valor individual deriva do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, a cada fração de

paisagem. O espaço é a sociedade, assim como a paisagem também é. Entretanto, o acordo entre ambos não é total, mas sim uma busca permanente. (SANTOS, 2014)

A paisagem existe através de suas formas, criadas em diferentes momentos históricos, porém coexistem na atualidade. Já no espaço, as formas de que se compõem a paisagem possui, no momento atual, uma função, como resposta às necessidades das sociedades. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas somente as formas mais recentes correspondem às determinações da sociedade atual. (SANTOS, 2014).

Santos (2014) considera a paisagem e o espaço uma espécie de palimpsesto que, mediante acumulações e substituições, a ação de diferentes gerações se sobrepõe a ações passadas. É ele, portanto, presente, porque há passado e futuro.

Os movimentos da sociedade atribuem novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novos desequilíbrios e equilíbrios e, ao mesmo tempo, novas conjunturas de partidas para um novo movimento. As formas adquirem vida pelo movimento social renovador da sociedade, transformando-as, assim, em formas-conteúdos, participando da dialética da sociedade e fazendo parte da evolução/construção do espaço. A paisagem permite supor o passado, mas ao se pretender compreender cada etapa da evolução das sociedades é preciso retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam a história, tal como a sociedade a inscreveu, de momento em momento. (SANTOS, 2014).

Assim, Santos (2014, p. 107) menciona que “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais”. Pode-se falar, desse modo, em um funcionamento da paisagem.

Luchiari (2001) considera que a paisagem é um vetor passivo, mas somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social. Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência, cujo verdadeiro conteúdo somente se revela por meio de funções sociais que lhes são constantemente atribuídas no desenrolar da história.

O processo social imprime a materialidade ao tempo, produzindo forma e paisagens, produzindo rugosidades na paisagem. Tais rugosidades materializadas na paisagem revelam a forma como o homem se reproduz ao longo dos tempos e serve de base para a reprodução das sociedades futuras, pois a técnica, o trabalho e o capital empregado produzem formas com determinadas funções baseados em cer-

tas estruturas e seguindo processos específicos. Essas formas em outras temporalidades configuram as rugosidades, as quais podem representar novos rearranjos de reprodução humana, ou seja, é a partir destas marcas deixadas pelo homem no espaço, criando uma paisagem, que as sociedades futuras criam novas ou readaptam formas de vida, modos de produzir e reproduzir.

Cabe ressaltar que ao longo do tempo os homens criam suas marcas no espaço, estas, por sua vez, podem ou não permanecer na paisagem, elas podem desaparecer com o tempo. Entretanto, num processo contínuo de produção e reprodução outras marcas serão criadas e, assim, por conseguinte, num processo de criação e destruição de formas, os homens criam espaço. Entretanto, as formas que permanecem no presente, seja por conjunturas econômicas, culturais, sociais ou ambientais, representam modos de vida que exercem influência no modo de vida da sociedade atual.

Desta maneira, Luchiari (2001) enfatiza que a paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas, cujas práticas sociais podem produzir um novo contexto material que altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades.

A paisagem deve ser compreendida como uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais, os quais mudam e continuam mudando com o decorrer dos tempos, cujo tempo apresenta diferentes formas de técnicas e trabalho, que associadas ao modo de desenvolvimento materializam rugosidades no espaço, criando uma paisagem única. Por isso, as rugosidades permitem apreciar e compreender a permanência de paisagens na contemporaneidade, cujos agenciamentos para tal configuração e conservação vão muito além dos agentes econômicos, pois representam não apenas a forma como se reproduzem, mas a forma como a sociedade vive e sua continuidade no tempo e no espaço, ou seja, a dialética espaço e sociedade.

Neste contexto, reporta-se a Pimenta e Figueiredo (2014, p. 11):

As paisagens são nossa herança cultural, transformada a partir do trabalho humano e das formas de representações de sociedades que se sucedem em determinado ambiente. Este também se altera constantemente numa interação dinâmica em que devem colocar objetos sociais e culturais. São as paisagens que registram nossa história. É nelas que se elaboram, hoje, as bases de acumulações futuras. Cada lugar marca sua diferenciação nas paisagens, esse conjunto de formas modeladas pelo homem sobre o ambiente, transformando-o historicamente, a partir da apropriação das técnicas.

Ali estão presentes, seletivamente, resquícios e lembranças, herdadas nos diferentes movimentos da sociedade. (PIMENTA e FIGUEIREDO, 2014, p. 11).

Nas análises de Berque (2004) a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. Como marca, a paisagem pode e deve ser inventariada. Fazer o inventário das formas concretas da epiderme terrestre é a Geografia enquanto descrição da terra pelos geógrafos. (BERQUE, 2004).

Ao contrário da maioria das ciências sociais, a Geografia, especialmente a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria, uma marca considerada a geografia em primeiro grau, pois representa a escrita da terra por uma sociedade. Essa marca implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz. (BERQUE, 2004).

Neste contexto, Corrêa e Rosenthal (2004) atentam que, na realidade, a paisagem apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia:

Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica. (CORRÊA E ROSENTHAL, 2004, p. 08).

Tomando-se como ponto de referência o presente objeto de estudo, as rugosidades, pode-se dizer que ao ser visível na paisagem, ela também assume suas dimensões referidas por Corrêa e Rosenthal (2004), uma vez que são criadas pela ação humana em uma base física (dimensão morfológica), apresentam inter-relações com o local e seu entorno, como, também, sobre influências da conjuntura externa (dimensão funcional), são fruto das relações humanas ao longo da história

(dimensão histórica) e também são carregadas de valores e identidades locais (dimensão simbólica).

Neste contexto, é importante considerar o conceito de paisagem cultural, que nas palavras de Sauer (2004, p. 59) é definida como:

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado. Sob a influência de, uma determinada cultura, ela própria muda através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. (SAUER, 2004, p. 59).

Seguindo as ideias do autor, a paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado (*chore*). Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem. Com base nessa definição, a Geografia não se preocupa com a energia, costumes ou crenças do homem, mas com as marcas do homem na paisagem. As formas de população dizem respeito a sua densidade e deslocamento, a habitação inclui os tipos de estrutura que o homem constrói e seus agrupamentos diversos como em muitos distritos rurais ou aglomerados em vilas e cidades, as formas de produção são os tipos de utilização da terra visando produtos primários, fazendas, florestas, minas e áreas impróprias que o homem ignorou. (SAUER, 2004).

Desta forma, ao analisar-se a paisagem no espaço rural e no espaço urbano, deve-se ter claro que o seu movimento se configura de forma heterogênea. No espaço urbano o movimento é mais rápido do que no espaço rural. Toma-se como exemplo as rugosidades materializadas na paisagem, no espaço urbano os agenciamentos econômicos e políticos destroem rugosidades em busca do crescimento econômico local. Já no espaço rural, as rugosidades expressam o trabalho presente na paisagem, denotando um passado/presente carregado de símbolos e significados, cuja identidade territorial configura relações de posse e pertencimento. Desse modo, a paisagem representa um documento-chave para entender as projeções socioculturais que representam ou se associam a um dado lugar. (DAVID, 2014).

Muitas são as interpretações de paisagem cultural, mas de maneira geral entende-se que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu

espaço. Para Sauer (2004) a paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço e, dessa forma, ela não é estática, está sujeita a mudar, tanto pelo desenvolvimento da cultura, como pela sua substituição.

Assim haveria um momento de desenvolvimento da paisagem cultural até que esta alcança o clímax, passando então a um período de decadência onde poderia haver a imposição de uma nova cultura que iniciaria o processo de construção de sua paisagem cultural novamente. Dessa forma, havendo a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofre um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural é construída sobre os remanescentes da antiga (SAUER, 2004).

Para Ribeiro (2007) a paisagem cultural pode ser vista de diferentes maneiras: a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo; a paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço e, neste caso se estrutura a rugosidade como o tempo histórico que virou paisagem; pode ser lida como um produto da sociedade que a produziu; também pode ser lida como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. Desta forma, o conceito de paisagem cultural expressa a relação entre a cultura e o meio natural, entre homens e meio ambiente, envolvendo noções de pertencimento, significado, valor e especificidades de lugares.

Analisando as concepções de paisagens descritas por Ribeiro (2007) pode-se considerar as rugosidades tanto pelo viés do testemunho da história dos homens como também sendo produto da sociedade que a produziu. Ambas as concepções se relacionam, mostrando que a rugosidade como marca humana carrega restos das múltiplas relações que os homens realizam para criarem seu espaço e nele se reproduzirem. Portanto, as rugosidades contribuem para se repensar novos olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro.

3.4. PATRIMONIO CULTURAL, RUGOSIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A necessidade de entendimento e discussão das rugosidades perpassa também pela compreensão de patrimônio cultural, especialmente o patrimônio cultural material. Compreendendo-se rugosidades como o espaço construído e o tempo his-

tórico que virou paisagem, atenta-se para a possibilidade das rugosidades serem consideradas patrimônio cultural à medida que são marcas cristalizadas no espaço e que representam um tempo histórico de uma dada sociedade, uma herança espacial. Portanto, as rugosidades podem ser tombadas, ou seja, salvaguardadas também como patrimônio cultural.

A origem da palavra patrimônio⁶ está atrelada ao termo latim “*patê*” ou “*patri-monium*”, que significa pai ou paterno ou herdada do pai, respectivamente. Seu significado relaciona-se com tudo o que é deixado pela figura paterna como herança, configurando-se claramente na intenção de transmitir um bem a gerações futuras. Ao longo do tempo, tal significado incorporou a noção de bens materiais que está intimamente relacionada com a identidade, a cultura e o passado de uma coletividade, passando a designar legados culturais que possam ser revividos e conhecidos pelas gerações futuras. (BRAYNER, 2007).

Historicamente, patrimônio é ligado à noção de sagrado ou à noção de herança (memorial ou de bens), define a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade. O patrimônio cultural pressupõe valores que são transmitidos de geração a geração, podendo ser expresso em palavras, imagens, monumentos, objetos, ritos, celebrações, costumes, fruto de um processo de construção de determinados grupos sociais. Portanto, patrimônio é a herança do passado, um conjunto de bens materiais ou imateriais, que devido ao seu valor próprio, pode ser considerado relevante para a identidade e continuidade de um povo. (BRAYNER, 2007).

Neste contexto, Lemos (2006), ao conceituar patrimônio cultural, aborda-o como um conjunto onde tudo possui significado, ou seja, demanda sentido social para os indivíduos, não importando se esse patrimônio está materializado ou simplesmente se manifesta de modo específico ao longo do tempo, constituindo a sua cultura.

⁶ O patrimônio começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII. Naquele momento, muitos revolucionários queriam destruir todas as obras de arte, castelos, prédios e objetos pertencentes à nobreza, assim como os templos que lembravam o poder do clero. Alguns intelectuais manifestaram-se contra esta atitude, argumentando que, além do valor econômico e artístico, aqueles monumentos e objetos também contavam a história do povo da França, dos camponeses, dos comerciantes, dos pobres. Ou seja, o valor histórico daqueles bens ia além da história dos reis, do clero, dos nobres e de toda a corte francesa. Assim, esses bens deveriam ser preservados no interesse de um conjunto maior de pessoas: para a população que compunha a nação francesa. A noção de patrimônio histórico surge, portanto, vinculada à noção de cidadania. (BRAYNER, 2007).

Entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas “formas de criar, fazer e viver” (Constituição Federal, 1988, art. 216). A cultura engloba tanto a linguagem de um povo, suas histórias, seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração à geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência. (BRAYNER, 2007).

Os indivíduos constroem suas identidades ao se relacionarem mutuamente em diferentes contextos e situações. A identidade se expressa por tudo o que o torna único, diferente dos demais. Tais relações também são válidas para os grupos sociais, onde os indivíduos compartilham histórias, memórias coletivas, visões de mundo e modos de vida. Desta forma, a cultura e a memória são elementos que fazem com que os indivíduos se reconheçam e partilhem características em comum, podendo-se falar em identidade cultural. (BRAYNER, 2007).

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural, ou seja, é reconhecer que não existem culturas mais importantes, ou melhores que outras e, sim, culturas diferentes. Um bom exemplo de diversidade cultural é o nosso país, o Brasil, formado por vários grupos étnicos que trouxeram seu modo de vida, memórias, conhecimentos e que, ao mesmo tempo, transformaram, foram transformados através do contato cultural, constituindo uma cultura brasileira plural e diversa.

Atualmente, a questão patrimonial coloca o lugar e a paisagem no centro do debate, podendo conciliar cultura material e imaterial. A nova categoria de bem cultural busca sanar a deficiência dos instrumentos de proteção e contemplar a multiplicidade implícita na composição da paisagem. Tal preposição é fruto dos desdobramentos que o desenvolvimento econômico vem provocando como a degradação e destruição de espaços, das estruturas e dos elementos naturais e culturais que configuram a paisagem, como também de um crescente interesse pela identificação, preservação e divulgação desses espaços, através de uma visão mais abrangente, eliminando as continuas ameaças que a paisagem e o patrimônio estão sujeitos devido aos processos intensos de ocupação do território. (BATISTA e MATOS, 2014).

Desta forma, a permanência das formas mesmo com alteração das funções permite compreender a paisagem como um registro cultural que contém elementos construtivos de uma dada sociedade, suas ações e representações (Pimenta e Figueiredo, 2014). A preservação patrimonial permite conservar a memória, a identidade, a paisagem e o espaço vivido de uma sociedade.

Nesta perspectiva, Batista e Matos (2014) mencionam que as atuais concepções de paisagem e de patrimônio reivindicam, concomitantemente, uma consideração abrangente que incorpora a paisagem como construção histórica, ou seja, uma dimensão patrimonial e identitária e, também, uma dimensão operativa do patrimônio (paisagístico, na sua dimensão mais ampla) como um conjunto de manifestações resultante das relações Sociedade-Natureza que possui valor cultural reconhecível socialmente e identificável, em termos de equilíbrio ambiental, no território em que se insere.

A paisagem e o patrimônio deixam de ser, respectivamente, apenas suporte para o crescimento urbano/rural, implantação das atividades econômicas e elemento de orientação museológica para se tornarem elementos ativos e dinâmicos, ao passarem a integrar os processos de desenvolvimento social e econômico, à luz da sustentabilidade, de modo que possam ser transmitidos para as gerações futuras. Deste modo, a paisagem e o patrimônio, na acepção global e integrada, surgem como vetores indispensáveis de um desenvolvimento sustentável pautado no potencial econômico ligado ao turismo e ao lazer, quer pela sua contribuição na satisfação das necessidades sociais básicas de preservação de memórias e identidades, individuais ou coletivas. As concepções contemporâneas de paisagem e patrimônio consideram-nos plenos de vivência e significados que contribuem para a manutenção da identidade e qualidade de vida da sociedade. (BATISTA e MATOS, 2014).

Cabe ressaltar que as concepções atuais de incorporar a paisagem como forma de identificação e proteção do patrimônio cultural no Brasil, bem como a própria construção do que se entende como patrimônio, perpassaram por inúmeras ideias e concepções, as quais variavam de acordo com a época e instituição.

Tais concepções começam a mudar, a partir da década de 1920, quando um grupo de artistas e intelectuais se reuniu, dando início ao Movimento Modernista, o qual passou a buscar e a valorizar as diferentes raízes da cultura brasileira. Naquela época, o Brasil passava pelo fervor do movimento artístico modernista, incidindo também as primeiras ações preservacionistas. As ideias difundidas por alguns inte-

lectuais modernistas não contemplavam o conservadorismo da elite nacional, mas foram os responsáveis por elaborar os primeiros conceitos de preservação patrimonial. (CASTRIOTA, 2009).

Por conseguinte, as primeiras Políticas Públicas Nacionais voltadas para a preservação do patrimônio nascem nesse florescer de ideias. Integrantes deste movimento se destacam entre os precursores como o poeta Mario de Andrade, que no ano de 1936, elaborou o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, atual Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁷, que após inúmeros ajustes deu origem ao Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, criando o referido órgão.

Além disso, desde a criação do IPHAN, a discussão da paisagem como patrimônio cultural está presente, apesar de não ter sido utilizada a ideia de paisagem cultural quando da criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, mas sua criação e bens inscritos possibilitam compreender a ação da instituição em relação às paisagens como categoria operacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro. (RIBEIRO, 2007).

Para Lemos (2006, p.39) Mario de Andrade compreendia que o Patrimônio Artístico Nacional incluía “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”.

Salienta-se que tais concepções eram abrangentes para a época, pois incluíam as diversidades sociais dos bens culturais, tentando resguardar a totalidade dos bens culturais do nosso patrimônio cultural. Entretanto, o Decreto-Lei não contem-

⁷ Criado em 1937 com a sigla SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – passou por diferentes denominações. Em 1946 passou a se chamar Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, em 1970 se transforma no IPHAN, em 1979 volta a se denominar SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e divide atribuições com a FNpM – Fundação Nacional pró-Memória. Em 1990 ambas são extintas e é criado o IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Finalmente, em 1994, o IBPC volta a se chamar IPHAN. Na sua criação em 1937 foram também criados quatro livros de tomo: Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo de Belas Artes, Livro de Tombo das Artes Aplicadas e o Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Este último, denota o interesse em se considerar bens da natureza paisagística como patrimônio nacional. (RIBEIRO, 2007). É importante salientar que, ao longo do tempo, o IPHAN tem trabalhado no sentido de reformular e aperfeiçoar suas estratégias de atuação para atender aos novos desafios e demandas que surgem, na medida em que as noções de cultura, povo, identidade, nação e patrimônio são reinterpretadas e ampliadas.

plou a diversidade cultural existente, restringindo-se aos bens materiais, especialmente aos ligados ao Período Colonial.

Desse modo, a primeira definição legal do conceito de patrimônio no Brasil foi estabelecida através do Decreto-Lei, nº 25, de 30 de novembro de 1937, outorgado pelo Presidente Getúlio Vargas e publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de dezembro de 1937, p. 24056, assim redigido:

Art 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 2º - Equiparam-se ao bem a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana. (IPHAN, 2006).

Em relação à paisagem⁸, o Decreto-Lei 25, que ainda vigora no país, estabelece que tanto a paisagem natural como a cultural são passíveis de tombamento, desde que seja atribuído um valor a elas, portanto, podem ser consideradas patrimônio cultural. Também prevê, a possibilidade de considerar paisagem como um bem patrimonial, apesar de nos primeiros anos vigorarem as concepções de paisagismo ou panorama, predomínio dos bens arquitetônicos em detrimento de outros. (RIBEIRO, 2007).

Paralelamente, em nível internacional, na tentativa de reparar os antagonismos e disputas gerados pela Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das

⁸ De acordo com Ribeiro (2007) pode-se dizer que as transformações da ação do IPHAN em relação à paisagem refletem as transformações pela qual a instituição passou, resultando, especialmente nos primeiros anos da instituição, na não explicitação do valor atribuído que explique as razões de tombamento e que nem sempre o que se entende hoje como paisagem cultural foi tratado como tal, muitas vezes o termo paisagem nem é citado. Nos primeiros anos da criação foram poucos os tombamentos que visavam às áreas naturais ou os aspectos que revelassem as relações entre o natural e o cultural. O foco estava no barroco mineiro, eleito como representante da arte e cultura brasileira, construído a partir de um modelo europeu. Assim, os arquitetos foram os grandes responsáveis pelas políticas de patrimônio do IPHAN, cujo predomínio dos bens tombados constitui-se pela arquitetura. Deste modo, tal predomínio influenciou como a paisagem era abordada entre as décadas de 1930 e 1960, destacando-se a pequena ação quanto à paisagem natural, deixando relegada a legislação ambiental e o predomínio da paisagem atrelada ao paisagismo e ao aspecto visual e planejado.

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO⁹, em 16 de novembro de 1945, em Londres na Inglaterra

Segundo Lemos (2006), a UNESCO classificava o patrimônio em três grandes categorias: o primeiro, diz respeito ao meio ambiente, os elementos naturais, cujos recursos naturais tornam o sítio habitável; o segundo refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer (elementos não tangíveis do patrimônio cultural), compreendendo toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente; e o terceiro, considerado o mais importante por reunir os bens culturais que são objetos, artefatos e construções, obtidos a partir do meio ambiente e do saber fazer.

Para conceituar patrimônio cultural, Lemos (2006) utiliza-se das concepções trazidas pela UNESCO ao entendê-lo como um vasto acervo do homem, compreendendo os elementos da natureza, os elementos não tangíveis (as técnicas, os saberes, os conhecimentos) e os elementos tangíveis (todas as produções do homem), conhecidos como bens culturais. Os bens culturais podem ser de natureza material ou imaterial. Os bens culturais materiais (também chamados de tangíveis) são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos. Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser das pessoas. Cabe ao IPHAN preservar o patrimônio cultural brasileiro, tanto os de natureza material como os de natureza imaterial.

Paralelamente e em sequência, aos avanços internacionais no entendimento do patrimônio no Brasil, especialmente, nos finais da década de 1960, foram observadas tentativas de romper com visões distorcidas de paisagem, com noções cada vez mais ampliadas e integradoras da paisagem como menciona Sant' Anna, 1995, p. 170-171).

[...] a partir dos anos 60, a cidade patrimônio deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de “cidade histórica”.

⁹ A UNESCO, órgão ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), tem por objetivo garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros. Atualmente os 193 países integrantes, buscam soluções para os problemas que afetam e desafiam a sociedade. Assim, a cada dois (2) anos, através de sua Conferência Geral, procuram debater e deliberar sobre temas internacionais como a cultura, a educação e a preservação ambiental, incluindo a preocupação com a preservação do patrimônio cultural da humanidade.(BRAYNER, 2007).

Os antigos valores histórico e artístico agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha agora maior força, incluído cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica. [...] A hegemonia do valor paisagístico é também, naturalmente, reflexo do discurso de contextualização do objeto patrimonial no seu entorno. (SANT'ANNA, 1995, p. 170-171).

Observa-se um crescente número de inscrições de conjuntos, com destaque para os conjuntos urbanos, cuja atribuição de valor não se faz exclusivamente por critérios estéticos e de monumentalidade dos bens, mas incluído valores históricos e culturais, todos reunidos através da categoria paisagem, permitindo a integração de elementos antes considerados de menor interesse. (RIBEIRO, 2007).

Entretanto, somente na década de 1970, a UNESCO propôs a ampliação conceitual de preservação patrimonial, mudando sua natureza de monumento único para conjuntos arquitetônicos, incorporando a preocupação com a ambiência dos bens e suas representações imateriais. (CASTRIOTA, 2009).

Neste contexto, no fim dos anos de 1970, devido ao crescimento econômico brasileiro, criaram-se estudos que abordavam a “ambiência” histórica e sociocultural do bem tombado, os chamados “estudos de entorno”, mudando a noção de visibilidade do bem tombado daquela contida no Decreto-Lei 25/37. Assim, a partir desse momento o que se pretende valorizar primeiro como patrimônio é o seu aspecto de vestígio da relação do homem com o meio. (FONSECA, 2005).

A Organização das Nações Unidas - ONU, através da UNESCO, criou mecanismos para eleger e salvaguardar bens que são referências para a humanidade no campo cultural e ambiental, influenciando movimentos internos de preservação patrimonial. A declaração da UNESCO (1972) considera patrimônio o legado recebido do passado, vivido no presente e transmitido às futuras gerações. Considera, ainda, que nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, à criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (DECLARAÇÃO DA UNESCO, 1972).

De acordo com a Convenção da UNESCO de 1972, os bens podem ser inventariados e classificados de acordo com o valor a eles atribuídos como: patrimônio natural ou patrimônio cultural. Delegou aos Estados signatários da Convenção o dever de identificação e preservação de possíveis sítios, cabendo a estes a responsa-

bilidade da indicação dos seus bens candidatos à patrimônio mundial. Na mesma época, foi criado o Fundo do Patrimônio Mundial, sendo o Comitê do Patrimônio Mundial responsável por indicar a forma como esse fundo deve ser administrado, bem como em que condições ele deve ser empregado. Além disso, foram criadas as Orientações para guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial que, em conjunto com o texto da Convenção, constitui o conjunto de documentos mais importantes que regem o patrimônio mundial. Uma lista de critérios para a seleção dos bens foi estabelecida, dividida, inicialmente, em critérios naturais e critérios culturais. Para obterem sua inscrição, os bens deveriam satisfazer pelo menos um desses critérios. (RIBEIRO, 2007).

O texto da Convenção é marcado pelo dualismo entre natural e cultural, concepções que refletiam o dualismo de pensamento da época, bem como a própria ideia de preocupação com a preservação do patrimônio mundial bipartidária, uma preocupada com a conservação da natureza e outra com a preservação dos sítios culturais. Entretanto, diante da existência de bens que poderiam ser classificados tanto como naturais ou culturais, foi criada a classificação de “bem misto”. (RIBEIRO, 2007).

Na 19ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairobi em 1976 foi definido o que se entendia como conjunto histórico, que de acordo com o IPHAN (2004, p. 219):

[...] todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no meio rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sociocultural. (IPHAN, 2004, p.219).

Chagas (2009) considera que a legislação brasileira precisou mais de meio século para incorporar os bens intangíveis aos bens culturais, cujas preocupações já tinham sido mencionadas pelo poeta Mario de Andrade para, finalmente, serem referenciadas na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, artigo 216, que define o patrimônio cultural como:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência

à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 215 e 216, ao ampliar a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial estabeleceu outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário do Patrimônio Imaterial ou Intangível – instituído pelo Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, quando o patrimônio imaterial passou a ganhar visibilidade efetiva. Portanto, busca superar as lacunas deixadas pelas leis anteriores e contemplar a diversidade cultural brasileira.

A partir da institucionalização do referido Decreto, foram definidas as ações a serem estabelecidas na perspectiva de implementar uma política pública de inventários afim de identificar, reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial. O inventário corresponde à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural material ou imaterial, ou seja, documentar o passado e o presente desses bens, tornando tais informações acessíveis ao público. (BRASIL, 2009).

De acordo com Dias (2006) deve-se compreender o patrimônio como uma construção social e cultural, pois resulta a partir da realidade concreta de uma comunidade. Diz respeito a um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos, conferindo a um determinado grupo sentimento coletivo de identidade, fazendo com que toda construção patrimonial se torne uma representação simbólica de certa identidade. Desse modo, os símbolos tornam-se veículos privilegiados de transmissão cultural, mantendo vínculos com um passado idealizado a partir das necessidades do presente.

Seguindo as ideias de Brayner (2007, p. 12):

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um

lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. (BRAYNER, 2007, p.12).

O patrimônio corresponde a um imenso acervo, pois denota o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de um povo. Cabe ressaltar que este acervo sofre interferências ou até mesmo mudanças do mundo globalizado, podendo até mesmo representar a perda da identidade de uma determinada sociedade.

Por conseguinte, reporta-se a Pelegrini (2006) que ressalta que o patrimônio cultural¹⁰ compreende os elementos significativos da memória social de um povo ou de uma nação, englobando os elementos do meio ambiente, o saber do homem no decorrer da história e os bens culturais enquanto produtos concretos do homem, resultantes da sua capacidade de sobrevivência ao meio ambiente. Patrimônio diz respeito às maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, como também suas manifestações simbólicas de saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradições.

Neste contexto, é importante salientar que algumas rugosidades encontradas na paisagem rural de Cachoeira do Sul configuram-se como patrimônio cultural material. O patrimônio material protegido pelo IPHAN é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados¹¹ de natureza material podem ser imóveis como as

¹⁰ Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural e paisagístico, arqueológico e assim por diante. Contudo, nos últimos anos de século XX e início de século XXI, já se compreende que essas áreas já se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio. Sem dúvida, hoje se reconhece que a cultura é construída historicamente, de forma dinâmica e ininterrupta, alterando-se e ampliando seu cabedal de geração em geração, a partir do contato com saberes ou grupos distintos. (PELEGRINI, 2006).

¹¹ É oportuno esclarecer o sentido do termo tombamento. Conforme Leandro Silva Telles, o substantivo tombamento (do verbo tomar, fazer cair) tem originado, por razões etimológicas, algumas confusões, não obstante o Instituto de Tombamento nada tenha a ver com esse verbo. A

idades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2017)

As mudanças nas concepções do que se entende como patrimônio, na legislação brasileira, contribuiu para a descentralização das políticas públicas de preservação cultural no país. Os estados e municípios também passaram a se responsabilizar pela manutenção e pela conservação patrimonial.

No Rio Grande do Sul, após a criação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, foi publicada a Portaria nº 11/90, que altera a denominação das coordenadorias, transformando-as em institutos, surgindo, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE¹². Até o mês de abril de 2017, o instituto contava com 153 bens tombados, aos quais incluem-se os tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques) e os bens móveis da Biblioteca Pública.

Nesta perspectiva, cabe referenciar, que nos últimos anos, de acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), o Estado do Rio Grande do Sul, apresenta preocupação em salvaguardar o patrimônio cultural gaúcho, cuja diversidade se dá através das trocas culturais com as nações vizinhas e a miscigenação étnica que constituiu a formação de seu povo. (IPHAE, 2017).

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, além das ações de tombamento, estabelece para esses bens as áreas de entorno e as diretrizes e orientações às intervenções nessas áreas. O IPHAE realiza ainda convênios e parcerias junto aos municípios, com a intenção de inventariar os bens edificados de valor cultural, atendendo, dessa forma, a todos os municípios do Estado, auxiliando-os na implementação de legislações municipais de tombamento e

origem do termo é bem distinta: em 1373, o rei D. Fernando I criou um arquivo numa das torres da muralha de Lisboa, que passou a ser chamada de Torre do Tombo, pois no português arcaico, tombo significa inventário de quaisquer documentos. Daí os cartórios possuírem livros “tombo” e a inscrição de um bem, no livro, denominar-se tombamento. (SCHUH & CARLOS, 1991).

¹² Em 1954, foi criada a Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ligada à Secretaria da Educação. No regulamento, ficou estabelecida a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural do Estado, além de estudos e difusão do folclore. No ano de 1964 foi criada, junto à referida Divisão, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado. A partir de 1979, esse órgão passa a se chamar Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, CPHAE e, em 1990, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. (IPHAE, 2017).

desenvolvendo ações de proteção do patrimônio cultural em parceria com os municípios, o IPHAN e as associações civis. (IPHAE, 2017).

O Instituto possui ainda publicações referentes ao patrimônio e a sua preservação. Elabora pareceres para os projetos relativos à preservação do patrimônio cultural que buscam a Lei do Incentivo à Cultura (LIC), e pareceres referentes aos valores culturais dos bens do estado para o Ministério Público Estadual e Federal. (IPHAE, 2017).

Em Cachoeira do Sul, a Lei Municipal nº 1867, de 26 de junho de 1981, determina como Patrimônio Histórico Municipal:

Art. 1º - "Constitui Patrimônio Histórico-Cultural do Município o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação e fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos, ou por seu valor cultural, seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do passar do tempo". (LEI MUNICIPAL Nº1867, 1981).

Nesta direção, o Decreto Municipal nº 389, de 08 de dezembro de 1981, criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural (COMPAHC), cujo órgão é responsável pelo assessoramento e colaboração à administração municipal nos assuntos relacionados com o patrimônio histórico-cultural do município. A atuação do conselho está voltada, em primeiro lugar, ao conhecimento deste patrimônio com o objetivo de preservá-lo e, quando necessário, recuperá-lo. Paralelamente, vem executando a tarefa de tomba bens móveis e imóveis de reconhecido e comprovado valor histórico-cultural, a fim de garantir a conservação e preservação destes bens que se constituem em bens municipais e, por assim dizer, estaduais e nacionais. (SCHUH & CARLOS, 1991).

A partir do exposto, nota-se que a categoria paisagem cultural tem mostrado uma riqueza e variedade de possibilidades de abordagens, a qual deve ser considerada como um bem em si, não apenas como seu entorno. Isto denota que ela deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nela existem e, é na integração entre o material e imaterial, cultural e natural, que reside à riqueza da abordagem da paisagem cultural como bem patrimonial. (RIBEIRO, 2007).

A forma como a paisagem foi incorporada como categoria de preservação do patrimônio cultural variou constantemente, ao longo dos anos da gestão pública fe-

deral, assim como as abordagens no âmbito das discussões acadêmicas sobre o próprio conceito de paisagem. Entretanto, observa-se um processo iniciado na década de 1990 e intensificado nos anos 2000 nas instituições de preservação de patrimônio cultural no Brasil, através de iniciativas que procuraram incorporar a paisagem como um bem patrimonial a partir de novas perspectivas, utilizando o qualificativo de paisagem cultural.

Neste contexto, à medida que instituições especializadas como o IPHAN, IPHAE e o COMPAHC salvaguardam algumas rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul como patrimônio cultural, a comunidade local as reconhece, através de sua memória, como elementos de sua própria história, do espaço onde vivem. Neste sentido, reporta-se a Le Goff (1997), que menciona a memória como um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha, cujo vínculo além de construir um elo afetivo, percebe os indivíduos como sujeitos da sua história, do espaço onde vivem, garantindo sua continuidade no tempo e no espaço, soberania e independência.

4. A ESPACIALIDADE GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL/RS

4.1. O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA ESPACIALIDADE GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL

Em 1750 a região que compreende atualmente o município de Cachoeira do Sul foi ocupada por soldados portugueses devido a sucessivas guerras entre portugueses e espanhóis. Os soldados portugueses estabeleceram acampamento para guarnecer as fronteiras portuguesas no sul do Brasil, na atual localidade de Passo do Fandango, próximo ao rio Jacuí. Vieram de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, receberam sesmarias do governo de Portugal, fundando o lugarejo que deu origem a cidade de Cachoeira do Sul.

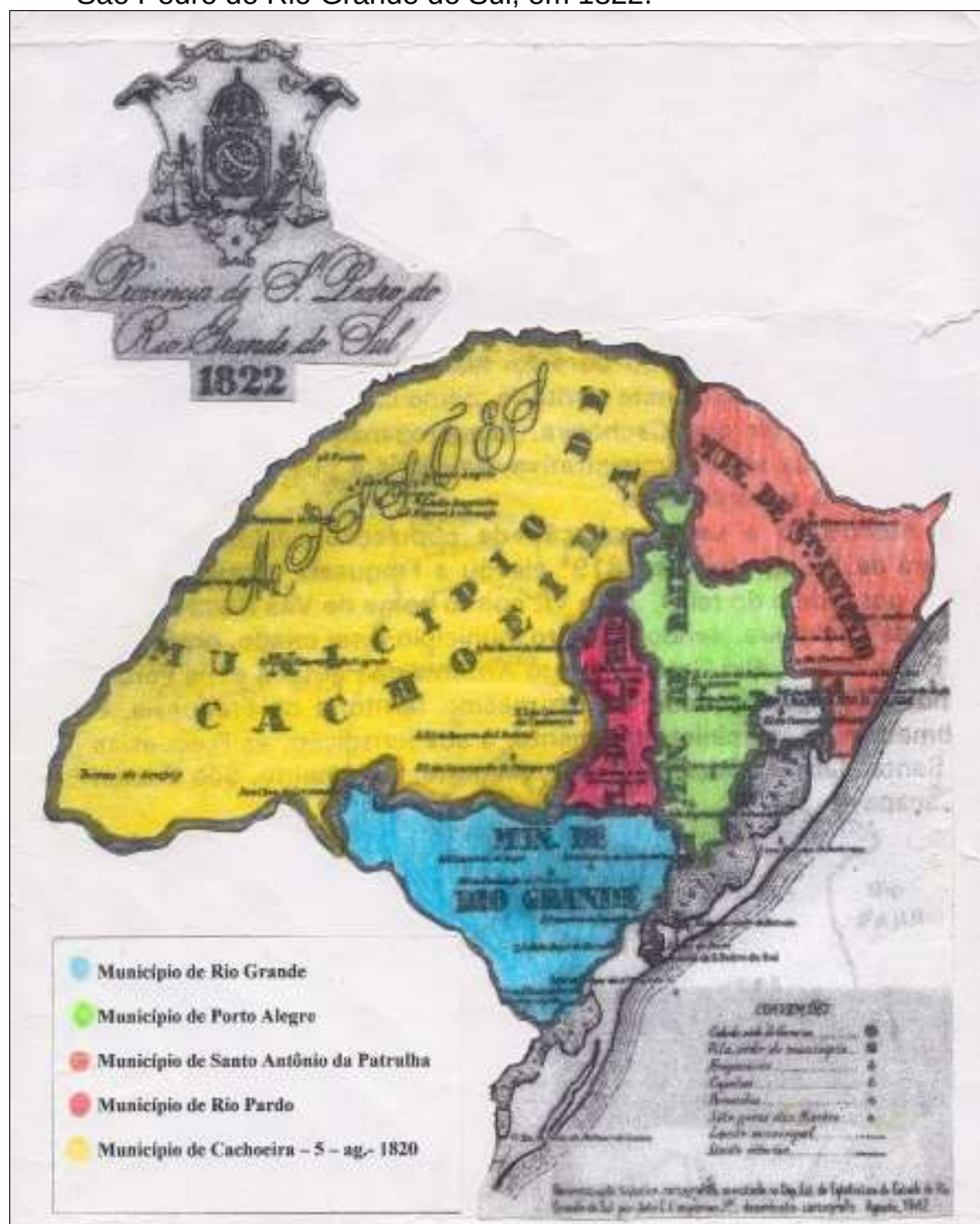
Mais tarde, por volta de 1753, chegaram os açorianos que tinham por função povoar o território. No ano de 1769, foi instalado uma aldeia de índios vindos das Missões às margens do rio Jacuí (local que até hoje é denominado de Aldeia), denotando a nítida intenção de firmar um povoado, base para uma futura vila. Tal aldeamento indígena tinha por objetivo fornecer mão de obra para o novo povoamento em construção. Foi neste período que o primeiro nome oficial do lugar surgiu - Capela de São Nicolau. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2017).

Neste período, muitos de escravos negros eram trazidos à região, pois a mão de obra escrava era a base da economia da época. O povoado foi elevado à categoria de freguesia em 1779, cujo nome era Freguesia de São Nicolau da Cachoeira de São José e, dois anos depois, recebeu a denominação de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira.

Neste contexto, a área em que se encontra o município de Cachoeira do Sul foi ocupada por várias etnias, aparecendo em um mapa organizado pela Província em 1809, cujo território fazia parte do município de Rio Pardo (Figura 2).

(14) municípios farroupilhas, localizado na região Central do estado, precedido de Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. (Figura 3).

Figura 3 – Mapa da Localização do Município de Cachoeira do Sul na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1822.



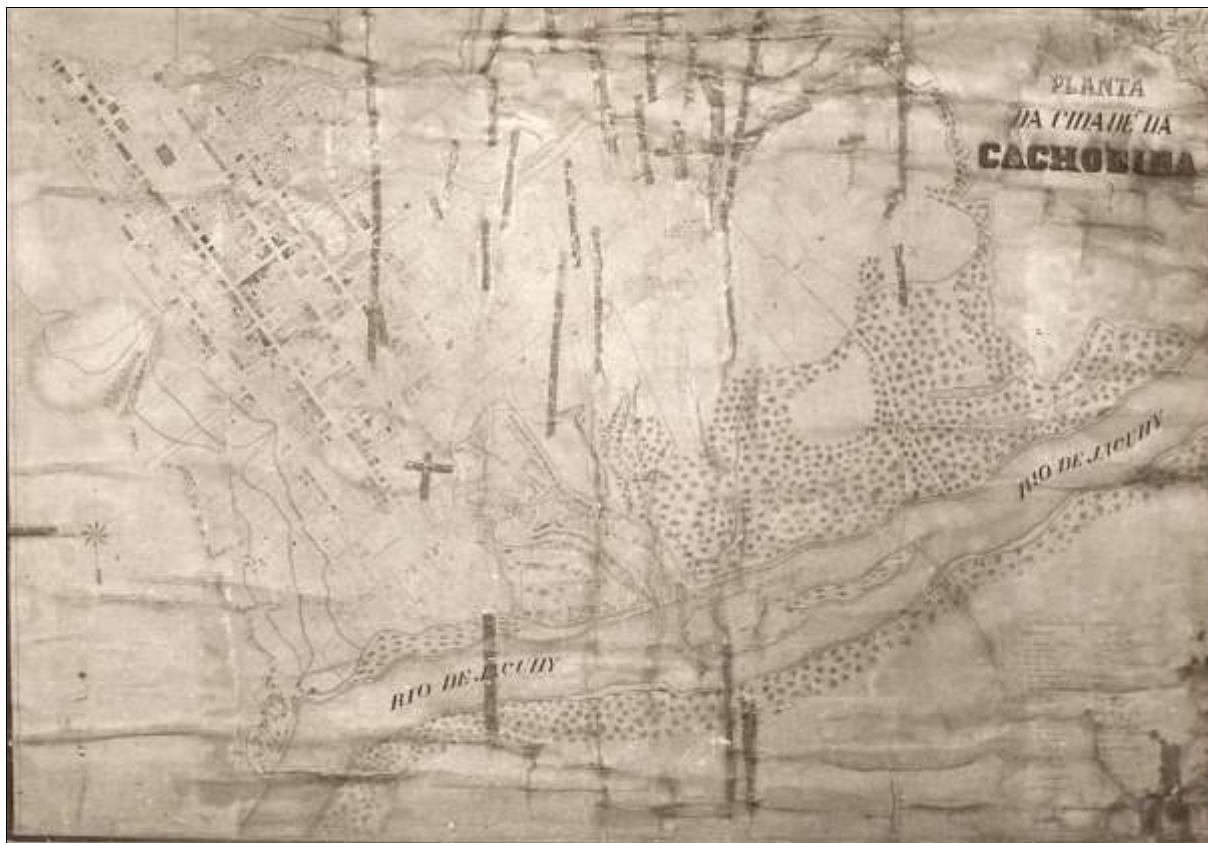
Fonte: Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

1992, respectivamente; em 1988, Paraíso do Sul e Cerro Branco; e em 1996, foi a vez do Distrito de Rincão dos Cabrais, sob o nome de Novo Cabrais. As emancipações dos novos municípios revelam que após a emancipação de Cachoeira, ocorreu um processo de fragmentação que redesenha os seus limites.

O nome “Cachoeira” é em decorrência da Cachoeira do Fandango, uma das corredeiras que existia no rio Jacuí. Após a criação do município, iniciou-se um período de organização política, social e administrativa (Figura 4).

Figura 4 – Planta da cidade de Cachoeira do Sul, em 1850.



Fonte: Acervo do Museu Municipal, planta de Johann Martin Buff (1850).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição

A Vila Nova de São João da Cachoeira de 1849 era um lugar de desbravadores, homens que enfrentavam desafios diários para garantir a sustentação de suas famílias e a melhoria do lugar em que viviam. Os sete (7) vereadores eram os responsáveis pela administração pública e devido às rotinas burocráticas que deviam seguir, deixaram um legado de documentos que são como fotografias, revelando costumes, modo de vida e de produzir. Um relatório expedido pelos mesmos, em 11 de maio de 1849, descreve a geografia e produção da sede e dos distritos da Vila, atendendo a uma exigência contida em circular do presidente da Província, Tenente General Francisco Jozé de Souza Soares d'Andréa.

O relatório mostra que a criação de animais era a principal atividade econômica do município, sendo a criação de gado a maior, seguida pela de cavalos e mulas, principais meios de transporte. A atividade era desenvolvida em 16 estâncias, as quais estavam reduzidas pelo falecimento dos proprietários e as consequentes divisões entre os herdeiros, resultando em 102 pequenas fazendas. A criação de ovelhas era reduzida a pequenos rebanhos em algumas destas fazendas e destinada apenas para consumo próprio. Na agricultura, a mandioca era o principal produto, seguida pelo milho e feijão. Registro de carvão em pedra, abundância de pedra calcária, dois fornos ativos de queimar cal, oito olarias de telha e tijolo, nada de indústrias, apenas poucos teares conduzidos por escravos que produziam tecidos grossos para seu vestuário e também competia a eles a fabricação de farinha de mandioca nos moinhos, as atafonas. Em relação aos aspectos geográficos, o relatório destaca que o único rio navegável era o Jacuí, cheio de canoas de tolda até o passo do mesmo nome, com dificuldade de navegação nos períodos de seca em razão das cachoeiras. Em época de águas normais, o Jacuí dava passagem para embarcações de até 58 toneladas. (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 2018).

Os relatórios que atualizavam o desenvolvimento da vila de Cachoeira fomentaram sua elevação à categoria de cidade, bem como serviram de respaldo para a criação de colônias de imigração, demonstrando que o lugar estava em pleno desenvolvimento e crescimento.

No ano de 1857, o governo criou uma colônia agrícola – Colônia Santo Ângelo – para qual foram encaminhados 119 colonos imigrantes germânicos, os quais passaram a desenvolver suas atividades agrícolas sob o comando do Barão de Kalден. Além da imigração germânica, também, vieram os italianos (1880), os árabes (primeiro quartel do século XX), os japoneses (1950) e os judeus (1960).

Em 15 de dezembro de 1859 o município foi elevado à categoria de Cidade, recebendo o nome de Cachoeira (Figura 5). De acordo com a Divisão Administrativa de 1911, o município subdividia-se em distritos, como: Cachoeira, Pequiri, Palma, Restinga Seca, Dona Francisca, Santo Ângelo e Cerro Branco. Em 1920 era composto pelos distritos de Cachoeira (sede), Capané, Palmas, Restinga Seca, Dona Francisca, Agudo e Cerro Branco. Nos quadros de recenseamento de 1960 o município ganhou novos distritos: o distrito de Cordilheira e Ferreira.

Após o censo de 1960, o município perdeu território com a emancipação dos distritos de Restinga Seca, Agudo e Dona Francisca e, mais tarde, de Cerro Branco.

Em 1991, o município contava com os seguintes distritos: Cachoeira (sede), Capané, Cordilheira, Barro Vermelho, Bosque, Ferreira, Três Vendas e Rincão dos Cabrais. Este último distrito se emancipou em 1996, dando origem ao município de Novo Cabrais.

Figura 5 – Vista geral da cidade de Cachoeira do Sul, entre 1917 e 1918.



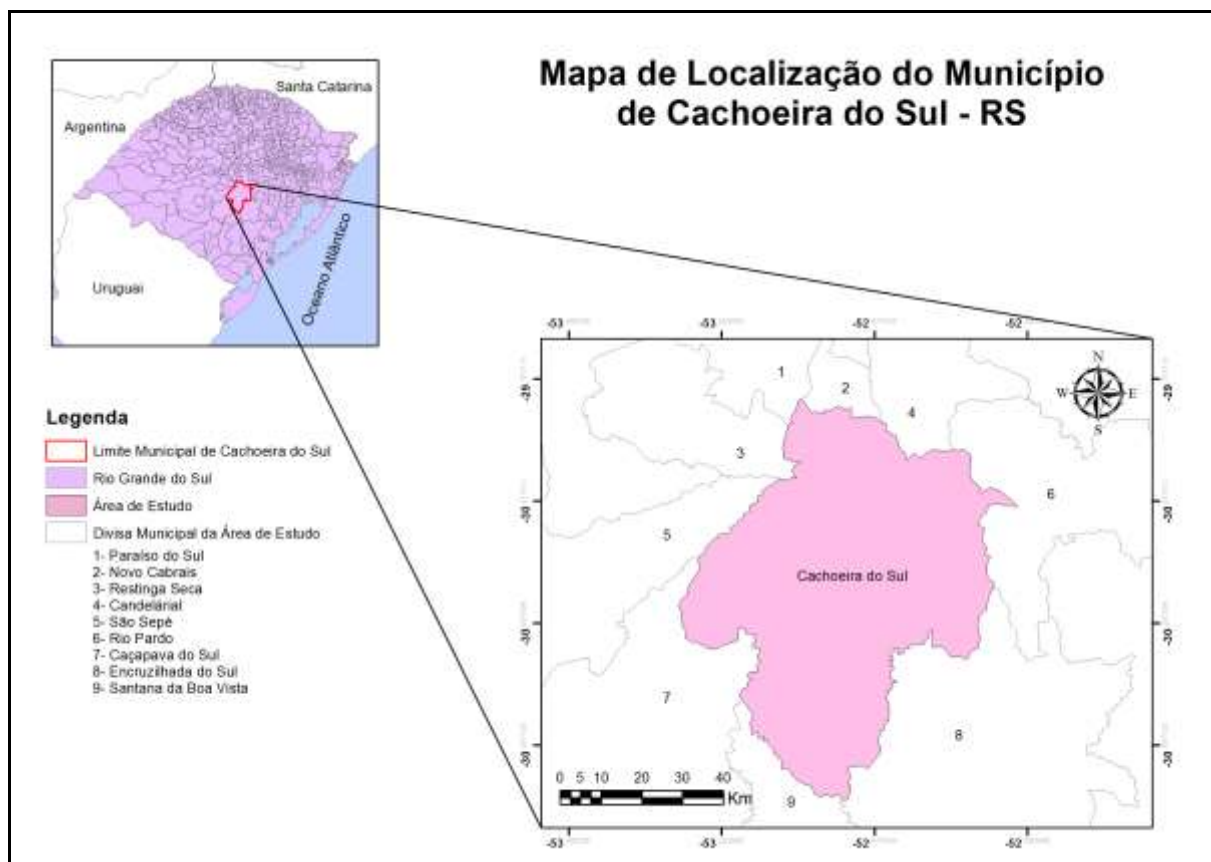
Fonte: Fototeca do Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição

O município de Cachoeira do Sul está localizado geograficamente nas coordenadas 30° 0' 45" latitude sul e 52° 55' 11" longitude oeste, a 68 m de altitude. Faz parte da Mesorregião Centro-Oriental Rio-Grandense, da Microrregião do Vale do Jacuí e do COREDE Jacuí Centro.

Atualmente, a área territorial do município é de 3.735,164 km². Distante por 196 km da capital Porto Alegre, caracteriza-se pelas suas terras férteis banhadas pelo rio Jacuí. Limita-se ao norte com os municípios de Novo Cabrais e Paraíso do Sul, a leste com os municípios de Candelária e Rio Pardo, a oeste com os municípios de Restinga Seca e São Sepé e, ao sul com os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul (Figura 6).

Figura 6 – Localização do Município de Cachoeira do Sul no estado do Rio Grande do Sul, em 2018.



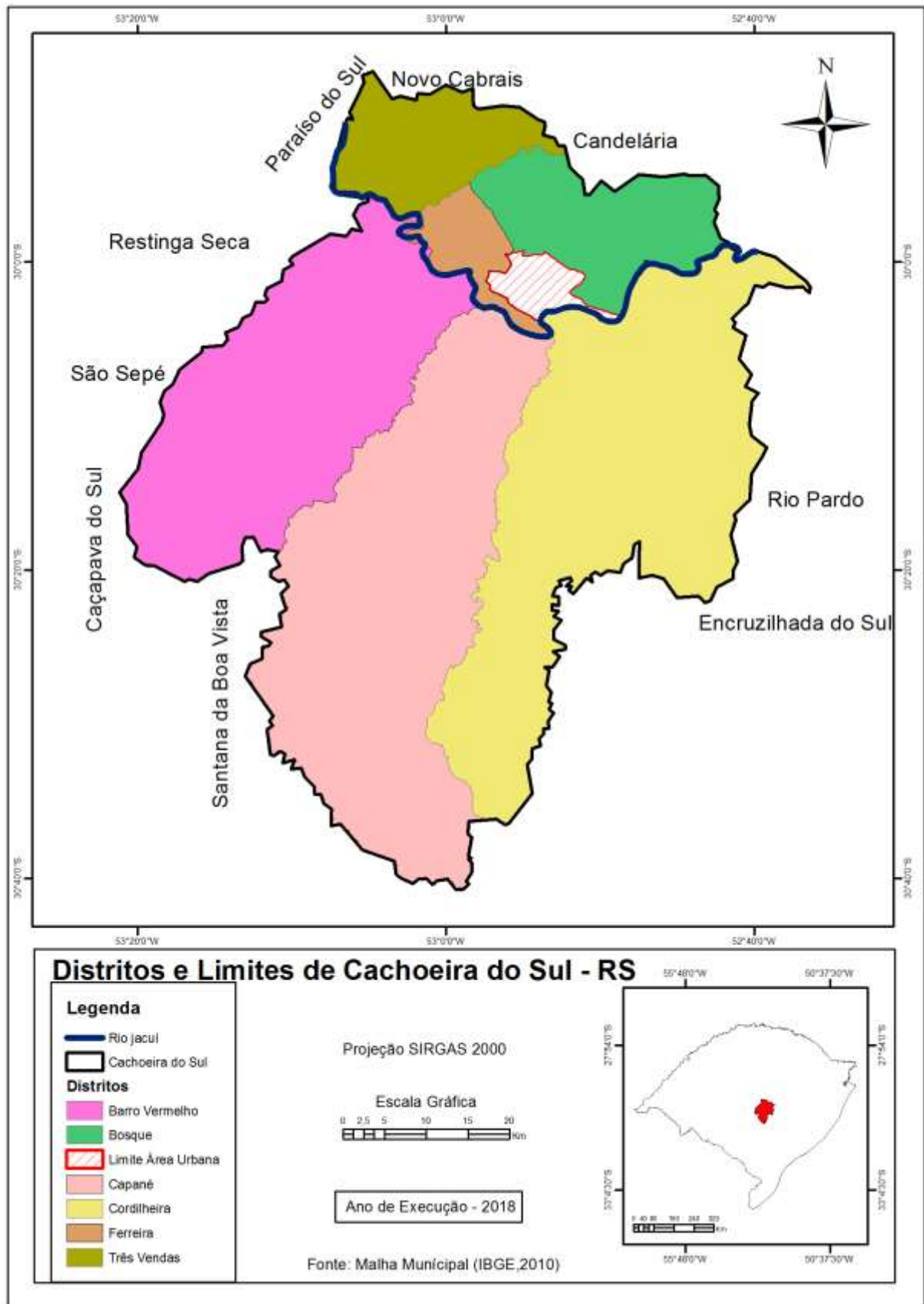
Fonte: Malha do Municipal IBGE (2010).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente o município é composto pelos Distritos de Cachoeira do Sul (se-de), Barro Vermelho, Capané, Cordilheira, Bosque, Ferreira e Três Vendas (Figura 7).

O município é cortado pelo Rio Jacuí. À margem esquerda estão localizados a cidade e os Distritos de Bosque e Três Vendas e na margem direita encontra-se a maior parte da zona rural municipal, abrangendo os Distritos de Barro Vermelho, Capané, Cordilheira e Ferreira. As principais vias de acesso ao município são a BR 153 (liga o município a região central do estado) e a BR 290 (principal acesso a capital gaúcha). Além dessas vias principais, a cidade possui a RS 403, que liga Cachoeira a Rio Pardo e a VRS 809, a Estrada da Ferreira, que se comunica com São Sepé e Restinga Seca. Contudo, existem outras vias de menor importância, que ligam Cachoeira do Sul aos municípios vizinhos ou as suas localidades no interior do município.

Figura 7 – Mapa dos distritos do município de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Malha Municipal do IBGE, 2010.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Os atuais distritos do município se caracterizam por seus aspectos diversificados, determinando diferentes usos do solo e atividades econômicas (Figura 8). No Distrito de Capané localiza-se a barragem que dá origem ao nome do distrito – Barragem do Capané. O distrito é grande produtor de arroz, cuja produção é em grande parte, irrigada com a água da barragem. Em períodos de cheia, as águas da barragem chegam às margens da BR 290.

Figura 8 – Imagens dos distritos do município de Cachoeira do Sul (2016-2017).



Legenda: A – Distrito de Capané; B- Distrito de Cordilheira; C – Distrito de Bosque; D - Distrito de Três Vendas; E – Distrito de Ferreira; F – Distrito de Barro Vermelho.

Fonte: Anuário de Cachoeira do Sul, 2016/2017.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O Distrito de Cordilheira, conhecido pelo seu subsolo rico em carvão, é cortado pela BR 290 e faz divisa com o Distrito de Capané pela BR 153. Abrange a localidade do Piquiri, caracterizando-se como distrito mais extenso do município, fazendo divisa com os municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul e Santana da Boa Vista. O distrito sedia o projeto termelétrico da Celetro e será sede do projeto da empresa beneficiadora de madeira da empresa Todeschini.

O Distrito do Bosque está localizado em posição estratégica no município, ficando entre Cachoeira e os ex-distritos cachoeirenses que margeiam a RST 287. Também pertence ao Distrito do Bosque a localidade de Capão do Valo, na divisa com o município de Candelária.

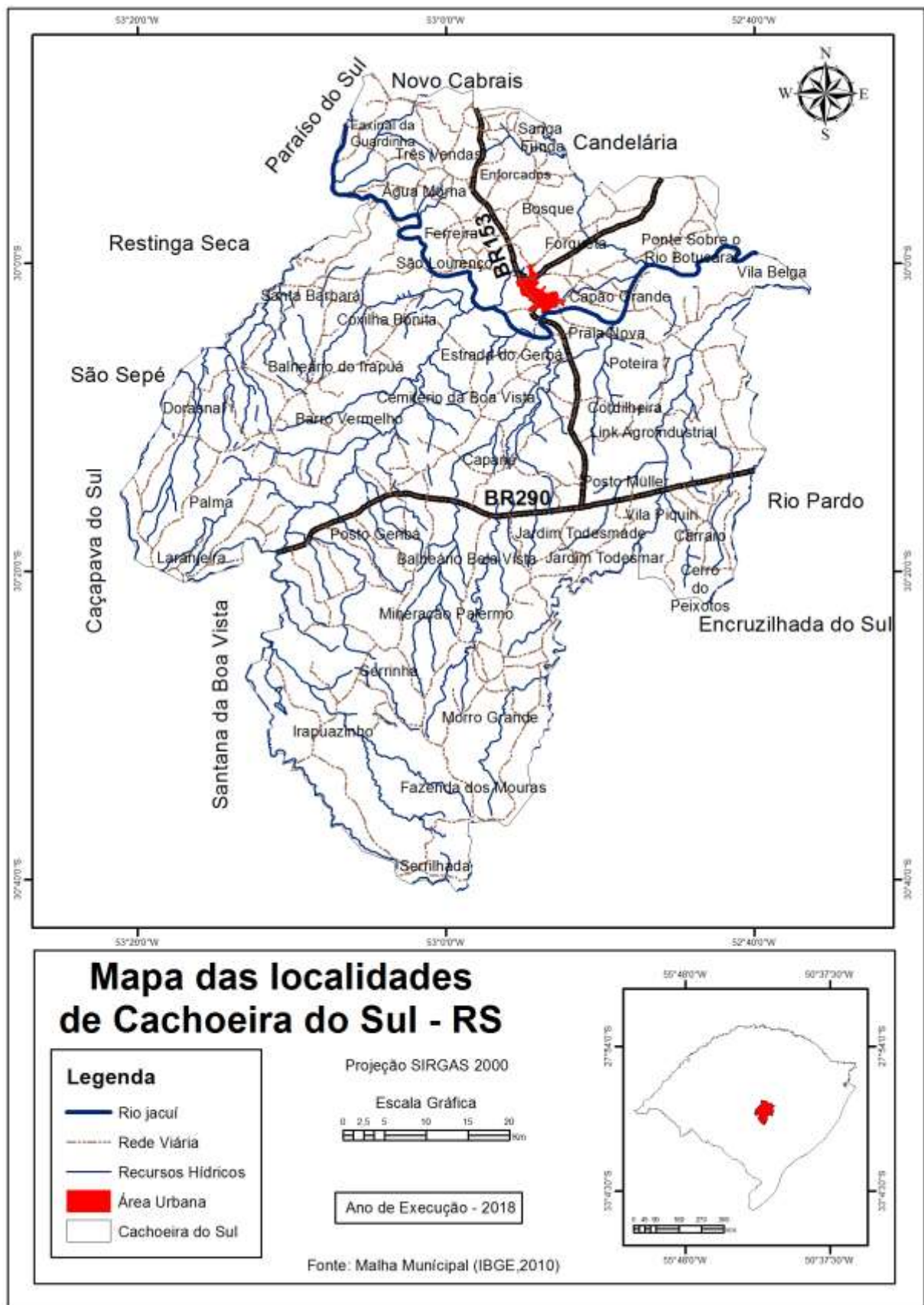
No Distrito de Três Vendas, ao norte do município, localiza-se o Patronato Agrícola Municipal, atualmente sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, o Centro Municipal de Proteção Animal e o Centro Nativista Estância da Tradição. O distrito faz divisa com o município de Paraíso do Sul e é cortado pela RST 287.

O Distrito de Ferreira é o mais próximo do perímetro urbano do município de Cachoeira do Sul, fazendo divisa com o Bairro Noêmia. No distrito estão localizados o Balneário São Lourenço, a balsa de travessia do Rio Jacuí e o Aeroporto Nero Moura.

O Distrito de Barro Vermelho, localizado na parte oeste do município, faz divisa com os municípios de Caçapava do Sul, São Sepé e Restinga Seca, caracteriza-se por ser grande produtor de arroz, soja e gado de corte.

No interior dos distritos o município de Cachoeira do Sul possui as seguintes localidades: Faxinal da Gardinha, Água Morna, São Lourenço, Enforcados, Sanga Funda, Forqueta, Capão Grande, Vila Bexiga, Santa Bárbara, Coxilha Bonita, Praia Nova, Porteira Sete, Barragem do Capané, Palma, Laranjeira, Irapuizinho, Serrilhada, Morro Grande, Link Industrial, Durasnal, Vila Pequiri, Cerro dos Peixotos, Mineiração, Balneário do Irapuá, Rincão dos Lopes, Passo do Moura, Capão da Cruz. Jardim Todesmade, entre outras (Figura 9).

Figura 9 – Mapa das localidades do município de Cachoeira do Sul, em 2017.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010).
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

4.2. A INSTÂNCIA NATURAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL

O município de Cachoeira do Sul está localizado na Depressão Central do Rio Grande do Sul. Também conhecida como Depressão Central Gaúcha, caracteriza-se por ser uma área sem grandes variações altimétricas, cujas maiores cotas se situam em torno de 200 m, predominando as amplas e alongadas formas de topos convexos ou planos, cujas encostas caem suavemente em direção aos vales, conhecidas, regionalmente, como coxilhas.

Na área que se estende entre Cachoeira do Sul e Santa Maria, o relevo apresenta topo plano, onde o nivelamento dos topos mostra truncamento das rochas, cujo fato pode estar relacionado à presença de rochas mais resistentes, que funcionariam como camada mantenedora ou seriam remanescentes de um pediplano. (ROHDE, 1998).

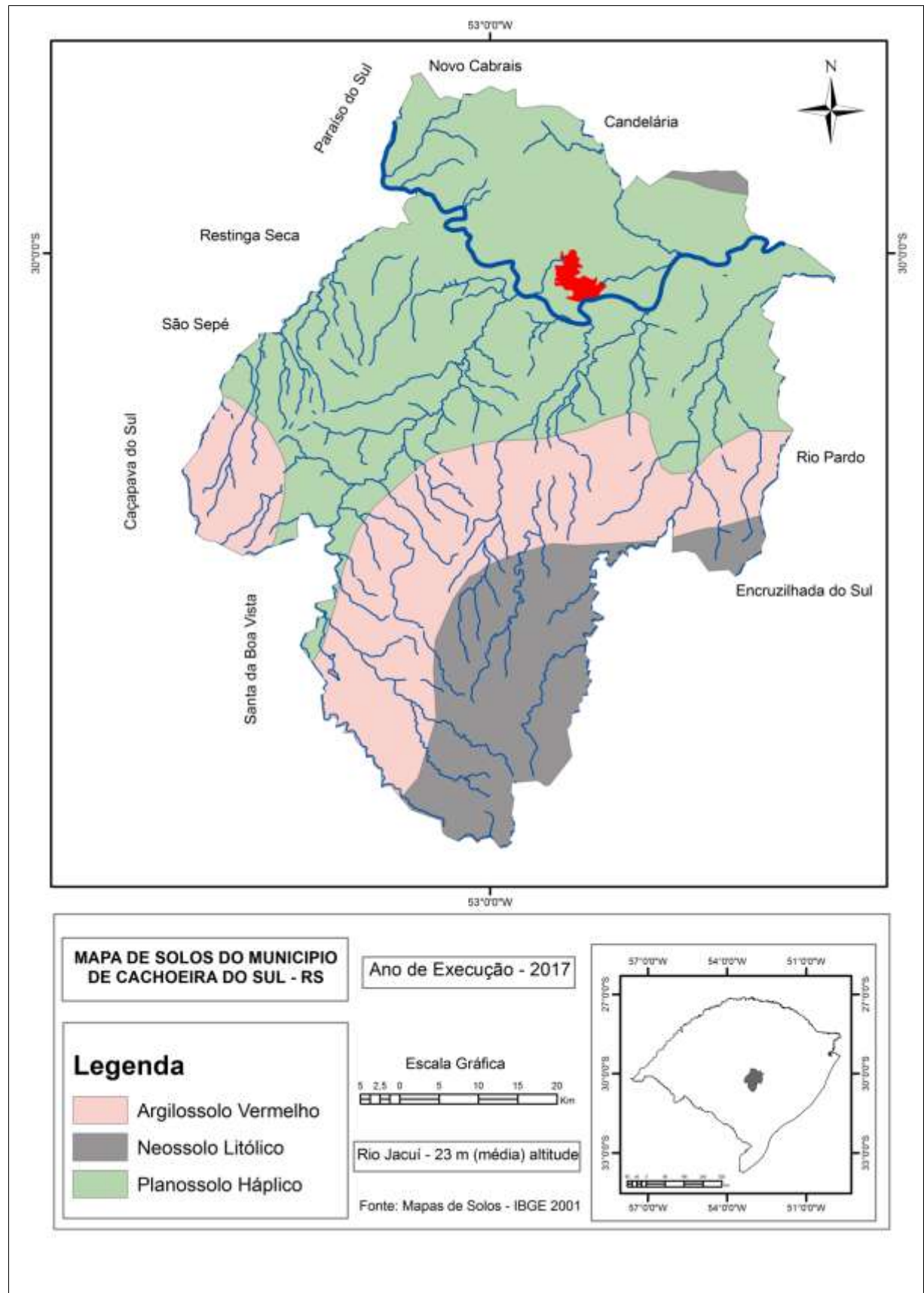
O município apresenta em seu território a ocorrência dos três "grandes domínios geológicos da região sul do Brasil", são eles: a cobertura sedimentar cenozóica (depósitos dos rios Jacuí, Vacacaí e afluentes); o planalto da bacia do Paraná ao norte (derrames basálticos e sedimentos cretáceos); e os terrenos pré-cambrianos ao sul (Escudo-Sul-rio-grandense, ou Serra do Sudeste). (ROHDE, 1998).

De acordo com o IBGE (2015) o município apresenta três tipos de solos: Argissolo Vermelho, Neossolo Litólico e Planossolo Háplico (Figura 10). O Argissolo Vermelho apresenta cores vermelhas acentuadas devido a teores mais altos e à natureza dos óxidos de ferro presentes no material originário, fertilidade natural variável devido à diversidade de materiais de origem, ocorrem geralmente em áreas de relevo ondulado, mas podem ser identificados em áreas menos declivosas, o que favorece a mecanização. As principais limitações são os declives dos terrenos mais acidentados e a deficiência de fertilidade. (EMBRAPA, 2013).

O Neossolo Litólico corresponde a solos rasos, cuja soma dos horizontes sobre a rocha, normalmente, não ultrapassa 50 cm. Associados a relevos mais declivosos, suas limitações estão relacionadas a pouca profundidade, presença da rocha e aos declives acentuados, cuja mecanização eleva o risco a erosão. (EMBRAPA, 2013).

No município de Cachoeira do Sul, o Neossolo Litólico está associado às áreas de Escudo Cristalino, cujos solos são pouco desenvolvidos, pouco profundos, que possuem o horizonte A sobre a rocha-mãe. (ROHDE, 1998).

Figura 10 – Mapa de Solos do município de Cachoeira do Sul, em 2017.



Fonte: Mapa de Solos do IBGE, 2001.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Os solos do tipo Planossolo Háptico têm como características serem bem abastecidos de bases, o que lhes confere elevado status nutricional, entretanto possuem sérias limitações de ordem física relacionadas, especialmente, ao preparo do solo e à penetração de raízes devido ao adensamento. Em condições de adensamento e em função do contraste textural, estes solos são muito susceptíveis à erosão. No Rio Grande do Sul são explorados com a cultura do arroz e pastagens. (EMBRAPA, 2013).

O grupo Planossolo representa solos típicos de áreas baixas com acesso a água, derivados de sedimentos quaternários e situam-se na área de relevo do rio Jacuí e seus afluentes (MOSER, 1990).

A cidade de Cachoeira do Sul está localizada na planície do rio Jacuí, cujos solos, de modo geral, são profundos e drenados; e sua morfoestrutura está condicionada a dinâmica sedimentar do rio Jacuí. As cotas altimétricas da área urbana variam entre 26m e 120 m de altitude, com relevo levemente ondulado. (JUSTUS et al., 1986).

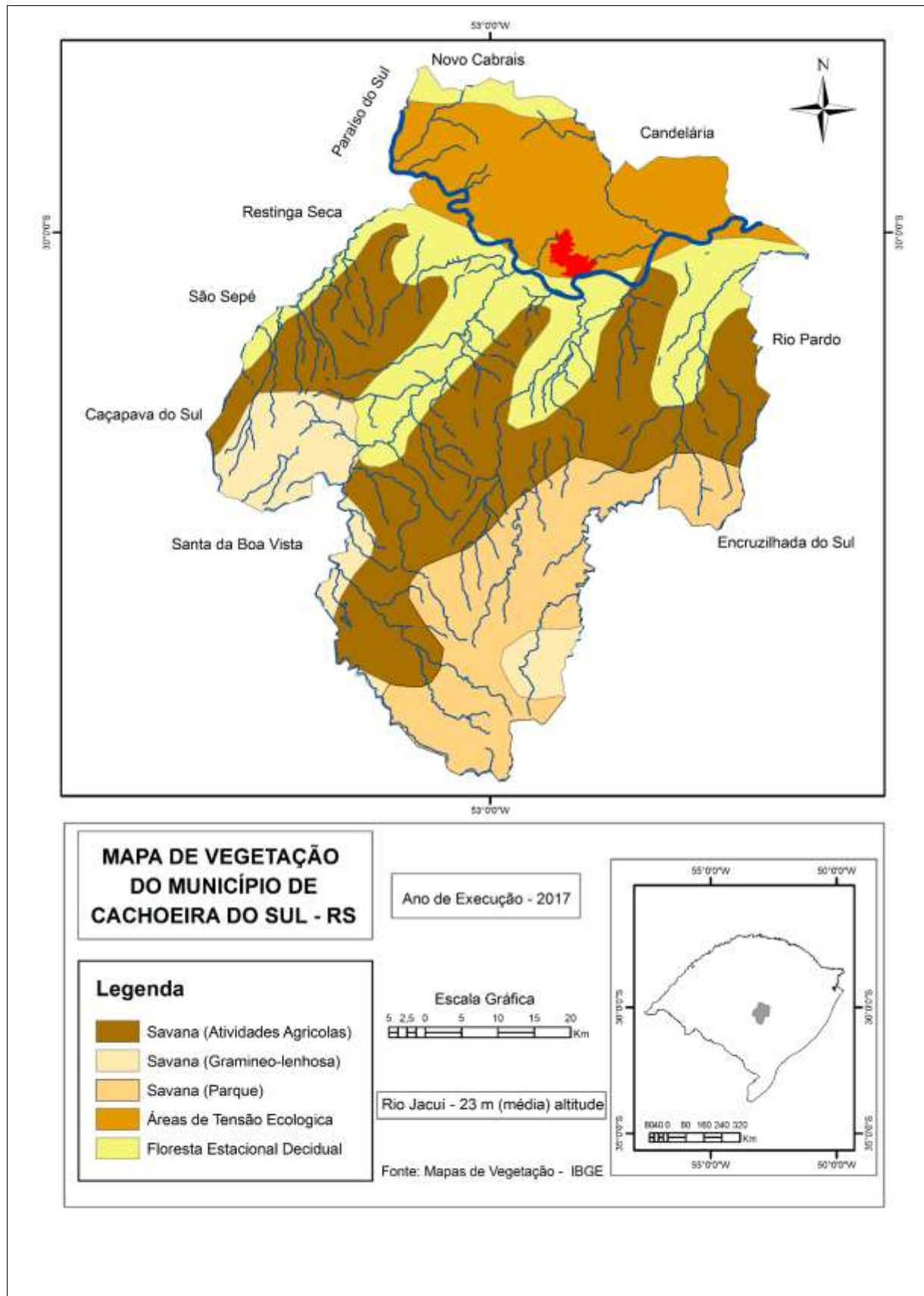
No que diz respeito à potencialidade agrícola do município Moser (1990) menciona que apresenta potencialidade restrita para culturas, especialmente em relação ao excesso de água na planície do Jacuí e seus afluentes e às propriedades físicas relacionadas ao processo de erosão da parte sedimentar (bacia do Paraná).

A localização do município de Cachoeira do Sul, por abranger diferentes formações geomorfológicas, apresenta uma vegetação extremamente rica e diversificada como região da Savana (Atividade Agrícola, Gramíneo-lenhosa e Parque) localizada ao sul, áreas de Tensão Ecológica na porção norte e adjacente a sede municipal e, Floresta Estacional Decidua no centro norte e nas margens dos afluentes do rio Jacuí, conforme Figura 11. (MALUF et al., 1994).

A Savana Atividade Agrícola compreende a área utilizada especialmente para fins agrícolas. A Savana Parque de natureza antrópica é encontrada em todo o país e na Savana Gramíneo-Lenhosa prevalecem os gramados entremeados por plantas lenhosas raquíticas mais resistentes ao pisoteio do gado e ao fogo. (IBGE, 2012).

Ainda de acordo com Maluf et al (1994) a Formação Gramíneo –Lenhosa é a mais extensa da região da savana, sendo caracterizada por um tapete herbáceo, com predomínio de gramíneas, onde se encontra distribuído regular número de plantas lenhosas, principalmente arbustos e árvores, ora isolados, ora sob forma de capões, acompanhados ou não de mata galeria ao longo dos rios.

Figura 11 – Mapa de Vegetação do município de Cachoeira do Sul, em 2017.



Fonte: Mapas de Vegetação do IBGE, acesso em março de 2017.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Floresta Estacional decidual é a subformação Aluvial que reveste os terraços aluviais da depressão central do Rio Grande do Sul, ao longo dos rios Jacuí, Ibicuí, Santa Maria e seus respectivos afluentes. As áreas de Tensão Ecológica caracterizam-se pela forma de enclave, onde a flora de cada região preserva sua identificação florística sem se misturar. (MALUF *et al.*, 1994).

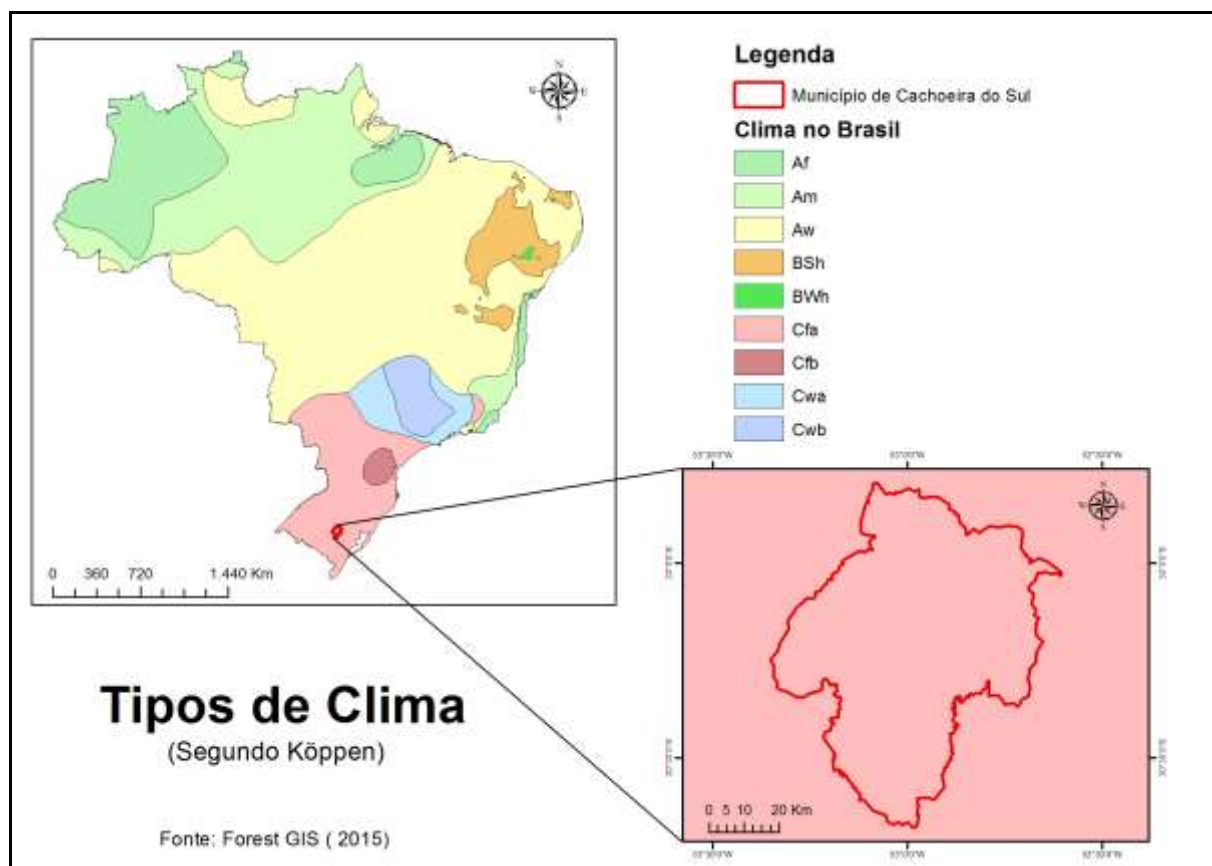
A região sul do Brasil apresenta clima mesotérmico do tipo temperado e se caracteriza por certa homogeneidade e unidade de fatores e de processos genéticos que atuam sobre suas condições de tempo. A média de precipitação para a área de Cachoeira do Sul varia em torno de 1.512mm/ano, sendo os meses mais chuvosos junho-agosto-setembro (inverno), e os meses menos chuvosos novembro-dezembro-março (verão). A temperatura média anual é de 18° C. (NIMER, 1990).

Segundo o sistema de Köppen, o estado do Rio Grande do Sul se enquadra na zona fundamental temperada ou "C" e no tipo fundamental "Cf" ou temperado úmido. O clima "Cf" se subdivide em duas variedades específicas, ou seja, "Cfa" subtropical e "Cfb" oceânico. (MORENO, 1961).

A variedade "Cfa" se caracteriza por apresentar chuvas durante todos os meses do ano e possuir a temperatura do mês mais quente superior a 22°C, e a do mês mais frio superior a 3°C. A variedade "Cfb" também apresenta chuvas durante todos os meses do ano, tendo a temperatura do mês mais quente inferior a 22°C e a do mês mais frio superior a 3°C.

Na classificação de Köppen, o clima de Cachoeira do Sul corresponde ao tipo "Cf", temperado, com chuvas bem distribuídas durante o ano. Esta classificação inclui-se no subtipo "cfa", ou seja, subtropical, com temperatura média dos meses mais quentes superior a 22°C, e a média dos meses mais frios varia entre -3 e 18°C, conforme Figura 12. (ROHDE, 1998).

Figura 12 – Mapa do Clima de Cachoeira do Sul de acordo com a classificação de Köppen, em 2018.



Fonte: Forest GIS, 2015.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

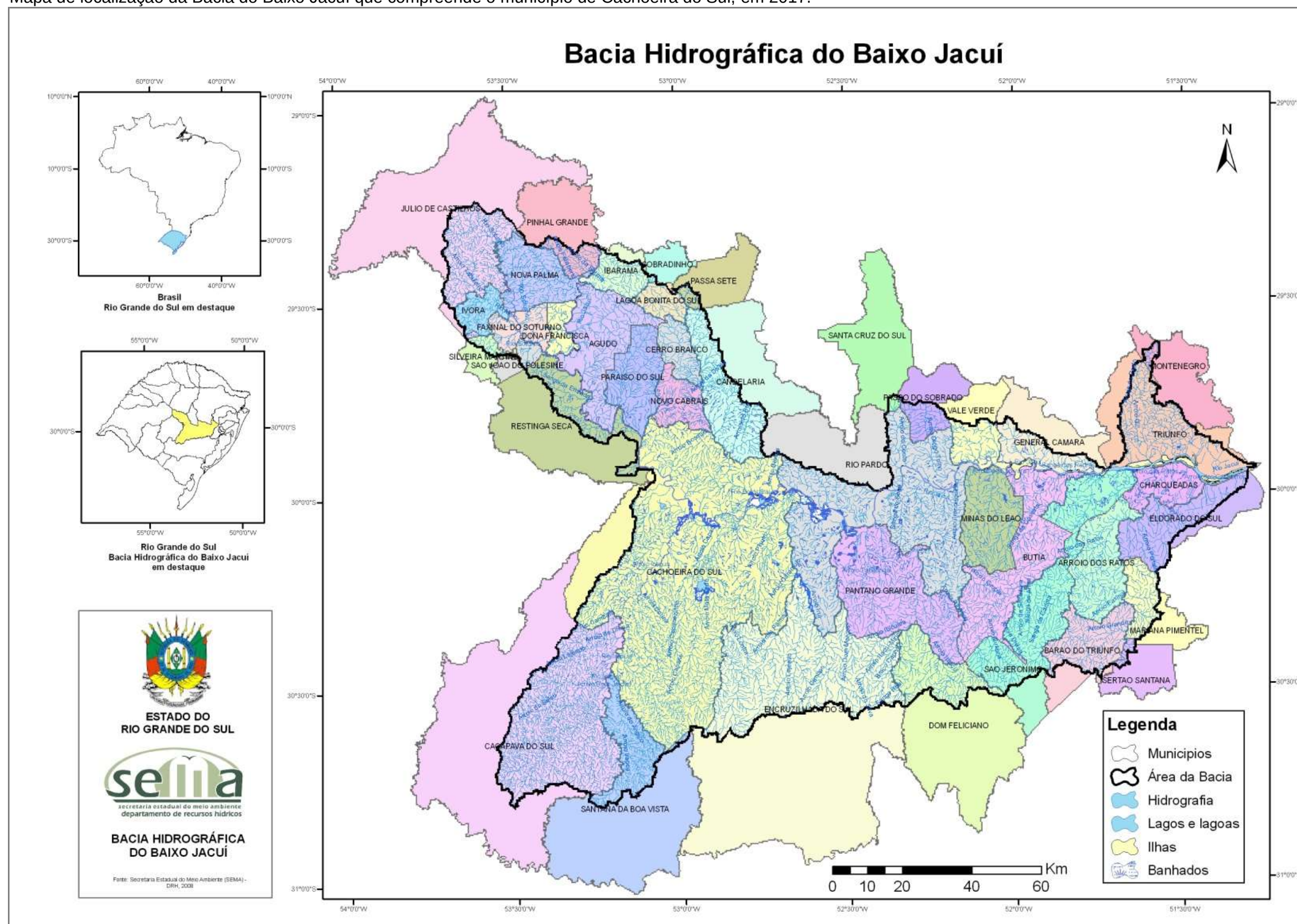
Os cursos d'água do município de Cachoeira do Sul pertencem à região hidrográfica do Guaíba que coincide com a bacia nacional do Atlântico Sudeste. A região hidrográfica do Guaíba apresenta várias sub-bacias: bacia hidrografia do rio Gravataí, bacia hidrográfica do rio dos Sinos, bacia hidrográfica do rio Caí, bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas, bacia hidrográfica do Alto Jacuí, bacia hidrográfica dos rios Vacacaí-Vacacaí Mirim, bacia do Baixo Jacuí (bacia em que Cachoeira do Sul está localizada), bacia hidrográfica do Lago Guaíba e bacia hidrográfica do Rio Pardo, conforme Figura 13. (SEMA, 2017).

A Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí situa-se na porção centro-leste do estado do Rio Grande do Sul, abrange as províncias geomorfológicas Planalto Meridional, Depressão Central, Escudo Uruguaio-Sul-Rio-grandense e Planície Costeira (Interior). Possui área de 17.345,15 km², abrangendo municípios como Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Minas do Leão, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do

Sul e Triunfo. Os principais cursos de água são os arroios Irapuã, Capané, Botucaí, Capivari, do Conde, dos Ratos, dos Cachorros, Ibacurú e o Rio Jacuí. Os principais usos da água se destinam à irrigação (especialmente para produção do arroz), uso industrial e abastecimento humano. (SEMA, 2016).

Os principais cursos d'água do município de Cachoeira do Sul são as sangas da Porteira, Vista Alegre, Funda, da Areia e do Amorim; os arroios Piquirizinho, Jatiúca, Barriga, Taboão, Faxinal, Acangupá, das Palmas, do Boi, Bosque, Cambará, Tibiri Irapuazinho, Irapuá, Pedro e Paulo, Corina, Lajeado, Divisa, Capanezinho, São Nicolau, Capané, Mata-Sete, Piquiri, Tapereá e Iruí; e os rios Vacacaí, Irapuá, Jacuí e Botucaraí. (ROHDE, 1998).

Figura 13 – Mapa de localização da Bacia do Baixo Jacuí que compreende o município de Cachoeira do Sul, em 2017.



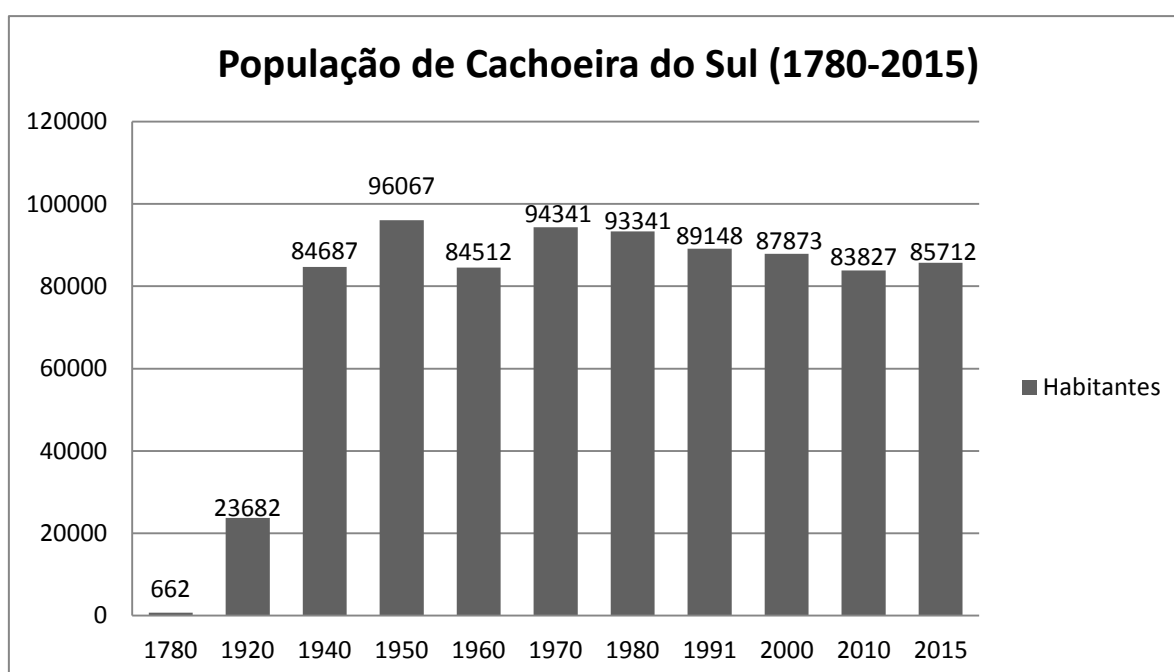
Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, DRH, 2008.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

4.3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL

O município de Cachoeira do Sul apresenta características marcantes em sua economia, população e aspectos sociais.

De acordo com IBGE (2010) sua população era de 83.827 habitantes em 2010 e sua população estimada para 2015 era de 85.712 habitantes, conforme Figura 14. (IBGE, 2015).

Figura 14 – Evolução da população do município de Cachoeira do Sul (1780-2015).



Fonte: Anuário de Cachoeira do Sul (2005), Censos Demográficos Periódicos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010) e Estimativa Populacional do IBGE (2015).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

No que se refere à população do município, destaca-se que a densidade demográfica é de 22,44 hab./km², com predomínio da população urbana 85,53% do total e a população rural representa apenas 14,47% deste total (IBGE, 2010). A evolução da população do município mostra-se em ritmo decrescente desde 1970, sendo que a população rural diminuiu 28% neste período de 40 anos, como pode ser observado na Tabela 1. Em contrapartida, a população urbana obedece a um crescente populacional de 33,1% neste mesmo período. Assim, de acordo com a tabela a seguir, a população urbana passou a representar da década de setenta, de 52,43% para 85,53% do total da população residente no município, em 2010.

Os dados demográficos negativos do município são decorrentes especialmente da emancipação dos antigos distritos, das sucessivas crises do setor produtivo e de fatores socioeconômicos e culturais que promoveram a emigração a partir dos anos sessenta até os dias atuais. As dinâmicas demográficas também influenciaram a inversão da população residente que, a partir da década de setenta, passa de um município essencialmente rural para um município urbano.

Tabela 1 – Evolução da população no município de Cachoeira do Sul/RS, no período de 1970 a 2010.

Distribuição Demográfica	1970	1980	1991	2000	2010
População Urbana	52.044	62.105	71.510	74.119	71.700
População Rural	42.217	31.236	17.638	13.754	12.127
População Total	99.261	93.341	89.148	87.873	83.827

Fonte: Censos Demográficos Periódicos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em relação à distribuição da população no município, a Tabela 2, a seguir, mostra sua composição por sexo, evidenciando o predomínio da população feminina 51,83% no contingente total populacional do município, o predomínio da população masculina no meio rural 51,96% e o predomínio da população feminina no meio urbano 52,47%.

Tabela 2 – Distribuição da população do município de Cachoeira do Sul/RS no meio rural e no meio urbano e sua composição por sexo no ano de 2010.

População/Sexo	Homens	Mulheres
População Rural	6.302	5.825
População Urbana	34.076	37.624
População Total	40.378	43.449

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O município de Cachoeira do Sul é reconhecido pela sua inserção regional no contexto socioeconômico do estado do Rio Grande do Sul. Com terras férteis e a

presença do rio Jacuí, suas principais atividades econômicas tem como base a agricultura e a pecuária. As atividades apresentam referenciais de produtividade agrícola acima da média estadual e os plantéis genéticos da pecuária possuem reconhecimento nacional.

Entretanto, é importante salientar que o município está localizado na região econômica denominada Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, cujos municípios desta região tiveram prosperidade na primeira metade do século XX devido à agropecuária. Porém, não se industrializaram ou tiveram uma industrialização tardia e, ao manter suas atividades econômicas tradicionais empobreceram e perderam competitividade em nível estadual.

Cachoeira do Sul se caracteriza como um “município agropecuário”, em decorrência da importância econômica do agronegócio, especialmente devido às áreas de plantio de arroz, soja e a criação de gado bovino. Recentemente, destaca-se pela produção do Nóz-Pecã, colocando o município como o maior produtor desse fruto na América Latina. Outra atividade que ganhou destaque nos últimos anos foi o cultivo de oliveiras, destinado à produção de azeitonas e de azeite de oliva.

De acordo com a Produção Agrícola Municipal de 2014 (IBGE, 2015) a produção de arroz ocupava 33.420 hectares, a soja 130.500 hectares, o trigo 10.000 hectares, o milho 5.000 hectares, o fumo 887 hectares, o feijão 212 hectares, a mandioca 800 hectares, a cana-de-açúcar 30 hectares, a batata doce 20 hectares e a batata inglesa 05 hectares. Estes dados denotam o predomínio de culturas destinadas à exportação, caracterizando a presença de grandes propriedades.

De acordo com a Produção da Pecuária Municipal de 2014 (IBGE, 2015) o município possui 156.298 bovinos, 680 bubalinos, 2.876 caprinos, 6.745 equinos, 178.687 galináceos, 46.212 ovinos e 11.180 suínos. Com um contingente em torno de 6.978 vacas ordenhadas possuía uma produção em torno de 7.422 mil litros de leite, uma produção média de 9.500 kg de aquicultura (carpa), 57.765 kg de lã de ovelha e 80.000 kg de mel de abelha. (IBGE, 2015).

Nos últimos anos, vem se fortalecendo o setor industrial e de prestação de serviços, principalmente, através de iniciativas locais como também a articulação para a instalação de novas empresas no município. De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE (2015), no ano de 2013, o município apresentava 2.482 empresas atuantes, as quais possuíam 2.606 unidades locais, demonstrando que muitas delas apresentam mais de uma unidade local (filiais). Com um total médio de

14.098 pessoas ocupadas e um salário médio de 2,2 salários mínimos, maior média salarial dos municípios que correspondiam ao núcleo inicial da Antiga Colônia Santo Ângelo.

De acordo com o Anuário Cachoeira do Sul (2014/2015) publicado pelo Jornal do Povo¹⁴ mais da metade dos postos de trabalho de Cachoeira do Sul está concentrada em 10 empresas. Os 72 maiores empregadores do município possuem 6.544 colaboradores, sendo que as empresas consideradas as “gigantes” do mercado local sozinhas abrigam em torno de 3.425 destes profissionais. Além de serem responsáveis pela maior oferta de emprego do município são caracterizadas pela diversidade de setores (2 estabelecimentos comerciais, 3 prestadores de serviços e 5 indústrias). Do grupo das 10 empresas, as 3 maiores empresas são genuinamente cachoeirenses e empregam 54% das vagas ocupadas.

As maiores empresas empregadoras de Cachoeira do Sul são: HCB (Hospital de Caridade e Beneficência), Rede Tischler (15ª maior rede de supermercados do estado), Screw (Indústria Metalomecânica Ltda., empresa do grupo Agropertences de Cachoeira do Sul, que há 14 anos no mercado produz peças para o segmento de montadoras de colheitadeiras, plantadeiras, tratores, máquinas e implementos agrícolas; equipamentos de armazenagem, reciclagem, indústria química, sucroalcooleira, celulose e alimentícia; helicoides em aço carbono, aço inox e ligas especiais e temperadas para atender as diversas condições de uso), Granol (empresa de comercialização de aditivos químicos e assistência técnica, recebimento, armazenagem e secagem de grãos), Jacob Calçados (empresa que produz calçadas da marca Kildare), Horbach (Empresa Cachoeirense que atua no ramo de produtos agrícolas, construção civil, assistência técnica e, armazenagem e secagem de grãos), Celetro (Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda), Imec (rede de supermercados), TNSG (empresa cachoeirense de Transporte Coletivo Nossa Senhora das Graças com 60 anos de atuação), Agro-Pertences (indústria cachoeirense com 50 anos no mercado, produzindo peças para colheitadeiras, produção de peças para plantadeiras, tratores e usinas de asfalto).

¹⁴ O Jornal do Povo é o principal veículo de comunicação de Cachoeira do Sul e região. Com 87 anos de circulação ininterrupta é o órgão de imprensa de maior longevidade da região central do estado. Cobre o noticiário de Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Cerro Branco e Agudo. Realiza o Anuário Cachoeira do Sul desde 2005, o qual era realizado de ano em ano até 2008 e a partir desta data passa a ser realizado de dois em dois anos, traz dados econômicos, políticos e ambientais do município.

Ainda no que se refere às maiores empresas no município por setores (Quadro 1), destaca-se que as cinco maiores empresas do setor da indústria, prestação de serviços e comércio são responsáveis pelo emprego de 3.894 pessoas no município. O setor industrial é responsável por empregar 38,6% deste montante, o setor de prestação de serviços por 33,8% e o setor de comércio por 27,6%. Isto denota um grau de equilíbrio entre a indústria e a prestação de serviços, cuja atividade industrial está interligada e se desenvolve basicamente para suprir a demanda do setor primário municipal e regional. Entre os maiores empregadores por setor se destacam: no setor industrial o Screw, Granol, Jacob Calçados, Horbach e Agro-Pertences; na prestação de serviços o HCB, Celetro, TNSG, São João e Jornal do Povo; e no comércio o Tischler, Imec, Rede Super, Lider Tratores e Postos Nevoeiro.

Quadro 1 - Empresas que mais empregam por setor no município de Cachoeira do Sul em 2014/2015.

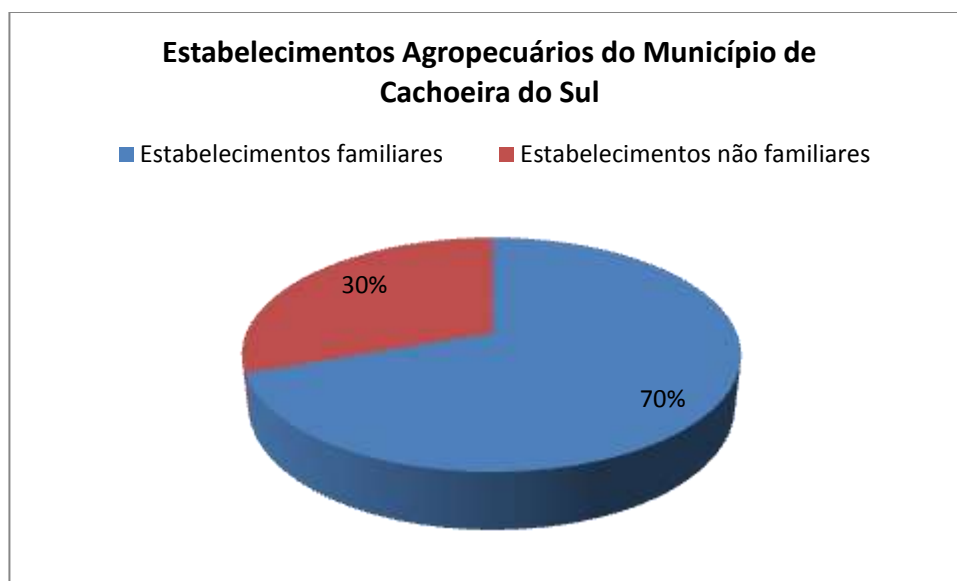
INDÚSTRIA	Nº	SERVIÇOS	Nº	COMÉRCIO	Nº
1º Screw	430	1º HCB	716	1º Tischler	687
2º Granol	401	2º Celetro	206	2º Imec	163
3º Jacob Calçados	314	3º TNSG	150	3º Rede Super	100
4º Horbach	218	4º São João	136	4º Lider Tratores	67
5º Agro-Pertences	140	5º Jornal do Povo	108	5º Postos Nevoeiro	58
Total de Empregos	1503		1316		1075

Fonte: Anuário Cachoeira do Sul, Jornal do Povo, 2014/2015.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Ao analisar a estrutura fundiária do município, pode-se observar que dos 3.341 estabelecimentos agropecuários 70% deles são familiares (Figura 15), mostrando que o processo de colonização dirigida germânica contribuiu para a formação da agricultura familiar responsável pelo suprimento de gêneros de subsistência e diversificação da produção para atender o mercado interno. Entretanto, cabe ressaltar, que a existência de estabelecimentos patronais que representa 30% advém da cultura dos estanceiros comum e predominante na parte sul do estado, caracterizada pela grande propriedade produtora de pecuária, o que permanece ainda no contexto socioeconômico do município, especialmente, à margem direita do rio Jacuí.

Figura 15 - Estabelecimentos agropecuários do município de Cachoeira do Sul, em 2006.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Ainda no que tange aos estabelecimentos agropecuários familiares no município de Cachoeira do Sul, observa-se que 80,12% são proprietários. Isso decorre da colonização e povoamento sofrido, uma vez que os lotes coloniais recebidos foram passados de geração a geração através do grau de parentesco familiar (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar na condição de proprietário no município de Cachoeira do Sul, em 2006.

Município	Número de estabelecimentos agropecuários	Número total de estabelecimentos familiares	Número de estabelecimentos na condição de proprietário
Cachoeira do Sul	3.341	2.324	1.862

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A respeito dos estabelecimentos familiares e a condição do produtor (Tabela 4), observa o predomínio do número dos proprietários 80,12%, seguido da condição de arrendatário 8,47% e ocupante 7,22% no município de Cachoeira do Sul. A con-

dição de arrendatário ocorre quando existem agricultores sem área para cultivo, grande número de pessoas idosas no meio rural que arrendam suas terras normalmente a vizinhos, mas também pelo grande número de agricultores que tem interesse de ampliar sua área de produção e para isso arrendam terras para cultivar, os quais pagam o arrendamento através de dinheiro, parte da produção e até mesmo com o preparo e plantação de plantas forrageiras ou culturas de entre safra nos estabelecimentos.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos da agricultura familiar por condição do produtor no município de Cachoeira do Sul, em 2006.

Condição do Produtor	Cachoeira do Sul
Proprietário	1862
Assentado sem titulação definitiva	03
Arrendatário	197
Parceiro	62
Ocupante	168
Produtor sem área	32
Total	2324

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Entre os estabelecimentos não familiares no município em estudo predomina a condição de proprietário 75,31%, seguido da condição de arrendatários 15,24%. Esta é uma das características dos estabelecimentos não familiares, além de possuir uma propriedade com grande quantidade de área ainda se utiliza do recurso de arrendar mais terras para aumentar sua produção, bem como a maximização dos recursos em detrimento da produtividade (Tabela 5).

Em relação à estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários no município (Figura 16) observa-se um predomínio dos estabelecimentos com até 10 hectares. Em Cachoeira do Sul, os estabelecimentos até 10 hectares representam 41,12%, seguidos dos estabelecimentos de 20 a 50 hectares que representam 16,01% e dos estabelecimentos de 10 a 20 hectares com 14,72% do total. Além disso, no município existem 45 produtores sem área. (IBGE, 2006).

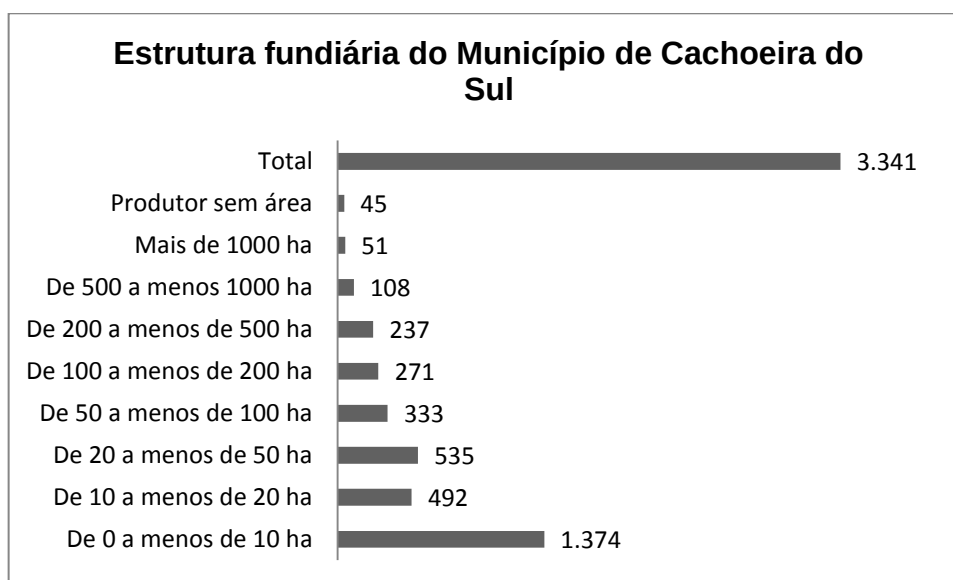
Tabela 5 - Número de estabelecimentos não familiar por condição do produtor no município de Cachoeira do Sul, em 2006.

Condição do Produtor	Cachoeira do Sul
Proprietário	766
Assentado sem titulação definitiva	--
Arrendatário	155
Parceiro	43
Ocupante	40
Produtor sem área	13
Total	1017

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 16 – Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a área no município de Cachoeira do Sul, em 2006.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Com relação aos principais produtos da lavoura temporária (Tabela 6), destaca-se que entre as culturas que mais de desenvolveram em percentual de área ocupada, no período de 1990 a 2014 (IBGE, 2015), foi à cultura da soja no município de Cachoeira do Sul aumentando seu percentual de área em 29,08%, enquanto a cultura do feijão e a de cana-de-açúcar perderam área.

De maneira geral, verifica-se que as culturas destinadas à comercialização tiveram sua área de cultivo aumentada em detrimento das culturas de subsistência. A

soja ganhou 29,08% em porcentagem de área, enquanto que todas as demais culturas perderam área ocupada, mesmo as atividades destinadas para a exportação como o fumo e, especialmente, o arroz considerado por muitos anos a principal atividade agrícola municipal e, que atualmente, vem perdendo área para a o cultivo da soja devido principalmente ao baixo custo do produto no mercado e ao elevado custo de produção.

Tabela 6 – Porcentagem de área ocupada pelas principais culturas temporárias na agricultura familiar no município de Cachoeira do Sul, no período de 1990 a 2014.

Cultura	Cachoeira do Sul	
	1990	2014
Arroz	34,33	18,39
Fumo	0,71	0,49
Milho	2,85	2,75
Soja	42,74	71,82
Feijão	0,19	0,12
Trigo	6,13	5,50
Mandioca	4,27	0,44
Batata Doce	0,31	0,01
Batata Inglesa	0,02	—
Cana-de-açúcar	0,21	0,02

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 1990 – 2014.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

De acordo com o Relatório Municipal Anual (EMATER, 2015), a fumicultura é uma atividade consolidada e tradicional no município. Além de ser uma cultura de alta renda, atrai pequenos agricultores principalmente pela integração com as empresas que fornecem insumos, prestam assistência técnica e compram a produção (compra garantida) e, a tendência é de estabilização da área com a cultura. A cultura do arroz que em 1990 somente perdia área para a soja, em 2014 exibe redução em função da disponibilidade de água e possível competição com a cultura da soja.

Em relação aos sistemas produtivos que sustentam a economia do município percebe-se que os mesmos vêm ganhando prioridade nos estabelecimentos familiares, o que configura a especialização das atividades. Desta maneira, as culturas destinadas à subsistência vêm perdendo área nos estabelecimentos agropecuários, determinando, cada vez mais, a dependência destes agricultores ao mercado, à medida que perdem a autonomia de abastecimento, diminui a diversificação da produção e acabam por depender das oscilações no valor comercial de seus produtos.

O município de Cachoeira do Sul pertence ao grupo de municípios que alcançaram grande prosperidade na primeira metade do século XX graças à agropecuária, mas que não passaram por processo de industrialização, mantendo suas atividades econômicas tradicionais, enraizadas na oligarquia local, detentora de poder e dos meios de produção, ocasionando baixo desenvolvimento socioeconômico e perdendo notoriedade frente aos demais municípios. Assim, Cachoeira do Sul é reconhecida por sua agropecuária, especialmente através do cultivo do arroz, soja, milho e criação de gado bovino.

No que diz respeito à atividade turística, o município apresenta uma variedade de pontos turísticos (Figura 17), como a Praça Balthazar de Bem considerada a praça mais antiga da cidade, concentra ao seu redor outros pontos turísticos da cidade como a Catedral Nossa Senhora da Conceição fundada em 1799, patrimônio histórico tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico – Cultural (COMPAHC) e, a Prefeitura Municipal inaugurada em 1865 para sediar a câmara, o júri e a cadeia, também tombada pelo COMPAHC.

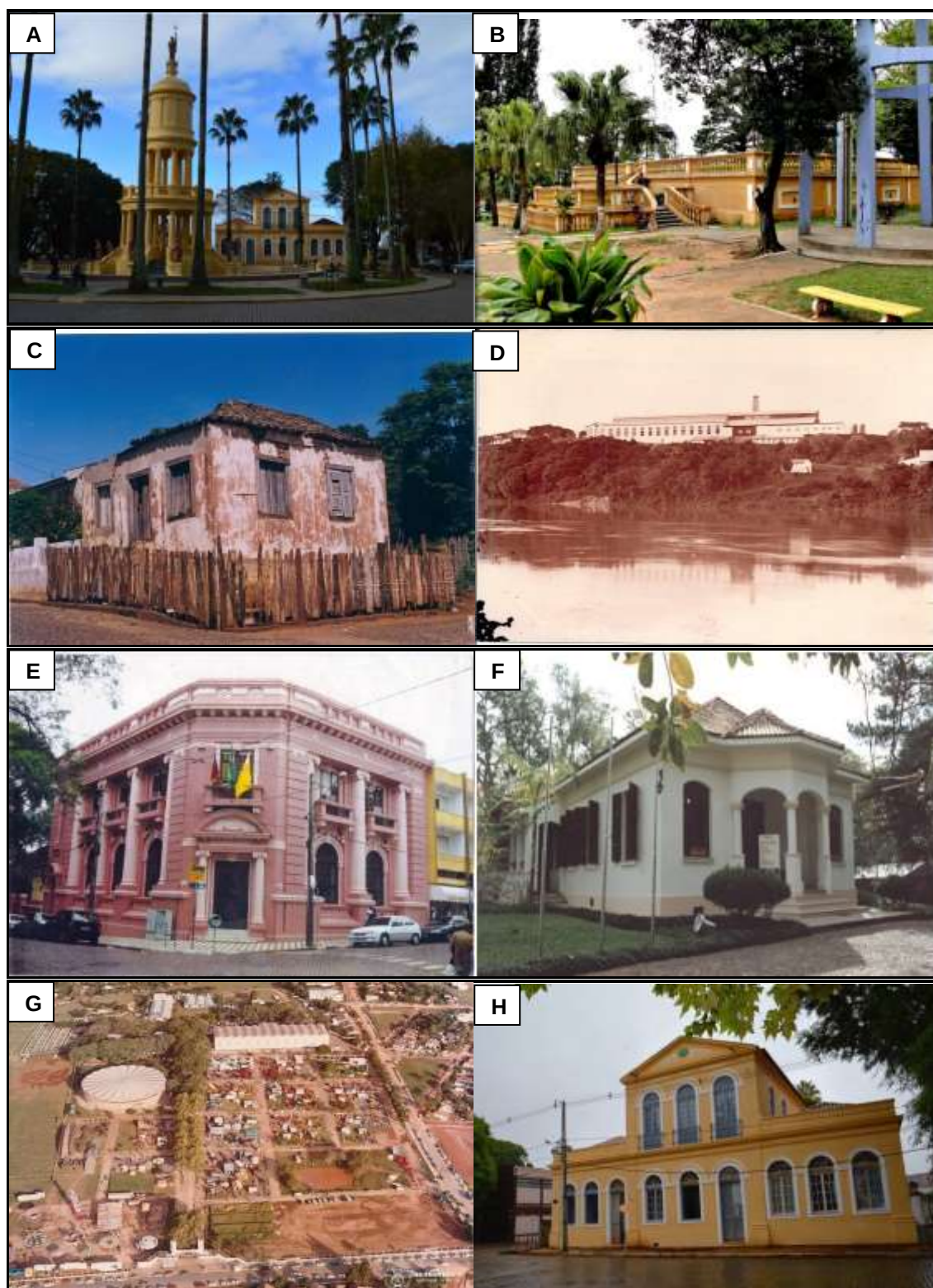
No centro da Praça Balthazar de Bem se encontra o Chateau D' Eau (1925) projetado pelos engenheiros Walter Jobim e Antônio de Siqueira e guarnecido por estatuas de Nínia e Netuno, é o cartão-postal da cidade de Cachoeira do Sul.

A Praça Borges de Medeiros (1927) serviu de abrigo para o antigo jardim suspenso de estilo europeu e, atualmente, serve de local para comemorações da Semana da Pátria e Semana Farroupilha, como também é atrativo por abrigar quadras de esportes, brinquedos e a Casa dos Trabalhadores Rurais que comercializa produtos coloniais.

O Bairro Aldeia é considerado ponto turístico por abrigar o local do aldeamento dos Índios Guaranis que deu origem ao povoamento de Cachoeira do Sul. Local onde foi construída a primeira Hidráulica (1921), o cemitério das Irmandades (1833), o primeiro Hospital do município (1910) e a Casa da Aldeia de arquitetura portuguesa que representa as construções locais da época do início do povoamento, cujo pedido de licença para construção foi realizado em 1849.

A Charqueada do Paredão é considerada a primeira charqueada instalada na região Central do estado e a primeira indústria cachoeirense (1878). Impulsionou a economia municipal exportando produtos para o mercado interno e externo do país. Encerrou suas atividades na década de 1930 devido à decadência da indústria do charque no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 17 - Pontos turísticos do município de Cachoeira do Sul.





Legenda: A - Praça Balthazar de Bem; B – Praça Borges de Medeiros; C – Casa da Aldeia; D – Charqueada do Paredão; E – Palácio Legislativo João Neves da Fontoura; F – Parque Municipal da Cultura; G – Parque da Fenarroz; H – Paço Municipal; I – Fonte das Águas Dançantes Artibano Savi; J – Ponte de Pedra; K – Ponte do Fandango; L – Igreja Santa Josefa; M – Igreja Matriz Santo Antônio.

Fonte: Inventário Turístico de Cachoeira do Sul realizado pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul de 2017 (A, B e F), Museu Municipal de Cachoeira do Sul (C, D, E, G, H, I, J, K, L e M).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O Palácio Legislativo João Neves da Fontoura fundado em 1927, de estilo neoclássico e tombado pelo COMPAHC sedia atualmente a Câmara dos Vereadores Municipais. Destaque para a Casa da Cultura Paulo Salzano Vieira da Cunha (1915) construída para residência do Dr. Baltazar de Bem, estilo neoclássico já foi sede de inúmeras entidades culturais, sociais e educacionais, sediando, atualmente, o Núcleo Municipal de Cultura, a Biblioteca Pública Municipal, Atelier Municipal Professora Eloiza de Bem Vidal, a Associação Cachoeirense de Amigos da Cultura, o Conselho Municipal de Educação e a Loja de Caridade do Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul. Outro a se destacar é o Parque Municipal da Cultura (1986) que abrigava até o ano de 2016 o Museu Municipal e que atualmente se encontra localizado no Paço Municipal, o Jardim Botânico e o Zoológico Municipal.

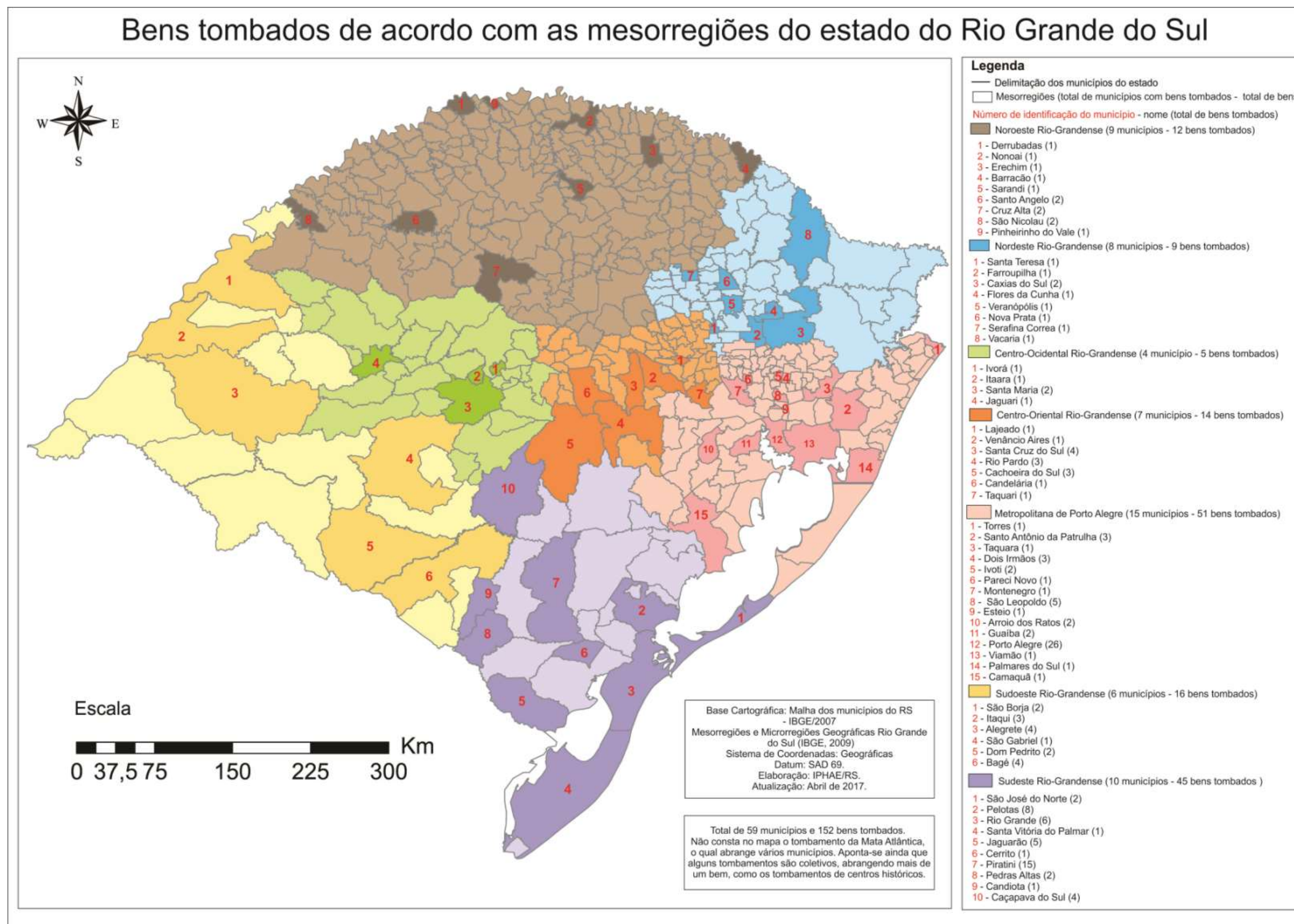
Merecem destaque: a Fonte das Águas Dançantes Artibano Savi (1968) composta por diversos chafarizes ao som de músicas e cores; a Ponte de Pedra (1848)

construída sobre o Rio Botucaraí, primeira deste estilo no estado e por muito tempo foi a principal forma de acesso de Cachoeira do Sul a Porto Alegre e a Rio Pardo, servindo de passagem para o escoamento da produção agrícola e comercialização com importantes municípios; a Barragem Ponte do Fandango (1961), construída sobre o Rio Jacuí, dotada de eclusa considerada a primeira do gênero na América do Sul, principal acesso a cidade; a Igreja Santa Josefa e a Igreja Matriz de Santo Antônio, que recebem grande público anual.

Entre os pontos turísticos que recebem mais turistas está o Parque de Exposições da FENARROZ (1968) que de dois em dois anos realiza a Feira de Negócios voltados à orizicultura no estado. Devido a esta diversidade de pontos turísticos o município conta com uma infraestrutura de hotéis (dezesseis) e restaurantes para receber turistas.

Entre os pontos turísticos do município de Cachoeira três são tombados pelo IPHAE: o Château d' Eau tombado pela Portaria nº 15/2017 de 27 de março de 2017, a Fazenda Atafona/Tafona tombada pela Portaria nº 73/2016, de 21 de outubro de 2016 e a Ponte de Pedra do Botucaraí nº 34/2013 de 17 de maio de 2013. Dos três bens tombados pelo IPHAE dois estão localizados no rural e serão reportados no próximo capítulo por serem considerados rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul. (Figura 18).

Figura 18 – Bens tombados pelo IPHAE por Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul, em 2017.



Fonte: Instituto Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, 2017.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

5. INVENTÁRIO DAS RUGOSIDADES DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS

O inventário ao produzir conhecimento sobre o universo de bens culturais de um determinado lugar possibilita salvaguardar determinados bens do esquecimento, os quais podem ser considerados patrimônio cultural e assumir interesse de preservação pelo poder público. No entanto, cabe ressaltar que assim como o entendimento de patrimônio é dinâmico e passou por transformações ao longo do tempo, a utilização do inventário como forma de preservação do patrimônio representa diferentes estratégias, pressupõe registro de informações, datação histórica e diversidade dos tipos de bens inventariados.

Neste contexto, faz-se referencia às ideias de Motta e Rezende (2016) ao mencionarem que o inventário deverá basear-se em critérios, recortes e pontos de vistas explicitados, pois são, a um só tempo, produtos e produtores na construção de narrativas sobre determinados grupos sociais, territórios ou episódio histórico, que vão orientar seus procedimentos, a definição dos sujeitos envolvidos e o nível de complexidade dos dados a serem levantados.

Explicita-se que o inventário das rugosidades produzido na referida tese objetiva mostrar e difundir na comunidade local e na academia os frutos do trabalho humano sobre o espaço que marcam a paisagem do lugar, cujas rugosidades carregadas de simbologias e memórias, representam os modos de produção e reprodução do homem sobre a terra, influenciam as gerações futuras e podem ser salvaguardadas como patrimônio cultural e preservadas pelo poder público.

As rugosidades no espaço rural de Cachoeira do Sul são fruto do modo de vida rural. Muitas delas se materializaram na paisagem antes mesmo da última mudança de nome do município¹⁵. Elas compõem a paisagem rural e encontram-se visíveis na paisagem. As rugosidades são reconhecidas na paisagem por pertencerem a um passado histórico, a um modo de vida anterior que se incorporou ao espaço sob forma criada, sob paisagem.

¹⁵ O município de Cachoeira (1859-1944) recebe o nome de Cachoeira do Sul em 1944. Neste ano a Estação Ferroviária também recebe o mesmo nome.

No espaço rural, as rugosidades, diferentemente do espaço urbano, são deixadas “esquecidas” na paisagem local, uma vez que não representam entraves para o desenvolvimento socioeconômico local, devido a disponibilidades de área, de terra, elas não configuram empecilho para o desenvolvimento de novas atividades ou formas criadas advindas do processo de reprodução da população rural.

Na realidade, as rugosidades representam um tempo passado, revelam uma técnica antiga, um trabalho materializado que influencia a nova forma de reprodução social do mundo rural, podendo ser utilizadas quando as técnicas atuais não dão conta de suprir a demanda atual de reprodução ou, ainda, podem ser ressignificadas de acordo com a nova lógica de reprodução, ou até mesmo, sob lógicas de resistência ao sistema de desenvolvimento atual, e se tornarem fontes da reprodução dos grupos sociais rurais na contemporaneidade.

O mundo rural deve ser compreendido na sua complexidade. Nesse contexto, Wanderley (2001b) ao analisar o rural enfatiza que trata-se de um espaço que apresenta particularidades históricas, sociais, econômicas e culturais, proporcionando interação ao resto do território. Suas relações não anulam suas especificidades, na realidade, permitem que ocorra integração e cooperação. Assim, o rural é ao mesmo tempo um local específico e diferente de outras realidades, cujas diferenças contribuem para uma integração de espaços.

Com o intuito de tornar a interpretação e compreensão das rugosidades encontradas na paisagem rural de Cachoeira do Sul didáticas e, na tentativa de não fragmentar o espaço rural na sua complexidade, optou-se, metodologicamente, por agrupar as rugosidades em três tipologias¹⁶: *rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas, rugosidades do Sistema de Produção e rugosidades do Sistema de Interação Social*.

¹⁶ As três tipologias estão de acordo com o exposto no capítulo 2 – Aportes Teóricos-Conceituais e Metodológicos.

5.1. RUGOSIDADES DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PESSOAS

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas representam os meios de transporte, de comunicação e as infraestruturas criadas localmente para suprir as demandas advindas da implantação e fixação do homem no espaço.

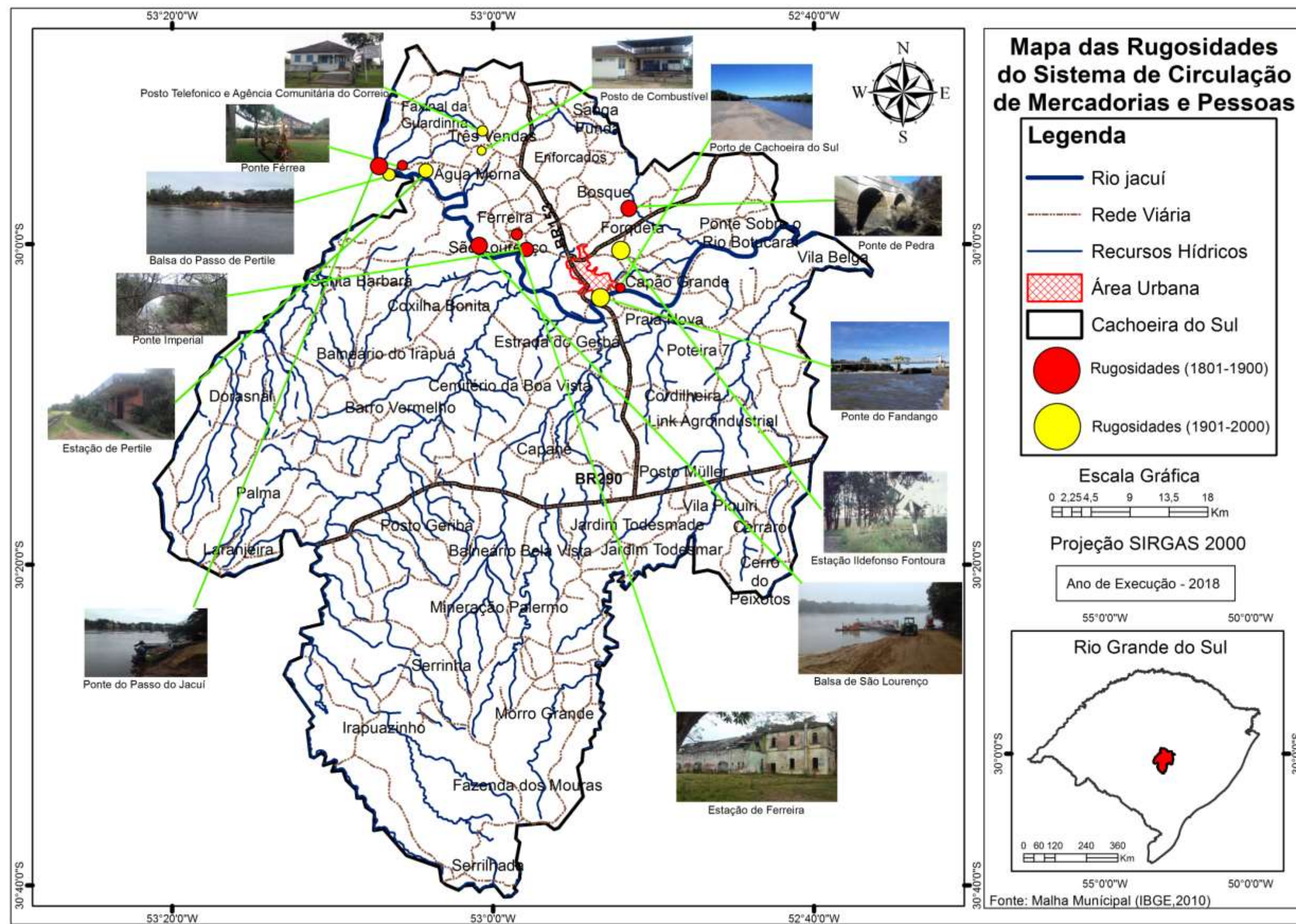
As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas compreendem as estações férreas, pontes, postos de combustíveis, correio, ponto telefônico, balsas e porto (Figura 19).

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas compreendem quatorze (14) rugosidades inventariadas: Ponte de Pedra; Ponte do Passo Geral do Jacuí; Ponte Imperial; Viação Férrea (Estação de Ildefonso Fontoura, Estação de Ferreira, Estação de Pertile); Ponte Férrea; Porto de Cachoeira do Sul; Balsa São Lourenço; Balsa do Passo de Pertile; Ponte do Fandango; Posto de Combustível; Posto Telefônico e Agência Comunitária dos Correios.

Ressalta-se que em relação à rugosidade Viação Férrea optou-se por agrupar as três Estações na mesma rugosidade, entendendo-as como uma via de circulação continua. Além disso, as rugosidades Posto Telefônico e a Agência Comunitária dos Correios por estarem materializadas no mesmo prédio foram espacializadas em conjunto.

A espacialização das rugosidades foi organizada obedecendo a sua localização na espacialidade rural de Cachoeira do Sul, como também o período em que foram criadas, materializadas nesta espacialidade. Do total de 14 rugosidades inventariadas, 50% foram criadas no século XIX (Ponte de Pedra, Ponte do Passo Geral do Jacuí, Ponte Imperial, Estação de Ferreira, Ponte Férrea, Porto de Cachoeira do Sul e Balsa de São Lourenço) e 50% no século XX (Estação de Ildefonso Fontoura, Estação de Pertile, Balsa do Passo de Pertile, Ponte do Fandango, Posto de Combustível, Posto Telefônico e Agência Comunitária dos Correios).

Figura 19 – Mapa das Rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Trabalho de campo 2016-2018.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Neste contexto, reporta-se a Corrêa (1986) que enfatiza que o homem ao criar espaço para sua reprodução cria mecanismos para sua organização. A organização do espaço é constituída pelo conjunto de inúmeras cristalizações produzidas pelo trabalho humano. Entre essas cristalizações estão às localizações pontuais ou lineares dos meios de comunicação como as ferrovias, rodovias, dutos, terminais, etc.

Neste contexto, entendendo que o capital e o estado são agentes da organização do espaço, os quais atuam para a ampliação do capital, observa-se que os meios de comunicação são criados não apenas para atender as necessidades de produção, socialização, mas também para a reprodução do capital. Desta forma, o Estado atua como fomentador, legitimador da acumulação capitalista, pois ao criar meios de comunicação e de transporte, assegura que as necessidades de territorialização capitalistas estejam asseguradas.

Assim, os meios de circulação de mercadorias e pessoas são fruto da ação do Estado sobre o espaço, ocasionando grandes mudanças por acréscimos de técnicas que incorporadas e materializadas renovam a materialidade espacial e ao mesmo tempo dinamizam os processos econômicos e sociais em curso. Desta forma, o crescimento da produção e seu escoamento como também a necessidade de comunicação cada vez mais rápida entre lugares e pessoas, exigem que os agentes de organização do espaço criem infraestruturas que comportem as demandas de circulação e comunicação de cada época.

Pensar, planejar e viabilizar os meios de transporte é fundamental no processo de desenvolvimento socioeconômico de qualquer lugar. O estado do Rio Grande do Sul ocupa posição de destaque no cenário nacional por apresentar uma das mais importantes redes de circulação do país. Sua posição estratégica e representatividade no circuito produtivo nacional possibilitaram o desenvolvimento de ferrovias, hidrovias e rodovias que correspondem às etapas de povoamento e estágios de desenvolvimento regional.

Ao analisar a conjuntura viária do estado do Rio Grande do Sul, ressalta-se que as hidrovias, datadas do século XVII, tinham por finalidade servir à hinterlândia do porto de Porto Alegre, entretanto, apresentaram-se insuficientes e precárias devido aos poucos e pequenos trechos navegáveis. As ferrovias, datadas de século XIX, tinham por objetivo interligar a crescente interiorização do povoamento gaúcho com a capital, mas apesar de desempenharem importante papel no desenvolvimento so-

cioeconômico do estado não o acompanharam. As rodovias, ampliadas e melhoradas a partir da metade do século XX, na época, eram consideradas os meios de transporte mais eficiente e rápido para acompanhar o desenvolvimento e a intensificação da produção e crescimento da população.

Os meios de circulação e comunicação materializados no espaço ao longo dos tempos incorporam na paisagem marcas de tempos distintos, marcas do passado fixadas no espaço, compreendidas como rugosidades, cuja simples presença na espacialidade condiciona o cotidiano das sociedades contemporâneas.

Representadas por fixos e seus fluxos tais rugosidades incorporadas ao espaço possibilitam a comunicação do lugar com as cidades ao seu entorno, especialmente através da circulação de pessoas e mercadorias produzidas e adquiridas pela população local. Além disso, como bem coloca Vidal de La Blache (1902) em sua “As condições geográficas dos fatos sociais” é através do isolamento que as sociedades crescem por impulsos, ou seja, a dificuldade enfrentada faz com que os grupos sociais desenvolvam mecanismos de desenvolvimento, cujos hábitos sociais se materializam no espaço. As rugosidades do sistema de circulação e de mercadorias são fruto da necessidade de interação do lugar com o entorno e com as demais regiões do estado.

Algumas rugosidades criadas datam de períodos em que a atual Cachoeira do Sul era município de fronteira do estado. Desse modo, reporta-se a Sorre (1984) ao enfatizar que as mudanças nos gêneros de vida estão intimamente ligadas às atividades de circulação, pois ela faz com que o grupo social participe de relações mais amplas e complexas, trazendo meios de renovação à inércia do lugar. É neste contexto, que os meios de circulação são renovados, ou seja, o contato com o exterior incrementa novos meios de locomoção e circulação bem como sua ampliação e renovação.

Entretanto, os meios de locomoção que outrora foram os principais meios de contato do lugar, embora substituídos por novos, ainda vivem na memória do lugar, pois representam pontos de encontro, de trabalho, convívio familiar e o auge de um tempo histórico de projeção e de referência de Cachoeira do Sul no estado do Rio Grande do Sul.

5.1.1. Rugosidade – Ponte de Pedra “Ponte do Imperador” (1832)

A história da Ponte de Pedra (Figura 20) sobre o rio Botucaraí inicia em 1832, através da sessão da Câmara Municipal, sob a presidência de José Custódio Coelho Leal, quando foi feito o registro da determinação do Presidente da Província, Desembargador Manoel Antônio Galvão, para que fosse elaborada a planta da ponte.

Figura 20 - Ponte de Pedra, localidade de Forqueta no município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo particular da autora, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em 1847, Lopo de Almeida Henriques Botelho e Mello encaminhou a planta e orçamento da ponte ao Presidente da Província, Manoel Antônio Galvão, a qual deveria ser construída no passo ou pouco acima do Passo Real do Botucaraí. No ano seguinte, em 10 de janeiro de 1848 foi realizado o contrato com a empreiteira, cujo contrato estipulava que:

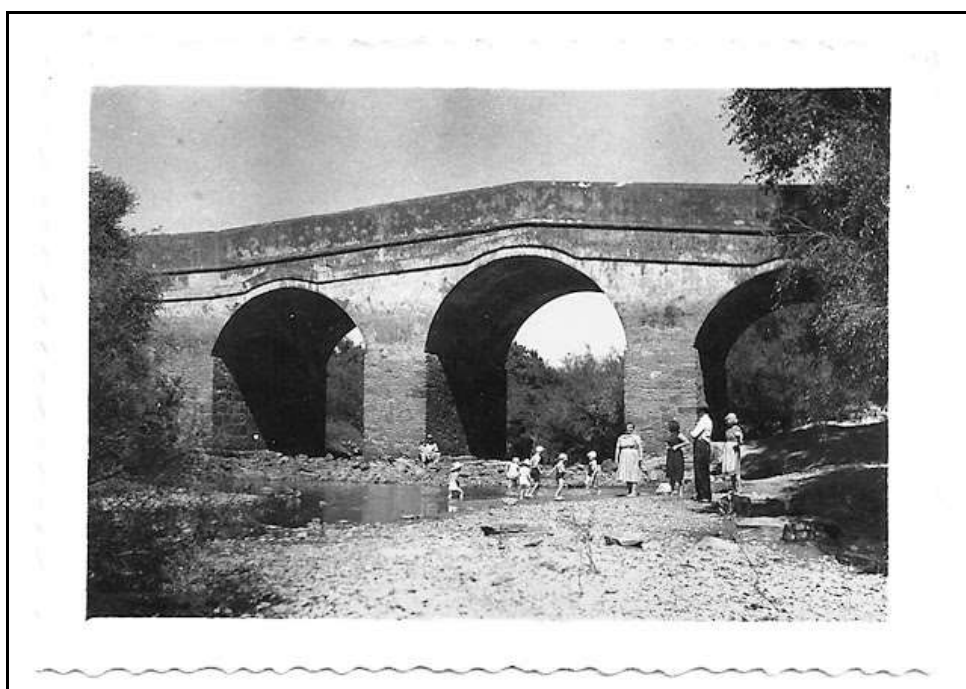
“A Ponte de Botucaraí será construída de alvenaria, revestidas as arestas dos talhamares de pedra lavrada a picão. Os arcos serão do melhor tijolo e a argamassa nela empregada será de cal e areia na razão de 1:1, isto é, tanto de cal como de areia e igual argamassa se empregará em todos os reboques e parapeito que também era de tijolo. A argamassa empregada no

interior dos maciços será de cal e areia na razão de 1:2, isto é, o duplo de areia. O pavimento da ponte será todo calçado de pedra própria para este emprego assim nas dimensões como na qualidade. Porto Alegre, 25/1/1848. Lopo Almeida Henriques Botelho e Mello, Arquivo Histórico do RS, fundo obras.” (ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Em 28 de outubro de 1848, um ofício foi remetido a Francisco Jose de Souza Soares d’Adrea, Presidente da Província, oficializando que o arrematante concluiu a Ponte de Pedra e, ainda, afirma que ela parecia sólida, pois por ela já havia passado carretas e tropas de gado e não apresentou nenhum problema de rachaduras. (ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Assim, a Ponte de Pedra, construída durante o Império, foi a primeira do tipo construída no estado do Rio Grande do Sul, em 1848. Segundo o historiador Aurélio Porto *“até então a navegação do Jacuí era feita unicamente por canoas de tolda, sendo a maior parte do comércio por via terrestre, havendo no Botucaraí uma ponte de pedra, a primeira que se fez no Rio Grande do Sul.”* (Relatório do Intendente Isidoro Neves da Fontoura, 1910, p. 7). Ela representava a principal via de acesso e passagens de tropas entre a Vila de Cachoeira e os municípios de Rio Pardo e Porto Alegre (Figura 21).

Figura 21 – Ponte de Pedra (1951-1955).



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, foto de Alvino Friedrich (1951-1955).
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Ponte de Pedra, construída sobre o rio Botucaraí, além de ser um elemento arquitetônico, reúne técnicas de construção da primeira metade do século XIX. Sua construção ocorreu no contexto histórico da Revolução Farroupilha, cujo principal objetivo era servir de ligação entre a então Vila Nova de São João da Cachoeira e a Vila de Rio Pardo e, por conseguinte, a Porto Alegre. Além disso, representou por muito tempo ponto de encontro das famílias cachoeirenses, contribuindo para formar no imaginário popular que ela teria sido construída para dar passagem ao Imperador Pedro II, pois de acordo com a história ele já a teria atravessado.

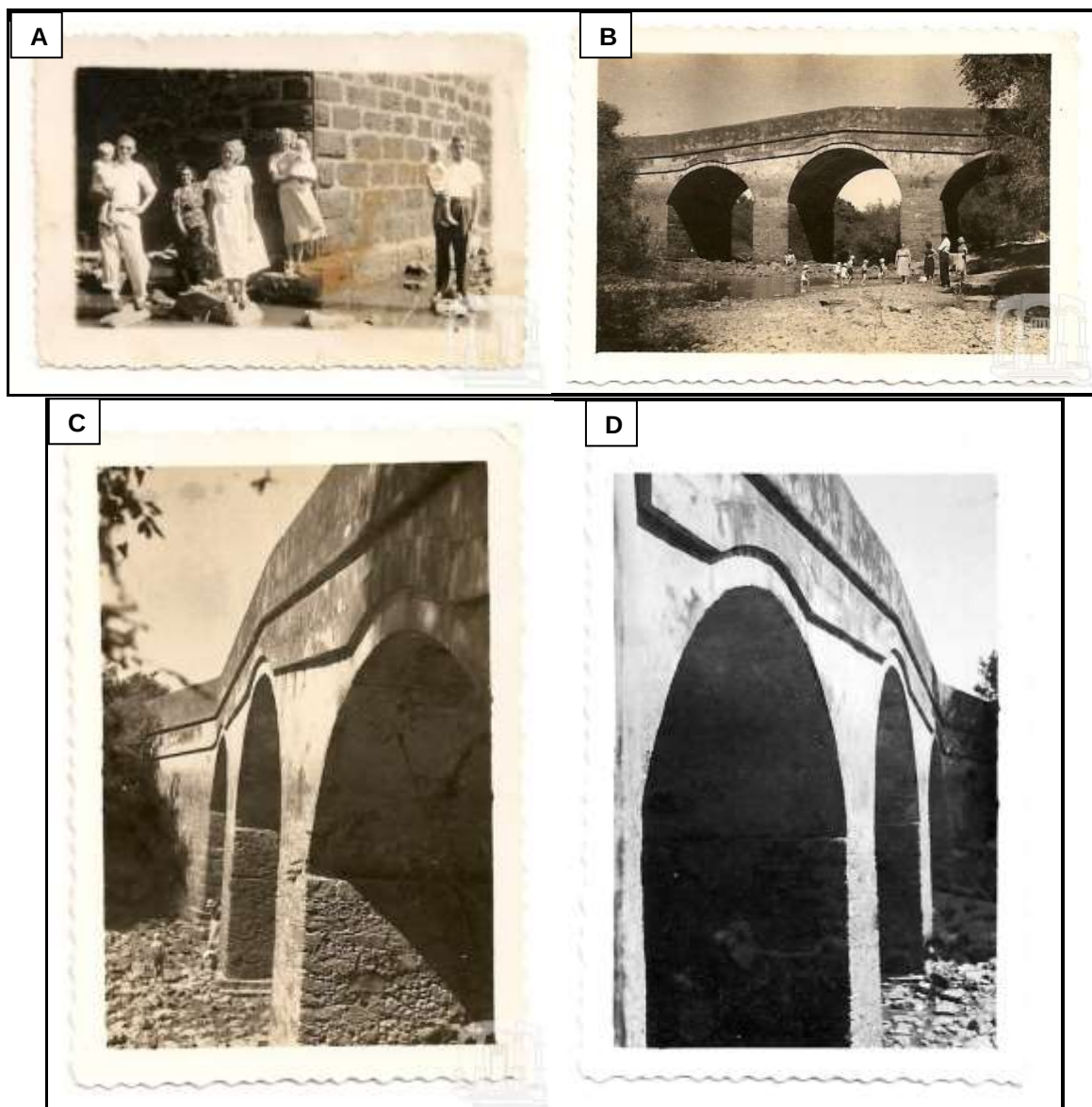
Assim, a Ponte de Pedra era vista como símbolo de orgulho e ponto de encontro dos moradores locais. Símbolo de modernidade e beleza ligava a vila com a capital da província, por ela eram escoados os principais produtos produzidos bem como chegavam mercadorias e pessoas, além de ser ponto de encontro para as famílias se refrescarem e pescarem nos finais de semana (Figura 22).

Os dados levantados através do trabalho de campo mostram que a Ponte de Pedra deixou de ser utilizada na década de 1950. Entre os motivos para o seu desuso pode-se destacar que os carros batiam o assoalho na elevação da pista, as enchentes decorrentes das chuvas torrenciais que associada ao relevo relativamente plano, ao entorno, contribuía para as sucessivas quedas de cabeceiras da ponte e a deterioração dos bueiros que cobriam as sangas ao longo da estrada de acesso à ponte e, principalmente com a construção da nova estrada que liga a cidade de Cachoeira do Sul a Rio Pardo através do Capão do Valo, atual RS 403, estrada de 62 quilômetros, que somente foi asfaltada parcialmente no ano de 2010.

O seu desuso contribuiu para a deterioração e abandono da ponte (Figura 23). Contribuiu para que a mata ciliar tomasse conta da estrada ao entorno, bem como as sucessivas enchentes do rio Botucaraí destruíram suas cabeceiras e estrutura em geral.

Desta forma, a Ponte de Pedra, desde sua construção passou por inúmeras reformas, as quais decorrem, especialmente, da ação do tempo e das intempéries climáticas, sendo a última reforma ocasionada pelo desabamento da cabeceira causada pelo excesso de chuvas em janeiro de 2010.

Figura 22– Famílias na Ponte de Pedra (1951-1955).



Legenda: A - Família Friedrich na Ponte de Pedra em 1951; B - Família Friedrich na Ponte de Pedra em março de 1955; C e D– Ponte de Pedra em 1955 quando o leito do rio Botucaraí estava praticamente seco.

Fonte: Museu de Cachoeira do Sul, foto de Alvino Friedrich (1951-1955).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

No ano seguinte, mais precisamente no primeiro semestre de 2011, ganhou força um movimento pró-Ponte de Pedra, liderado pelo arquiteto Osni Schroeder e apoiado pelo COMPAHC, cujas ações visavam à recuperação da Ponte de Pedra. Assim, em 2011 foi realizada a última reforma da ponte, que teve ajuda da comunidade e do Exército Brasileiro (Figura 24).

Figura 23 – Ponte de Pedra, em 1989.



Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul
Org: Lisane Regina Vidal Conceição

A Ponte de Pedra passou por várias transformações, as quais afetaram tanto sua estrutura original como sua função. Misturou sua originalidade caracterizada por uma arquitetura do século XIX, a qual a transformou na primeira na modalidade no estado, com uma arquitetura contemporânea ao ser reformada. Deixou de ser ponto de encontro entre cidades, pessoas e mercadorias para ser tornar ponto de encontro com o passado, ao revisitar a memória da comunidade local e, também atrativo turístico municipal (Figura 25).

Figura 24 – Ponte de Pedra (2010-2011).



Legenda: A e B - Registros feitos com o ultraleve da COLORTEC em novembro de 2010; C e D – Visita e vistoria do Departamento de Engenharia e Construção de Porto Alegre/RS e do 3º Batalhão de Engenharia e Combate de Cachoeira do Sul, em março de 2011; E – Registro das Obras em 1 de Junho de 2011 pelo Sargento Vanderlei Rauber; F e G – Registro das Obras em 15 de Junho de 2011 pelo Sargento Vanderlei Rauber; H – Registro das Obras em 30 de Junho de 2011 pelo Sargento Vanderlei Rauber.

Fonte: Blog da Ponte Pedra. Acesso em 2017 e disponível em: <https://pontedepedra.blogspot.com.br>
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 25 – Ponte de Pedra (2012-2016).



Legenda: A – Vistoria das obras na Ponte de Pedra em 2012; B – Vista da Ponte de Pedra a montante do rio Botucaraí em 2016; C – Vista da Ponte de Pedra em direção à estrada para Cachoeira do Sul em 2016; D - Vista da Ponte de Pedra em direção à estrada para Rio Pardo em 2016; E – Vista da Ponte de Pedra a Jusante do rio Botucaraí em 2016; F – Vista da estrutura superior da Ponte de Pedra em 2016; G – Vista da paisagem ao entorno da Ponte de Pedra; H – Placa de informações sobre a Ponte de Pedra em 2016.

Fonte: Blog da Ponte de Pedra acesso em 2017 (fotografia A) e Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Ponte de Pedra, considerada monumento histórico de Cachoeira do Sul tornou-se patrimônio estadual tombado pelo IPHAE, portaria nº 34/2013, de 17 de maio de 2013, cuja inscrição no livro tombo data de 16 de dezembro de 2013. Seu tombamento se deve por ser uma ponte a base de pedra, construída ainda no século XIX, que resistiu ao tempo, considerada marco referencial e atrativo turístico em seu município.

O tombamento trouxe motivação aos integrantes COMPAHC e a colaboradores do grupo que se mobilizaram pela restauração da ponte. Como projeto de ressignificação da ponte, o COMPAHC defende a existência de uma lei específica para criar um parque municipal na área da Ponte de Pedra.

Outro aspecto que merece destaque é a preservação da mata nativa no entorno do rio Botucaraí, especialmente da preservação das trilhas ao longo das suas margens. Além disso, é ponto de encontro para quem procura descanso e contado com a natureza, destacando-se a pescaria e servindo de balneário para famílias e comunidade local.

Sua ressignificação na contemporaneidade e função na reprodução social está intimamente ligada ao turismo, entretanto, observa-se o mau aproveitamento de sua potencialidade turística, à medida que não há preocupação de cuidado com o lugar, por parte do poder público municipal, pois suas vias de acesso encontram-se em precárias condições.

Um fator que poderia potencializar a atividade turística do local, além de transformá-la em parque municipal, seria agregar às vias de acesso a modalidade de estradas parques¹⁷, devido à beleza cênica do lugar onde se encontra, alicerçada a uma política que privilegie a sinalização e infraestrutura de acesso à mesma, proporcionando a integração do homem com a natureza e a promoção de novas fontes de recursos aos moradores locais, através de um desenvolvimento sustentável do lugar.

¹⁷ De acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC – Decreto nº 34.256/1992, regulamentado pelo Decreto nº 38.814/1988, que cria e regulamenta as Unidades de Conservação do Estado, a Estrada Parque fazia parte das Unidades de Manejo Sustentado/Categoria de Uso Direto e, é assim definida: parques lineares, sob administração pública, de alto valor panorâmico, cultural, educativo e recreativo. As margens, em dimensões variadas, são mantidas em estado natural ou seminatural, não sendo necessária a desapropriação mas, somente, o estabelecimento de normas quanto ao limite de velocidade, pavimentação, sinalização e faixa a ser protegida. (SEMA, 2018).

Neste contexto, a rugosidade Ponte de Pedra ou Ponte do Imperador como também é conhecida, datada de 1832, cujo principal objetivo de sua construção era viabilizar as rotas de circulação entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo. Construída durante o Período Imperial no Brasil, quando a circulação se dava através do uso da força animal, sua construção representou o meio para transpor as adversidades naturais decorrentes da presença dos acidentes geográficos, como os rios, considerados intransponíveis para a época. Sua técnica era bastante rudimentar, construída por blocos de rochas, através do trabalho e engenharia humana, com auxílio da força animal e capital público.

O Estado é o seu agente criador e usa seu poder de organizador espacial para materializar formas no espaço. A Ponte de Pedra perde função na reprodução social a partir da criação das estradas de rodagem, criadas na segunda metade do século XX para atender a necessidade de circulação mais rápida, promovida pela implantação de estruturas modernas. Durante a permanência de sua função e depois da extinção dela passou por várias reformas, as quais modificaram sua estrutura inicial. Atualmente, está tombada pelo IPHAE como patrimônio cultural estadual por representar a primeira de seu estilo construída no Rio Grande do Sul. Encontra-se ressignificada e considerada ponto turístico municipal e, por conseguinte, lugar de lazer dos moradores locais.

5.1.2. Rugosidade – Ponte do Passo Geral do Rio Jacuí (1849)

A Ponte sobre o rio Jacuí (Figura 26) é mais conhecida como Ponte do Passo do Jacuí. Atualmente resta apenas a estrutura dos pilares da antiga ponte. Ela ligava a cidade de Cachoeira do Sul a Santa Maria. Serviu de passagem à comitiva de Dom Pedro II em 1865, na viagem que fez para Uruguaiana em virtude da Guerra do Paraguai, para assistir à rendição das tropas de Solano Lopes (Figura 27).

Figura 26 - Ponte do Passo Geral do rio Jacuí, entre o município de Cachoeira do Sul e Restinga Seca, em 2016.



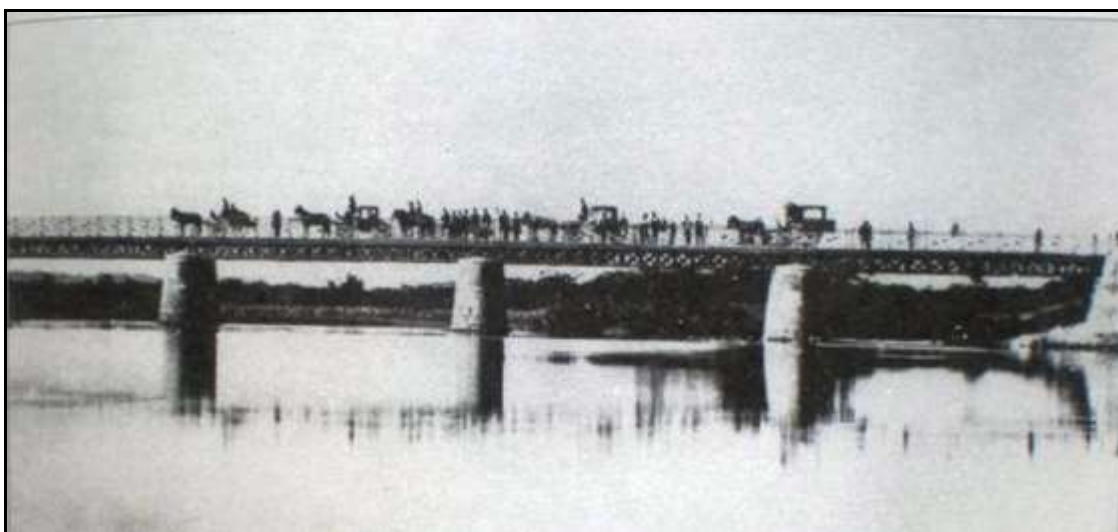
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O Passo Geral do rio Jacuí, localizado a 30 km da cidade de Cachoeira do Sul, foi um dos caminhos de ligação entre Rio Pardo e a Região da Fronteira Oeste e Planalto, em tempos de paz e de Guerra Farroupilha. Com o término da Revolução Farroupilha e pacificação de Ponche Verde, a Província, governada por Caxias, volta-se para as obras e à prosperidade do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, em 8 de abril de 1846, por decreto, é apresentado um projeto para a construção de uma ponte sobre o Passo Geral do rio Jacuí. Considerada obra necessária e vital para agilizar a ligação entre os principais núcleos urbanos na região central da província e a comercialização de produtos e riquezas entre as regiões leste e oeste da província.

Figura 27 – Comitiva de D. Pedro II, transpondo a Ponte do Passo Geral do rio Jacuí (Cachoeira do Sul) rumo a Uruguaiana, em 1865.



Fonte: <http://diariodeumamonarquista.tumblr.com>. Acessado em 24/06/2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Contratada pelo empreiteiro Ferminiano Pereira Soares, em 1848, pela quantia de 250 contos de réis, quantia paga em seis prestações e num prazo contratual de cinco anos e, apesar de ter iniciada a obra em janeiro de 1849, somente foi aberta ao trânsito, em novembro de 1871, cujo atraso se deu devido à troca de governo na província que ocorria de dois (2) em dois (2) anos e, conseqüentemente, a cada troca a obra parava e recomeçava.

De acordo com os dados levantados no trabalho de campo, sua construção demorou vinte e três (23) anos, enquanto que seu uso durou vinte e quatro anos (24) por isso é conhecida como “a ponte que passou mais tempo sendo contruída do que sendo usada”. No ano de 1876, a administração da Ponte e arrecadação do pedágio foram entregues ao município de Cachoeira do Sul.

Durante a Revolução Federalista (1893/1895) um dos grupos em conflito, ateou fogo no último vão de madeira para proteger sua retaguarda. O restante da passarela de madeira se deteriorou com o tempo e um dos pilares caiu. Restam ainda os pilares da ponte sobre as águas do rio Jacuí. (Figura 28).

Figura 28: Ponte do Passo Geral do rio Jacuí, em 2012.



Legenda: A, B, C e D resto da estrutura da Ponte do Passo do Jacuí com o leito do rio cheio.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, foto de Méia Albuquerque (2012).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Sua estrutura encontra-se inalterada, porém em ruínas. Sua função inicial mudou, deixou de ser a principal ligação de Cachoeira do Sul com a fronteira do estado, de ser o elo por onde passaram mercadorias, pessoas e produtos que promoveram a ocupação e o desenvolvimento do oeste riograndense, símbolo de modernidade de uma época caracterizada por transportes movidos a força animal e balsas que tranpunham acidentes geográficos. Atualmente, representa ponto turístico, além de embelezar a vista dos que atravessam o rio na Balsa do Passo do Jacuí. (Figura 29).

Desse modo, a ruínas Ponte do Passo do Jacuí, datada do Período Imperial Brasileiro, construída para ligar o último município gaúcho à fronteira oeste, atendendo ao objetivo de acesso e circulação com as áreas de fronteiras, uma construção moderna para a época, que demandou grande quantidade de trabalho huma-

no e capital público, encontra-se abandonada. Estado do Rio Grande do Sul, agente de criação desta rugosidade, age como fomentador da transformação espacial com objetivos de soberania nacional. Entretanto, devido às intensas disputas políticas e territoriais demarcadas por numerosas guerras em terras gaúchas, o seu tempo de funcionalidade foi quase o mesmo de sua construção, acarretando na sua extinção. Atualmente, sem função na reprodução social, porém possui grande potencialidade turística, o que fomenta projetos de ressignificação como, por exemplo, ponto turístico fluvial, especialmente no que diz respeito aos esportes radicais e de aventura

Figura 29: Ponte do Passo do rio Jacuí (2016-2018)



Legenda: A e B, ruínas da Ponte do Passo do Jacuí em 2016; C e D, ruínas da Ponte de Pedra em 2018.

Fonte: Arquivo Pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

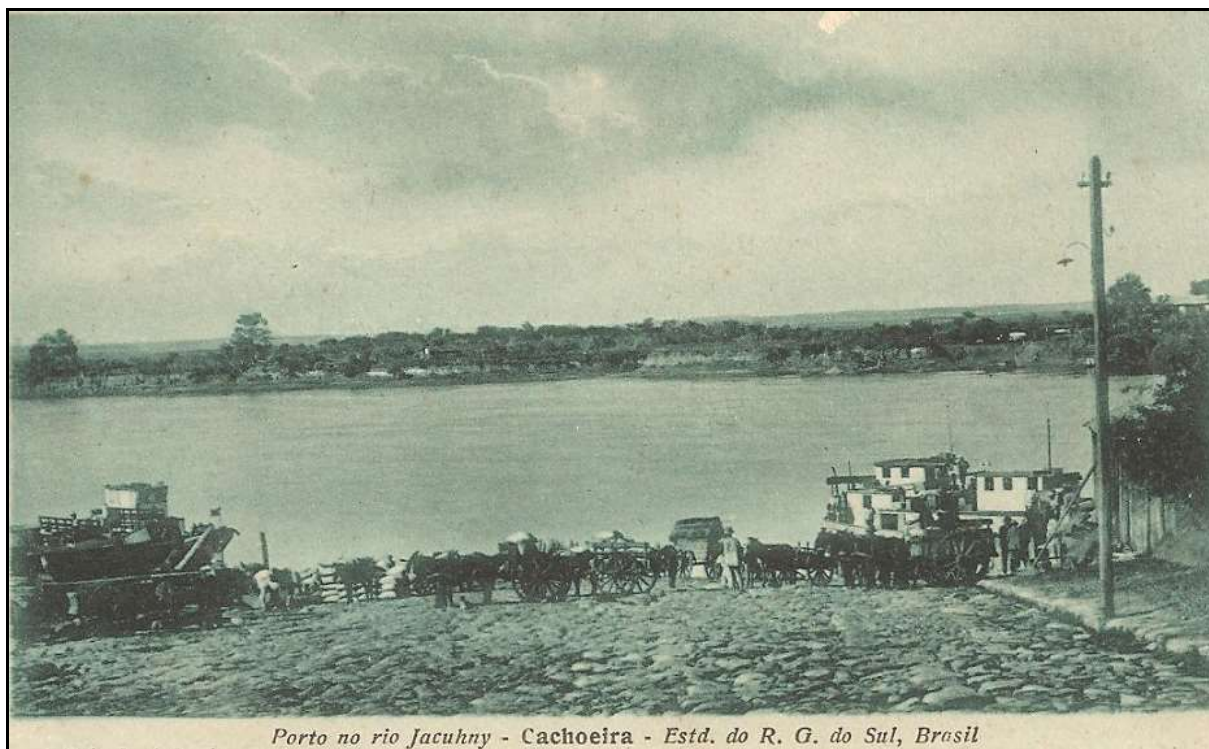
5.1. 3. Rugosidade – Porto de Cachoeira do Sul (1856)

No século XIX teve início a navegação entre Rio Pardo e Cachoeira do Sul, mais precisamente no ano de 1843, com destaque para os pioneiros neste tipo de

serviço Antônio Kussmann e Nicolau Faller, cuja navegação ocorria sem nenhum porto às margens do rio Jacuí. Quatro anos mais tarde, tal fato começou a ser mudado após o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande aprovar a obra de calçamento da rampa do porto, deixando a cargo da Câmara Municipal de Cachoeira a administração do serviço. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 1992).

A rampa do antigo porto foi concluída somente no ano de 1856, na Vila Nova de São João da Cachoeira (Figura 30). Localizada na descida da Rua Moron, foi por mais de um século responsável pelo escoamento da produção local, recebimento de mercadorias vindas de outras cidades do estado e pelo transporte de passageiros. No final da Rua Moron ainda se encontram preservadas as antigas rochas que faziam parte do antigo porto de Cachoeira do Sul, as quais permanecem como testemunho de um tempo e em que as pessoas não dependiam exclusivamente do transporte rodoviário, época em que se tinha, em terras gaúchas, um forte dinamismo e oferta de vários meios de transporte mais sustentáveis ao meio ambiente e acessível aos bolsos dos gaúchos, em especial, aos cachoeirenses (Figura 31).

Figura 30 – Rampa do Porto da Vila Nova de São João da Cachoeira, sem data.



Porto no rio Jacuhny - Cachoeira - Estd. do R. G. do Sul, Brasil

Fonte: Fototeca do Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 31 – Local da antiga rampa do porto de Cachoeira do Sul, em 2013.



Fonte: Fototeca do Museu Municipal de Cachoeira do Sul, foto de Claiton Nazar, em 2013.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

No ano de 1882, foi estabelecido o tráfego regular entre Cachoeira e Porto Alegre com a fundação da Companhia de Navegação Becker. Três anos mais tarde, em 1885, foi construído o primeiro armazém de carga e descarga, no extremo sul da Rua 7 de setembro.

O baixo custo cobrado pelas companhias de navegação fazia com que as pessoas dessem preferência pelo meio de transporte fluvial. Durante o inverno, período de chuvas regulares, escoavam os produtos produzidos por Cachoeira e seus distritos, entre eles se destacavam: Irapuá, Palmas, Restinga Seca, Dona Francisca e Santo Ângelo, os quais possuíam portos às margens do rio Jacuí. Já durante o verão, período de escassez de chuva, a navegação do rio Jacuí era interrompida. (MUSEU MUNICIPAL, 1992).

A possibilidade de navegação durante todo o ano no rio Jacuí dependia da construção de eclusas e barragens, o que geraria lucros consideráveis ao município e ao estado, tornando o rio corredor de escoamento permanente da produção de toda a região central do Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 1910, pelo porto de Cachoeira se deslocavam vinte e nove (29) embarcações, com 554 entradas e saídas do porto, totalizando 1.242 toneladas

de mercadorias. Estes números projetavam ao porto maior importância do que os portos de Jaguarão, Itaqui, Santa Vitória, São Borja e Uruguaiana. No que tange ao destino das mercadorias transportadas via fluvial pelo porto, destaca-se que algumas ficavam na cidade e outras seguiam em direção a outros municípios. Entre as principais mercadorias pode-se destacar o açúcar, aguardente, calçados, café, farinha de trigo, farinha de mandioca, farelo, tecidos, louças, querosene, vidros, vinhos, entre outros. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 1992).

No ano de 1916, trafegaram pelo porto 23 embarcações e três companhias de navegação. Além das embarcações destacavam-se os Vapores D. Pedro, Santo Ângelo, Santa Cruz e Couto e Taquara e, pequenas embarcações denominadas de gasolinas, responsáveis pelo transporte de arroz localizado às margens do rio Jacuí (Figura 32). O ano de 1918 representou grande progresso ao porto, pois foi instalada na margem esquerda do rio Jacuí, a Máquina a Vapor “Manchambomba”, composta por dois (2) carros com capacidade de 30 a 40 sacos que sobre trilhos subiam e desciam, puxando cargas e mercadorias no declive da rua que dava acesso ao porto, considerada como “um barranco”. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 1992).

O declive no porto era considerado de extremo sacrifício para os animais que transportavam as cargas e mercadorias no acesso ao porto, normalmente as carroças e carretos eram puxados por burros, os quais tinham vida útil neste tipo de serviço de no máximo 3 a 4 anos, pois o terreno era comparado a “mata burros”, devido à dificuldade de trafegar.

No ano de 1937, estavam situadas na cidade mais de 40 empresas de navegação, as quais eram responsáveis pelo escoamento de mercadorias de mais de quinze (15) municípios da região. Também, neste mesmo ano, foi criada a Cooperativa Cachoeirense de Navegação Fluvial, fundada por pequenos empresários do setor. Dois anos mais tarde, em 1939, são realizadas as primeiras obras de melhoramento da navegabilidade do rio Jacuí.

Figura 32 – Vapor no Porto de Cachoeira do Sul, em 1904.



Fonte: Fototeca do Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

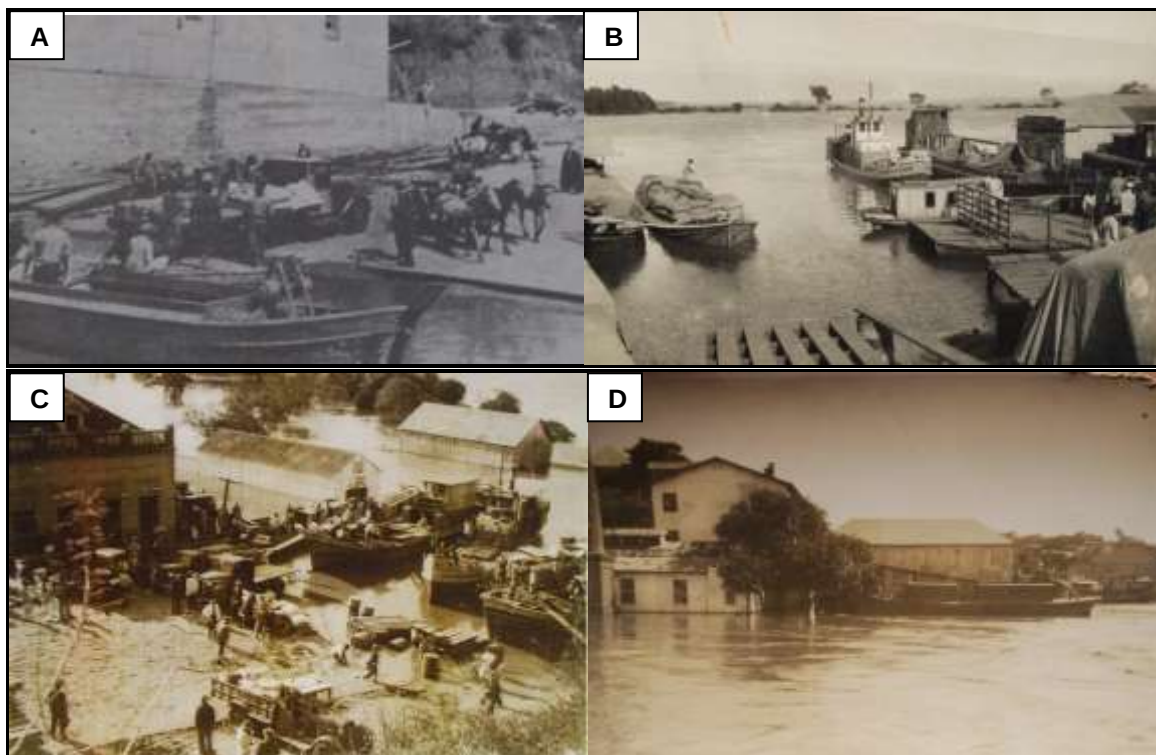
Portanto, a construção do antigo porto de Cachoeira do Sul representou um incremento importantíssimo para a econômica do lugar, uma vez que seu principal objetivo era conectar a cidade à capital estadual, a cidade de Porto Alegre, fazendo ligação com o porto de Rio Grande, através do rio Guaíba via Lagoa dos Patos. Um caminho possível ao escoamento da produção e circulação de mercadorias e pessoas, pois o rio Jacuí possibilitava a navegação até Cachoeira do Sul, apesar das inúmeras enchentes¹⁸ que impossibilitavam a navegabilidade no porto (Figura 33).

A construção de um novo porto em Cachoeira sempre foi um desejo dos cachoeirenses e das pessoas que faziam uso de seus serviços, um porto com melhor infraestrutura e que fosse capaz de garantir a demanda de escoamento da produção e mercadorias. A primeira ação a esse respeito foi a doação de um terreno de 5,3 hectares do município para o estado, ato concedido através da Lei nº 2776, de 12 de

¹⁸ Cachoeira do Sul já passou por várias enchentes, registrados nos anos de 1896, 1899, 1905, 1941, até agora a maior registrada, 1984 e a última registrada foi em 2015.

dezembro de 1955. A área a ser destinada para sua construção era de 6,3 hectares, sendo o calado (com drenagem) de 2,50 metros. (ROHDE, 1998).

Figura 33 – Porto de Cachoeira do Sul, na década de 1940-1950.



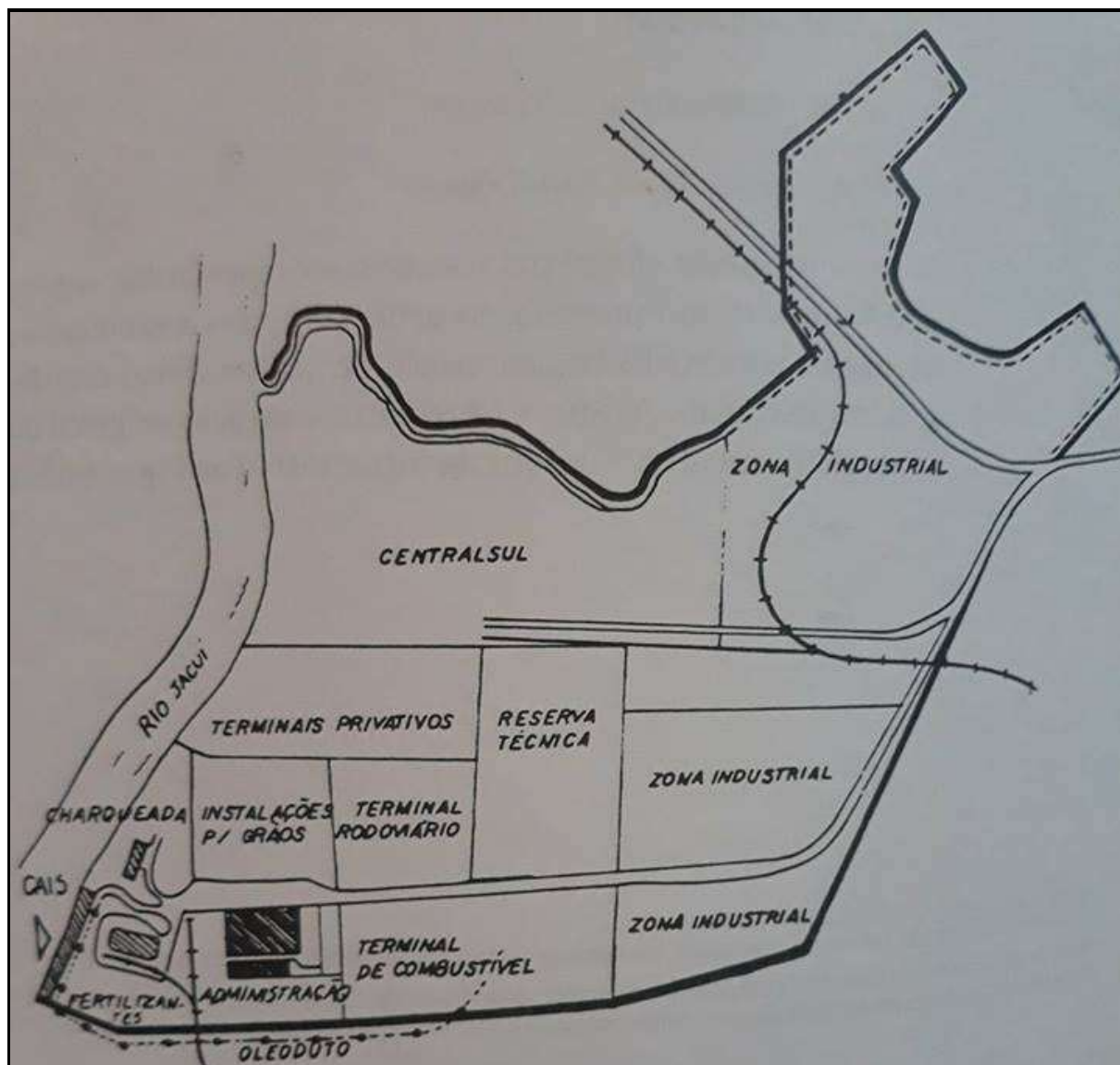
Legenda: A – cais do porto entre 1940-1950; B – embarcações nas águas cheias, em 1941; C – enchente de 1941 atinge porto; D – armazéns do porto na enchente de 1941.

Fonte: Almanaque Gaúcho de 22/05/2001, Zero Hora (foto A), Fototeca do Museu Municipal de Cachoeira do Sul, fotos de Achylles Figueiredo (foto B, C e D).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Entretanto, apenas no ano de 1976 teve início às tratativas oficiais para delimitação da área de entroncamento rodo-ferro-hidroviário, na margem esquerda do rio Jacuí. Nesta área, atualmente, se encontra localizado o Novo Porto de Cachoeira do Sul (Figura 34).

Figura 34 – Croqui da Infraestrutura do Novo Porto de Cachoeira do Sul, em 1995.



Fonte: RODHE, 1998.

Org: Lisane Regina Vida Conceição

A construção do Novo Porto de Cachoeira do Sul teve um longo período de eventos registrados, conforme Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Ações para a construção do Novo Porto de Cachoeira do Sul, 1980 a 1998.

Data	Ações para a construção do Novo Porto
11 de junho de 1980	Publicado no Diário Oficial da União o decreto presidencial que destina a área para implantação do porto fluvial de Cachoeira do Sul. Pelo decreto a área do porto seria de 18 hectares e 200 hectares para o segundo distrito industrial do município, determinava, ainda, que a implantação do porto compreendia a instalação do cais de atracação, armazenamento, de equi-

	pamentos diversos, edifícios de apoio administrativo, pátios de estocagem e outras obras de infraestrutura.
13 de junho de 1980	A Empresa Internacional de Engenharia S.A. venceu a licitação para elaborar o projeto de construção e implantação do porto, tendo um ano para concluir o projeto e iniciar as obras.
22 de novembro de 1981	Conclusão do projeto pela Empresa Internacional de Engenharia S.A. e a Empresa de Portos do Brasil S.A., a PORTOBRÁS, estuda a abertura de concorrência pública para a execução das obras para o início de 1982.
25 de dezembro de 1983	De acordo com o secretário de economia do município Orlando Kerber, a suspensão do traçado pretendido pelo município para a BR 153 e a ativação da RST 481 poderia se tornar um risco para implantação do entroncamento rodo-ferro-hidroviário, caso não fossem tomadas as medidas que justificassem a construção do porto.
1º de maio de 1986	Criada a Zona Industrial Portuária na área que era esperada a implantação de empresas de navegação, depósitos, beneficiamento e industrialização de cereais.
30 de outubro de 1986	Sondagem da Administração das Hidrovias Lagoa dos Patos Jacuí-Ibicuí (AHSul), órgão pertencente à PORTOBRÁS, na margem esquerda do Rio Jacuí para a instalação de um porto de carvão, que tinha expectativa para 1987.
18 de setembro de 1988	Terminais da CENTRALSUL (especializada em Transporte Intermodal de Cargas) e a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) chegam a movimentar 22 mil toneladas de trigo para o Porto de Rio Grande. Cada navio tinha a capacidade de carga equivalente a 105 caminhões, condição que fez os terminais cachoeirenses passar de 6º para 5º lugar no país. Este crescimento contínuo poderia colocar o complexo do porto em 3º lugar até o final de 1989, com capacidade de escoamento de até 105 toneladas de trigo.
22 de fevereiro de 1990	O projeto da obra do atracadouro foi entregue pelo governador Pedro Simon ao comandante do Batalhão Ferroviário de Lages, coronel Carlos Rodolfo Bopp, com um custo estimado de 2,5 milhões de dólares a serem custeados pelo Governo Estadual. O projeto, a pedido da PORTOBRÁS, previa a construção de um berço de atracação com 72 metros de largura para embarque e desembarque e, uma plataforma de concreto.
11 de agosto de 1990	Formalizada a liberação de CR\$ 140 milhões liberados pelo Governo Estadual para o Batalhão Ferroviário de Lages para construção do cais do porto.
23 de junho de 1991	Efetivada a cedência de 146 hectares destinada à construção do porto pelo Governo Federal ao Governo Estadual. Entretanto, a solenidade que deveria ocorrer em Cachoeira do Sul foi adiada e a cedência não se concretizou e, com a extinção da PORTOBRÁS, o termo de cedência foi anulado.
1º de outubro de 1992	Assinado em Porto Alegre o convênio do Governo Federal com o Batalhão Ferroviário de Lage para a construção do primeiro módulo do Porto de Cachoeira do Sul.
16 de outubro de 1992	O Batalhão Ferroviário de Lages chega a Cachoeira e dá início as providências para a construção do porto. Também, nessa data, o secretário estadual dos transportes, Matheus Schmidt, envia a Assembleia Legislativa, ação necessária para dar início a construção do primeiro módulo de atracação do porto.
26 de março de 1993	O Batalhão Ferroviário de Lages já estava a 3 meses na cidade e as obras ainda não haviam começado devido a falta de recursos, pois o dinheiro liberado em meados de fevereiro só cobriu as despesas iniciais da unidade militar.
Julho de 1993	A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) concedeu licença para efetuar as obras do cais do porto de Cachoeira do Sul.
1º de abril de 1994	Governo busca recurso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para viabilizar as obras da Hidrovia do Mercosul, com a ligação Jacuí-Ibicuí.
8 de maio de 1994	Após severas críticas a lentidão com os compromissos assumidos com o

	Porto de Cachoeira do Sul, o Deputado Júlio Cezar Caspani consegue a liberação de CR\$ 122 milhões e de mais CR\$ 258 milhões para a obra.
30 de junho de 1994	Início do Seminário de Transporte Intermodal em Cachoeira do Sul de iniciativa do Deputado Júlio Cezar Caspani, com objetivo de discutir os rumos do entroncamento modal da região. O seminário registrou que o rio Jacuí tem 300 km navegáveis e que de Cachoeira até Porto Alegre são 230 km navegáveis.
12 de outubro de 1995	Superintendência da Rede Ferroviária Federal no Rio Grande do Sul assume o projeto para o ramal ferroviário de 1,6 km, correspondente a ampliação do ramal da CENTRALSUL até o Distrito Industrial e desembarque de cargas.
6 de fevereiro 1996	Governo do Estado libera mais de R\$ 172 para a continuação da fase terminal do porto.
Maio de 1996	Chuvvas de verão atrasam o cronograma de obras do cais e do acesso rodoviário, previsto para agosto e, a autorização para restauro da Charqueada estava no governo estadual dependendo de liberação de verba.
5 de junho de 1996	Porto ganha grupo de trabalhos para estudar maneiras de viabilização.
25 de junho de 1996	A dragagem do rio Jacuí tem seu início adiado sucessivas vezes, tendo início somente em novembro do presente ano.
Julho de 1996	Assembleia Legislativa aprova liberação de R\$ 400 mil para conclusão das obras de atracadouro, estradas de acesso e reforma do antigo Prédio da Charqueada.
Outubro de 1996	Surge a primeira manifestação de interesse de uma empresa em se localizar no novo porto (Defer S.A.); o engenheiro do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) e líder da Comissão Pró-Porto, Rude-nir Stein, considera a reativação da Cooperativa dos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul (CENTRALSUL) vital para o funcionamento da Hidrovia do rio Jacuí; as 1,3 mil mudas de árvores são conferidas e consideradas aptas o viveiro do porto, exigidas pela FEPAM.
Dezembro de 1996	O DEPRC já tem estudo sobre a área do porto, através do Grupo de Operacionalização do Porto; o porto está visivelmente pronto para inauguração, a qual é transferida, sistematicamente, de dezembro para janeiro, fevereiro, março.
27 de março de 1997	O Porto de Cachoeira do Sul passa para o controle do Estado, o qual poderá nos próximos anos, administrar, explorar e repassar à iniciativa privada, se assim desejar.
Abril de 1997	Dragagem do rio Jacuí se aproxima de Cachoeira do Sul.
10 e 11 de maio de 1997	A empresa Treichel prepara a Hidrovia para uso até Rio Grande; Conclusão do porto de Cachoeira do Sul.
Outubro de 1997	Enchente faz com que o cais do porto não dá pé; o porto ainda é uma obra sem respostas e necessita da viabilização da BR 481 (ligação entre Cruz Alta e Novo Cabrais) para sua viabilização.
Dezembro de 1997	Anúncio que o porto será privatizado feito por José Otavio Germano
9 de março de 1998	Ocorre audiência pública sobre o porto, resultando na operacionalização da privatização e da formação de um consórcio de empresas.
5 de abril de 1998	A privatização atrasa, sendo o edital de abertura de concorrência pública de arrendamento do porto prorrogado por mais dois anos.

Fonte: Adaptado de ROHDE, 1998.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

As ações que ocorreram para a construção do Novo Porto de Cachoeira do Sul, desde as primeiras discussões, percorreram mais de 40 anos (1955-1998). Durante este período, várias ações foram realizadas para mostrar a importância na ativação do porto de Cachoeira do Sul e da Hidrovia no rio Jacuí. Dentre elas, destaca-

se a viagem pelo Cisne Branco, promovida pela Secretária Estadual de Transportes que aconteceu nos dias 12 e 13 de maio entre Cachoeira do Sul e Porto Alegre, onde estiveram presentes o secretário Matheus Schimit, equipe técnica, empresários, jornalistas e sindicalistas, com o objetivo de discutir alternativas e formas de incrementar a utilização do rio Jacuí como modal rodo-hidro-ferroviário entre as regiões produtoras do estado e os setores de beneficiamento e consumo (Figura 35).

Figura 35 – Cisne Branco que trafegou pelo rio Jacuí, em 1992.



Fonte: Jornal do Povo, maio de 1992.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A década de 90 ficou marcada pela luta do município em implantar um entroncamento rodo-ferro-hidroviário, um ramal de 2,5 km chegou a ser construído pelo Batalhão Ferroviário de Lajes, ligando a rede principal da então RFFSA até as antigas instalações da CENTRALSUL, onde, atualmente, encontra-se instalado o Complexo da Granol, cujo ramal nunca foi utilizado e a maior parte dele encontra-se so-

terrado, obra que demandou custos e investimento da Prefeitura Municipal para desapropriação de terras às margens dos trilhos (Figura 36).

Figura 36 – Imagem aérea da localização do Porto de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Imagem do Google Maps, 2018.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Para não dizer que o porto estava em total desuso desde as tratativas para o início das obras do cais do porto em 1990, no ano de 2008, ou seja, dezoito (18) anos sem realizar nenhum carregamento, a Unidade Local da Companhia de Silos e Armazéns (CESA) de Cachoeira do Sul, realizou um embarque de 1,1 mil toneladas de arroz beneficiado. O produto pertencia à Cooperativa Agrícola Cachoeirense Ltda (CORISCAL), tendo como destino a empresa de Cereais Araguaia, no nordeste do país. A iniciativa foi uma ação entre o Governo do Estado, Navegação Aliança, Coriscal e Araguaia, cujo objetivo era reativar a logística fluvial para o escoamento da

produção de grãos, utilizando o rio Jacuí. Acrescenta-se que ocorreram transportes anteriores de menor capacidade, mas este foi o mais significativo. (IRGA, 2008).

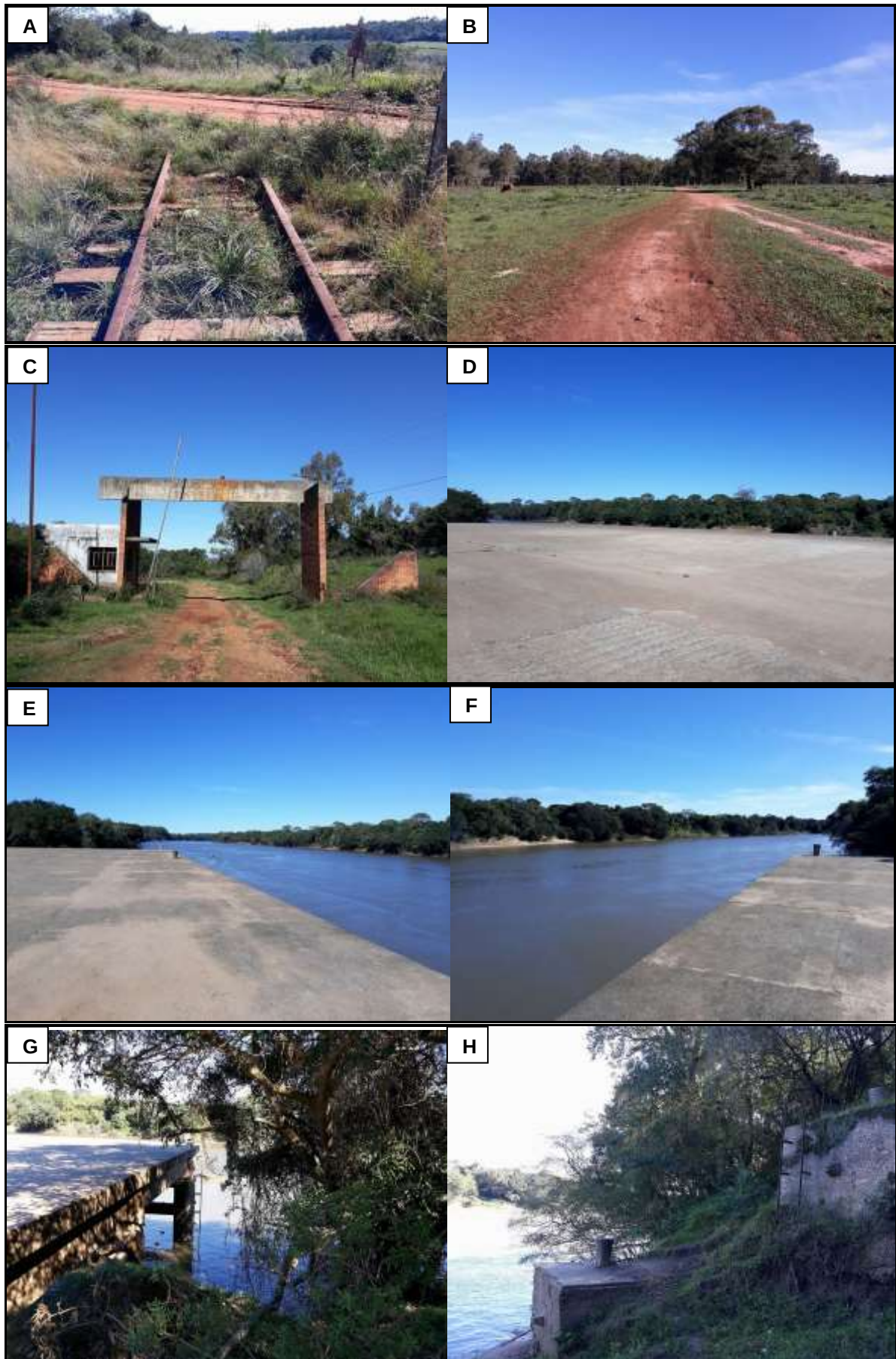
Desde a conclusão do Porto de Cachoeira do Sul, ele era administrado pela Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul (SPH), a qual foi extinta pelo Projeto de Lei 251 de 21 de dezembro de 2016, cujo destino passou para a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) e, sua área pertence à União. O Porto conta com uma plataforma de 70 metros de comprimento e 3 metros de largura, o cais com calado de 8,2 pés é equipado com armazém com capacidade de armazenar até 9 mil toneladas.

Entretanto, suas características de potencialidade para escoamento de grande parte da produção gaúcha, via implantação da hidrovia, carecem de investimentos de dragagem e de empresas de navegação para a realização dos serviços. Custos estes que estão inviabilizando seu funcionamento, à medida que se observa um jogo de responsabilidades entre as autarquias responsáveis pelo porto à união, o estado e o município, resultando em total descaso.

O Porto de Cachoeira do Sul, uma obra pública que levou décadas para ser construído, passou por uma mudança de infraestrutura com a construção do Novo Porto, vivenciou períodos de apogeu da produção local e regional, e, atualmente, encontra-se abandonado pelo poder público. Possui a mesma função inicial, com moderna infraestrutura, que eventualmente realiza algum transporte, apresenta uma função social mal aproveitada pelo poder público local e, atualmente, serve de ancoradouro para barcos de pesca e sua rampa para pescadores nos finais de semana. Além disso, devido à precariedade de conservação da área do porto, observa-se também a prática de atividades de aventura, pois representa um terreno úmido e arenoso, com uma cobertura vegetal.

Sua via de acesso se encontra em precárias condições, fato observado no trabalho de campo realizado, pois além da péssima infraestrutura da estrada que dá acesso ao mesmo, ainda se observou a falta de sinalização adequada (Figura 37). Em relação a sua infraestrutura, observa-se que as mesmas se encontram em boas condições de uso. Verificou-se também que até o entroncamento que dá acesso as instalações ocupadas pela empresa Granol, as vias apresentam bom estado de conservação e sinalização. Portanto, verifica-se o abandono do poder público na manutenção e conservação do mesmo, o que pode ser de interesse da especulação do capital, à medida que seu sucateamento propicie maior aceitação da comunidade local para sua possível privatização e promessa de funcionamento e geração de emprego local.

Figura 37 – Acesso e estrutura do Novo Porto de Cachoeira do Sul, em 2018.





Legenda: A – traçado dos trilhos do complexo do porto interrompido pela estrada; B e C – acesso ao porto; D, E, F, G, H, I, J, K e L – infraestrutura do Novo Porto de Cachoeira do Sul.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal conceição.

Atualmente, existem projetos de reativação do Porto, como a Hidrovia Mercosul que permitirá o desenvolvimento das relações comerciais com o Uruguai, através do rio Ibicuí, com o objetivo de utilizar a hidrovia para transporte de grãos, madeira, cimento e ferro. Para isso, necessitam investimentos na dragagem do rio, o projeto beneficiará empresas como Granol, com escoamento previsto de 600 mil toneladas de soja e, a CMPC Celulose Rio-Grandense, antiga Aracruz, com estimativa de seis (6) milhões de toneladas de madeira. Em função disso, já são observadas algumas obras de melhoramento de acesso ao longo do cais e também o projeto de utilização das instalações da Charqueada do Paredão para abrigar o setor administrativo do porto.

A implantação efetiva do Porto e da Hidrovia permitirá o desafogamento do transporte rodoviário, possibilitando um transporte mais acessível e de menor custo,

como também mais sustentável ao meio ambiente. Acredita-se que a diversificação dos meios de transportes deve ser vista como salutar, prioritária e de segurança nacional, em um país considerado grande produtor mundial de grãos, contribuindo para que o poder público não se torne refém de apenas um tipo de transporte, o rodoviário.

Por fim, ao analisar o contexto socioeconômico de criação e importância do porto para o desenvolvimento do município e da região Central do estado, evidencia-se que a rugosidade Porto de Cachoeira do Sul, construído no Brasil Imperial, com o objetivo de transportar a produção do município para a capital gaúcha, sendo o único meio de transporte capaz de transportar grandes quantidades na época, aproveitando-se da navegabilidade do rio Jacuí, promovia o comércio de tudo o que era produzido nesta espacialidade e trazia à cidade e ao centro do estado, mercadorias necessárias à vida no meio rural.

Por muitos anos o Porto de Cachoeira do Sul foi o grande dinamizador e impulsionador da economia da região central do estado, pois através dele também era escoado os produtos produzidos na região da fronteira do Rio Grande do Sul. O Porto perdeu volume de escoamento da produção com a construção da Viação Férrea no final do século XIX, a qual tinha maior capacidade de transporte e rapidez. Na metade do século XX, o porto já não possuía infraestrutura adequada de navegabilidade e, a partir desse período, são iniciados os trâmites legais e administrativos para a construção do novo porto de Cachoeira do Sul. A obra se prolongou até o ano de 1998, quando finalmente é concluída.

Entretanto, o projeto inicial de construção foi reduzido e a falta de recursos do estado perpetuou, por um longo período, sua construção. O agente de criação da rugosidade atuou de forma lenta e desordenada, pois seu funcionamento não atendia mais a lógica do capital, que agora estava voltada para os meios de transportes rodoviários, caracterizados pelos altos custos de transporte, beneficiando a acumulação capitalista.

Assim, o Porto de Cachoeira do Sul, construído com capital público, com técnicas modernas de construção, ao passar pela construção de sua nova estrutura, ainda, não foi utilizado de acordo com sua capacidade de transporte. Mudou a estrutura, mas a função permanece inalterada, porém pouco utilizada.

Os atuais projetos de resignificação como a Hidrovia do Mercosul visam a interligação fluvial até a fronteira oeste, entretanto, para isso novos investimentos de-

vem ser custeados para obras de dragagem dos canais fluviais. Infelizmente, o transporte hidroviário não é valorizado como meio de transporte no país, o que possibilitaria desafogar o transporte rodoviário e a possibilidade de promover formas mais sustentáveis de transporte.

5.1.4. Rugosidade – Ponte Imperial (1880-1885)

A Ponte Imperial ou Ponte Férrea da Ferreira (Figura 38), localizada sobre o Arroio Ferreira, próxima da Estação Férrea da Ferreira, não se sabe ao certo a data de sua criação, mas se sabe que a Estação Férrea da Ferreira data do ano de 1885, por isso acredita-se que sua construção foi entre 1880 e 1885.

Figura 38 - Ponte Imperial, localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

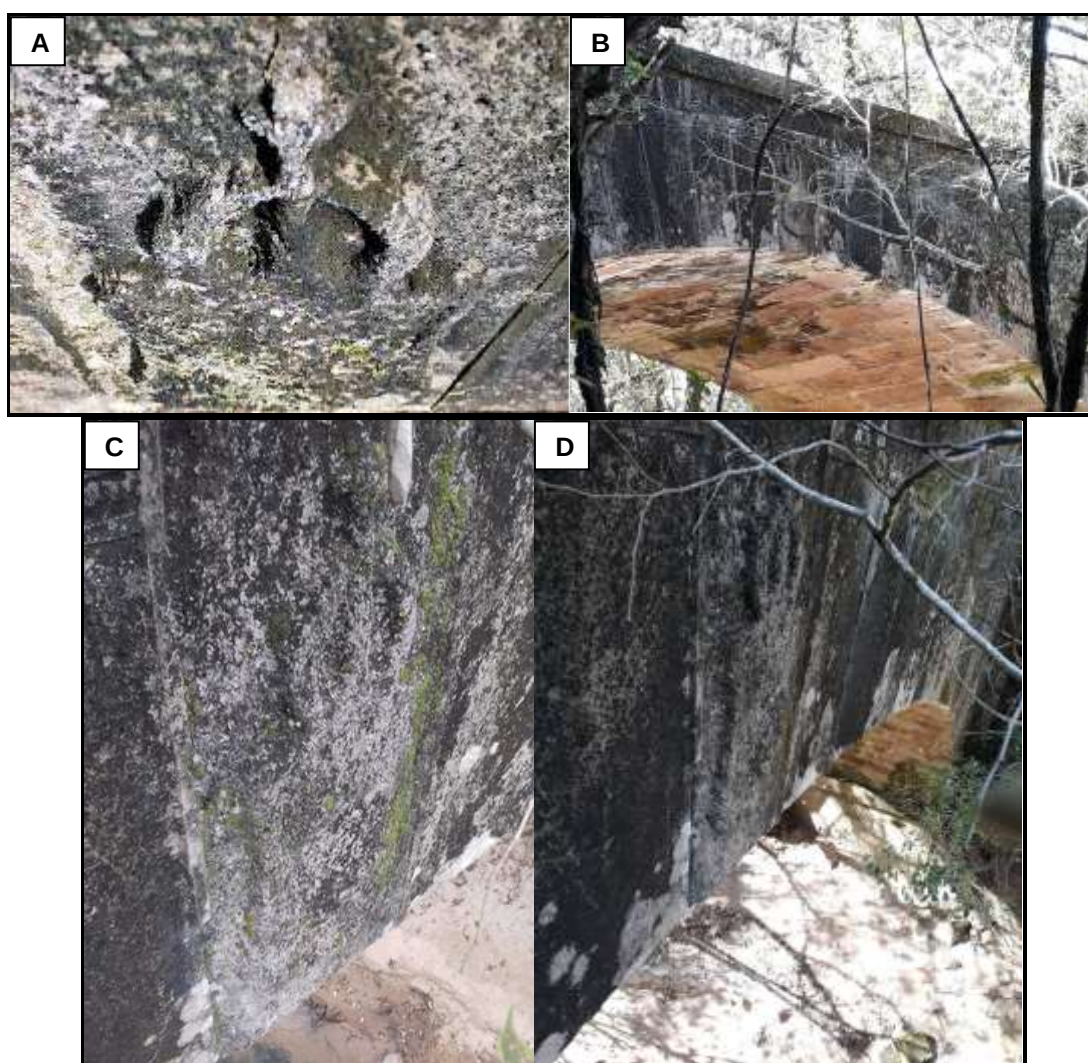
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Ponte Imperial era considerada o principal acesso de entrada à cidade de Cachoeira e é uma obra imperial, por isso apresenta o Brasão do Império, em bom estado de conservação, mas coberto de limo (Figura 39). Uma das principais carac-

terísticas da ponte é que era composta por duas partes, o pontilhão e a ponte (Figura 40).

Além do valor histórico e cultural da ponte, a estrutura guarda um tesouro, o brasão do Segundo Império esculpido na pedra chave dos seus dois lados, cujo brasão dá nome à ponte. Destarte também para os arcos da ponte, os quais foram usados pela primeira vez no Império Romano, para a construção de pontes e aquedutos, alguns dos quais se mantêm de pé até hoje.

Figura 39 – Brasão do Império na Ponte Imperial (2016 – 2018).



Legenda: A e C – Brasão Imperial em 2016; B e D – Brasão Imperial em 2018.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 40 – Pontilhão da Ponte Imperial, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O trabalho de campo revelou que a ponte servia de passagem aos trilhos da viação férrea, enquanto que parte de sua estrutura, o pontilhão, está localizado próximo a via principal do distrito de Ferreira, o qual servia para a passagem de caminhões e carretas de boi que chegavam à cidade. Entretanto, os caminhões boiadeiros tinham que fazer a volta por uma estrada de terra, pois a passagem sobre o pontilhão era proibida.

De acordo com dados levantados pelo Grupo Ponte de Pedra em parceria com alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria em 2016, a ponte foi criada com rochas vindas de outra região, ainda não especificada, cujas rochas são do tipo basálticas. Para a união das rochas, foi utilizada uma mistura com areia e algum outro elemento também ainda não identificado. A rocha basáltica é rica em ferro e magnésio, por isso, comumente, chamada de pedra ferro, contribuindo para a sustentação de grandes cargas. Além disso, o arco da ponte funciona como compressão e transporta o peso para os dois pilares e para os lados, permitindo a abertura do vão sem risco de colapso. O arco tem aproximadamente 5 metros de flecha, 20 metros de extensão e 3,70 metros de espessura. Já, a estrutura total da ponte possui, aproximadamente, 7 metros de altura e 30 metros de compri-

mento. Além disso, através de observações realizadas na estrutura concluiu-se que o seu interior é oco, o que transformava a carga permanente mais leve, cujo sistema era importante para a movimentação da estrutura quando o trem passava, contribuindo para seu balanço. (GRUPO PONTE DE PEDRA, 2016).

Tecnicamente, a ponte parou de funcionar em 1973, com o fim do ramal da Viação Férrea da Ferreira e abertura de uma nova estrada principal que liga o distrito à sede da cidade. Além disso, novas entradas à cidade de Cachoeira já estavam sendo utilizadas e com melhor infraestrutura de acesso.

O acesso à ponte está coberto de mata (Figura 41). A única forma visível de sua presença é o pontilhão que está próximo à estrada principal. Sua localização somente foi possível graças aos moradores locais que contam com orgulho a fase áurea de grandeza e importância para o município. Fazendo uso das palavras de um morador local, “ela era a porta de entrada da cidade, por ela passava todos que vinham à cidade vender seus produtos e comprar produtos de necessidade básica, gente de Restinga, Arroio do Só, do outro lado do rio, passavam por aqui”.

Figura 41 – Acesso e estrutura da Ponte Imperial, em 2016.



Legenda: A, B e C - acesso a Ponte Imperial; D parte da estrutura da Ponte de Pedra.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Portanto, a rugosidade Ponte Imperial, datada do Período Imperial, construída para dar suporte à linha do trem da Viação Férrea, obra estatal, cuja ação do Estado garante a construção dos trilhos para dar passagem ao trem e, que por muitos anos representou a entrada principal da cidade, servindo de passagem às pessoas e mercadorias que chegavam via carroças, carretas e caminhões boiadeiros, encontra-se em desuso.

A Ponte, caracterizada por um sistema de engenharia bastante complexo construído para dar suporte aos arcos em estio Romano e com a presença de um Brasão Imperial, esculpido dos dois lados da ponte, de valor histórico e cultural, por representar uma obra do Governo Imperial do Brasil, atualmente, não possui função na reprodução social local.

Apesar de encontra-se coberta e escondida pela mata ciliar, carrega lembranças de um tempo em que representou a entrada da cidade, memória de um tempo que trazia à Cachoeira pessoas carregadas de produtos para serem comercializados, um tempo de troca comerciais que deixaram no espaço suas marcas, o modo de vida dos grupos sociais locais e dos antigos distritos do município.

5.1.5. Rugosidade - Viação Férrea (1883)

O transporte ferroviário começou a ser implantado no Brasil a partir de 1850¹⁹, período marcado pela tentativa do Império se consolidar enquanto nação desvinculada de Portugal. Este período caracterizou-se por grandes transformações da economia do império a partir abolição do tráfico negreiro em 1850 e criação de bancos, empresas industriais, companhias de navegação a vapor, companhias de seguros, companhias de mineração, companhias de transporte urbano e, especialmente, as ferrovias.

Não demorou muito para as ferrovias começarem a se espalhar para as províncias, contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno e urbanização,

¹⁹ A primeira estrada de ferro foi empreendida pelo industrial, nascido no Rio Grande do Sul, Irineu Evangelista de Souza – Barão de Mauá- inaugurada no Rio de Janeiro em 1854. Um ano depois o Império organizou a empresa Estada de Ferro Dom Pedro II e, em 1858 a rede ferroviária já contava com seus primeiros 48 quilômetros. (IPHAEE, 2002).

sendo fundamentais para a criação de muitas cidades bem como para a decadência de muitas outras também, as quais não foram agraciadas pela passagem do trem. As ferrovias trouxeram melhoramento de infraestrutura urbana como iluminação, telégrafos, escolas, jornais, revistas, atividades culturais, que se tornaram sinônimo de progresso e modernidade.

No Rio Grande do Sul, o ano de 1866 foi o marco ferroviário da província, pois neste ano discutia-se na Assembleia Provincial o potencial da zona de colonização Alemã, localizada no Vale do Rio dos Sinos, considerada o “celeiro da província”, com a capital. Em meio às inúmeras discussões surgiu a proposta de construção da estrada de ferro, que se efetivou três anos mais tarde com a assinatura de um contrato com o inglês John Mac Ginity, concedendo-lhe o direito de construção e exploração da primeira ferrovia no Rio Grande do Sul. Em abril de 1874 foi inaugurada a primeira seção de estrada compreendida entre a capital e São Leopoldo, com extensão de 33.756 metros, sua implantação estimulou a produção da zona colonial alemã e a multiplicação de núcleos urbanos, resultando em sucessivas ampliações e, em 1922, atingiu o município de Canela. (IPHAE, 2002).

A partir da primeira ferrovia, foi sendo implantada na província uma rede de ferrovias²⁰ com base em quatro linhas principais: Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana; Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé; Estrada de Ferro Santa Maria-Marcelino Ramos; e Estrada de Ferro Barra do Quaraí-Itaqui. As ferrovias que compreendem o município de Cachoeira do Sul pertencem à linha Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana.

²⁰ No ano de 1872, o engenheiro J. Ewbank da Câmara apresentou ao Governo Imperial o “Projeto Geral de uma Rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, do qual a espinha dorsal era a Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana. O projeto traçou os rumos da rede que seria implantada. No ano seguinte foi autorizada pelo governo a construção de uma estrada de ferro que comunicasse o litoral e a capital com as fronteiras, cujo contrato foi assinado entre o Governo imperial e os concessionários Conselheiro Cristiano Benedito Ottoni, o Engenheiro Herculano Veloso Ferreira Pena e o Bacharel Caetano Furquim de Almeida. O contrato estabelecia que a construção seria dividida em 4 seções. O ritmo de construção estava sujeito entre outros fatores à disponibilidade do orçamento federal, pois até 1897 a estrada era uma empresa pública, de domínio da União. O processo de implantação da rede de estradas de ferro no Rio Grande do Sul utilizou capitais estrangeiros, sendo que os primeiros investimentos foram de capital inglês, através da qual se empreendeu a Estrada de Ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo e, em seguida a penetração de capital belga, através da Compagnie Auxiliare des Chemins de Fer au Brésil, companhia de sociedade anônima com sede em Bruxelas com ampla atuação na Europa e demais continentes, tinha como subscritor brasileiro o Engenheiro João Teixeira Soares. Este arrendamento da estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana se explica no contexto nacional através da aprovação da Lei Federal 427, que autorizava o arrendamento das Estradas de Ferro da União. (IPHAE, 2002).

A Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, a mais importante ferrovia construída no decurso da história do Rio Grande do Sul, criada pelo Decreto Imperial nº 2.397, em 10 de setembro de 1873, a qual alcançou uma extensão de 493 quilômetros, foi projetada para cortar a Província no sentido leste-oeste.

A Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, destinada a fazer a ligação entre a capital e a fronteira oeste, com o objetivo inicial mais estratégico do que econômico, tendo como principal preocupação a segurança das fronteiras meridionais do Império. Seu objetivo estratégico ficou evidenciado pelas características da zona de influência, caracterizada pela baixa densidade populacional e falta de uma atividade agrícola capaz de alimentar os trens com sua produção.

As obras iniciaram em 1877 e a primeira seção da Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana foi inaugurada como empresa federal em 1883, ligando Santo Amaro (Amarópolis) a Cachoeira (Cachoeira do Sul). Para se deslocar de Santo Amaro a Porto Alegre utilizava-se a navegação fluvial pelo rio Jacuí. Dois anos mais tarde a ferrovia atingia o município de Santa Maria, prosseguindo a oeste até atingir Uruguaiana.

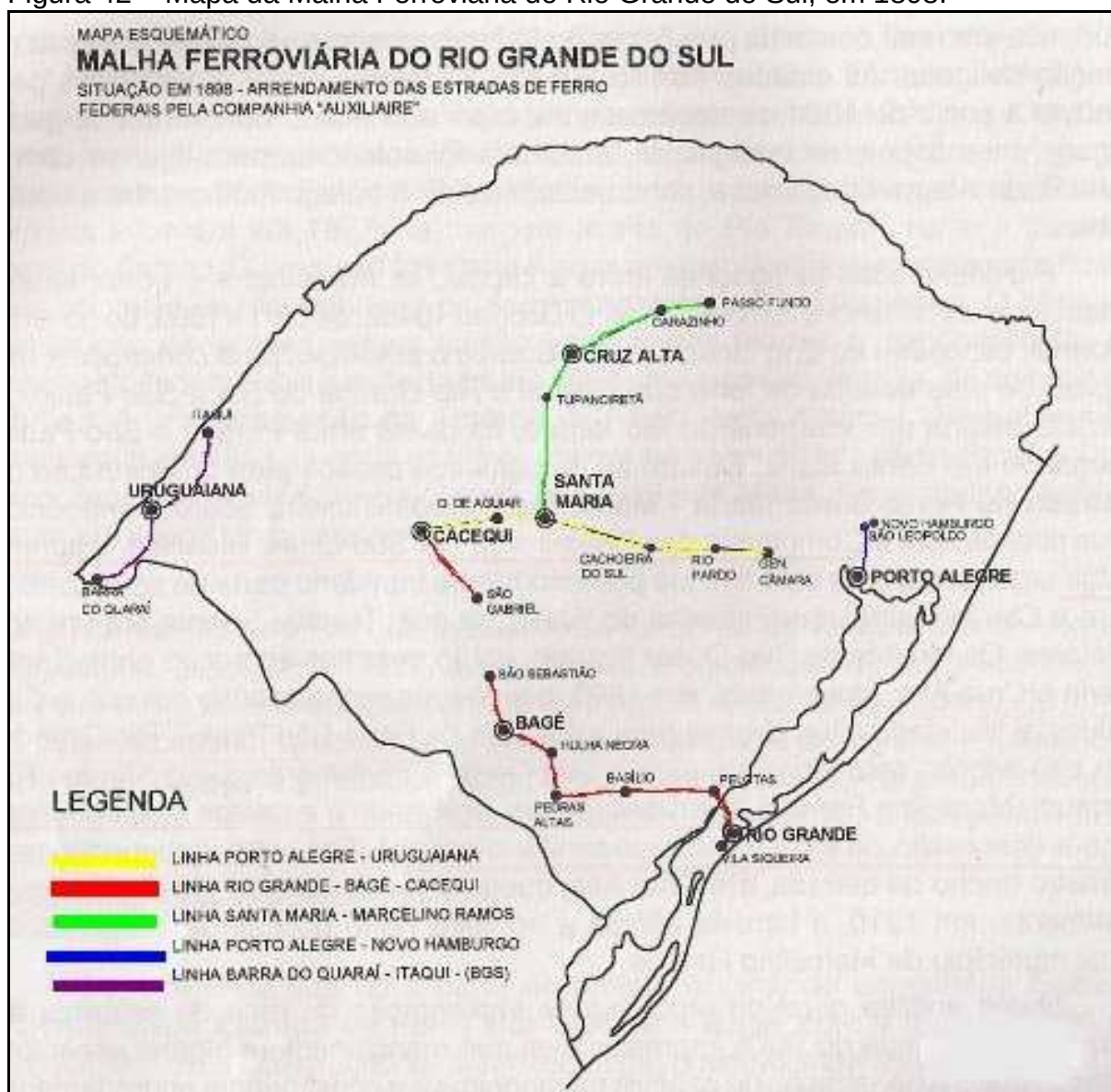
Antes mesmo de ser inaugurada, correram trens de carga por seus trilhos. Contudo, quando do início da Revolução Federalista em 1893, os trabalhos foram suspensos e, apenas cinco anos mais tarde, a estrada alcançou a cidade de Cacequi.

Com a volta da normalidade política no estado, após a Revolução Federalista (1893 a 1895) foi possível a retomada dos trabalhos e, como primeira medida adotada pelo governo, foi a realizada uma concorrência pública visando o arrendamento da ferrovia, cujo vencedor foi Afonso Spee, empresário representando os interesses belgas. Em 1898, a estrada passou a ser encampada pela Compagnie Auxilaire des Chemins de Fer au Brésil (1898-1920), conforme Figura 42. (FLORES, 2017).

Neste contexto, Dias (1986) enfatiza que a estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana era considerada como a espinha dorsal do projeto e de sua implantação dependia o próprio futuro da rede ferroviária sulina. Entre os interesses estaduais estavam o seu arrendamento, de cunho meramente econômico.

Assim, no ano de 1905, o contrato com os belgas da “Auxilaire” foi ampliado, englobando praticamente todas as estradas do Rio Grande do Sul, inclusive as estaduais, contrapondo a orientação do governo local avesso ao capital privado nos serviços básicos.

Figura 42 – Mapa da Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1898.



Fonte: IPHAE, 2002.

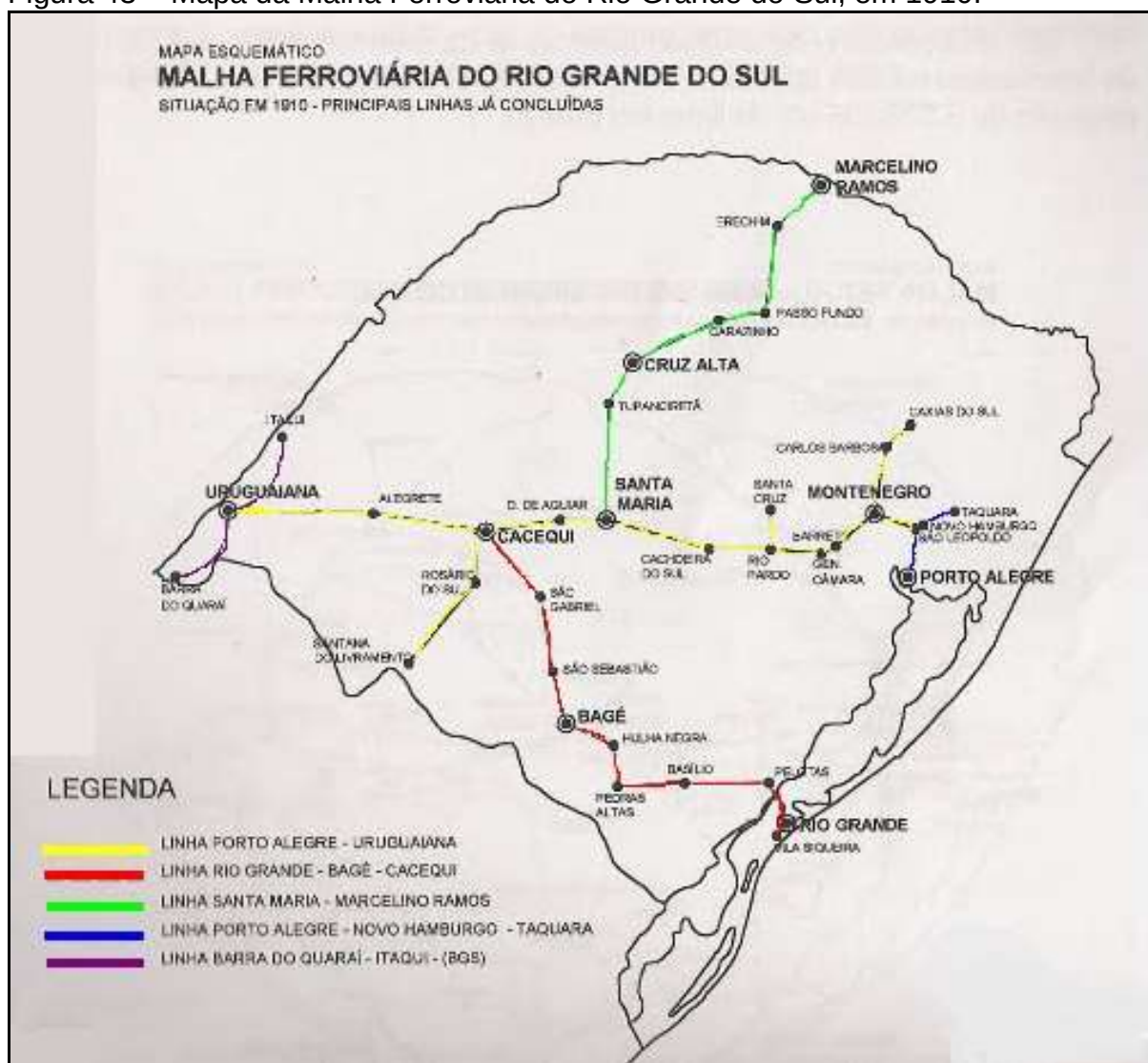
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em 1907, os trilhos alcançaram a cidade de Uruguaiana e, em 1911, com a utilização de parte da linha Porto Alegre-Novo Hamburgo para a construção da linha Santo Amaro-Barreto-Montenegro possibilitou sua interligação com a capital. Na década de 1910, as principais linhas da rede ferroviária estavam consolidadas, atravessando o território estadual de leste a oeste e de norte a sul, interligando as principais regiões, conforme Figura 43. (IPHAE, 2002).

O período entre 1911 e 1919 ficou marcado pela eclosão da Primeira Guerra mundial, desencadeando aquecimento na economia local, devido ao aumento das

exportações para os países envolvidos no conflito e o consequente aumento da demanda dos transportes.

Figura 43 – Mapa da Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1910.



Fonte: IPHAE, 2002.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Concomitante a isso, ocorreu o endividamento dos belgas e a transferência do controle acionário das ferrovias gaúchas para o controle norte-americano através da atuação da Brazil Railway Company, empresa que formava um *trust* ferroviário na América do Sul. Entretanto, a baixa qualidade dos serviços prestados, juntamente com o sucateamento da rede e constantes reclamações das tarifas elevadas ocasionaram greves dos ferroviários, fizeram o governo interferir no sistema ferroviário e

criar a Viação Férrea do Rio Grande do Sul – VFRGS, uma empresa estadual que administrou o sistema ferroviário até a década de 1950 e, em 1957 foi encampada pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA)²¹, conforme Figura 44. (IPHAE, 2002).

Figura 44 – Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1959.



Fonte: IPHAE, 2002.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

²¹ A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) foi uma empresa estatal brasileira de transporte ferroviário que cobria boa parte do território brasileiro e tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1920, um levantamento patrimonial da ferrovia apontou a existência de 165 estações e/ou paradas e uma extensão de 2.328,205 km de linha em tráfego. Durante o período que operou foram construídas algumas variantes, para encurtar tempo e distâncias, eliminando algumas estações de sua linha original. No município de Cachoeira, atual Cachoeira do Sul, foram construídas seis (6) estações, as quais localizavam-se tanto no perímetro urbano quanto no perímetro rural, com equipamentos modernos, com destaque para os trens que trafegavam (Figura 45 e 46).

Figura 45 – Primeira Locomotiva (tipo American) a trafegar na Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguiana, adquirida em 1878 da Five-Lille, França.



Fonte: Dias, 1986.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Os trens que trafegavam na Linha Porto Alegre-Uruguiana eram o trem Minuano ou Pampeiro e o trem Húngaro. De acordo com a Revista Refesa (1969) o trem Minuano percorria de Porto Alegre a São Borja, todas as segundas, quartas e sextas-feiras às 17 horas, partindo de Porto Alegre. Os carros possuíam poltronas-

leito reclináveis dotados internamente de todo o conforto. Todavia, no verão, aumentava consideravelmente o movimento para a fronteira com a Argentina, na época de férias. O Pampeiro, por isso era equipado com dormitório, restaurante e bar.

Figura 46 – Trens e equipamentos da Ferrovia Porto Alegre Uruguaiana (1969-2018).



Legenda: A - Trem Minuano, 1969; B – Trem Húngaro, 1979; C e D - Equipamentos da RFFSA, em 1987; E – Interior Trem Minuano, sem data; F - Vagão da RFFSA, 2018.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/> acesso em 18/05/2018 (foto A), <http://www.vfco.brazilia.jor.br>, acesso em 18/05/2018 (foto B e E), Museu Municipal de Cachoeira do Sul (C e D) e Arquivo Pessoal da autora (F).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Para melhor entendimento de tal rugosidade opta-se por mencionar todas as estações, entretanto apenas serão foco de análise as estações localizadas no perímetro rural do município: Estação de Ildefonso da Fontoura, Estação de Ferreira, Estação Ildefonso Fontoura – Pertile.

A primeira Estação no sentido Porto Alegre–Uruguaiana era a Estação de Ildefonso Fontoura (1929-1975), conforme Figura 47. Inaugurada em 1929, localizava-se no interior do município de Cachoeira do Sul. O seu nome era em homenagem a Ildefonso Borges Toledo da Fontoura²², Coronel da Guarda Nacional, natural de Santa Maria.

Figura 47 – Local da extinta Estação Férrea Ildefonso Fontoura, em 2000.



Legenda: A - Placa de cruzamento da Antiga Estação Férrea Ildefonso da Fontoura, em 2000; B - Local da Antiga parada da Estação de Ildefonso Fontoura, em 2000.

Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 14/06/2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

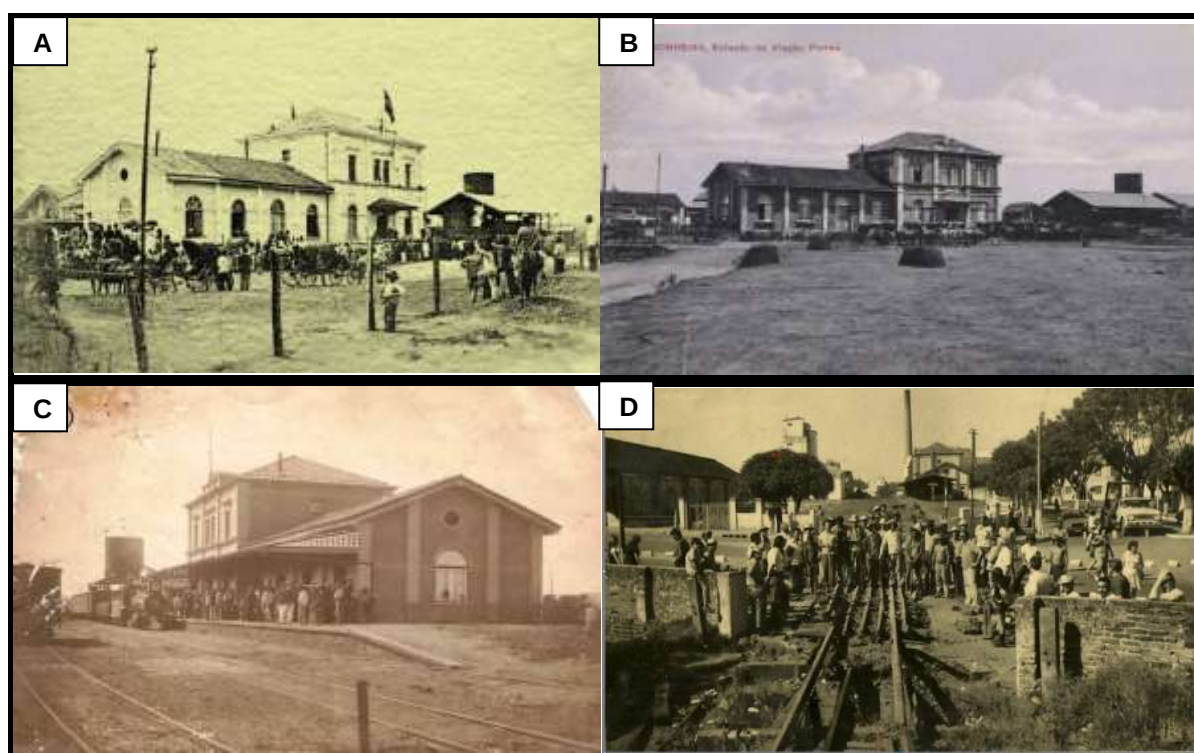
A estação foi totalmente demolida em 1973, não restando nenhum vestígio no local, apenas os trilhos de cruzamento. Portanto, atualmente, não representa mais significado no presente, ou seja, não possui interferência no espaço rural e na reprodução dos grupos sociais locais. Apenas é lembrada pela presença das placas de cruzamento, onde ficavam os trilhos da estação. Os trilhos foram substituídos por campos e pela agricultura, cujo apito do trem foi substituído pelo som de máquinas e

²² Ildefonso Borges Toledo Fontoura era engenheiro geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886, chefe da Secretaria de Obras Públicas do RS em 1898 e de 1904 a 1906, chefe do Serviço de Repressão ao Contrabando do RS em 1899, Coronel Comandante da 26ª Brigada de Infantaria do RS em 1901, chefe do Plano Geral da Viação do RS em 1907, inspetor de 1ª Classe do Telégrafo Nacional em 1908, engenheiro chefe do telégrafo de 1909 a 1913, e inspetor federal das estradas a partir de julho de 1913 e falecido em Porto Alegre em 19/04/1921.

animais, dando lugar à modernização do campo. Observa-se que mesmo após de não configurar mais uma rugosidade, ao deixar de existir na espacialidade geográfica, podem permanecer no imaginário local como formas que deixaram legado ao lugar devido ao desenvolvimento que representaram e ao pertencimento do lugar.

A segunda estação, obedecendo ao mesmo sentido, era a Estação de Cachoeira (1883-1973), conforme Figura 48. Inaugurada em 1883, pela Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, localizava-se no centro da cidade, era a estação terminal do trecho inaugural (Santo Amaro a Cachoeira), conforme Figura 49. Em 1973 foi desativada, os trilhos foram retirados em 20 de julho de 1974 e após um ano a estação estava completamente demolida, dando lugar à instalação da Praça Honorato de Souza Santos. Uma nova estação foi construída no bairro Oliveira (Cachoeira do Sul-Nova), distante do centro.

Figura 48 - Local da extinta Estação Férrea de Cachoeira do Sul, 1900-1975.



Legenda: A - Estação Férrea de Cachoeira do Sul, em 1900; B - Estação Férrea de Cachoeira, em 1918; C - Chegada do trem na Estação Férrea de Cachoeira, em 1940; D - Demolição da Estação Férrea de Cachoeira (1974-1975).

Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em: 14/06/2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 49 – Embarque de passageiros na Estação Cachoeira, na década de 1970.



Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2017.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A presença das rugosidades na paisagem assume valor no espaço, entretanto, seu tempo de permanência varia de acordo com o lugar onde está cristalizada. Nota-se que no caso das estações na área urbana, as rugosidades são mais rapidamente substituídas, para dar lugar a novas marcas que, normalmente, estão relacionadas ao progresso econômico do lugar.

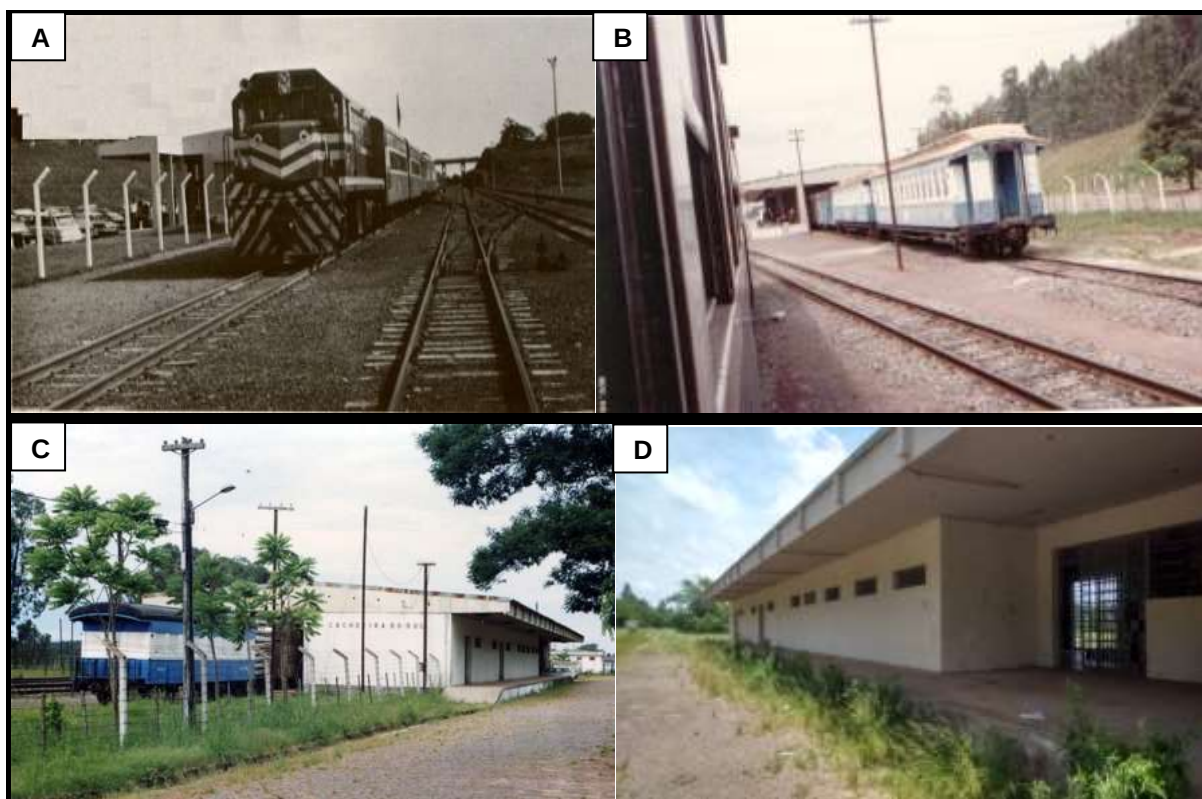
As rugosidades como remetem a um tempo histórico passado representam entrave econômico ao moderno, ao novo, ao progresso, pois a concepção difundida na sociedade contemporânea de países subdesenvolvidos é que o melhor é fruto de tecnologias avançadas e modernas e, por isso tais sociedades vêm se desfazendo de marcas do trabalho humano sobre o espaço como coisas banais. Estas sociedades, desprovidas de conhecimento sobre o trabalho do homem no espaço, vem des-

truído seu patrimônio sem se dar conta da perda imensurável de valor que tais marcas representam para a sua geração e para as gerações futuras.

A terceira estação, a Estação Cachoeira Nova (Figura 50) foi construída em 1973, no bairro Oliveira, em substituição a estação central. A estação está parada e, apesar do estado de depredação, é a única localizada na área urbana do município.

Sua estrutura, quando comparada com as demais, apresenta melhores condições, pois foi à última a ser construída. Por isso, atualmente, existe um projeto para que seja o ponto terminal de uma ferrovia turística, ligando Cachoeira do Sul a Rio Pardo, assim, assume a possibilidade de ressignificação, o que resultará em mudança na sua função inicial e reprodução social.

Figura 50 - Local da Estação Férrea Cachoeira Nova (1975-1990).



Legenda: A - Trem de passageiros da Estação Cachoeira Nova, em 1973; B - O trem Porto Alegre Uruguiana na Estação Cachoeira Nova, em 1990; C - Trem de passageiros na nova estação de Cachoeira do Sul, em 1993; D - A estação em 2015.

Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 14/06/2016.

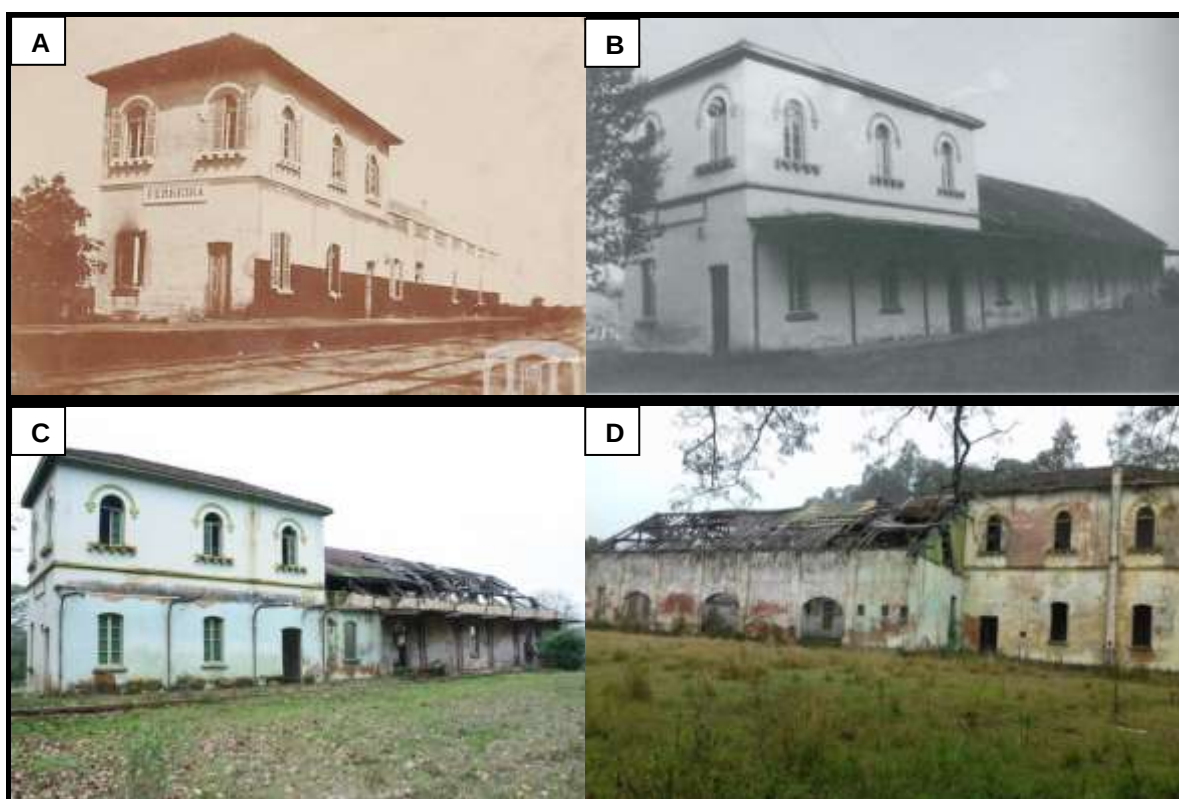
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A quarta estação era a Estação Engenheiro Aymoré Drumond (1948-1973), inaugurada em 1948. Até o ano de 1957 a estação se chamava Quilômetro 109,

passando, em 21 de agosto do corrente ano, a homenagear, o Engenheiro Aymoré Soares Drummond de Macedo (falecido neste mesmo ano), antigo diretor da Ferrovia. No ano de 1973 a estação foi desativada com a abertura da variante Estação Ildefonso Fontoura-Pertile e não existe mais nenhum vestígio de sua estrutura.

A quinta estação foi denominada de Estação de Ferreira (1885-1973), inaugurada em 13 de outubro de 1885 no local denominado Passo D'Areia, localidade de Ferreira (Figura 51). Seu nome é em homenagem ao arroio Ferreira, tributário do rio Jacuí, ao lado do qual a estação está localizada.

Figura 51 – Estação Férrea de Ferreira.



Legenda: A - Estação Férrea de Ferreira, sem data; B - Estação de Ferreira, em 2002; C - Estação do Ferreira em 2010; D - Estação Férrea da Ferreira, em 2016.

Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 14/06/2016; Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

De acordo com o IPHAE (2002), a estação está classificada como uma estação de características próprias e que de acordo com sua ficha individual apresenta as seguintes características: estação de médio porte, prédio assobradado com anexo térreo (depósito); de alvenaria e cobertura de zinco sobre a plataforma sustenta-

da de estruturas de ferro, coberta por telhas francesas (sobrado) e zinco (depósito e plataforma), tipologia vãos verga em arco pleno no piso superior e em arco abatido no térreo, verga reta no depósito, esquadrias de madeira com caixilhos de vidro e bandeira fixa no piso superior; ornamentos em massa com motivo geométrico nos peitoris das janelas do piso superior. Entre as observações, destaca-se que não foram encontrados outros prédios com as mesmas características formais, provavelmente seguia o mesmo modelo das demais estações com serviços administrativos no térreo e residência de agente no pavimento superior e, de acordo com o inventário do IPHAN, o depósito sofreu substituição de esquadrias e compartimentação interna, sendo cedido a um clube de futebol.

Em 1973 a estação foi desativada devido à abertura da variante Ildefonso Fontoura-Pertile. Entretanto, os trilhos só foram retirados posteriormente. Em 1989 a Estação de Ferreira foi incluída em inventário do patrimônio cultural de Cachoeira do Sul, realizado pelo SPHAN. Sua importância como patrimônio cultural cresceu com a desativação da antiga estação principal.

No ano de 1992, seu prédio foi restaurado para a instalação da Unidade Sanitária 12, da Secretária Municipal de Saúde e Meio Ambiente. Atualmente a estação está abandonada e ao seu entorno está localizada uma unidade de Saúde do distrito. A estação foi tombada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHC), conforme Figura 52.

De acordo com o cronista Dr. Carlos Eduardo Florence, do Jornal do Povo (2007) a estação férrea de Ferreira:

A Estação do Ferreira tinha 12 funcionários, fora os carregadores de pedras, de arroz, de telhas e de tijolos. Havia os agentes-chefes Mota e Dalmolim, o guarda-chaves e os telegrafistas. Como sempre acontecia nas estações férreas, a população do local fazia rapaduras e sonhos e vendia a cada parada dos trens noturnos e diurnos. A Ferreira possuía um clube, um armazém de secos e molhados, do Seu Pedro Ache, muitas casas, uma curva e uma ponte, o trem, que passava por uma ponte seca em direção ao S. Lourenço e uma linha morta onde dormiam os vagões, que era a alma do local. Na enchente de 1941, a água chegou até a gare, cobriu os trilhos e levou as ramas de arroz colhidas nas várzeas rio abaixo. Ferreira era forte e rica, mais forte que as colônias e que os povoados do sul, mas aos poucos foi diminuindo o movimento, as pessoas foram embora, os engenhos fecharam, o trem mudou seu rumo numa variante, a Olaria São Lourenço perdeu-se no tempo e poucos resistem para lembrar daqueles dias em que havia alguma esperança de que um trem fantasma ainda possa, de novo, passar por lá. (JORNAL DO POVO, 2007).

De acordo com o trabalho de campo realizado em junho de 2016, nas palavras de um morador “Ferreira era um lugar bonito, era mais desenvolvida que os outros distritos, tinha tudo aqui, não precisava ir à cidade quase para nada. Com o fim da Estação tudo foi saindo, os engenhos foram abandonados”.

Observa-se nas palavras do cronista e dos moradores do local a vida que o trem trazia à cidade, o movimento das pessoas, fonte de renda para a população local, através de venda de lanches aos passageiros e também do comércio que se desenvolvia ao seu redor. Tempos e espaços carregados de memórias, de um tempo áureo que não volta mais.

Figura 52 – Estação Ferreira, em 2016.



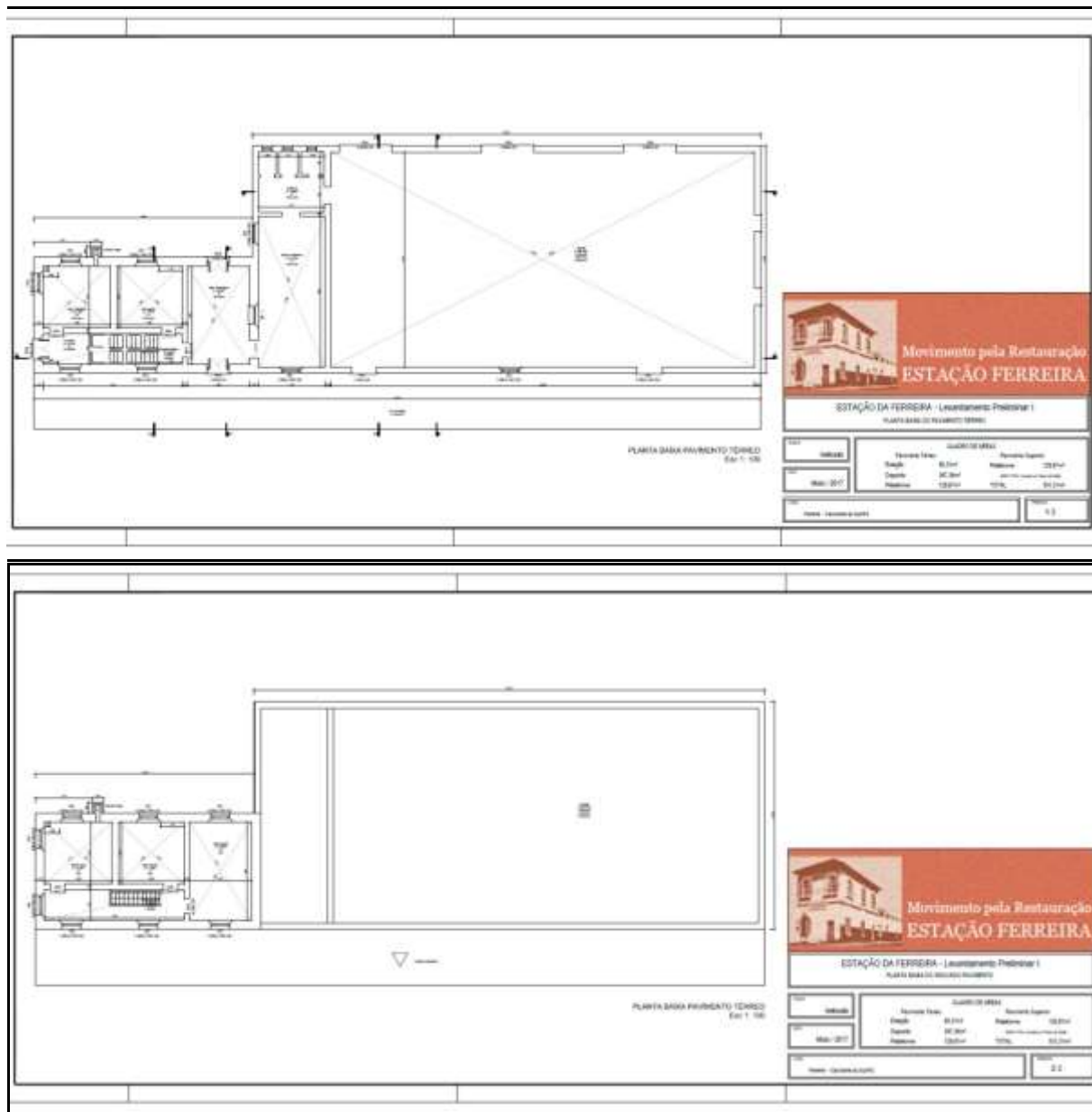
Legenda: A, B, C, D e F – Estrutura da Estação de Ferreira; E – Posto de Saúde próximo à estação.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente, existe um projeto de restauração da Estação de Ferreira (Figuras 53 e 54). Em outubro de 2017, deu-se o início das obras para a nova restauração da antiga Estação Ferroviária da Ferreira (Figura 55).

Figura 53 – Plantas do Projeto de restauração da Estação de Ferreira, em 2017.



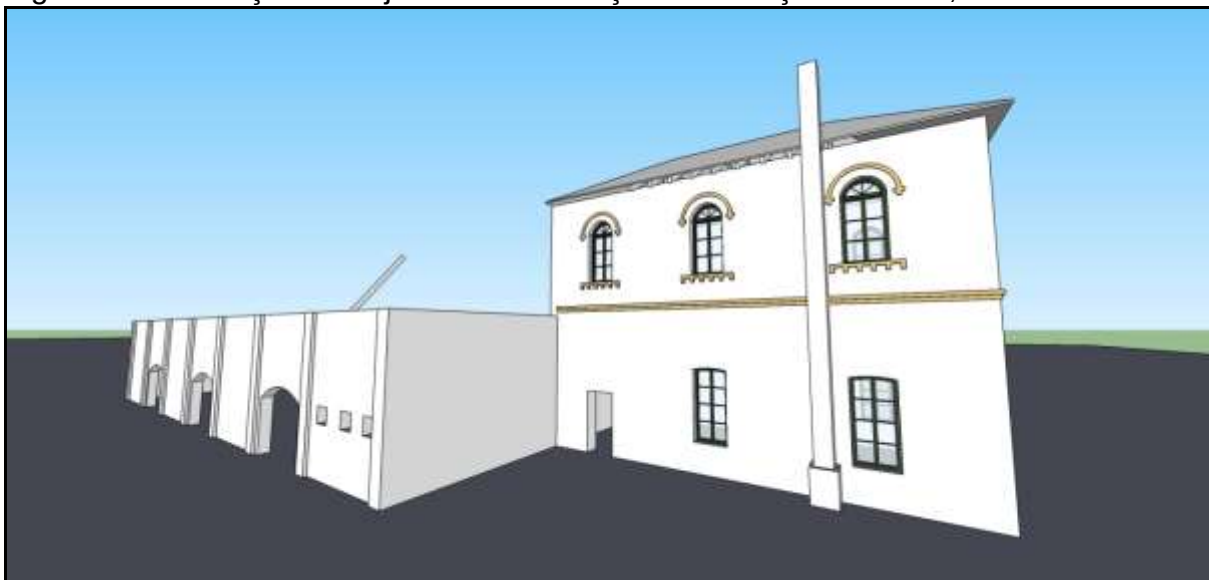
Fonte: Blog da Ponte de Pedra, 2017.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A estação é de propriedade do Município de Cachoeira do Sul e está cedida por convênio à Associação Cachoeirense de Amigos da Cultura - AMICUS, a qual

está incumbida de viabilizar ações de recuperação da edificação, cuja estação é protegida por tombamento em nível municipal.

Figura 54 – Esboço do Projeto de restauração da Estação Ferreira, em 2017.



Fonte: Blog da Ponte de Pedra, 2017.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

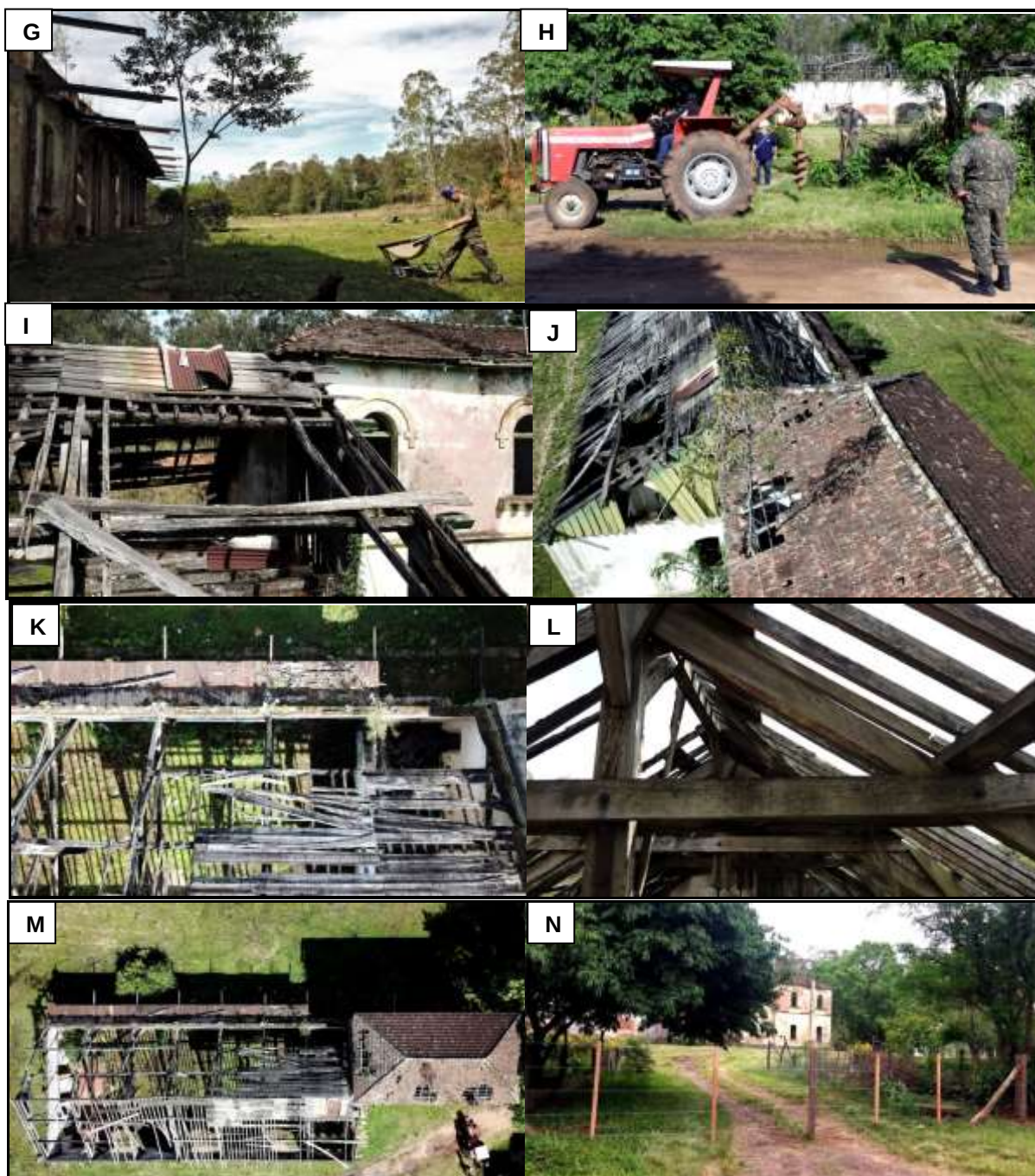
Inicialmente, foram realizados trabalhos de limpeza da edificação e do terreno e, principalmente, o cercamento do patrimônio, visto que o mesmo encontra-se em condições frágeis, a fim de proteger o prédio e a área remanescente da estação, a circulação de pessoas com intuito de prevenir possíveis acidentes e futuras invasões a área (Figura 56).

Os trabalhos foram coordenados pelos arquitetos Elizabeth Thomsen e Osni Schroeder, com auxílio dos registros feitos pelo fotógrafo Renato Thomsen. A ação foi realizada com o apoio do 3º Batalhão de Engenharia de Combate, responsável pela mão de obra, como também com a ajuda de voluntários da comunidade cachoeirense do projeto de restauração da estação.

O acesso principal à estação foi fechado, sendo aberto um acesso secundário pela lateral do Posto de Saúde. Também foi realizado um levantamento sobre as ocupações irregulares na área da estação, as quais foram encaminhadas à Prefeitura municipal para que realize as medidas cabíveis. Além disso, ficou estabelecido que a AMICUS deverá ser mais rigorosa às novas invasões e que não interfira na circulação das pessoas que residem próxima a estação.

Figura 55 – Início das obras de restauração da Estação de Ferreira, em 2017.





Legenda: A, B, C, D, E e H – abertura de buracos e colocação de moirões; F e G – limpeza interna e externa da estação; I, J, K, L e M – situação do telhado da estação; N – cercamento da área da estação.

Fonte: Blog da Ponte de Pedra, disponível em: <https://pontedepedra.blogspot.com.br/>, acesso em 05/03/2018, fotografia de Renato Thomsen (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L e M) e fotografia de Osni Schroeder (N).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

De acordo com os primeiros levantamentos técnicos realizados pela equipe responsável pela restauração, o prédio encontra-se em precárias condições de conservação, por isso muito deverá ser reconstruído devolvendo suas condições origi-

nais. O projeto prevê a restauração a partir de novembro de 2017, que deverá começar pelo sobrado, cujo material para obra já está todo adquirido, através de verba oriunda de sobras da Câmara de Vereadores do município em 2016. Cabe destaque, para a restauração do telhado, que apresenta uma técnica especial da execução de suas tesouras de madeira, as quais serão preservadas em parte, a fim de manter a tecnologia construtiva empregada neste tipo de telhado.

Figura 56 – Área da Estação de Ferreira, em 2017.



Fonte: Blog da Ponte de Pedra, fotografia de Renato Thomsen.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente, junto com o projeto de restauração também existe um projeto de revitalização da estação de Ferreira, através da construção de uma linha férrea que liga Cachoeira do Sul a Rio Pardo destinada à circulação de pessoas, uma linha turística, denominada Trem dos Pampas.

O projeto de implantação de uma rota turística de trem entre Rio Pardo e Cachoeira do Sul, encontra-se aprovado pela equipe técnica do Ministério do Turismo. O projeto prevê uma locomotiva (Maria Fumaça), com seis vagões e capacidade para 300 turistas, percorrerá um trecho de 59 quilômetros, em um tempo previsto aproximado de duas horas de duração, durante os finais de semana e feriados. O projeto tem por objetivo aumentar o fluxo turístico, com a previsão de uma média de 120 mil

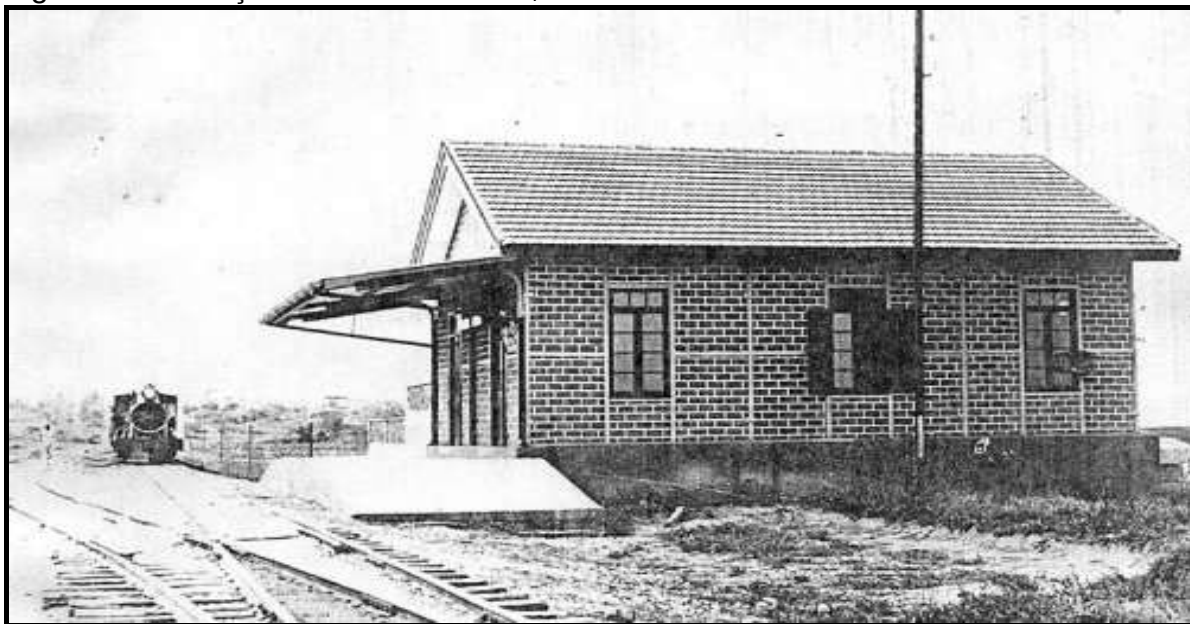
visitantes ao ano, contribuindo para a dinamização da economia através da geração de emprego.

Além disso, de acordo com o Movimento Civil de Preservação Ferroviária, o projeto também será direcionado ao atendimento social, beneficiando em torno de 430 mil estudantes, de escolas públicas e particulares, dos 88 municípios da região. A verba pretendida junto ao Ministério, no valor de R\$ 1.085.000 deverá ser utilizada na execução das reformas das estações ferroviárias, recuperação da locomotiva e vagões e adaptação nos trilhos. (GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 2005).

A sexta estação, a parada Pertile (1925-1996) foi inaugurada em 1925 (Figura 57), cujo nome é em homenagem a um antigo morador do local, conhecido pela sua atividade comercial. No ano de 1930 passou a ser denominada Estação 5ª Classe. A estação era conhecida pelos grandes carregamentos de arroz produzidos as margens do rio Jacuí, cujas margens se encontram ao longo da localização da estação.

Em 1973, foi construída uma nova estação em seu lugar, a qual obedecia a um novo estilo de construção (Figura 58).

Figura 57 - Estação Férrea de Pertile, sem data.



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 14/06/2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 58 – Estação Férrea Pertile (2016-2017).



Legenda: A, B, C, D, E e F – Estrutura da Estação Férrea de Pertile, em 2016; G - Estação Férrea de Pertile, em 2017; H - Plataforma da antiga e demolida estação de Pertile-velha, em 2017.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em 2 de fevereiro de 1996, deixaram de rodar os trens de passageiros pela linha Porto Alegre-Uruguaiana, passando a circular os trens cargueiros da Concessionária da América Latina Logística (ALL), marcando o encerramento do transporte ferroviário no estado.

Ao contextualizar, a criação da rugosidade Viação Férrea e suas Estações Férreas, um obra Imperial, objetivava a circulação de mercadorias e pessoas de leste a oeste do Rio Grande do Sul, sinônimo de modernidade, cujos equipamentos vieram do exterior com as mais modernas técnicas empregadas, resta apenas o movimento dos trens presentes na memória dos passageiros e trabalhadores das estações.

Obra pública de fomento Estatal representou o acesso de milhares de gaúchos a outros lugares, gerou emprego por onde circulava, tanto que incrementou o comércio local nas proximidades de suas estações. A Linha Porto Alegre-Uruguaiana era considerada a dorsal da Estrada de Ferro no Rio Grande do Sul, cortava o estado de leste a oeste e, em Cachoeira do Sul apresentou seis (6) estações, sendo que no meio rural foram três (3): Idelfonso Fontoura totalmente demolida e o lugar cedeu espaço ao cultivo agrícola; a Estação da Ferreira se encontra em ruínas e desativada sem a ligação dos trilhos; e a Estação Pertile que se encontra desativada e em ruínas, mas os trilhos permanecem ligados à ferrovia.

As estações que compreendem o espaço rural de Cachoeira do Sul mudaram sua função inicial, passaram de responsáveis pelo transporte de passageiros e cargas de Porto Alegre à fronteira oeste do estado a estações em desuso, destruídas em sua totalidade, como a da Estação de Idelfonso da Fontoura que deu lugar a atividades econômicas agrícolas ou, ainda, se encontram em precárias condições, abandonadas e sem função social como, a Estação de Ferreira e a Estação Pertile. Estas últimas, passaram por várias reformas e restaurações, sendo, atualmente, preteridas para projetos de preservação patrimonial e ressignificação social.

Salienta-se que a Viação Férrea também passou por algumas mudanças de infraestrutura. Entretanto, a Linha Férrea Porto Alegre Uruguaiana está em atividade, mas apenas para cargas e, atualmente, encampada pela Rumo Logística representante do grupo Cosan (Cosan Logística) uma empresa privada de energia, logística, infraestrutura e gestão de propriedades rurais.

Neste contexto, observa-se um processo de acumulação do capital, à medida que direciona investimentos em vários segmentos dos meios de produção e alicer-

çada a posição de Estado como agente neoliberalista permite a mudança de meio de transporte, sucateando-o e privatizando-o a grandes aglomerados. Assim, tem-se um meio de transporte criado com capital público privatizado que atende a necessidade de ampliação do capital e deixa este mesmo Estado, neoliberal, à mercê do transporte rodoviário. As ferrovias deveriam ser encampadas como meios de transporte de carga e de passageiros devido a sua grande capacidade de transporte e também por representar um meio mais sustentável e de fácil acesso à população em geral.

Entretanto, atualmente, existem vários movimentos de preservação das estações férreas, encampadas pelo COMPAHC, órgão responsável pela preservação do patrimônio municipal. Cabe destaque ao projeto para construção de uma linha férrea turística entre a cidade de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, cuja ressignificação objetiva incrementar o turismo local destes dois municípios históricos do Rio Grande do Sul, bem como preservar e salvaguardar do esquecimento as estações férreas.

Concomitantemente, ao projeto mencionado anteriormente, as estações férreas de Cachoeira do Sul poderão receber investimentos federais, cujos investimentos estão previstos para modais de transportes no estado do Rio Grande do Sul, através da construção da Ferrovia Norte-Sul²³ (Figura 59).

De acordo com a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável pelos estudos de viabilidade técnica e econômica da ferrovia, o corredor da estrada de ferro deve passar pela região central do país, ingressando no Rio Grande do Sul pelo município de Vicente Dutra e seguindo por Caiçara, Frederico Westphalen, Taquaruçu do Sul, Seberi, Erval Seco, Dois Irmãos das Missões, Palmeiras das Missões, Condor, Panambi, Pejuçara, Cruz Alta, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, São Martinho da Serra, Itaara, Santa Maria, Restinga Seca, São Sepé, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Dom Feliciano, Amaral Ferrador,

²³ A construção da FNS foi iniciada em 1987 com um traçado inicial que previa uma extensão de aproximadamente 1.550 km, de Açailândia/MA a Anápolis/GO, de modo a cortar os estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Dessa forma, o traçado original está construído e em operação. O projeto de ampliação da ferrovia ocorreu muito depois do início da construção. A Lei nº 11.297, de 09 de maio de 2006, da Presidência da República, incorporou um trecho mais ao norte, Açailândia (MA) – Barcarena (PA), ao projeto do traçado inicialmente projetado. Em 2008, a Lei nº 1.772 estendeu mais uma vez o traçado da ferrovia até a cidade paulista de Panorama. Ainda para atender à crescente demanda por transporte de cargas, a VALEC concluiu, em 2015, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para mais dois trechos complementares à Norte-Sul, sendo entre Panorama (SP) e Chapecó (SC) e entre Chapecó (SC) e Rio Grande (RS). (VALEC, 2015).

Camaquã, Cristal, São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Capão do Leão e Rio Grande. (VALEC, 2015).

Os estudos sobre a viabilidade técnica do projeto encontram-se prontos desde 2015, cuja definição do trecho sul da Ferrovia Norte-Sul leva em conta aspectos como demanda econômica, fluxo de caminhões e a geografia do solo. Entretanto, falta a realização dos projetos e a definição dos mesmos, como condição para a licitação. Observa-se atraso no andamento inicial dos tramites para a realização do projeto, cuja previsão para começar era o ano de 2015, restando, ainda a esperança de um dia ver trilhos serem construídos por terras gaúchas e trens cortando o estado de norte a sul.

Figura 59 – Traçados da Ferrovia Norte-Sul, em 2015.



Fonte: Anuário Cachoeira do Sul, 2014/2015.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

5.1.6. Rugosidade – Ponte Férrea (1883)

A Ponte Férrea (Figura 60) foi construída durante a instalação da Ferrovia Porto Alegre – Uruguaiana. Atualmente em funcionamento, passando apenas trem de carga sobre a mesma. Ao seu lado encontra-se um arado antigo utilizado no preparo da terra das lavouras de arroz, as quais ainda estão localizadas próximas à ponte férrea e a margem do rio Jacuí.

Figura 60 - Ponte Férrea, na localidade de Pertile município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Ao lado da estrutura da Ponte Férrea, a qual começa a dar início a toda a estrutura da Antiga Ponte sobre o rio Jacuí, encontra-se um arado de três aivecas importado, uma ferramenta da década de 1930, um dos equipamentos mais antigos para o preparo do solo, podendo ser utilizado tanto a tração animal como a tratores antigos. Este tipo de equipamento além das três aivecas para o trabalho possui roda guia e duas rodas de apoio, conta com mecanismos de ajuste das aivecas, profundidade do corte e regulagem de velocidade. Por isso o arado de aiveca apresenta vantagens sobre os demais, à medida que realiza o tombamento das leivas com maior eficiência, proporcionando maior estabilidade aos agregados do solo e melhor incor-

poração dos resíduos de colheita, conseqüentemente, melhor controle das plantas daninhas.

Além disso, para uma mesma condição de trabalho, o arado de aiveca exige menor esforço de tração pelo fato de ser mais leve, apesar de provocar maior atrito com o solo, considerado inovador para a época. Em função destas vantagens este equipamento foi bastante utilizado no preparo das lavouras de arroz, cujo solo, normalmente, compactado, decorrente do grande tempo que fica submerso a água durante o processo produtivo, necessita ser submetido a um processo de aragem o que exige força e deixa o solo mais leve.

Portanto, a rugosidade Ponte Férrea, obra Imperial, construída para dar passagem aos trilhos do trem, representou para a época uma técnica de construção moderna, movimentou as relações de trabalho com a chegada dos ferroviários e com capital estatal (Figura 61).

Figura 61 – Estrutura da Ponte Férrea, em 2016.



Legenda: A, B e C – Estrutura da Ponte Férrea; D – Trem passando sobre os trilhos da Ponte Férrea.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Sua construção possibilitou a circulação do trem em áreas planas, consideradas áreas de inundação do rio Jacuí. Obra de suporte à trafegabilidade da Viação

Férrea possibilitou a passagem de mercadorias e pessoas até meados da década de 90. Atualmente, continua com a mesma função inicial, dar passagem ao trem nas terras planas da várzea do rio Jacuí, cuja estrutura imponente se destaca na paisagem verde das lavouras de arroz (Figuras 62). O transporte de cargas representa a continuidade da reprodução social da Viação Férrea no Rio Grande do Sul.

Figura 62 – Trilhos sobre a Ponte Férrea, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

5.1.7. Rugosidade – Balsa do São Lourenço

A balsa do São Lourenço (Figura 63) também conhecida como a balsa do Passo do Jacuí foi instalada no passo Oficial do Jacuí, o qual era utilizado pelos índios que ali residiam antes mesmo de se formar a vila que deu origem ao município. Não se tem uma data precisa de sua implantação, pois de acordo com os moradores

no passo do Jacuí, desde a vila de Cachoeira, tem-se notícia da existência de uma balsa, a qual foi mudando seus equipamentos com o passar dos anos e de acordo com os administradores da balsa.

Atualmente, sob a propriedade de Edi Simon, funciona das 6 às 24 horas por dia e possui uma tarifa para cada tipo de veículo que trafega por ela. O balseiro possui uma casa às margens do rio onde passa à noite e, quando é solicitado, em casos de emergência, durante a noite ele realiza a travessia. A balsa dá acesso à parte sul de Cachoeira do Sul, na divisa com o município de São Sepé.

Figura 63 - Balsa do São Lourenço, localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul (2016-2018).



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição

De acordo com o trabalho de campo, diariamente, são realizadas em torno de cem (100) travessias em média. Devido à grande demanda de passagem na balsa, observou-se que o acesso, à mesma, apresenta condições razoáveis de tráfego, pois até certa altura da localidade de Ferreira, a estrada geral possui asfalto e o restante do percurso é de estrada de chão, contendo largura adequada para a trafegabilidade e bom estado de conservação.

Entretanto, esse trecho apresenta dificuldade de locomoção em períodos de chuva, pois como o terreno é composto de área de várzea do rio Jacuí, possui áreas alagadiças. Além disso, quando o nível da água do rio sobe a balsa não trafega, pois não encontra ancoradouro para seu funcionamento. Além disso, o grande volume de água torna a travessia perigosa. Nestes casos, a balsa não funciona.

Outro aspecto a se considerar é a permanência de equipamentos auxiliares à balsa, como tratores e barcos movidos a motor, os quais são utilizados em caso de necessidade (Figura 64).

Próximo à balsa existem casas de pescadores e moradores locais, os quais possuem como fonte de renda um pequeno comércio de “vendas” que abastecem os usuários da balsa. Destacando-se a comercialização de peixe pelos pescadores aos moradores locais que se dirigem até a beira do rio para comprarem.

A balsa de São Lourenço não é a mesma desde sua implantação, foi substituída por equipamentos modernos. Mas sua função continua a mesma, interliga o norte e o sul do município, serve de passagem de pessoas dos distritos às margens do Jacuí, como também de municípios vizinhos. Por ela são transportadas mercadorias e produtos considerados à base da economia municipal como a soja, o arroz e gado. Sua importância se dá na reprodução social, pois ainda, é o meio de transporte que transpõe o acidente geográfico, o rio, em menor espaço e tempo servindo uma grande parcela da população rural local.

Figura 64 – Balsa do São Lourenço, em 2018.



Legenda: A – Barcos de pescadores; B – Equipamentos da Balsa; C – Balsa Trafegando; D – Balsa com carga.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição

5.1.8. Rugosidade – Balsa do Passo de Pertile

A balsa do Passo de Pertile (Figura 65) também conhecida como Balsa Ivorá está localizada na travessia do rio Jacuí na localidade de Pertile, próxima à antiga ponte do Passo do Jacuí e, liga o município de Cachoeira a Restinga Seca.

De acordo com o trabalho de campo, sua instalação não possui uma data definida, entretanto, de acordo com os moradores locais têm-se notícias de sua existência há mais de 50 anos. A balsa ficou parada por quatro anos devido às precárias condições dos equipamentos e falta de licença ambiental para funcionar. Voltou a ação em 2015, sob a propriedade da empresa Astor J Krug. Sua importância decorre do encurtamento da distância entre Cachoeira do Sul e Restinga Seca em 100 km.

Figura 65 - Balsa do Passo do Pertile, localidade de Pertile município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Funciona das 7 às 12 horas e das 13 às 19 horas, com cerca de 20 a 30 travessias diariamente. Em caso de necessidade ou urgência, no acesso a balsa há uma placa com o número de telefone do balseiro, o qual pode ser acionado fora do horário de funcionamento da balsa.

Ao analisar a infraestrutura disponível a seu funcionamento observa-se que a balsa apresenta boas condições, por ser relativamente nova. Entretanto, a infraestrutura de trafegabilidade, para o seu acesso, encontra-se em precárias condições, pois é composta basicamente de estrada de chão, com exceção da estrada de três vendas que é em parte asfaltada. Além da largura restrita e da falta de conservação a estrada apresenta trechos alagados, pois compreende área de várzea do rio Jacuí. Assim, nem todos os tipos de automóveis, em época de chuva, conseguem ter acesso à balsa.

Nos últimos anos, os prefeitos do município de Cachoeira do Sul e de Restinga Seca vêm discutindo um projeto de estadualização da estrada que liga os dois municípios, visando arrecadar recursos para o asfaltamento da estrada e melhorias na balsa. Esta ação mostra a importância que a preservação da comunicação entre ambos representa para cada município. Não se restringe apenas circulação de pessoas e mercadorias, representam ações de desenvolvimento e novas oportunidades às comunidades rurais locais de ambos municípios, como também a possibilidade de comercialização com outras regiões do estado.

No entorno da balsa encontram-se casas de veraneio, propriedade da população local, as quais são ocupadas nos finais de semana para pescaria e lazer. Também existem casas de pescadores, cuja principal fonte de renda é a venda do produto.

A balsa permanece com a mesma função: transporta pessoas, mercadorias e produtos da econômica local (soja, arroz e gado) e dos municípios vizinhos, como Restinga Seca. Entretanto, seu maquinário foi substituído por um mais moderno. Sua funcionalidade auxilia na reprodução social local, abrangendo tanto a reprodução do balseiro como contribuindo para a reprodução dos moradores locais, na medida em que se torna um meio de transporte que encurta distâncias e oferece menor custo aos seus usuários.

Neste contexto, as rugosidades balsas do rio Jacuí, a balsa do Passo do São Lourenço e do Passo de Pertile, são de capital privado, cuja função é o transporte de mercadorias e pessoas, passaram por substituição de maquinário, cuja datação é imprecisa, permanecem na paisagem rural com a mesma função social por correspondem a um meio de transporte mais sustentável e barato, encurtam distâncias e geram emprego a pessoas do lugar. Entretanto, ao representarem capital privado

marcam a territorialização do capital na tentativa de monopolizar os meios de produção e transporte do campo, agindo em duas frentes, a produção e a logística.

5.1.9. Rugosidade – Barragem Ponte do Fandango (1961)

A Ponte do Fandango foi construída sobre o rio Jacuí para dar acesso à cidade de Cachoeira do Sul à parte sul do estado do Rio Grande do Sul, ligando a cidade com vários municípios inclusive com a capital gaúcha, Porto Alegre, pela BR 290 (Figura 66). Suas obras começaram no ano de 1956 e foram concluídas em 15 de dezembro de 1958. Com a conclusão das obras, a ponte passou ser utilizada mesmo sem o término dos aterros laterais e de sua inauguração oficial, a qual foi realizada em 25 de janeiro de 1961.

A construção, de engenharia francesa, foi considerada naquele período a segunda maior ponte, deste estilo, no mundo (Figura 67). Idealizada por Liberato Salzano Vieira da Cunha, sua edificação custou, na época, 180 milhões de cruzeiros, e foi executada pela empresa Brasília Obras Públicas S. A., sendo o engenheiro Helmut Billmann um dos participantes do projeto da Barragem- Ponte do Fandango, sendo a parte metálica realizada pela Maschinenfabrik Augsburg-Nürnberg (MAN).

Suas eclusas possuem oitenta e cinco (85) metros de comprimento, quinze (15) de largura e dez (10) de profundidade dando passagem de até três (3) barcas empurradas por um rebocador, conduzindo 540 toneladas de carga, cada uma. Assim, a eclusa possibilita que seja navegável um trecho de sessenta e três (63) quilômetros a sua montante para embarcações de até 1,80 metros de calado. (ROHDE, 1998).

As eclusas foram pensadas para permitirem que o rio Jacuí seja navegável também em sua parte norte, a montante da ponte, dando passagem a hidrovias. Entretanto, de acordo com dados levantados, tal fato não ocorreu na prática, pois com a construção da ponte, a hidrovia deixa de ser prioridade como meio de transporte, assim, como também teve início o processo de abandono das ferrovias à medida em que o Estado Brasileiro, a partir da década de 60, decidiu priorizar as rodovias como principal meio de transporte no país.

Figura 66 – Ponte do Fandango, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

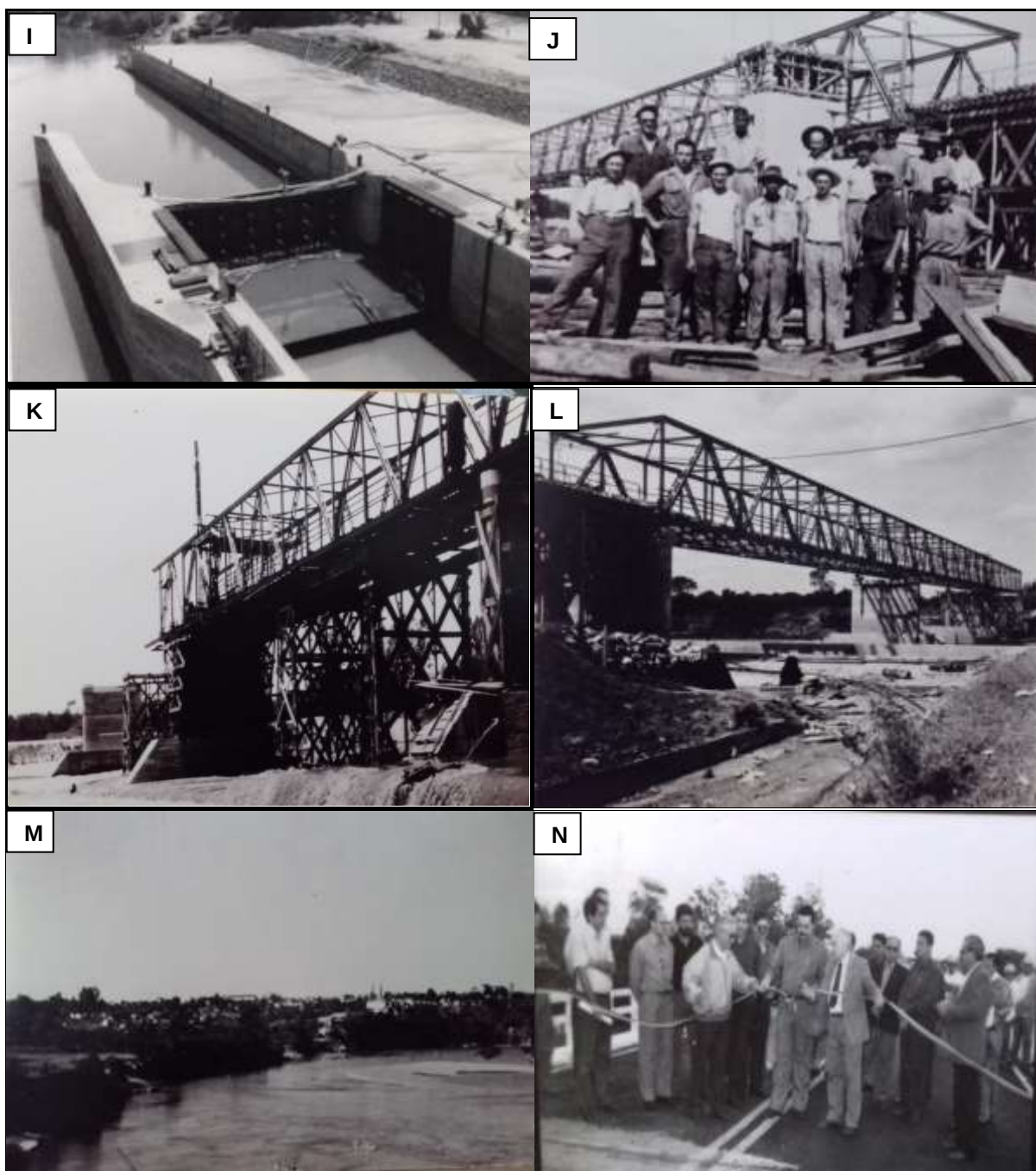
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A ponte foi construída ao longo das cachoeiras existentes no rio Jacuí, as quais deram nome à cidade. É considerada um símbolo Cachoeira do Sul. Localizada na BR 153²⁴, possui 550 metros de extensão e 7,5 metros de largura, considerada ponto turístico da cidade (Figura 68), seu nome deve-se a um acampamento militar existente próximo de onde foi construída.

²⁴ A legalização da abertura da BR-153, Rodovia Transbrasiliana, se deu pelo Decreto 43.710 de 15 de maio de 1958, criando a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS), autarquia subordinada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, coligado à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O engenheiro Bernardo Sayão precursor da abertura da rodovia tornou-se diretor da Rodobrás. A Belém/Brasília começou a ser construída em 1960, no governo do presidente Juscelino Kubitschek e foi concluída em 1974. Ela integra a BR-153, que começa no Pará e termina no Rio Grande do Sul. A rodovia é o principal eixo de ligação rodoviária da região Norte com as demais regiões do Brasil. A rodovia longitudinal BR-153 atravessa oito estados brasileiros, do Pará ao Rio Grande do Sul, tendo como principais pontos de passagem as cidades de Marabá - Araguaína - Gurupi - Ceres - Goiânia - Itumbiara - Prata - Frutal - São José do Rio Preto - Ourinhos - Irati - União da Vitória - Porto União - Erechim - Passo Fundo - Soledade - Cachoeira do Sul - Bagé - Aceguá, completando 3.564,4 km de extensão.(DNIT, 2009).

Figura 67 – Obras de construção da Barragem Ponte do Fandango (1956-1975).





Legenda: A - Engenheiros franceses e alemães para as tratativas da construção da ponte juntamente com Virgílio Jayme Zinn (prefeito), sem data; B e C – cachoeiras do Jacuí onde foi construída a ponte do fandango em 1955; –D e E– início das obras em 1956; F - foto área da construção, sem data; G e H – plataformas de gindastes para recebimento das estruturas de ferro em 1956; I – Eclusas em 1956; J – trabalhadores da construção em 1957; k – início da construção metálica em 1956; L – estruturas metálicas prontas em 1957; M – Vista da cidade de Cachoeira do Sul de cima da ponte em 1957; N – inauguração da ponte em 1961.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 68 – Barragem Ponte do Fandango, em 1961.



Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O asfaltamento da estrada que liga a ponte do Fandango até a BR 290 levou anos para ser construído, não efetivando a promessa inicial de entrega das obras em 1966 (Figura 69). Assim como as inúmeras pontes e cabeceiras destas ao longo da estrada, as quais têm como característica comum terras rebaixadas, sucessíveis às inúmeras enchentes, pelas quais passou Cachoeira do Sul desde as obras de construção da Ponte do Fandango. Além disso, obras de preservação e recuperação da ponte também eram impossíveis de serem realizadas quando ocorriam enchentes, visto que o terreno onde se assenta a ponte abrange a área de inundação do rio Jacuí.

Figura 69 – Barragem Ponte do Fandango sem as vias de acesso na década de 1960.



Fonte: Arquivo Municipal, série de cartões postais da década de 1960, coleção de Claiton Nazar.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Ponte do Fandango mesmo após sua inauguração continuava a ser uma barreira para o desenvolvimento e propósitos de Cachoeira do Sul, pois suas vias de ligação ainda não se encontravam construídas e oneravam o município a cada enchente do rio Jacuí, especialmente no que tange à produção da pecuária e a agrícola quanto a seu transporte e comercialização.

Com a efetivação das vias de acesso e infraestrutura (Figura 70), Cachoeira do Sul foi abandonando, aos poucos, os outros meios de comunicação como a hidrovia e o seu porto. Paulatinamente, foram desaparecendo as embarcações e balsas que faziam a travessia de pessoas e mercadorias até a cidade de Porto Alegre. Concomitante a isto, houve a retirada da principal estação de trem do centro da cidade, na época, considerada um equívoco por parte da população e uma perda inestimável para o patrimônio histórico local. Todavia, cobrir a antiga estação com paralelepípedos, representava o progresso da cidade.

Figura 70 – Estrutura e vista da Barragem Ponte do Fandango.



Legenda: A – Ponte do Fandango em 1987; B – Ponte do Fandango em 1999; C – Ponte do Fandango, sem data; D – Ponte do Fandango em 1997; E e F – Eclusas sem data.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Ponte do Fandango passou por várias reformas e cada uma delas procurava atender mecanismos que permitissem a passagem de pessoas e mercadorias pelo rio Jacuí (Figura 71). Suas reformas foram marcadas pela utilização de balsas, pontes móveis construídas pelo exercito militar ou travessia a meia pista da ponte, garantindo a trafegabilidade. Tais reformas e obras de manutenção e preservação acarretam a colaboração de forças municipais, estaduais e federais, as quais nem sempre chegam ao um acordo mútuo, devido a sua grande importância para o deslocamento e desenvolvimento da região central do estado.

Figura 71 – Reforma da Barragem Ponte do Fandango, em 1987.

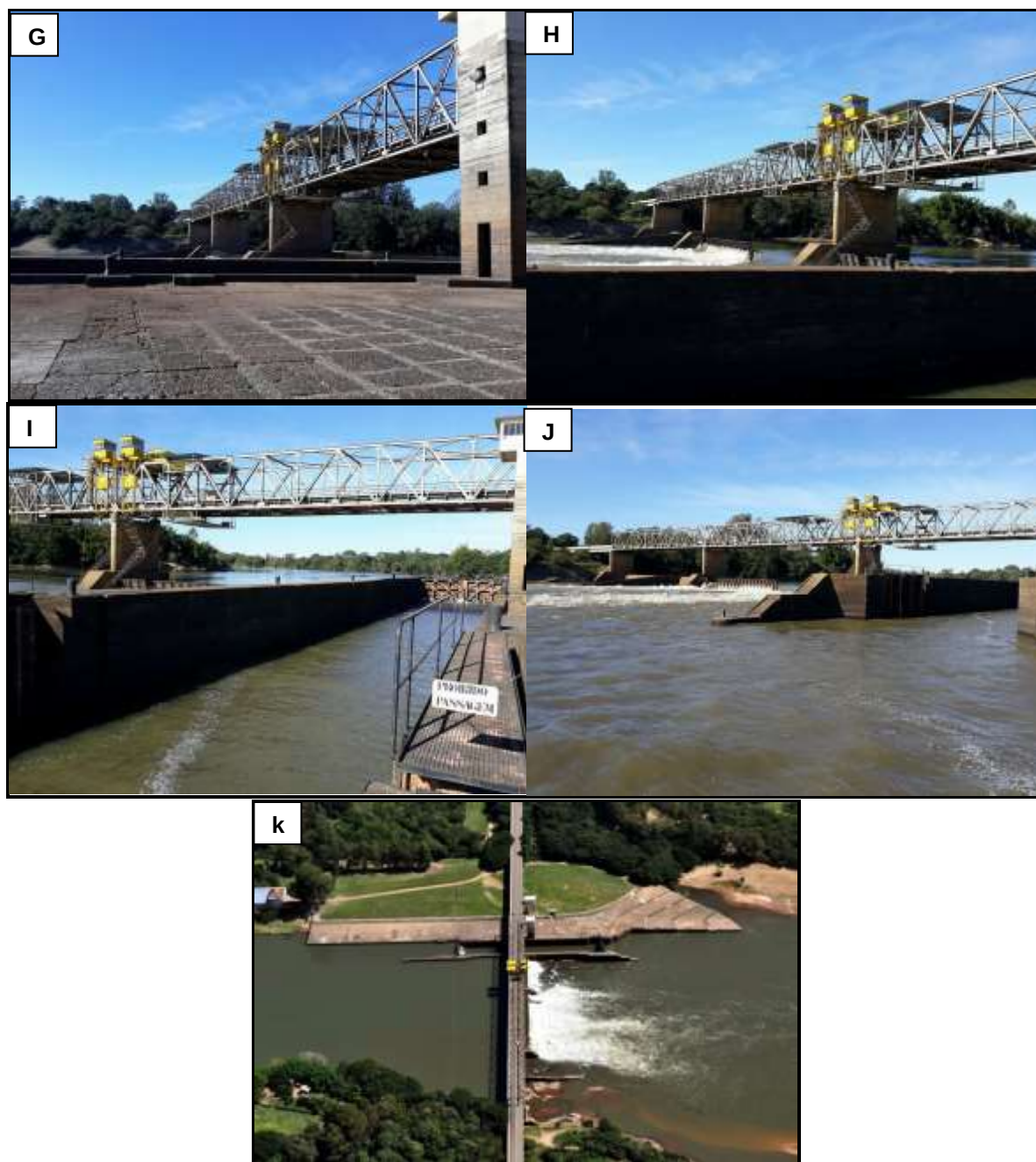


Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente, a Ponte do Fandango passa por melhorias na sua infraestrutura, cujas obras tiveram início do mês de maio de 2018, com previsão de fechamento total da ponte para o início do mês de junho por um período de 2 a 3 meses, e conclusão das obras até o final de ano de 2018 (Figura 72). Com respeito à envergadura da obra, estão sendo tratados acordos de passagem entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura Municipal, sendo que a alternativa mais plausível é a utilização da Balsa Moron, próxima à ponte. Entretanto, o impasse está pautado em determinar qual o órgão responsável pelos custos da travessia, através da balsa.

Figura 72 – Obras e Barragem Ponte do Fandango, em 2018.





Legenda: A, B e C – Obras na ponte em 2018; D, E, F, G, H, I, J e K – Barragem – Ponte do Fandango em 2018.

Fonte: Arquivo pessoal da autora e Acervo de Robispierre Giuliani (foto k).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Pode-se observar que a Ponte do Fandango, uma obra Pública datada dos meados do Século XIX, continua com sua função inicial, o transporte de pessoas e mercadorias. A sua construção representou para Cachoeira do Sul o escoamento da produção agrícola e pecuária em grande escala, mas em contrapartida o abandono

do transporte hidroviário e ferroviário. Entretanto, problemas de mobilidade decorrentes das intempéries naturais como, as enchentes, resultam em grandes perdas de ordem econômica ao município, pois sua produção deixa de escoar e o aumento do custo de transporte encarece o custo final dos produtores rurais, diminuindo seus lucros.

Obra da mais desenvolvida engenharia Francesa, encampada pelo poder federal brasileiro, cujo agente transformador do espaço atua para implementar o transporte rodoviário como o principal meio de transporte e comunicação no país. Ato que perpassa pela ampliação do capital, pois sua ação é para garantir que as grandes corporações montadoras de automóveis e demais veículos automotores, que acabam de se instalar no país, possam viabilizar seus projetos de comercialização e ampliação dos mercados consumidores.

A opção pelo transporte rodoviário no Brasil se assenta em prerrogativas consideradas como desencadeador desse processo em curso, tais como o sucateamento e os altos custos para reformar o transporte ferroviário e a busca por um transporte mais ágil que atendesse todos os recantos do território. Acredita-se que o predomínio de um único meio de produção deixa o Estado e o povo brasileiro reféns do capital e das grandes corporações que buscam a ampliação do capital.

Um dos grandes problemas atuais é a substituição ou dinamização deste meio de transporte por um mais sustentável e que assegure a demanda de produção, comercialização e circulação de pessoas em todo país.

Sua importância na reprodução social local permanece inalterada, garantindo o transporte dos principais produtos do município e interligando Cachoeira do Sul ao restante do Rio Grande do Sul. Atualmente, a Barragem Ponte do Fandango é considerada ponto turístico do município devido a sua grandiosidade de engenharia e beleza. Simboliza para todos os cachoeirenses a modernidade e o apreço, pois a beleza desta construção tornou-a um ponto turístico para a cidade e ponto de encontro de moradores no final da tarde para matear e apreciar o rio Jacuí.

5.1.10. Rugosidade - Posto de Combustível

Instalado há mais de 70 anos, seu nome era Posto Bernardo Markendorf e depois, ao ser vendido, passou a se chamar Posto do Edson (Figura 73). Parou de

funcionar há mais de 20 anos, quando o proprietário transferiu o posto para a BR 153, a qual liga Cachoeira do Sul à BR 287, dando acesso a Santa Maria e Santa Cruz do Sul.

O prédio onde se localizava o posto de combustível foi comercializado e virou uma residência. O prédio anexo, que pertencia ao posto, era destinado a uma venda, um comércio, e atualmente, abriga uma igreja e uma agropecuária.

Figura 73 - Antigo Posto de Combustível do Edson, localidade de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O Posto de Combustível era referência de abastecimento para os agricultores das localidades próximas, bem como para os antigos distritos de Cachoeira do Sul, como Agudo, Paraíso do Sul e Rincão dos Cabrais. Ele abastecia tanto os veículos motores como também os de uso da agricultura. Portanto, considerado símbolo de modernidade, para a época, no distrito de Três Vendas. Ele se transferiu para vias de acesso com maior demanda, a BR 153 (Rodovia Transbrasiliana), localizado nas proximidades da entrada do distrito de Três Vendas, permanecendo com a mesma função social, mas, agora, acrescenta-se a ele a função de abastecer todos veículos que circulam pela região Central do estado (Figura 74).

Desse modo, a rugosidade Posto de Combustível do Edson, datado do século XX, é uma construção de capital privado e trabalho dos moradores locais, cuja técnica era condizente às exigências ao tipo de estabelecimento. Era o responsável por abastecer a localidade de Três Vendas e as localidades do entorno. A estrada de Três Vendas era o principal acesso de comunicação de Cachoeira do Sul com os demais municípios da região central do estado, antes da construção e pavimentação da Rodovia Transbrasiliana (BR 153). Sua construção decorre da demanda agrícola na localidade e dos municípios vizinhos.

Figura 74 – Sede do Posto do Edson na Rodovia Transbrasiliana (BR 153), em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Sua transferência da localidade ocorre por ocasião da construção e pavimentação da BR 153, promovendo a mudança de sua forma, mas mantendo sua funcionalidade, que, atualmente, apresenta-se ampliada, devido a sua localização estar em uma via de grande movimentação e circulação.

O antigo prédio do posto mudou sua função inicial, foi ressignificado. Atualmente, atende a funcionalidade de moradia (estrutura do antigo posto), uma igreja e

uma agropecuária, ambas nas instalações adjacentes do posto. Destaca-se que o uso como templo religioso está relacionado com a propagação de novas igrejas no território nacional, cuja função social perpassa as relações de fé e relações socioeconômicas.

5.1.11. Rugosidade – Antigo Posto Telefônico

O Antigo Posto Telefônico (Figura 75) sem data de criação de acordo com as entrevistas realizadas, embora se acredite que tenha sido criado entre as décadas de 1980 e 1990, encontra-se desativado há, aproximadamente, 15 anos. Servia como meio de comunicação da população da localidade de Três Vendas, Pertile e Faxinal do Gardinha.

Figura 75 - Antigo Posto Telefônico, atual sede da Agência Comunitária dos Correios e Emai Sítio Encantado, distrito de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Os postos telefônicos no meio rural eram, em muitos lugares, o único meio de contato do interior dos municípios com a cidade e com outras localidades e cidades. Por muito tempo, aproximaram pessoas e lugares.

O posto telefonico era gerido pela antiga empresa estatal Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), empresa de telefonia fixa e móvel no estado, criada durante o governo de Leonel Brizola, que encampou a antiga Companhia Telefônica Nacional que atuava no estado. Foi a primeira companhia telefonica brasileira a ser privatizada durante o governo de Antônio Britto, sendo vendida à Telefônica e, anos mais tarde, revendida a Brasil Telecom, que a comercializou com a Oi, em 2008.

Os antigos postos telefônicos fixos perderam a sua funcionalidade com a chegada da telefonia móvel no país ,no inicio dos anos 1990. A telefonia passou a ser privatizada em todo país, a partir de 1998. A privatização foi discutida pelas autoridades competentes a partir de 1995, ano em que foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para regular o mercado e garantir a competição entre os provedores deste tipo de serviço.

O processo de globalização estimulou o desenvolvimento das tecnologias de comunicação ao longo dos anos, promovendo sua qualidade, concessão e estabilidade aos usuários. Fatos que impulsionaram o rápido crescimento deste tipo de serviço no país, diminuindo consideravelmente a telefonia fixa.

A rugosidade Posto Telefônico, construído na segunda metade do século XX, representou por anos o meio de comunicação que os moradores rurais tinham com o restante do país. Trata-se de obra Estatal, onde o estado atua como modernizador das relações sociais, trazendo ao meio rural estruturas modernas de comunicação para a época. Sua desativação é promovida pela ampliação dos meios de comunicação e telefonia móvel no país, no início dos anos 2000, ação que representou a ampliação do capital com o processo de privatização das agências públicas de comunicação.

Atualmente, ocupa uma sala desativada no atual prédio da Agência Comunitária dos Correios e Escolas de Municipal de Educação Infantil Sítio Encantado, onde seus equipamentos permanecem em uma sala em desuso. Perdeu sua forma e sua funcionalidade, não tendo mais função social.

5.1.12 – Rugosidade – Agência Comunitária dos Correios

O local de instalação da Agência Comunitária do Correio na localidade de Três Vendas já foi prédio da subprefeitura de Três Vendas, conforme a Figura 75, anteriormente, mostrada. No início de 2000, em cumprimento das metas do Governo Federal, dentre elas os compromissos estabelecidos no Planejamento Estratégico dos Correios, estava a universalização dos serviços postais. Assim, qualquer pessoa física ou jurídica, independente de sua localização e condição socioeconômica, deve ter acesso aos serviços básicos de correios.

Neste contexto, entre as ações estabelecidas pelos correios estava a ampliação do número de Agências Comunitárias de Correios. As mesmas devem ser implantadas em Distritos com mais de 500 habitantes e fruto da parceria com Prefeitura e Órgãos do Governo. Seu principal objetivo é fornecer serviços postais básicos, de forma permanente, com qualidade e a preços acessíveis.

A Agência Comunitária do Correio de Três Vendas funciona em parceria com a Prefeitura Municipal, a qual designa funcionário. A agência também divide suas instalações com a Escola de Educação Infantil Sítio Encantado, criada em 2005. O compartilhamento das instalações entre a Agência Comunitária e a escola mostra a otimização dos recursos municipais na zona rural, principalmente em função da falta de prédios pertencentes à prefeitura, nestes lugares.

A Agência funciona de segunda a sexta-feira, das 13 horas às 17 horas e 30 minutos. Atende a comunidade das localidades de Três Vendas, Pertile, Faxinal da Guardinha e o interior de municípios vizinhos. Caracteriza-se por prestar serviço público, com a mesma funcionalidade dos serviços básicos dos Correios. Sua função assegura que a população rural, local, transmita e receba correspondências e encomendas, possibilitando acesso aos serviços básicos de comunicação.

As várias ressignificações do prédio denotam a ação do Estado como fomentar da ampliação e modernização dos serviços no meio rural, garantindo condições básicas de acesso à comunicação e à educação, bem como mostram que as rugosidades recentemente materializadas na paisagem rural estão mais suscetíveis a mudar sua funcionalidade, o que, normalmente, está atrelado as novas demandas impostas pelos agentes de transformação do espaço.

5.2. RUGOSIDADES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

A partir das necessidades de sobrevivência humana, o homem transforma a primeira natureza em segunda natureza, incorporando a natureza ao cotidiano do homem como meio de sobrevivência e de produção. O homem ao transformar a natureza para se reproduzir cria os meios de produção, através de localizações pontuais ou em áreas dos meios necessários às operações de produção e reprodução. (CORRÊA, 1986).

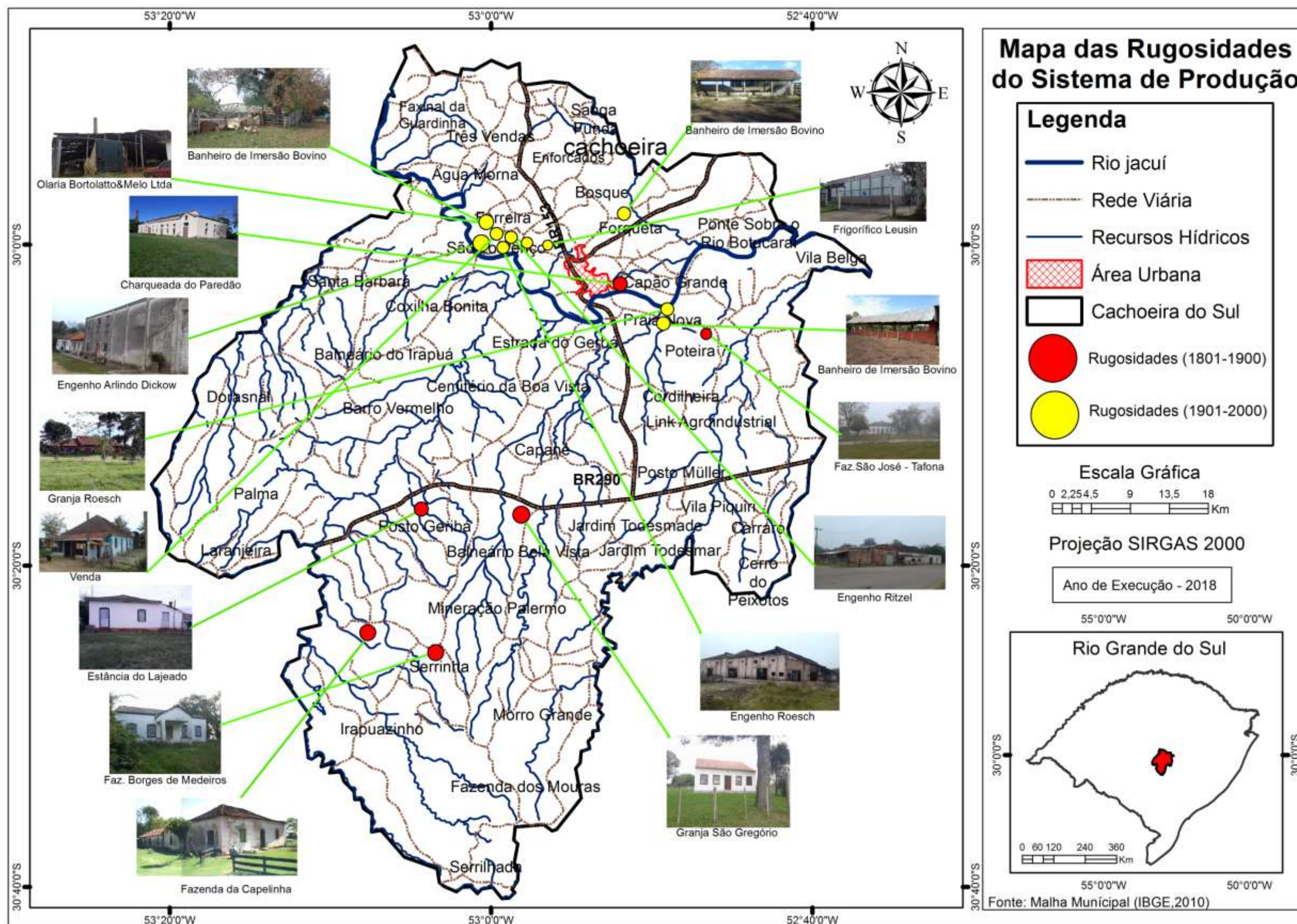
Assim, na tentativa de se reproduzir e repetir-se o homem cria formas duráveis no espaço, distribuídas e organizadas de acordo com alguma lógica. Estas formas são o resultado da ação acumulativa de restos de trabalho, técnica e capital que ao longo do tempo configuram o espaço geográfico. As formas ao se materializarem na espacialidade são os meios de vida da sociedade presente e condição necessária à reprodução das sociedades futuras.

O Sistema de Produção compreende rugosidades como as estâncias, fazendas, charqueada, granja, engenhos, olaria, banheiro de imersão bovino e venda (Figura 76). As rugosidades desse sistema datam do século XIX até as últimas décadas do século XX, cuja espacialização foi periodizada com intuito de mostrar as diferentes temporalidades de sua fixação na espacialidade rural.

As rugosidades do Sistema de Produção compreendem dezesseis (16) rugosidades inventariadas: Estância da Capelinha; Fazenda São José - Tafona; Fazenda Borges de Medeiros; Estância do Lajeado; Estância São Gregório; Charqueada e Estabelecimento do Paredão; Granja Roesh; Engenho de Arroz Roesch; Engenho de Arroz Arno Ritzel; Engenho de Arroz Arlindo Dickow; Olaria Bortolatto & Mello Ltda; Frigorífico Leusin; Venda e Banheiros de Imersão Bovinos.

A rugosidade Banheiro de Imersão Bovina foi agrupada por apresentar-se materializadas em vários lugares na paisagem rural municipal. Do total de 16 rugosidades inventariadas, 37,5% foram criadas no século XIX (Estância da Capelinha, Fazenda São José – Tafona, Fazenda Borges de Medeiros, Estância do Lajeado, Estância São Gregório e Charqueada e Estabelecimento do Paredão) e 62,5% no século XX (Granja Roesh; Engenho de Arroz Roesch; Engenho de Arroz Arno Ritzel; Engenho de Arroz Arlindo Dickow; Olaria Bortolatto & Mello Ltda; Frigorífico Leusin; Venda e Banheiros de Imersão Bovinos).

Figura 76 – Mapa das Rugosidades do Sistema de Produção da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Trabalho de campo 2016-2018.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O Sistema de Produção é condição necessária à vida humana, pois através da produção o homem cria espaço para nele se reproduzir. Nesse contexto, a produção é realizada através do trabalho humano, o qual materializa no espaço marcas ao longo do tempo, que se transformam em trabalho morto, as rugosidades. As estâncias e as fazendas foram as primeiras rugosidades a se materializarem na paisagem rural devido ao modo de vida e de produção no estado do Rio Grande do Sul, no início de sua ocupação.

Os sistemas de produção no Rio Grande do Sul iniciam com o povoamento oficial, no final do século XVIII. Poucos anos mais tarde, os campos gaúchos estavam ocupados por estâncias, esparsas na espacialidade. Os primeiros núcleos de povoamento se restringiam às pequenas guarnições militares, cujo isolamento marcava o modo de vida. A necessidade de interiorizar as fortificações militares na Província de São Pedro em função das disputas territoriais inicia a propagação das estâncias para o interior, especialmente pelo corredor da Depressão Central, acompanhando o Baixo Jacuí. (PESAVENTO, 1984).

A principal atividade econômica da Província era a pecuária, cujo crescimento na produção de carne estimulou o desenvolvimento das charqueadas, que representavam um passo à industrialização e estimulou o desenvolvimento e o aumento das estâncias. Com a expansão das estâncias, as grandes propriedades se multiplicaram, pois de acordo com as normas vigentes eram concedidas sesmarias de três (3), dezesseis (16) ou vinte (20) léguas (263.360 hectares) abarrotadas de milhares de cabeças de gado e equinos. (PESAVENTO, 1984).

A necessidade de acelerar o adensamento da população, extremamente rarefeita devido à atividade extensiva predominante, e também visando produzir gêneros de subsistência, implantaram-se áreas de migração dirigida, modificando a estrutura agrária vigente à medida que foram implantadas pequenas colônias, em regime de pequena propriedade, produtoras de gêneros agrícolas.

Os tipos de ocupação do estado do Rio Grande do Sul promoveram o desenvolvimento da agricultura patronal e da agricultura familiar. Essa realidade transporta-se ao município de Cachoeira do Sul, com predomínio da agricultura patronal na margem direita do rio Jacuí, parte sul do município, que por ocasião da implantação das sesmarias, determinou à espacialidade rural grandes propriedades; caracterizadas pela mão de obra contratada e desvinculada da família do administrador ou do

proprietário da terra, sendo que a produtividade elevada decorrente da alta tecnologia empregada e produção destinam-se ao mercado externo.

A agricultura familiar predomina na margem esquerda do rio Jacuí, na porção norte do município em função das áreas de colonização. Deve ser entendida em sua diversidade produtiva, tanto no que se refere à tecnologia empregada como na combinação de fatores de produção, caracterizando-se pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, mão de obra familiar e pequena unidade de produção.

Os sistemas produtivos são modificados pelo modo de produção em curso, pelo sistema de desenvolvimento adotado pelos agentes da organização do espaço. Neste caso, o modelo de desenvolvimento capitalista que se reproduz pelas suas próprias contradições. Assim, suas relações contraditória e desiguais estão ligadas aos processos históricos e contidas em cada formação socioeconômica.

À medida que os homens organizam seus sistemas de produção para produzir e se reproduzirem no espaço, criam formas espaciais. As formas espaciais são construídas ao longo do tempo, e, que através do trabalho, são condicionadas às gerações futuras. Portanto, as formas criadas, materializadas no espaço, fruto das relações de produção são necessárias ao desenvolvimento das sociedades que as criaram, pois representam seu modo de vida.

As técnicas utilizadas para sua materialização são a condição necessária para o desenvolvimento de técnicas aperfeiçoadas, assim como as relações de trabalho movem a vida social e a diferenciação espacial e, o capital organiza os espaços a fim de se reproduzir. As relações de produção e reprodução dos homens deixam sob formas criadas heranças espaciais que influenciam o modo de vida da sociedade atual, as rugosidades.

5.2.1. Rugosidade – Estância da Capelinha (Século XIX)

A Estância da Capelinha, localizada no Distrito de Capané em Cachoeira do Sul, serviu de refúgio para as tropas legalistas derrotadas no Passo Geral do Capané durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), conforme Figura 77. As tropas faziam parada na estância e depois seguiam viagem, atravessando um lajedo próximo ao local, o qual dava acesso e nome à estância do Lajeado, também local de parada das tropas durante a Revolução Farroupilha.

De acordo com a historiadora Ione Carlos do Arquivo Municipal, a maior batalha em solo cachoeirense ocorreu em 2 de março de 1936, às margens do arroio Capané. Bento Manuel e suas tropas descansavam às margens do arroio quando foram surpreendidos por um esquadrão de lanceiros. O susto foi tão grande que Bento Manuel teve tempo apenas de colocar uma de suas botas, deixando tudo o que tinha para trás. O confronto teve alguns mortos e um grande número de feridos e as tropas federalistas fugiram para a Estância da Capelinha.

Figura 77– Estância da Capelinha, década de 1940.



Fonte: Acervo de Renelson Arruda.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Sua construção é do início do século XIX, mas a data exata dificilmente será comprovada porque não existem muitos registros de sua existência (Figura 78). A estância pertencia, nos anos 90, a Gaspar Fortes e, anos mais tarde foi vendida.

Os dados obtidos, através do trabalho de campo, são fruto de informações de um sobrinho dos últimos donos da estância, o senhor Renelson Arruda, que reside próximo à antiga estância e gentilmente cedeu seu tempo para falar sobre a estância. De acordo com ele:

Sua tia, Almerinda que nasceu na estância e, se ainda estivesse viva, estaria com 117 anos, sempre contava que o nome da Capelinha era em razão de que naquele local havia uma capela de congregação jesuíta. Dizia ela que, quando os jesuítas se foram da Província, um estancieiro Uruguaio comprou a propriedade e mandou desmanchar a igreja e, com as pedras, foi erguida a casa. Mas, acho que não tem registros destes dados, pois são histórias passadas de gerações a gerações. (RENELSON, 2018).

Figura 78 - Estância da Capelina, década de 1990.



Fonte: Acervo de Renelson Arruda.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Consta que seus antepassados falavam muito das festas, que no lugar, volta e meia, tinha reunião de pessoas que ali viviam e que até um avião bimotor pousou na estância (Figura 79). Nas palavras de Renelson “conheço o lugar há 55 anos. Era

muito bonito lá. A casa era muito alegre e tinha uma energia muito boa. Um pedaço do paraíso na Terra”.

Figura 79 – Avião bimotor na Estância da Capelinha, década de 1940.



Fonte: Acervo de Renelson Arruda.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A estância produzia gado, uma atafona com mão de obra escrava. Comenta ainda que, quando a estância pertencia a sua família, ela possuía 2000 hectares de terra. Mas, com certeza deveria possuir mais, pois foi sendo dividida através de heranças e alguns vendiam a terceiros, resultando na diminuição das terras.

Por fim, ele diz: “sabes que depois que eles venderam as terras eu não fui mais lá. Não sinto vontade, só passo na frente, mas dá para ver que o matagal tomou conta”.

No seu depoimento sobre a Estância da Capelinha, fica evidente o valor que o lugar possuía, valor para as pessoas que conheceram e, que, infelizmente, foi vendida e colocada abaixo pelos futuros donos, que não se importando com o valor do lugar e de seus bens, construíram novas casas e galpões no lugar da mesma.

O valor histórico e cultural que a estância da Capelinha representou para Cachoeira do Sul e para todo o estado do Rio Grande do Sul, está gravada no marco

em homenagem ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha²⁵, ou seja, cento e cinquenta anos da revolução, que apesar de todos os contratempos, ainda insiste em permanecer no lugar, conforme Figura 80.

Figura 80 – Homenagem do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha na Antiga Estância da Capelina, em 1985.



Fonte: Acervo de Renelson Arruda.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente a Estância da Capelina encontra-se destruída, o que provavelmente tenha ocorrido no início dos anos 2000, há mais de 15 anos, restando apenas o marco em homenagem à Revolução Farroupilha. Em seu lugar foi construída uma nova casa e galpões, as quais, hoje, encontram-se abandonadas, conforme Figura 81.

²⁵ Em 1985, em comemoração aos 150 anos da revolução uma Subcomissão de Pesquisa Histórica e publicações, das qual o Museu Municipal de Cachoeira do Sul fez parte, fez um levantamento dos locais denominados Sítios Históricos Farroupilhas e encontrou quatro sítios em Cachoeira do Sul: Passo Real do Capané, onde em 2 de março de 1836 foi palco de combate entre as forças farroupilhas (lideradas por João Manoel de Lima e Silva) e legalistas (comandadas por Bento Manoel Ribeiro); a Estância da Capelina, refúgio das tropas legalistas derrotadas no confronto do Passo Real do Capané; a Estância do Lajeado, local de estacionamento das tropas farroupilhas e legalistas; e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, local de celebração de Te Deum (hino cristão, utilizado na liturgia católica como parte do ofício de leitura e em eventos de ação de graça) ao feito de Antônio Vicente da Fontoura e seus comandados pela ocasião da pacificação dos revoltosos de Rio Pardo.(SCHUH e CARLOS, 1991).

A Estância da Capelinha não existe mais como marco da construção e modo de vida dos homens sobre aquelas terras, mas ainda existe na memória das pessoas que por ela transitaram e dos pesquisadores que insistem em salvaguardá-la do esquecimento. Entretanto, suas terras continuam a ter função social, à medida em que germinam a leguminosa soja, representando a reprodução socioeconômica de seus atuais proprietários.

Figura 81 – Casa e galpões abandonados construídos no lugar da Antiga Estância da Capelinha, em 2018.



Legenda: A – casa; B, C e D – galpões.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane regina Vidal Conceição.

Portanto, a rugosidade Estância da Capelinha, datada do início do século XIX, período Imperial, foi inicialmente reduto jesuíta, caracterizada pela grande quantidade de terras que continha, produção de gado e também uma atafona, onde era pro-

duzida farinha de mandioca e polvilho com mão de obra escrava e, posteriormente, sofreu com a redução de área em função das sucessivas divisões de heranças, até ser comercializada e destruída no início dos anos 2000, obedecendo a uma nova lógica de reprodução social.

Desse modo, até a sua comercialização preservava sua estrutura inicial, inclusive com a presença da Atafona, mas, com a troca de proprietários, caracterizando sua desvalorização e falta de conhecimento sobre o que a Estância representava para a história de Cachoeira do Sul, levou a destruição de toda sua infraestrutura, perdendo-se uma herança de um passado histórico e cultural.

Em seu lugar foi construído uma nova casa e galpões para atender as necessidades dos futuros proprietários, as quais, atualmente, também se encontram abandonadas no rural, configurando-as como taperas. Pode-se observar que a busca pelo desenvolvimento econômico, assim, como, a própria falta de conhecimento sobre o valor que as formas do passado ocupam no espaço, em detrimento da valorização do moderno, são consideradas ações contrárias à permanência das rugosidades na paisagem rural.

5.2.2. Rugosidade – Fazenda São José Tafona – Atafona (1813)

A Fazenda São José também é conhecida por Fazenda Atafona ou Tafona (Figura 82), e está localizada na localidade de Porteira Sete, distrito de Cordilheira, no interior de Cachoeira do Sul, cuja construção data de 1813.

A fazenda São José era uma sesmaria de 300.000 hectares que após sucessivas divisões naturais das gerações, pertenceu a José Sebastião Vieira da Cunha, na segunda metade do século XIX, tendo aproximadamente 20.000 hectares (Figura 83).

José Sebastião Vieira da Cunha, aos vinte anos, em 18 de junho de 1866, foi para o Rio de Janeiro para servir ao Brasil na Guerra do Paraguai. Entretanto, sua tia Anna da Cruz Brilhante, mulher muito rica, encontrou e pagou outro jovem para substituí-lo na guerra. José permaneceu no Rio de Janeiro trabalhando no comércio, até que, em 1869, retorna a Cachoeira do Sul devido à morte do pai. A partir desse momento, passa a comandar a fazenda que pertencia a sua tia Anna e que era gerida pelo seu falecido pai. Como herdeiro universal da tia, coube a ele o comando dos

negócios da fazenda. Um ano mais tarde, casa-se com sua prima, Maria Manoela Pereira, cujo enxoval foi encomendado de Portugal, vindo dentro de uma arca grifada com suas iniciais “MMPC” e ano do casamento. Este pertence ainda se encontra entre os móveis preservados da fazenda.

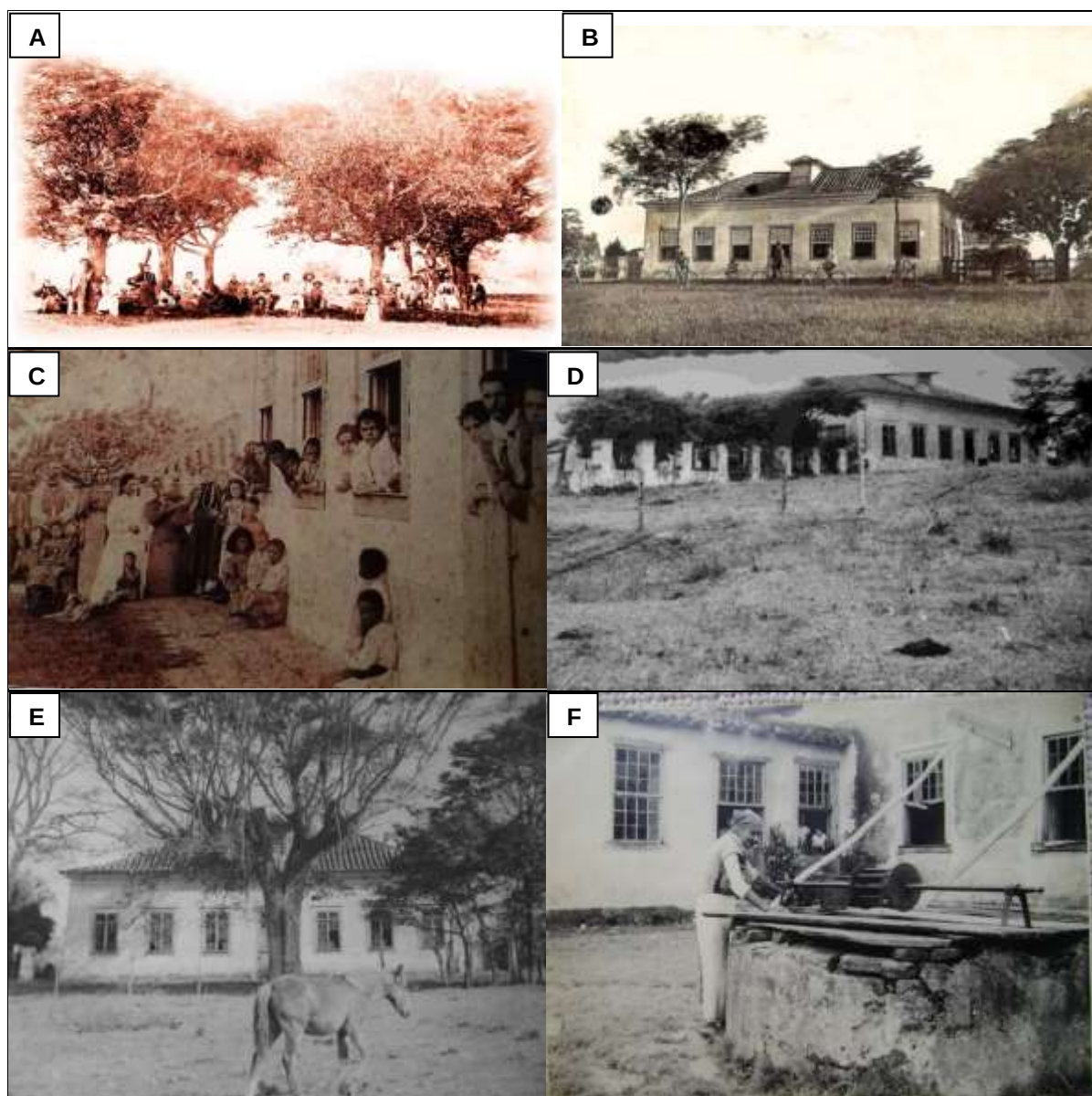
Figura 82 – Fazenda São José (Tafona), localidade de Porteira Sete, município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

As terras estavam ocupadas com a criação de gado e a plantação de arroz. Além disso, na propriedade existiam jazidas de carbonato de cálcio, as quais teriam sido pouco exploradas na produção de cal hidráulica, devido, especialmente, às dificuldades de transporte da época, conforme aponta o relatório da Fazenda Tafona realizado por Miriam Ritzel em 2012. Este relatório efetivou o tombamento da fazenda no final daquele ano, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural – COMPAHC.

Figura 83 – Fotografias antigas da Fazenda São José (Tafona), 1900 a 1963.



Legenda: A – reunião a sombra das árvores da fazenda Tafona, em 1900; B – fazenda Tafona, em 1919; C – festa na Tafona, sem data; D – fazenda, sem data; E – frente da fazenda, em 1963; F – poço da fazenda, sem data.

Fonte: Arquivo familiar dos proprietários (foto A, B, C, D e F) e Mário Franklin Gastal (foto E).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A fazenda produzia também trigo, feijão, mandioca, abóbora, etc. Ressalta-se que as eiras, onde o feijão era batido/debulhado a manguá ainda se encontram marcadas no pátio da fazenda, atualmente cobertas por grama. Uma das principais atividades da fazenda era a produção de farinha de mandioca e polvilho, através da Tafona (engenheiro), conforme Figura 84.

Figura 84 – Equipamentos do Engenho na Fazenda São José (Tafona), em 2016.





Legenda: A – Vista da antiga eira de feijão; B e C – Vista Geral do Engenho; D – Prensa; E – Ralador; F – Tacho de aço dos escravos; G – Local onde ficavam os tachos; H – Estrutura de moagem; I – Forno; J – Utensílios do engenho.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O trabalho era realizado através de mão de obra escrava, um montante de 40 a 50 escravos, inventariados nos registros da fazenda. Um dos principais afazeres dos escravos era a lida na Tafona, onde possuíam um tacho de cobre exclusivo para produzir polvilho e beijus. O polvilho era comercializado pela fazenda, como fonte de renda e o beiju era à base da dieta dos escravos.

A fazenda Tafona foi uma das primeiras a produzir o arroz irrigado na região. Destaca-se a pessoa de Hugo Vieira da Cunha que se dedica a estudar novas formas de cultivar o produto e vai a campo ensinar os agricultores a produzirem o arroz irrigado.

A fazenda São José (Tafona) foi com o passar do tempo e das gerações, sendo dividida e o que restou dela passou para a propriedade de Emília Vieira da Cunha. Solteira e sem filhos vendeu a propriedade para Gemina Vieira da Cunha Silva, em 1963, cuja aquisição tinha o intuito de passar as férias na fazenda e preservá-la. Sua filha Marô Silva comprou a fazenda de seus irmãos, sendo a atual proprietária.

Atualmente, a Fazenda pertence à Marô Silva e a Marco Aurélio Schntz, casal que vive na cidade de Porto Alegre devido ao trabalho, mas que em tempo livre vão para o lugar. Marô, não esconde o amor ao lugar onde nasceu e viveu boa parte de sua vida, onde fez e faz tudo para mantê-lo preservado.

Marô, relata que a propriedade foi sendo dividida com o passar das gerações, onde a família, sempre numerosa, acabava por dividir as terras do local. Ocorria também que as filhas mulheres que não casaram doavam sua parte à igreja, e quando sua mãe adquiriu a fazenda, a casa estava caindo e se encontrava calçada por madeiras para não ruir, literalmente abandonada (Figura 85).

Figura 85 - Fazenda São José (Tafona), década de 1960.



Fonte: Arquivo familiar dos proprietários.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

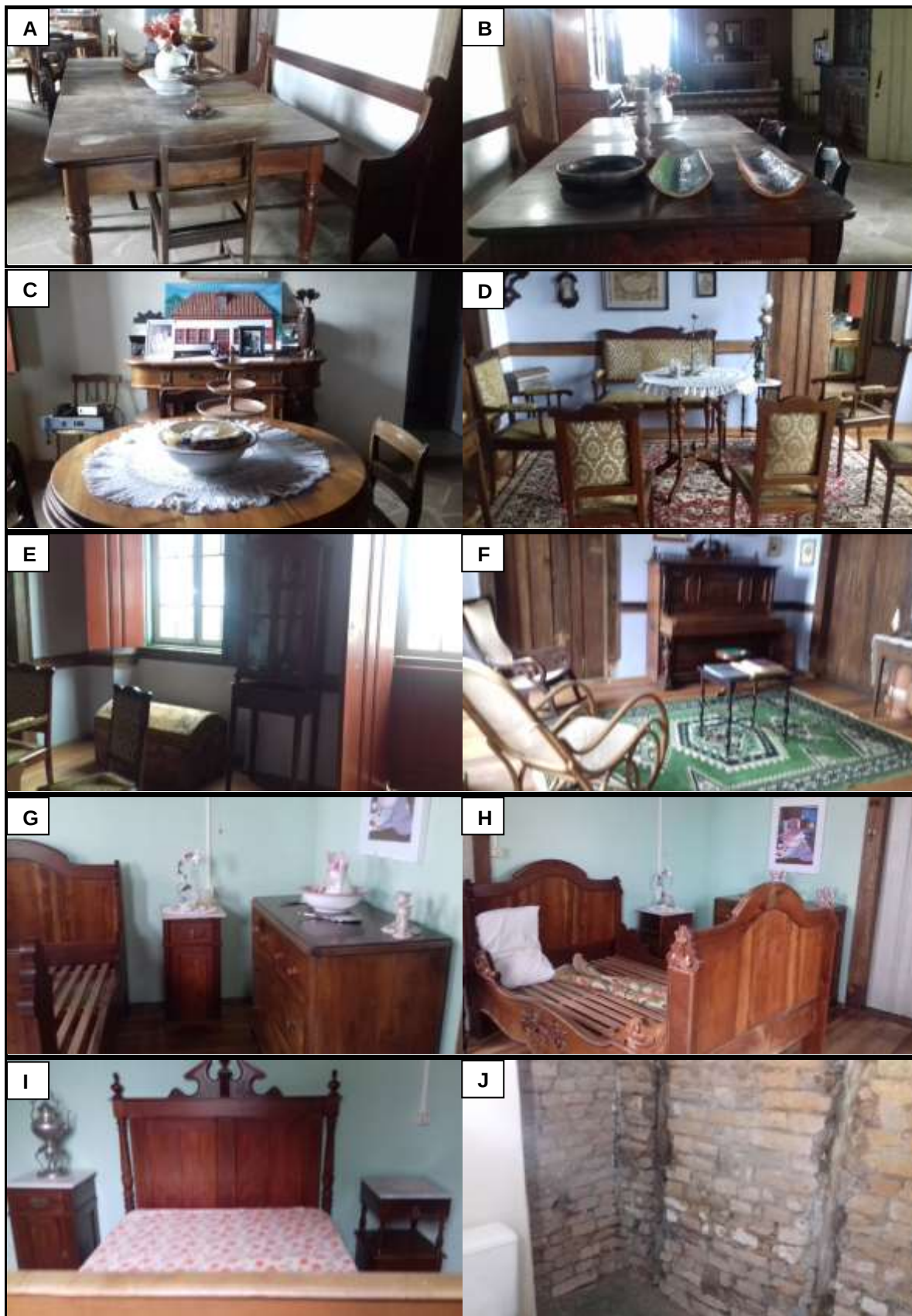
Nas palavras de Marô: “A casa a partir dos anos 60 degingolou total. Não tinha vidros nas janelas. As paredes escoradas com paus de eucalipto equilibravam-se para não cair. Abaixo delas, formigas - as Vieiras - faziam a festa”.

Sua família uniu forças para restaurá-la, e hoje em dia a fazenda encontra-se em bom estado de conservação. Possui 58 hectares dos quais 35 são ocupados por mata. Sua produção está baseada em produtos orgânicos, cuja produção recebeu em junho, do presente ano, a Certificação Agroecológica do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - Capa, de Santa Cruz do Sul.

A sede da Fazenda São José (Tafona) de propriedade de família portuguesa, conserva a arquitetura lusitana, com telhas produzidas pelos escravos as “telhas nas coxas”, equipamentos de engenho de farinha de mandioca (atafona) intactos, mobiliário e documentos de valor histórico, os quais representando fontes primárias significativas da memória social, política e administrativa de Cachoeira do Sul.

Fato este, que classificou a Fazenda São José (Tafona) como Museu, com registro no Sistema Estadual de Museus – SEM/RS desde o ano de 2001, demonstrando o interesse em preservá-la como documento de uma época, de um determinado momento histórico, do modo de fazer e viver característicos das estâncias de criação do estado do Rio Grande do Sul (Figura 86).

Figura 86 – Mobiliário e estrutura interna da Fazenda São José (Tafona), em 2016.





Legenda: A, B, C, D, E, F, G, H, I e K – mobília da fazenda; J – quarto destinado às escravas que serviam na fazenda; L – arca com as iniciais de “MMPC” e o ano de casamento 1870; M e N - escada e vista do sótão da fazenda.

Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto A, B, C, D, E, F, G, H, I, e J), arquivo familiar dos proprietários (K e L) e Mafalda Roso (foto M e N).

Org: Lisane Regina Vidal conceição.

Devido as suas características únicas e preservadas, a fazenda São José (Tafona) foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), pela portaria 73/2016 de 21 de novembro de 2016. De acordo com o IPHAE seu tombamento está assim respaldado:

A Fazenda São José, no município de Cachoeira do Sul, é também denominada Fazenda da Atafona (ou Tafona), nome que remete ao engenho de farinha de mandioca localizado ao lado da casa principal, mantido com todos os equipamentos usados no beneficiamento do produto. A fazenda é remanescente de antiga sesmaria, e a construção da sede, segundo pesquisa dos herdeiros atuais, data do século XIX (aproximadamente 1813). A propriedade era usada para a criação de gado e para atividades agrícolas, incluindo a produção de farinha de mandioca. A atafona, onde era produzida

a farinha, consistia em um grande espaço coberto, com um conjunto de instrumentos artesanais movidos por tração animal. A Fazenda da Tafona possui valores históricos e arquitetônicos que revestem o exemplar de autenticidade e originalidade. O tombamento estadual inclui a volumetria original da edificação, a modenatura das fachadas, os vãos e esquadrias originais, internas e externas, demais detalhes construtivos da edificação e todo o mecanismo original da atafona. O valor arquitetônico do bem está nas suas técnicas construtivas de origem luso-brasileira, e o conjunto de bens móveis agregados ao edifício complementa a narrativa iconográfica da época. O mobiliário autêntico e o mecanismo completo da atafona, com suas peças artesanais em madeira, mantidas no local da produção, reforçam o valor estético do local, dando sentido à narrativa arquitetônica. A edificação tombada possui planta em U, formando pátio interno. Uma das alas é a casa principal, a segunda funciona como cozinha e churrasqueira, sendo ligada ao terceiro volume, que constitui a atafona. As paredes são de alvenaria, forros e pisos de madeira. As portas têm bandeiras envidraçadas e as janelas são de duas folhas ou guilhotina, com postigos internos. A cobertura é de telhas de barro tipo capa-e-canal, galbada e com estrutura em madeira. A atafona tem piso em chão batido e estrutura da cobertura aparente, sem forro. (IPHAE, 2017).

O tombamento da fazenda São José deve-se ao esforço de Marô e sua família em preservar-lhe a preciosidade da fazenda, sua magnitude e valor cultural imensurável para a sociedade gaúcha, pois mantém preservada e salvaguardada nossa história, costumes, arquitetura, memórias e modo de vida rural rio-grandense. Destacam-se, as palavras de Marô ao se referir ao tombamento da fazenda São José (Tafona):

Esse tombamento significa que a fazenda sai da família para entrar na história. Na realidade, a Tafona está deixando de ser uma propriedade exclusivamente privada para ser compartilhada com as pessoas que se interessam por história, por natureza e por sustentabilidade. Sua história nos remete para a ocupação do território, para relações sociais terríveis como a escravidão, para a economia do "Continente" e para que possamos nos reconhecer enquanto cidadãos e cidadãs de um espaço específico desse nosso planeta. (MARÔ, 2016).

Com o tombamento, a Fazenda intensifica o recebimento de visitantes que desejam conhecê-la, especialmente pesquisadores dos mais diversos campos da ciência, dentre eles destacam-se historiadores, arquitetos e estudiosos do patrimônio cultural do estado.

No tombamento da fazenda também está prevista a sua restauração, visto que necessita de melhorias na infraestrutura, cujo restauro encontra-se em fase de projeto, sem data para ser iniciado, e será custeado pelo IPHAE. Além disso, a

proprietária tem um projeto para transformar as dependências da fazenda em um hotel fazenda, nos quais os visitantes possam passar o dia aproveitando sua beleza arquitetônica, natural e desfrutar de atividades típicas do local e desenvolver práticas de sustentabilidade através da produção da fazenda. Para este projeto, já existe um espaço, onde se encontra organizada uma área de confraternização, composta por móveis antigos importados pertencentes à fazenda, onde, atualmente, acontecem as comemorações familiares.

De acordo com a proprietária, este espaço será aberto ao público quando estiver legalizado para funcionamento, o que provavelmente, somente, ocorrerá após o restauro da fazenda.

A fazenda São José (Tafona), cedida como sesmaria, passa ao capital privado com o intuito de produzir em grande escala, através da força de trabalho escravo. Caracterizada pelo modo de povoamento do Brasil Colonial, possui até hoje marcas desse processo instaurado também no sul do país. Afetada pela divisão de bens decorrente da passagem de gerações e pelo processo de modernização da agricultura deixa de ser uma grande propriedade e passa de uma produção estritamente voltada para o agronegócio, para uma produção baseada na sustentabilidade do meio ambiente, produzindo produtos orgânicos.

Sua estrutura continua a mesma, com preservação das instalações iniciais, inclusive com a preservação intacta da atafona, uma produção caracterizada pelo trabalho escravo (Figura 87). Entretanto, sua função inicial foi ressignificada, pois deixa de produzir aos moldes da grande propriedade passando a valorizar a produção orgânica, em menor escala de produção. O seu tombamento, ressignifica seu valor no espaço, a medida em que é considerada Patrimônio Cultural Estadual, cujo valor é salvaguardado do esquecimento e preservado a gerações futuras, considerando memória e natureza.

Figura 87 – Fazenda São José (Tafona), em 2014-2018.





Legenda: A – bandeira feita em homenagem a Tafona: *Memória e Natureza*, 2014; B e C – Tafona, 2018; D – açúde da Tafona, 2017; E – árvore centenária da Tafona, 2016; F e H – Tafona, 2016; G – galpão da Tafona, 2016; I e J – foto aérea da Tafona; k – foto paisagem da Tafona, 2015.

Fonte: Arquivo familiar dos proprietários (foto A, C e K), arquivo pessoal da autora (foto E, F, H e J), Mirian Ritzel (foto B), Susana Tiemann (foto D) e Renato Tompsen (foto I e J).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Ao analisar a rugosidade Fazenda São José – Tafona, datada do início do século XIX, Período Imperial, antiga sesmaria, cuja institucionalização deve-se à ação do Estado que para incentivar o povoamento e ocupação de terras no sul no país, atuou como doador de terras a pessoas a quem escolhia. A institucionalização das sesmarias determinou a criação das grandes propriedades no Brasil, que apesar da divisão de terras com o passar das gerações, ainda perpetua a grande propriedade em grande parte do território brasileiro.

Criada pela ação do Estado e transformada em propriedade particular produzia gado, farinha de mandioca e polvilho, através da Atafona mantida com mão de obra escrava. A Fazenda passou por várias divisões de terra e atualmente, constitui-se em uma propriedade de 58 hectares, cuja estrutura portuguesa preserva utensílios e a forma da casa em perfeito estado.

Estes fatos contribuíram para que a mesma fosse tombada pelo IPHAE em 2016 como patrimônio histórico cultural do Rio Grande do Sul. Ela mantém sua forma inicial preservada, mas mudou sua função. Atualmente, produz alimentos orgânicos e devido ao tombamento passará por reformas de restauro e futuramente será implantado o projeto de transformá-la em lugar de visitação e descanso nos finais de semana.

A rugosidade Fazenda São José – Tafona é um exemplo de como as marcas construídas e fixadas no espaço assumem valor no espaço e podem ser tratadas de diferentes formas pelas diversas áreas do conhecimento. Para a Geografia, rugosidade, e para História, patrimônio cultural. Apesar do diferente olhar de cada área do conhecimento, ambas concordam que as marcas produzidas pelo homem ao se reproduzir são heranças espaciais que merecem ser salvaguardadas do esquecimento e podem configurar patrimônio histórico cultural de um determinado lugar. Assim, a Fazenda São José – Tafona é um exemplo a ser seguido e possível de se concretizar, um exemplo de preservação e manutenção das rugosidades que assumem novas ressignificações no espaço, mantendo sua função social na reprodução local.

5.2.3. Rugosidade – Estância do Lajeado (1830)

A Estância do Lajeado é uma construção de 1830, localizada no Distrito de Capané, conforme Figura 88. A estância serviu de reduto e estacionamento das tropas farroupilhas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Possui documentos de raro valor histórico como arma, móveis e outros objetos.

A Revolução farroupilha foi deflagrada no Rio Grande do Sul, principal abastecedor de charque ao mercado interno do país, e passou a ser prejudicado por medidas do Governo central. A Revolução Farroupilha é considerada por muitos pesquisadores, a maior epopeia dos gaúchos.

A Província, neste período, dominado por grandes estancieiros, que ocupavam extensas porções de terras em posição estratégica sobre as terras meridionais do país, não aceitaram o sistema tributário, especialmente o imposto sobre o charque, do qual era o maior produtor, maior até do que a carne importada do Prata. A insatisfação dos estancieiros levou o Rio Grande do Sul a uma revolução republicana.

Cachoeira aderiu de imediato à revolução, sendo que em 23 de setembro do mesmo ano, os líderes Antônio Vicente da Fontoura, Gaspar Francisco Gonçalves e Manduca Carvalho, estavam comandando tropas em Rio Pardo, com intuito de garantir a posse do governador indicado pela revolução. Os farroupilhas cachoeirenses vivenciaram momentos de festa e reconhecimento, inclusive, da Câmara Municipal.

Entretanto, um ano mais tarde, os cachoeirenses foram atacados por tropas imperiais comandadas por Bento Manoel Ribeiro. (SCHUH e CARLOS, 1991).

Figura 88 – Estância do Lajeado, Distrito de Capané município de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Apesar das inúmeras adversidades de uma revolução de grandes proporções, o chefe de polícia da Vila Rio Pardo de Cachoeira, Antônio Vicente, resistia e garantia a realização na Câmara Municipal de sessões sob regime republicano farroupilha. No ano de 1839, Cachoeira prestava juramento à República Farroupilha e José Carvalho Bernardes era o procurador-geral do município junto ao governo da revolução. As tropas imperiais somente dominaram os cachoeirenses em 1840, quando a brigada legalista de Antônio de Medeiros Costa restabeleceu o regime monárquico na vila. E, em 11 de junho de 1840, a Câmara Municipal reconhecia Pedro II como Im-

perador do Brasil. Por fim, em 1845, Antônio Vicente exerceu importante papel na pacificação ao negociar a rendição dos farrapos. (SCHUH e CARLOS, 1991).

Atualmente a Estância do Lajeado pertence a Irajá Pedroso Figueiró, médico veterinário que reside na cidade de Cachoeira do Sul. O casarão da estância domina a paisagem do lugar, foi berço de gerações das famílias Carvalho e Figueiró. Suas paredes grossas, construídas com pedras rejuntadas com barro, telhado de telhas romanas, guardam inúmeras histórias que ali se desenrolaram. Histórias de tempos de guerras, de um período escravocrata, das estâncias que dominavam a paisagem da Província de São Pedro, além das histórias gravadas na memória do povo do lugar (Figura 89).

Figura 89 – Estância do Lajeado, em 1989.



Fonte: Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O conjunto da Estância do Lajeado permanece preservado, entre eles: o casarão, a casa de forno, casa de charque, caixa d'água e galpões. O casarão sofreu

algumas alterações da sua edificação original como a substituição do telhado de telha canal, em precária situação, por telhas romanas (Figura 90).

Figura 90 - Conjunto Arquitetônico da Estância do Lajeado, em 1989.



Fonte: Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O trabalho de campo realizado na Estância do Lajeado permitiu elencar dados importantes sobre a estância, através do depoimento do capataz, originário da cidade de Uruguaiana, na estância há mais de 20 anos. De acordo com seu depoimento, baseado nas histórias que seus patrões comentavam, a Estância do Lajeado já foi reduto jesuíta, assim como a Estância da Capelinha. Na época da Revolução Farroupilha tinha mais de 2500 hectares, cuja área abrangia desde o lajedo, córrego que dá nome a estância até a atual BR 290, servindo de redutos para as tropas durante a revolução. Nas palavras do capataz:

A casa principal tinha um porão que cabiam dezesseis cavalos, que através de um túnel se ligava ao mato atrás da casa, onde tinham as trincheiras que serviam de esconderijo para as tropas. No mato, ainda, podem ser vistas as marcas das trincheiras. O porão ainda pode ser visto, mas o túnel foi totalmente soterrado. (CAPATAZ, 2018).

A estância tinha como principais produtos, a criação de gado, ovelhas e cavalos e a atafona, onde era produzida farinha de mandioca e polvilho, com trabalho escravo, sendo que a antiga prensa que eles utilizavam para moer a farinha encontra-se na estância, guardada nas instalações da caixa d'água (Figura 91).

Figura 91 – Prensa da antiga atafona da Estância do Lajeado, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Os escravos traziam pedras do mato para construir as casa e galpões, e quando se rebelavam eram obrigados a tomar água da figueira, uma seiva grudenta, a conta gotas, pois fazia parte de seu castigo. De acordo com o Capataz, os escravos ficavam separados, havia a senzala dos homens e das mulheres e crianças, sendo que seu trabalho escravo era muito danoso. Por causa das rebeliões, ficavam dias amarrados nos troncos e, de acordo com as histórias de seus patrões, ainda existem alguns troncos da antiga senzala da estância e, em um deles, teria morrido um escravo acorrentado. Nesta mesma instalação encontra-se o fogo de chão da estância, costume antigo das estancias e fazendas do Rio Grande do Sul, o qual há anos é mantido aceso (Figura 92).

Figura 92 – Antigo tronco da senzala da Estância do Lajeado, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em 1985, em função das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, houve a colocação de um marco ao lado da casa. Assim, juntamente com os demais sítios históricos farroupilhas em Cachoeira do Sul, a Estância do Lajeado é refúgio de um tempo de outrora, um tempo que não volta mais, que vive na memória e que resta preservá-la (Figura 93).

De acordo com o capataz, a estância encontrava-se em melhor estado de conservação até a época em que a mãe de Irajá residia na propriedade. Depois de sua morte, há mais ou menos 20 anos, a estância ficou abandonada, residindo nela apenas ele e alguns empregados. Os proprietários vêm até a estância, mas residem na cidade, por isso as instalações da casa encontram-se fechadas e pouco preservadas.

Figura 93 – Marco em comemoração aos 150 anos da Revolução Farroupilha na Estância do Lajeado, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

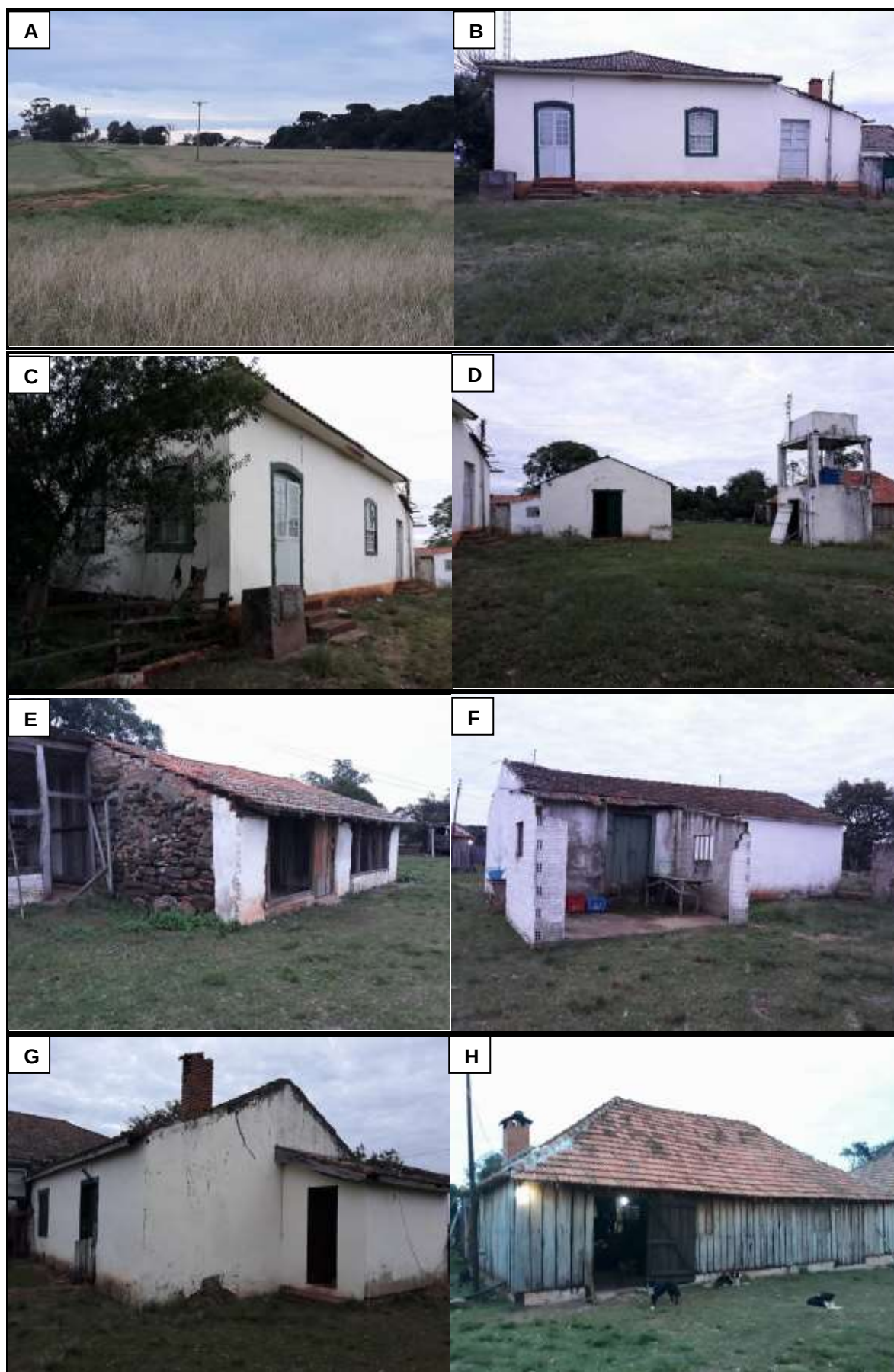
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

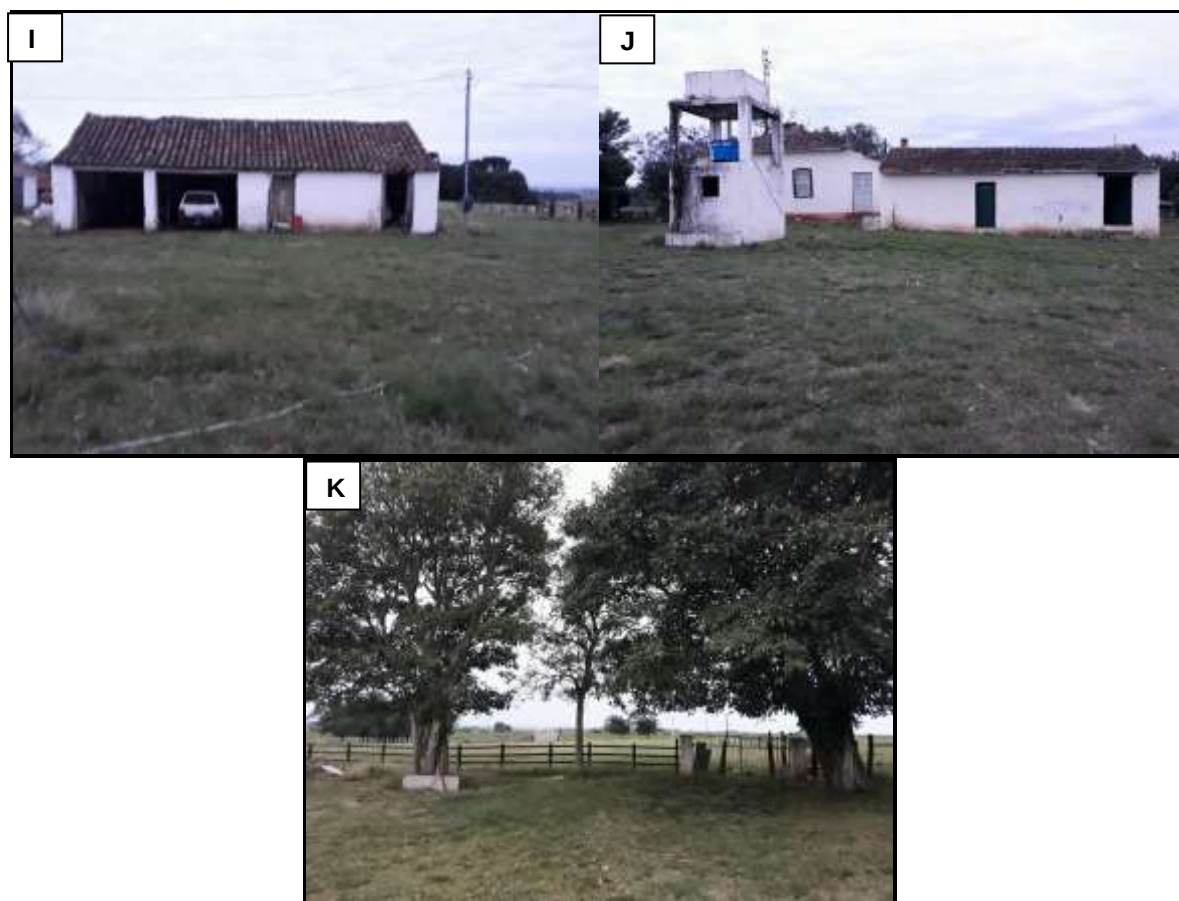
Parte dos móveis foi retirada da estância pelos donos depois que ela foi invadida e assaltada. Nesta ocasião, algumas mobílias foram levadas e paredes foram escavadas em busca de ouro e prata.

Atualmente, após repartições de heranças e venda de parte da propriedade, a Estância do Lajeado (Figura 94) possui 400 hectares de terra, produz gado e soja e, uma cabanha de ovelhas, cujos exemplares já foram várias vezes premiados na Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários - Expointer, realizada no Parque Assis Brasil, na cidade de Esteio (RS).

A Estância do Lajeado continua com sua estrutura inicial, com algumas pequenas mudanças na casa principal e em seus galpões, motivadas pela ação do tempo. Preserva uma arquitetura colonial, carregada de simbologia e memória, de um tempo e espaço que devem ser salvaguardados do esquecimento, cujos proprietários desejam preservar e, se possível, tombá-la. Possui função social na reprodução social do lugar, com destaque para a cabanha de ovelhas, premiadas pela qualidade de seu rebanho.

Figura 94 – Estância do Lajeado, em 2018.





Legenda: A e K – vista da estância; B, C e G – casarão; D e E – senzalas, feminina e masculina, respectivamente; F, H e I – galpões, J – poço.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Neste contexto, a rugosidade Estância do Lajeado, datada do século XIX, grande propriedade produtora de gado, ovelhas, cavalos e do engenho da Atafona que produzia farinha de mandioca e polvilho com mão de obra escrava, reduto da Revolução Farroupilha, encontra-se, atualmente, produzindo gado e ovelha e, nos últimos anos, passou a introduziu a soja. Mantém ainda grande parte de sua estrutura inicial em pé como a casa principal, poço, galpões e senzala.

A preservação da estrutura da estância a coloca como possibilidade de vir a ser tombada pelo patrimônio histórico municipal encampado pelo COMPAHC, sendo também um desejo de seu atual proprietário. A rugosidade Estância do Lajeado permanece com sua estrutura inicial com algumas reformas e com sua funcionalidade na reprodução local.

5.2.4. Rugosidade – Fazenda Borges de Medeiros (1835)

A Fazenda Borges de Medeiros (Figura 95) também conhecida como Estância do Irapuizinho, localizada na localidade de Irapuizinho no alto de uma coxilha, pertenceu a Antônio Augusto Borges de Medeiros²⁶, governador gaúcho em 1898 e 1928. A fazenda foi cenário de intensas discussões e debates sobre o rumo da Província Rio-Grandense, bem como articulações políticas do início do Século XX.

Figura 95 – Fazenda Borges de Medeiros, distrito de Capané município de Cachoeira do Sul, em 2018.



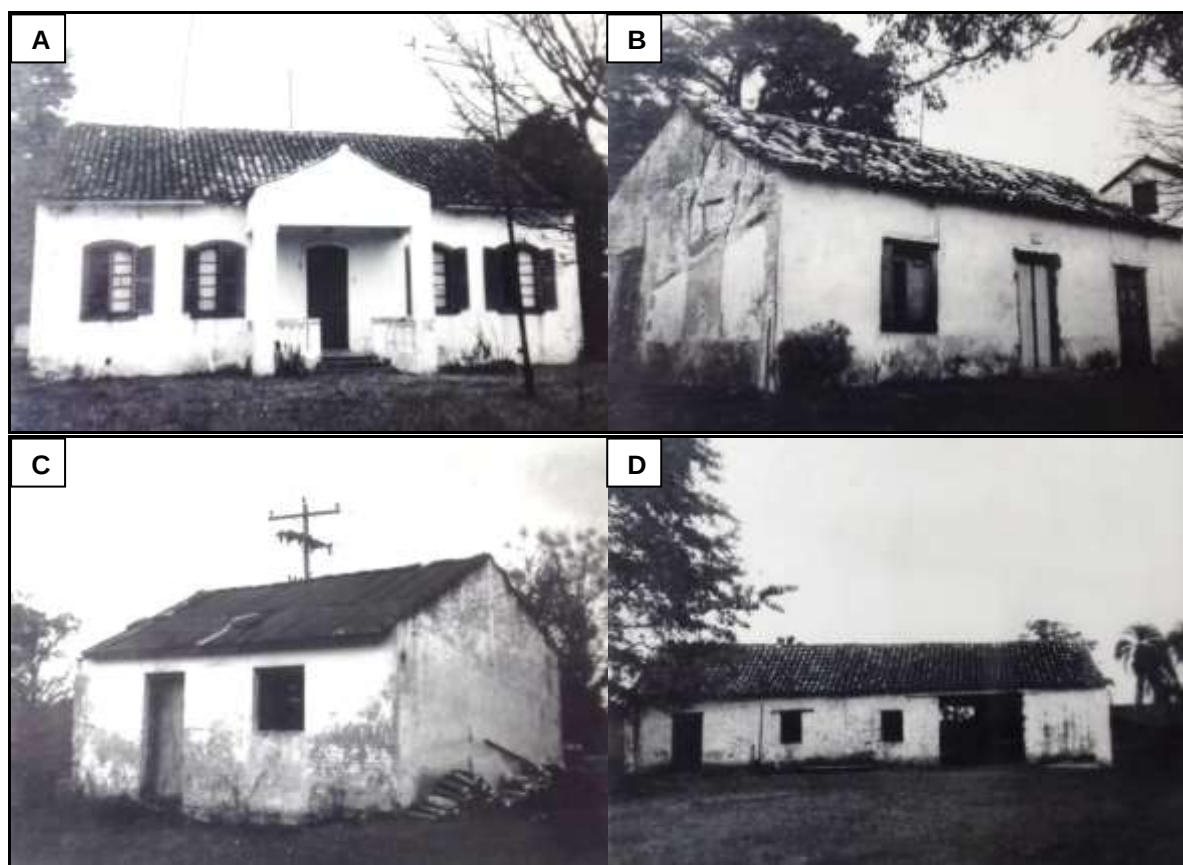
Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

²⁶ A historiadora Renata Aguiar lembra que Borges de Medeiros era positivista, herdeiro de Júlio de Castilhos e o mais importante político gaúcho durante a República Velha, responsável pelo domínio do Partido Republicano Rio-grandense por mais de 40 anos na política gaúcha. Criou a Faculdade de Medicina (1898) e o Instituto de Agronomia (1899), que mais tarde foram reunidos e originaram a UFRGS, em Porto Alegre. Foi ele também o responsável pela encampação da Viação Férrea e do Porto de Rio Grande, em 1920. Para homenagear Borges de Medeiros, Cachoeira do Sul possui nome de rua, no Bairro Carvalho, o nome de uma escola estadual e da praça, na Rua Júlio de Castilhos.

A fazenda foi presente de casamento do sogro de Borges de Medeiros, a qual recebeu para morar com sua esposa e prima Carlinda. A casa foi construída no alto da coxilha, um costume das antigas estâncias para permitir a visão para todos os lados e em longa distância, datada de 1835, gravada na parte superior da porta principal da residência. Construída em estilo barroco, possui além da casa principal mais três edificações, duas casas adjacentes, datadas de 1862 e 1910, respectivamente, e um galpão nos fundos da propriedade (Figura 96).

A fazenda tinha como principal atividade a pecuária e utilizava trabalho escravo. Com a abolição da escravatura em 1888, Borges cedeu a seus antigos escravos um pedaço de terra. O local fica próximo a fazenda, a cerca de um quilômetro, denominado de Quilombo São Sebastião, habitado por descendentes de escravos que trabalhavam na fazenda. De acordo, com os dados levantados a decisão de ceder estas terras aos antigos escravos foi de sua esposa.

Figura 96 – Fazenda Borges de Medeiros, em 1989.



Legenda: A – casa principal de 1835; B – casa adjacente de 1868; C – cajá adjacente de 1910; D – galpão.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Desde o ano de 1975, a fazenda não pertence mais à família de Borges de Medeiros. Neste ano a fazenda foi vendida para o agropecuarista Bruno Chiappetta e, durante cerca de 30 anos a casa serviu de moradia para sua família. Em 2005, a propriedade foi revendida por Bruno Chiappetta ao empresário Romeu Müller, natural e residente de Santa Cruz do Sul (RS). A partir desse momento, a residência histórica da Fazenda Borges de Medeiros faz parte, da atual Fazenda Greenfield. A Fazenda Greenfield possui cerca de 1800 hectares, onde são cultivados soja, arroz e eucalipto, como também criação de gado.

Apesar de Müller manifestar interesse em restaurar a fazenda, não o fez. Estima-se que a mesma encontra-se há cerca de 10 anos sem moradores, sendo que os últimos foram antigos empregados da Fazenda Greenfield, os quais relatavam ouvir barulho de fogo. Está abandonada.

Atualmente, a fazenda se encontra inventariada como patrimônio histórico municipal pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural, o COMPAHC, cujo objetivo é salvaguardar através de seu tombamento parte da história do Rio Grande do Sul e de Cachoeira do Sul, servindo de conhecimento às futuras gerações.

Em 2015, a bisneta de Borges de Medeiros, apontada e residindo em Florianópolis (SC), manifestou interesse em adquirir e preservar as instalações da fazenda. Inicialmente, tentou adquirir a sede da fazenda do atual proprietário, mas a tentativa fracassou devido aos valores do empreendimento. Neste mesmo ano, criou junto ao COMPAHC, o Instituto Histórico Borges de Medeiros (IHBM), responsável pela elaboração do projeto técnico de restauração do imóvel e, também com o objetivo de transformá-la em um minimuseu sobre a vida e obra de Borges de Medeiros.

Após ser inventariada como patrimônio histórico e criado o instituto, em 2016, a sede da fazenda foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, via decreto, cuja desapropriação abrange as instalações e o entorno da fazenda, totalizando cerca de dois hectares. Com a desapropriação da fazenda, o valor do imóvel será auditado por técnicos da prefeitura, cujos valores podem ser contestados na justiça, tanto pelo vendedor como pelo comprador, cujo processo provavelmente se estenderá.

Atualmente, a fazenda encontra-se cercada e abandonada. Durante a realização do trabalho de campo, pode-se observar que o mato toma conta de suas edificações e, que os troncos das árvores apodrecem no chão do pátio da fazenda.

Mesmo assim, a estrutura da casa principal permanece inteira, especialmente na parte da frente da casa, com vidros, janelas e portas em bom estado de conservação.

Nos fundos há deterioração da edificação e das construções anexas que serviam à fazenda e que, provavelmente, foram construídas no decorrer dos anos, ficando mais evidente, o forno de pão, que ainda se encontra erguido, mas em estado precário de conservação, o telhado apresenta risco de desabamento, o galpão e as casas adjacentes se encontram em pior estado de conservação, o teto caído e desabando, tomados por troncos de árvores (Figura 97).

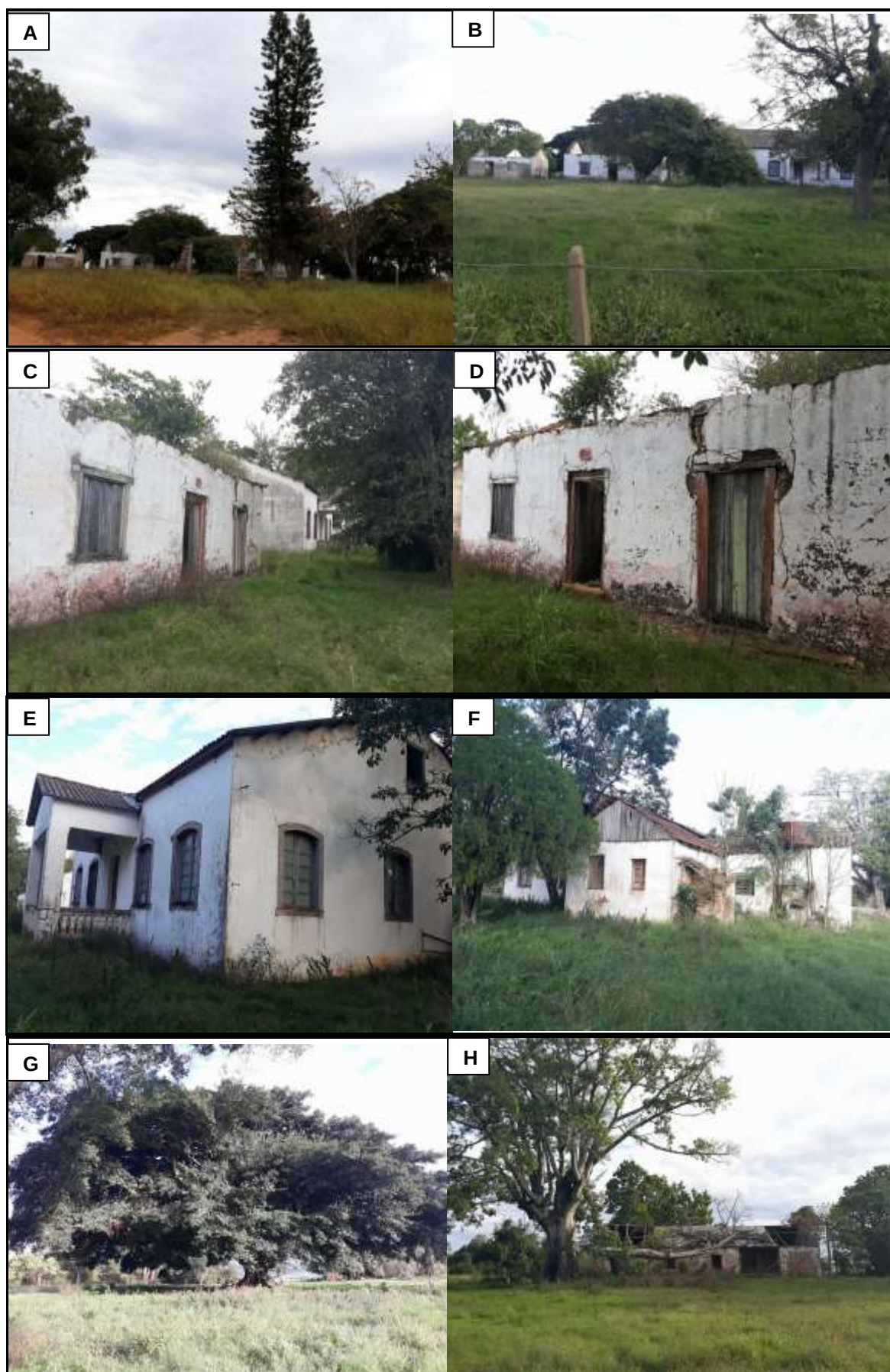
A fazenda apresenta algumas mudanças na sua estrutura como, por exemplo, o telhado e o forro trocados pela família Chiappeta. Não possui a mesma função inicial, deixou de ser uma grande propriedade, foi reduzida a uma pequena propriedade com 2 hectares. Não possui função social na reprodução social à medida que se encontra em desuso. Mas, perpetua-se na memória dos moradores locais, ao relatarem ouvir barulho de correntes arrastando, de cavalos chegando e cadeiras balançando, além de gritos e clarões de fogo, bem como, conhecem pessoas que relatam os mesmos acontecimentos.

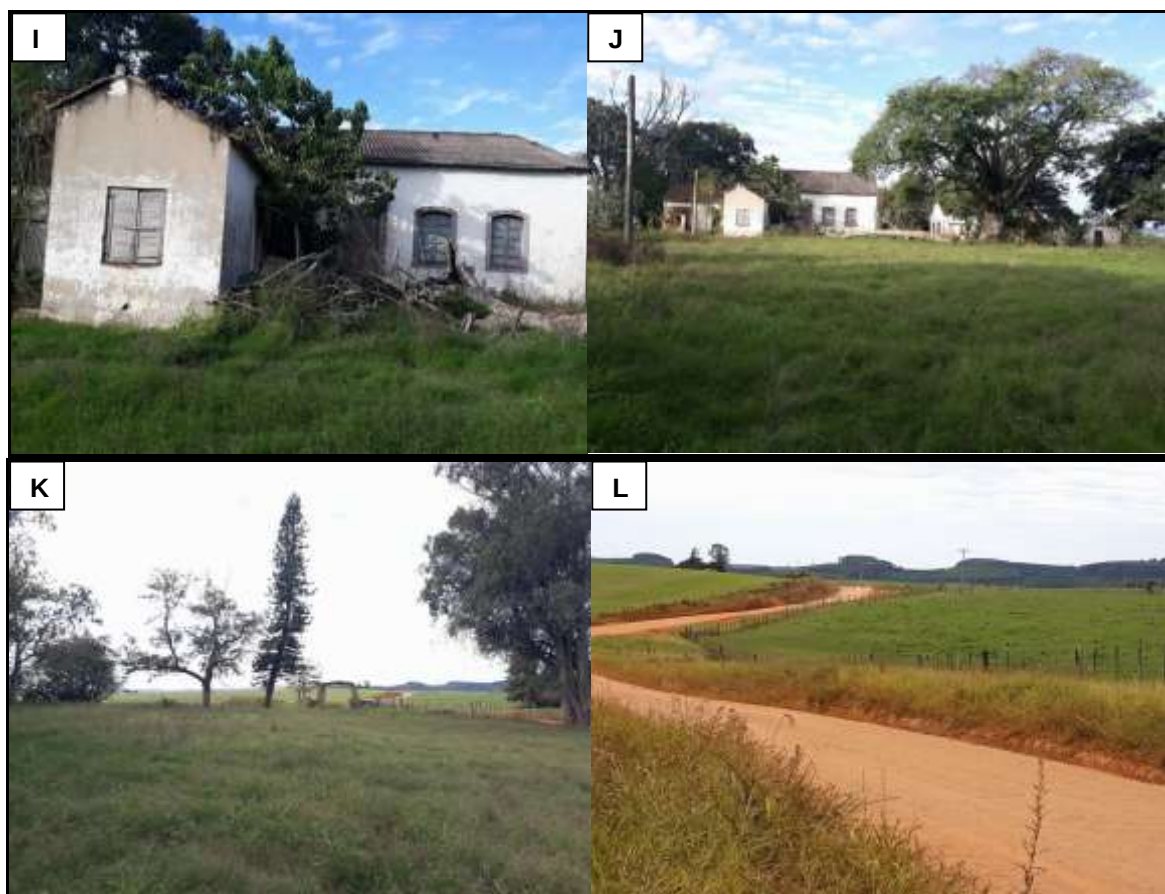
Ela é uma fazenda com valor histórico cultural em estado inestimável. Histórias contadas e guardadas na memória do imaginário da população local contribuem para que a Fazenda Borges de Medeiros seja salvaguardada como patrimônio municipal.

Assim, a rugosidade Fazenda Borges de Medeiros, datada do século XIX, que pertenceu ao presidente da Província Borges de Medeiros, residência oficial da família e palco de várias reuniões e decisões que mudaram os rumos da Província. Produtora de gado e farinha de mandioca, com mão de obra escrava e, que, desde 1975, não pertence mais à família Borges de Medeiros, se encontra em processo de desapropriação encampada pelo município de Cachoeira do Sul, para ser transformada em um Museu, com o objetivo de retratar a vida e obra de Borges de Medeiros.

Atualmente, com sua estrutura em precárias condições, especialmente a instalação adjacente à casa principal configura-se, como uma fazenda de capital privado que possui grande valor histórico cultural, que remonta a própria história do Rio Grande do Sul e, portanto, merece ser salvaguardada do esquecimento e preservada na memória do povo gaúcho.

Figura 97 – Fazenda Borges de Medeiros, em 2018.





Legenda: A, B, I e J – fazenda; C e D – casas adjacentes; E e F – casa principal; G – árvores; H – galpão; K e L – vista da fazenda.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

5.2.5. – Rugosidade - Estância São Gregório

A Granja São Gregório existe há, aproximadamente, 150 anos, pois não existe uma datação exata da casa. Localizada no distrito de Capané, às margens da BR 290, conforme Figura 98.

A Granja São Gregório ocupava lugar de destaque na produção pecuária e na agricultura por ser criadora de bovinos e ovinos e produtora de arroz, da localidade do Capané. Após inúmeras divisões por herança, a Granja pertence, atualmente, a Antônio Carlos da Cunha Silva, que divide a posse da propriedade com suas irmãs.

Figura 98 – Granja São Gregório, distrito de Capané município de Cachoeira do Sul, em 2018.



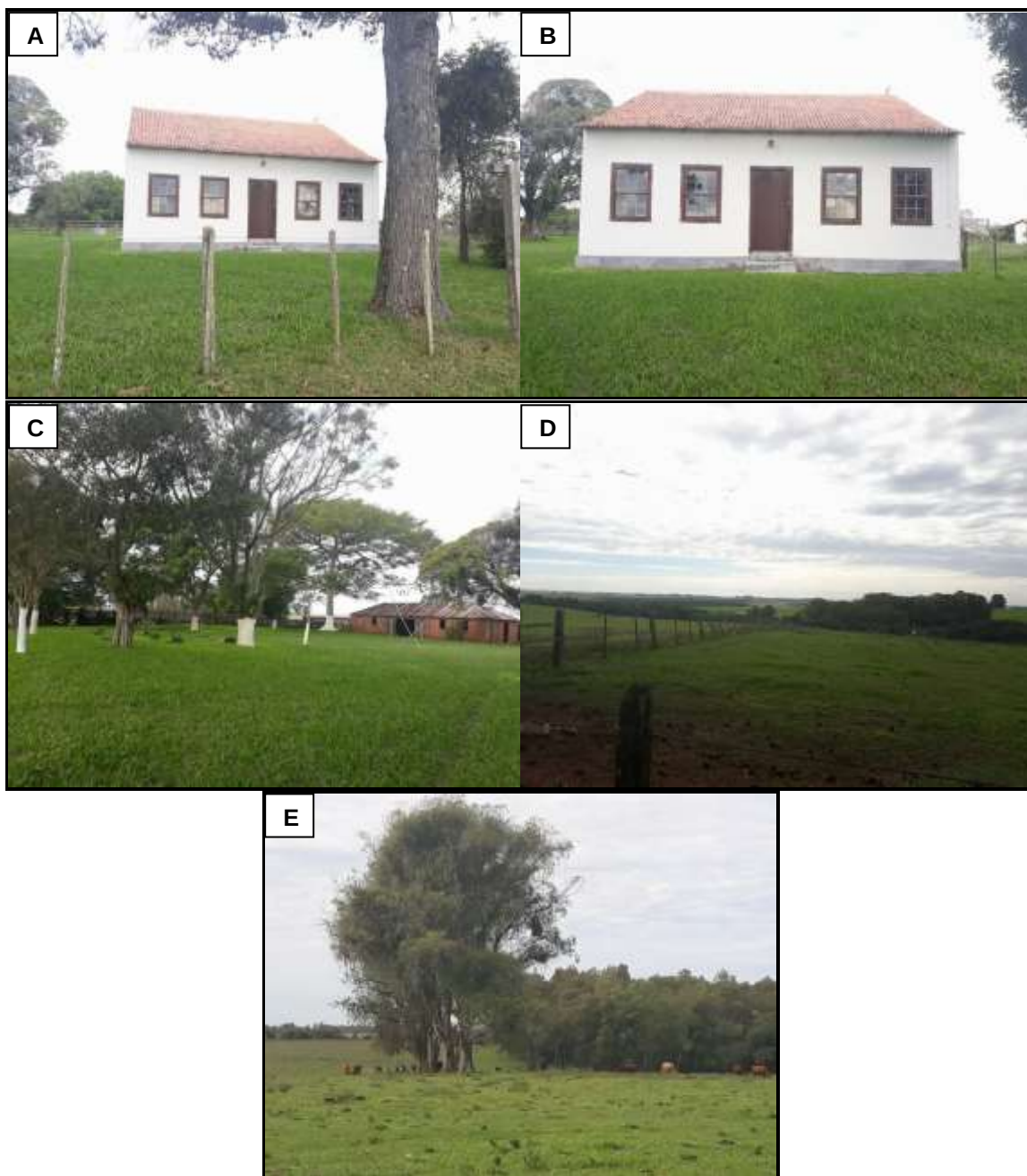
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Anos atrás, a casa era gerida por sua mãe, que antes de falecer pediu aos filhos que cuidassem e preservassem a granja. Antônio reside na propriedade desde que nasceu e diz “daqui só sai dentro de um caixão”. Lamenta que seus filhos, ao irem estudar, optaram por viver na cidade e, anualmente voltam à granja para visitá-lo.

A Granja Gregório (Figura 99) possui 210 hectares de terra, dos quais parte se encontra arrendada a outros granjeiros da redondeza, uma vez que, devido à idade, o proprietário não possui condições físicas para a lida no campo, como a agricultura. Do total das terras, cento e quatorze (114) hectares são ocupados pela cultura da soja, oitenta (80) hectares pela cultura do arroz e o restante pela pecuária de corte, a qual ainda é coordenada por Antônio, totalizando um rebanho de setenta e sete (77) cabeças de gado.

Figura 99 – Instalações da Granja São Gregório, em 2018.



Legenda: A e B – casa; C – galpão; C – área de agricultura; D – área de pecuária.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

As terras onde é produzida a cultura do arroz compreendem terras de várzea e onde se produz a soja são terras onduladas, com pequenas elevações. Destaca-se que nas áreas de várzea em um ano é cultivado arroz e, no outro ano soja, cujos arrendatários realizam uma rotação de cultura nestas áreas. O arrendamento ocorre

por períodos de cinco (5) anos, os quais geralmente são renovados no final desse período.

A forma de pagamento do arrendamento é uma porcentagem do que é produzido. No ano passado, por exemplo, a família de seu Antônio recebeu 1400 sacos de arroz e 300 sacos de soja, a qual pode variar anualmente, pois depende do rendimento da produção.

A casa apresenta uma estrutura que necessita de reparos, mas de forma geral está em boas condições. Passou por algumas reformas e seu telhado de antigas telhas de “coxa”, foi substituído por zinco, pois de acordo com Antônio “chovia mais dentro do que fora da casa”. As telhas foram substituídas, pois se encontravam em precárias condições, e o produto novo foi escolhido de acordo com os recursos que a família dispunha na época. A casa também foi acrescida de um anexo, que compreende uma cozinha, banheiro e churrasqueira. O proprietário pretende reformá-la com recursos próprios e, também, se tiver a oportunidade restaurá-la, a fim de cumprir a promessa que fez a sua mãe de cuidar da propriedade e não comercializá-la.

A Granja São Gregório continua com sua função inicial de produção agropecuária, ou seja, possui função social na reprodução local. Entretanto, novos arranjos de produção, são adotados pelo processo de modernização da agricultura no campo brasileiro. À medida que a produção não compreende mais sua extensão territorial inicial, se encontra produtiva por arrendamento que decorre do êxodo rural.

Neste contexto, a rugosidade Granja São Gregório, datada da segunda metade do século XIX, grande propriedade produtora de gado, ovelhas e arroz. Apresenta a casa principal em boas condições de preservação, a qual passou por reformas de manutenção, alternando um pouco sua originalidade.

Atualmente, deixou de lado a criação de ovelhas e continua produzindo gado e arroz e, nos últimos anos, introduziu a soja na sua produção, cuja área da agricultura encontra-se totalmente arrendada a terceiros, ficando somente com a produção de bovinos sobre a tutela de seu proprietário. Quando se analisa a forma inicial da Granja São Gregório percebe-se que a mesma passou por reformas, mas mantém boa parte de sua originalidade.

Entretanto, quando se analisa sua função observa-se uma ressignificação, pois ocorreram várias mudanças na forma de produzir, como a extinção de produção de alguns animais e também a inserção de novas culturas, as quais estão alicerçadas a mudança no sistema produtivo nacional, cuja cultura da soja é produzida em

larga escala para atender o mercado internacional, onde as relações de trabalho impulsionadas pelas formas contraditórias e desiguais do sistema capitalista implantaram novas relações de trabalho. Neste caso, têm-se relações de arrendamento na produção, onde o dono da terra é um, quem arrenda é outro e quem trabalha também é outro, novos rearranjos do capital para sua reprodução e ampliação, o que caracteriza a monopolização do território pelo capital.

5.2.6. Rugosidade – Charqueada e Estabelecimento Paredão (1878)

A Charqueada do Paredão (Figura 100), de acordo com o Museu Municipal de Cachoeira do Sul, é considerada a primeira indústria de grande porte de Cachoeira do Sul e, provavelmente, a primeira neste porte fora do grande centro charqueador de Pelotas.

Figura 100 – Charqueada e Estabelecimento do Paredão, na beira do rio Jacuí município de Cachoeira do Sul, em 1920.



Fonte: O Rio Grande do Sul de Alfredo R. da Costa (1920).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Fundada em 1878, à margem esquerda do rio Jacuí, a Charqueada e o Estabelecimento Paredão. A Charqueada foi a primeira a ser instalada na região central

do Rio Grande do Sul (Figura 101). Em seu entorno, mil hectares estavam tomados por gado destinados ao abate e à produção de charque, sendo considerada a responsável pelo incremento da criação de gado no município de Cachoeira. Ao seu redor se formou uma numerosa vila, onde residiam os trabalhadores da Charqueada que chegavam de todos os cantos do estado (Figura 102).

Figura 101 – Charqueada e Estabelecimento Paredão, sem data.



Legenda: A, B, C, D, E e F – instalações da Charqueada e estabelecimento Paredão.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Inicialmente a Charqueada foi administrada pela Casa Viúva Claussen por quase uma década e, em 1887, a firma Inglesa Brazilian Extract of Meat and Hyde Factory Ltda, adquiriu a indústria, modernizando-a e promovendo maior aproveita-

mento da carne, passando a produzir linguiça em conserva, extrato de carne e graxa refinada (Figura 103).

Figura 102 – Vila de trabalhadores da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1898.



Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Figura 103 – Portão de entrada da Charqueada e Estabelecimento Paredão, sem data.



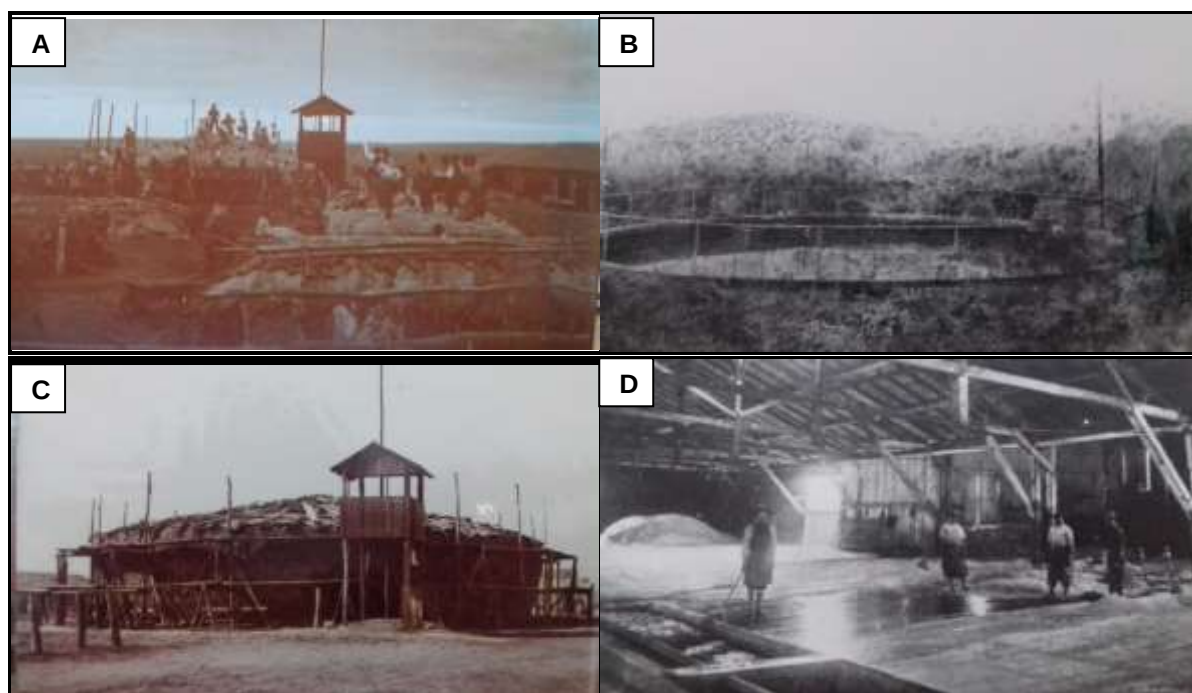
Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Apesar de ter mudado de mãos, os novos proprietários mantiveram estreitas relações comerciais com os antigos proprietários, realizando suas transações através da Casa Claussen de Porto Alegre e mantendo Jorge Claussen no cargo na gerência em Cachoeira. Entre os principais motivos para a instalação da Charqueada em cachoeira destacam-se a relativa proximidade com as regiões produtoras de gado como as Missões, Campos de Cima da Serra e da região da Depressão Central. Desta forma, a precariedade dos meios de comunicação determinava que a proximidade com a matéria prima fosse fator primordial, e Cachoeira encontrava-se localizada, exatamente, na metade do percurso, visto que a distância até Pelotas acarretava perda de peso, extravio e acidentes com os animais. (CABEDA, 1998).

Outro fator importante era a proximidade com os meios de transporte para o escoamento da produção do Charque (Figura 104), e novamente Cachoeira assumia papel de destaque devido à navegabilidade do rio Jacuí até a cidade, bem como a presença da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana e da Ponte do Passo Geral do Jacuí.

Figura 104 – Produção do charque na Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1891.



Legenda: A, B e C – Empilhamento de Charque; D – Lavagem do Galpão de Abate.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O ano de 1896 foi um ano ruim para a produção municipal, por ter ocorrido uma das maiores enchentes do rio Jacuí. A enchente foi tão grande que chegou até as instalações da Charquedada, causando grande prejuízo (Figura 105).

Figura 105 – Instalações da Charquedada e Estabelecimento Paredão, enchente de 1896.



Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Charquedada do Paredão era conhecida por pagar muito bem a arroba do boi. Entretanto, alguns maus negócios, realizados fora do estado, fizeram com que atrasasse alguns pagamentos aos fornecedores, pecuaristas. Tal fato se alardeou e desencadeou a falta de matéria-prima para a produção do charque em 1900-1901. A produção foi retomada na safra de 1902-1903 e, novamente, em 1903-1904, suspendeu a produção. (CABEDA, 1998).

De acordo com o Museu Municipal de Cachoeira do Sul (2016), no relatório realizado pela Brazilian Extract and Hide Factory Limited Company – Paredão, de 1906, o estabelecimento do Paredão foi assim descrito:

Na frente da casa, onde se vê diversos bancos de jardim, existem duas grandes figueiras que proporcionam, no verão, uma sombra agradabilíssima e onde geralmente se reúnem as pessoas que vão ao Paredão. Logo em seguida estão os grandes galpões do estabelecimento, onde numa ordem

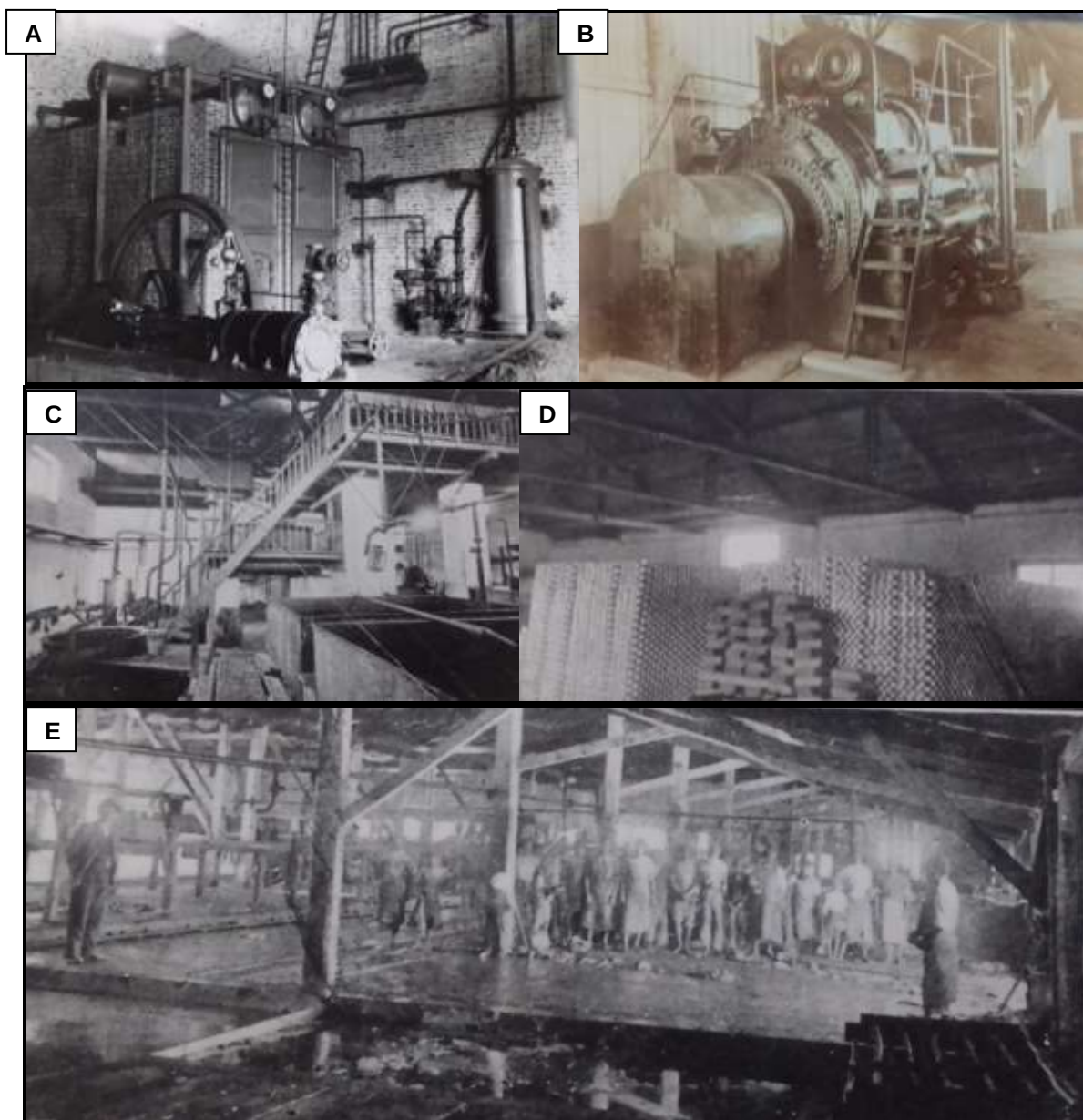
inglesa se veem: 1º - o depósito de conservas e extratos, compartimento de acondicionamento, rotulagem, selagem e encaixotamento, esta primeira repartição é frequentada por mulheres que, sob a direção do Sr. Luiz Eidelwein, executam todos os trabalhos; 2º - depósito de garras, material para confecção das latas, etc; 3º - o grande galpão frigorífero, ao lado do qual se acha o grande depósito de carvão de pedra nacional que a empresa está fazendo para consumo das suas máquinas; 4º - galpão extenso onde se executa a matança e distribuição das carnes, graxas e mais partes das reses abatidas, enfim, em outros compartimentos, casas de máquinas, carpintaria e impressão de tábuas, etc. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 2016).

A Charqueada do Paredão promoveu em Cachoeira do Sul um impulso comercial e, representava para centenas de moradores locais, o sustento familiar. A fábrica empregava cerca de duzentos e cinquenta (250) empregados fixos e em época de matança esse número chegava em torno de quinhentos (500) empregados. Para dar suporte ao escoamento da produção, bem como da chegada de matérias e suprimentos. A Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana construiu um desvio férreo até as instalações da fábrica, contribuindo, significativamente, para o desenvolvimento da Charqueada.

De acordo com os relatórios disponíveis no Museu Municipal de Cachoeira do Sul, a excelente infraestrutura marcada pela presença de modernos equipamentos, cuja força era fornecida por duas caldeiras que moviam uma máquina de 60 HP e que alimentava todas as dependências da fábrica, três bombas aspirantes que forneciam água retirada do rio para limpeza, uma balança inglesa para pesagem do gado (importada em 1915) e um sistema de “autoclave” capaz de lacrar os produtos embalados de forma a garantir-lhes uma conservação indefinida e, o grande consumo da produção no exterior, como também no mercado nacional, atestam a excelência em qualidade e superioridade de sua confecção (Figura 106).

Destaca, ainda que, se não fossem os altos impostos que sobrecarregavam o preço dos produtos não alcançando o poder aquisitivo da maior parte da população, provavelmente a capacidade de comercialização dos produtos seria multiplicada. Para se avaliar o que foi a Charqueada Paredão, desde 1887 até 1906, basta dizer que teria abatido mais de 400 mil reses, o maior contribuinte de impostos municipais e, em períodos de falta de gado para abater, seu estoque chegava a 150 mil latas de conserva, considerada a maior consumidora de lenha da região. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 2016).

Figura 106 - Equipamentos e instalações da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1910.



Legenda: A, B e C – Casa de máquinas; D – Armazenamento; E – Abatedouro.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em 1910, a Charqueada vivia sua maior crise o que provocou o encerramento das atividades do estabelecimento. Em 1920, passou para o Balthazar de Bem (médico, fazendeiro de Cachoeira do Sul e prócer do Partido republicano Rio-Grandense), na forma de sociedade, da qual ele era diretor. Sob o comando de Balthazar de Bem & Cia, a principal atividade da charqueada era o alimento FABINI, um

granulado, enriquecido de glúten e cereais, comercializado em latas. (SCHUH e CARLOS, 1997).

A charqueada promoveu o desenvolvimento da economia municipal, colocando seus produtos tanto no mercado interno como no mercado externo. Projetou Cachoeira do Sul através da exportação de seus produtos. Sendo, talvez, uma das primeiras indústrias a utilizar mão de obra de antigos escravos²⁷, os quais vinham de toda a parte do estado do Rio Grande do Sul (Figura 107), e mão de obra feminina (Figura 108). (SCHUH e CARLOS, 1997).

Figura 107 - Trabalhadores negros empregados da Charqueada do Paredão, em 1920.



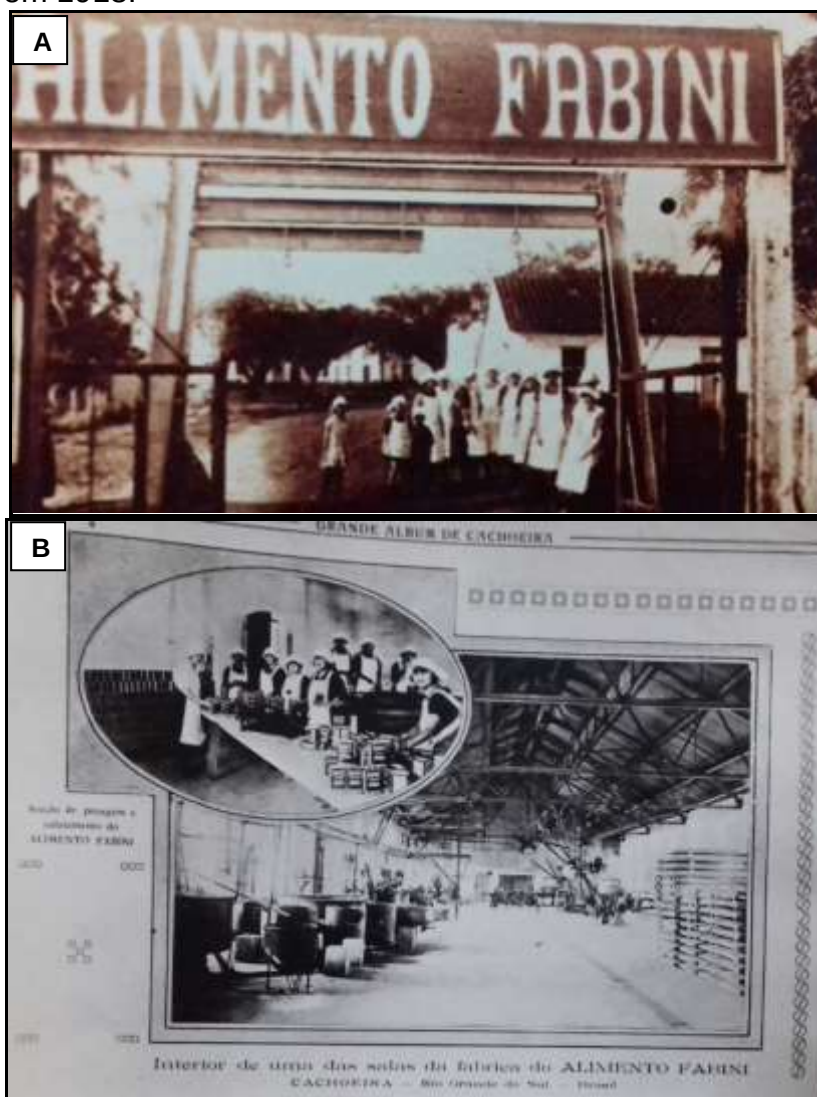
Fonte: O Rio Grande do Sul de Alfredo R. da Costa (1920).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Charqueada e Estabelecimento Paredão comercializavam seus produtos especialmente com os estados do Amazonas, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, além dos municípios gaúchos. A Charqueada ficou sob o comando de Balthazar de Bem até seu trágico falecimento, no Combate do Barro Vermelho em 1924, quando da revolta do 3º Batalhão de Engenharia.

²⁷ De acordo com o Museu Municipal de Cachoeira do Sul, os negros que trabalhavam na Charqueada Paredão, provavelmente trabalhavam por conta da “cláusula de indenização”, pela qual trabalhavam por 1 a 5 anos como indenização aos seus antigos senhores. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 2016).

Figura 108 – Mulheres trabalhadoras da Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1918.



Legenda: A e B – Mulheres trabalhando e o interior da Fábrica Fabini.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Após este acontecimento, a Charqueada operou sob várias razões sociais. Em 1927, passou à administração de Lima & Barcellos, dedicando-se, exclusivamente, à fabricação de charque. Em 1929, foi arrendada por Laudelino Barcellos & Cia e Osório & Terra e, no ano de 1930 foi adquirida pelo Coronel Marcial Terra. Neste mesmo ano, a Charqueada totalizou 2849 reses abatidas e, no ano seguinte, em 1931, encerrou suas atividades, quando a indústria do charque, no estado do Rio Grande do Sul, entrou em decadência (Quadro 3).

Quadro 3 - Charqueada e Estabelecimento Paredão em números (1878-1931).

Fundação	Década de 1870
Denominações	1878 – Casa Viúva Claussen 1877 – Brazilian Extract of Meat & Hide Factory Limited 1920 – Charqueada e Estabelecimento Paredão (Diretor: Dr. Blathazar de Bem e Orientador Técnico: Carlos Massiotti Silveira – Uruguaio) 1927 – Lima & Barcelos 1929 – Laudelino Barcelos & Cia e Osório & Terra 1930 – Coronel Marcial Terra
Produtos	Carne e língua em conserva Charque Graxa refinada Alimentos FABINI Granulado de poupa de carne enriquecido de glúten de cereais
Subprodutos	Couros Chifres Ossos, etc.
Comercialização	Rio Grande do Sul Amazonas Pará São Paulo Rio de Janeiro
Capacidade	20.000 reses anuais 40.000 reses em 1891
Encerramento	1931

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, em 2016.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

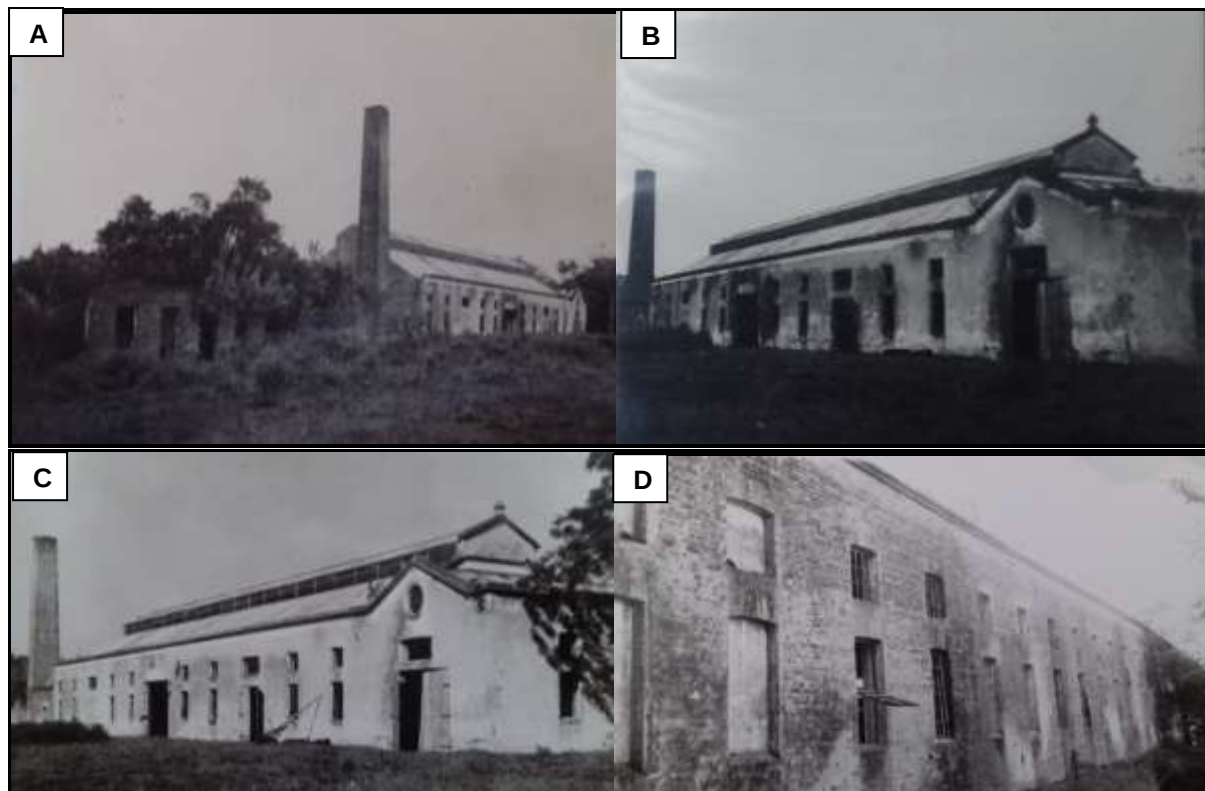
De acordo com o Inventário do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, realizado pelo COMPHAC, em 1989, a charqueada do Paredão encontrava-se em ruínas, abandonada, em precárias condições, não possibilitando a identificação do uso original. Sua estrutura era composta de alvenaria (tijolos), telhado de zinco, o portão com verga em arco pleno foi substituído por outro com verga reta (Figura 109).

O prédio da Charqueada do Paredão encontra-se abandonado e em ruínas (Figura 110). Infelizmente, isso não acontece apenas na infraestrutura do pavilhão, está presente na estrada de seu ingresso, cuja estrutura oferece boas condições apenas em parte do trecho, até o entroncamento da entrada à empresa Granol²⁸, sendo que o restante que leva à Charqueada e ao Porto de Cachoeira do Sul encontra-se em péssimas condições, com pouca ou quase nenhuma orientação. Portanto, verifica-se um total descaso por parte do poder público, à medida em que realiza apenas ações paliativas de manutenção de acesso a Charqueada, como por exem-

²⁸ Empresa brasileira dedicada à comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel para o mercado interno e externo, possuindo filiais espalhadas por todo o território nacional.

plo, o patrolamento da estrada, a qual fica inacessível em períodos de chuva e de limpeza do pavilhão.

Figura 109 - Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1989.



Legenda: A, B, C e D – ruínas do pavilhão da Charqueada Paredão.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

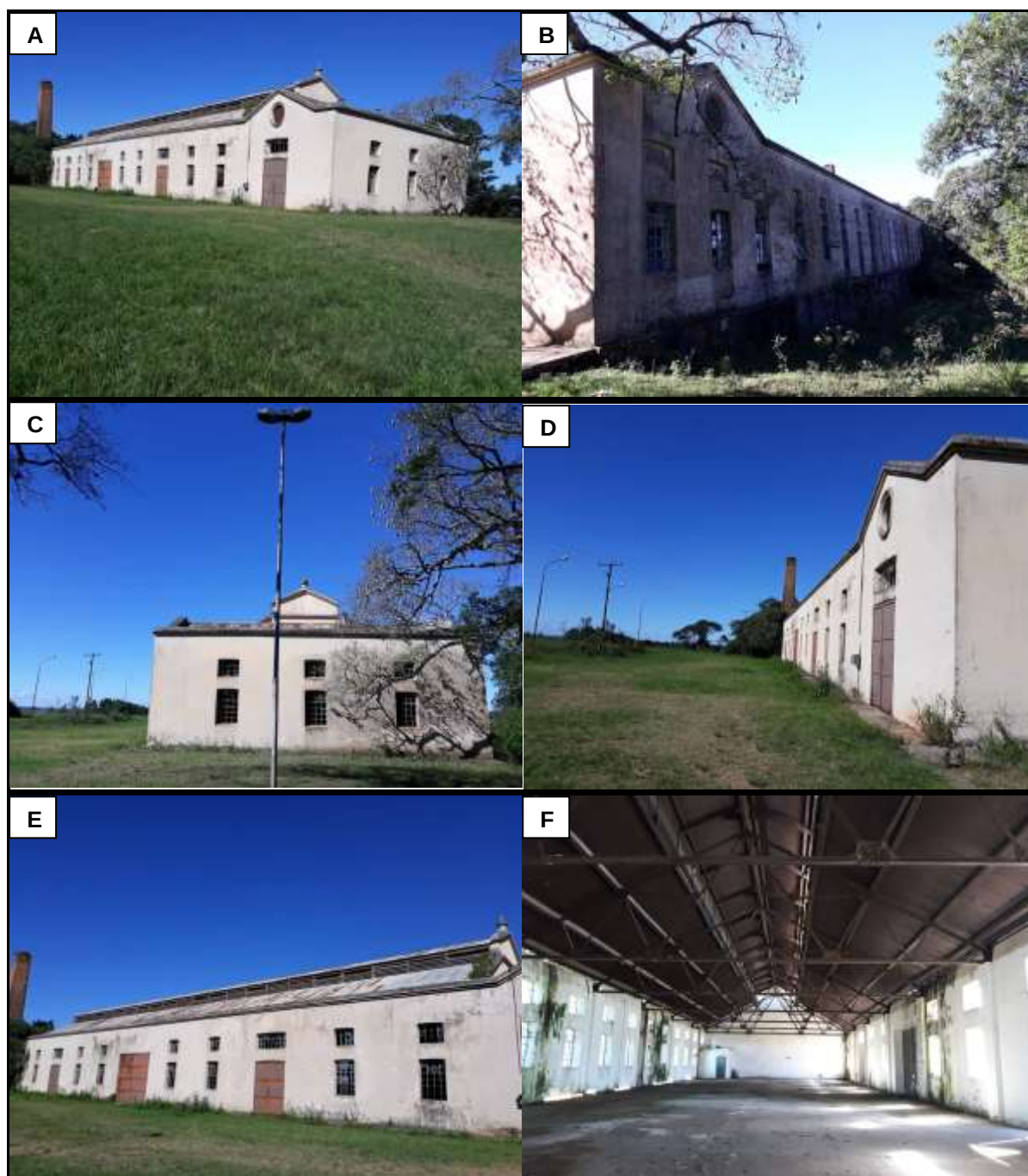
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Sua função foi extinta, restam apenas as ruínas, entretanto, apesar do estado em que se encontra o pavilhão, ainda domina a paisagem à margem esquerda do rio Jacuí. Suas paineiras, árvores centenárias, embelezam a grandiosidade de sua imagem e retratam memórias ali vividas. Suas ruínas portentosas representam o destino de muitos visitantes e estudiosos (alunos, pesquisadores) que se deslocam até Cachoeira do Sul para visitá-la. Por isso, mesmo que invisivelmente, detém um papel na reprodução social à medida que incrementa o comércio local.

Hoje, existe um projeto de restauração da Charquedade, visando transformá-la na administração do Porto de Cachoeira do Sul, o qual se localiza no entorno. A Charqueada e Estabelecimento Paredão pela história, beleza arquitetônica e desenvolvimento que trouxe a Cachoeira do Sul deve ser cuidada, salvaguardada do es-

quecimento e preservada como patrimônio cultural municipal, em respeito não apenas ao cachoeirenses, mas a todos os gaúchos.

Figura 110 – Charqueada e Estabelecimento do Paredão, em 2018.





Legenda: A, B, C, D e E – pavilhão da Charqueada; F – estrutura interna do pavilhão; G e H – ruínas da antiga estrutura da Charqueada; I – pavilhão e ruínas, J – foto aérea com o pavilhão da charqueada projetado com a restauração.

Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto A, B, C, D, E, F, G, H e I) e Museu Municipal de Cachoeira do Sul (foto J).

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Por fim, a rugosidade Charqueada e Estabelecimento do Paredão criada no final do século XIX, na margem esquerda do rio Jacuí, foi o maior estabelecimento deste modelo na região central do estado. Respondeu por vários nomes sociais e tinha como principal produto o charque. Sua construção foi em decorrência da grande demanda de fábricas para produzir charque, visto que a produção pecuária estava em expansão na região central do estado.

Produto de capital particular e com técnicas modernas de produção e de equipamentos para a época chegava a abater até 40.000 reses anuais. Com trabalho de ex-escravos, sendo que alguns trabalhavam em cláusula de indenização, vindos de todas as partes do estado e também de trabalho feminino, seus produtos eram de excelente qualidade e diversificados como, por exemplo, a carne, língua em

conserva, charque, graxa refinada, granulado de carne, couros, etc. A Charqueada comercializava seus produtos com vários estados além do Rio Grande do Sul, especialmente com Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará.

Entretanto, a crise do charque no início do século XX impulsionou a decadência de sua produção, culminando na extinção de seus serviços em 1931. O prédio ficou abandonado e parte de sua estrutura se encontra em ruínas, sendo que o pavilhão principal apresenta-se em melhores condições, mas bastante destruído pela ação do tempo. Atualmente, pertence à prefeitura de Cachoeira do Sul e está encampado pelo COMPAHC, o qual pretende restaurar o prédio principal da Charqueada e transformá-lo em sede administrativa para o Novo Porto de Cachoeira do Sul. A ressignificação da Charqueada permitirá que ela seja preservada e salvaguardada como patrimônio cultural do municipal.

5.2.7. Rugosidade – Granja Roesch (1940)

A Granja Roesch, na localidade de Porteira Sete, Distrito de Cordilheira (Figura 111). Durante a década de 1940, a Granja Roesch, chegou a ser uma das maiores da América Latina, de acordo com a historiadora do Arquivo Municipal Mirian Ritzel.

Os dados coletados não relatam a dimensão exata da Granja, mas mencionam que ela ocupava toda a margem esquerda da estrada da Porteira Sete, indo desde a entrada, na beira da atual BR 153, até o fim da Localidade de Porteira Sete. Acredita-se que sua área chegava em torno de 30.000 hectares.

Os dados coletados no trabalho de campo foram fornecidos pelo caseiro da granja. De acordo com ele, a granja produzia bovinos, equinos e arroz. Relatos, contam que em épocas de lida com o rebanho, o serviço durava cerca de uma semana, e que chegava a haver até setenta (70) éguas com cria.

De acordo com o caseiro, após sucessivas divisões por heranças e venda de grande parte das terras pertencentes à propriedade, atualmente, a granja é de propriedade dos irmãos Clóvis Roesch de Campos e Paulo Honorato Roesch Santos, os quais residem na cidade, mas semanalmente veem a granja. A granja possui 1600 hectares, dos quais, em torno de 300 hectares são área preservada e, quinhentos (500) metros são área construída. O restante das terras encontra-se arren-

dada a outros granjeiros da região, sendo a soja e o arroz as culturas cultivadas na granja.

Figura 111 – Granja Roesch, distrito de Cordilheira município de Cachoeira do Sul em 2018.

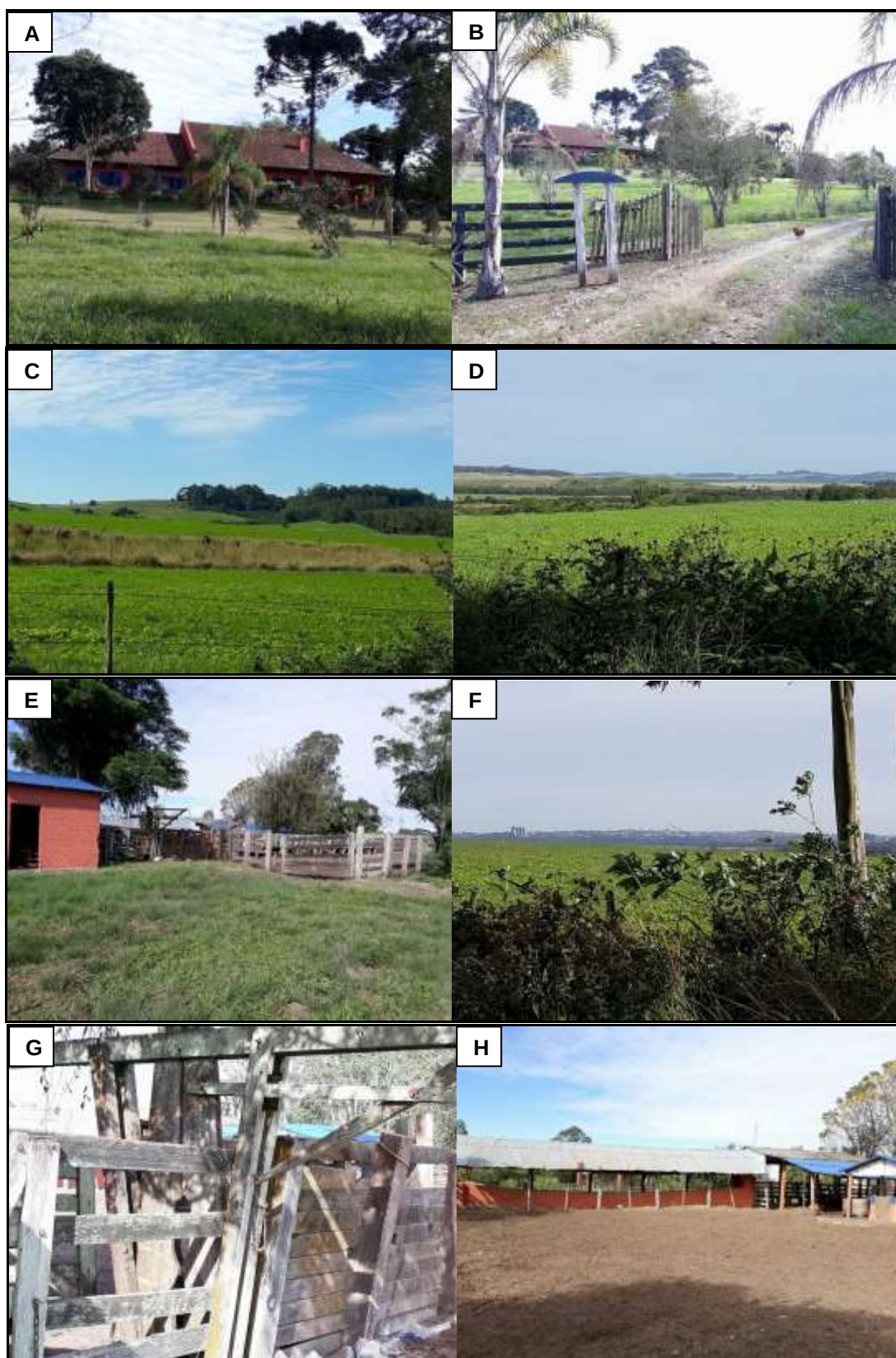


Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A casa foi construída em um terreno relativamente alto na propriedade, cuja área ao seu entorno é composta de várzeas às margens do rio Jacuí, evitando possíveis enchentes (Figura 112). Uma construção datada de 1940, com um total de dezesseis (16) cômodos, dos quais oito (8) são quartos e seis (6) banheiros. Recentemente, foi construído um anexo a casa, o qual segue uma arquitetura rústica e de acordo com a estrutura da casa, correspondendo ao salão de festas da residência. Outro item que faz parte da vida da Granja Roesch é o sino na porteira de entrada, presente recebido em 22 de dezembro de 1948, cuja função era de avisar a chegada de visitantes na granja, ainda preservado e em perfeito estado de funcionamento.

Figura 112 – Estrutura da Granja Roesch, em 2018.



Legenda: A e B – casa; c e D – lavouras; E, F e G – benfeitorias F – vista da cidade de Cachoeira

Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A estrutura da casa principal, conta com um jardim, horta e pomares, uma pequena praia ao fundo da propriedade banhada pelas águas do rio Jacuí, que serve de lazer, além de um galpão que armazena máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios, utilizados na lida diária de manutenção e preservação da granja.

Encontram-se em curso um projeto de transformar a granja em um centro de lazer e pousada, aproveitando as belezas da sede e sua estrutura em bom estado de conservação.

A Granja Roesch passou por reformas para ampliar as acomodações, mas permanece com a edificação inicial preservada e em bom estado. Mudou sua função inicial, pois deixou de ser uma das maiores granjas que se teve notícia. Porém, após gerações e a presença de novas territorialidades no campo, foi perdendo área, sendo atualmente uma granja em que, apenas, se realizam atividades de manutenção das benfeitorias e arrenda suas terras a terceiros.

Tais territorialidades são notórias no campo, à medida que a modernização da agricultura cria novos rearranjos para a ampliação do capital, desencadeando processos crescentes de êxodo rural, pois os indivíduos são estimulados, pela propaganda, à uma vida urbana melhor. A granja, apesar dos novos moldes, cumpre sua função social ao fazer parte da reprodução social do lugar.

5.2.8. Rugosidade – Engenho de Arroz Roesch

O Engenho Resch (Figura 113) foi fundado há cerca de 80 anos, tendo como atividade o beneficiamento de arroz. Parou de funcionar devido à falta de infraestrutura na localidade de Ferreira, como o acesso à rede telefônica. Seus proprietários abriram nova sede do engenho na cidade de Cachoeira do Sul.

Nas suas antigas instalações, há mais ou menos dez (10) anos, instalou-se uma Filial da Fábrica Arte e Fogo, de propriedade da Venax Eletrodomésticos Ltda. A fábrica produzia fogão, peças e realizava polimentos em geral.

De acordo com entrevista realizada durante o trabalho de campo, a fábrica empregava em torno de cem (100) funcionários, dos quais 60% eram do meio rural de Ferreira e de localidades próximas, como o Passo de São Lourenço, Água Morna e Pedreira. O restante dos funcionários, cerca de 40%, residiam na cidade.

Figura 113 - Engenho de Arroz Roesch, na localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A fábrica parou de funcionar em janeiro de 2015 e, de acordo com os moradores do local, o fato estava atrelado ao incêndio ocorrido no prédio e, também, a uma disputa política, ou seja, falta de acordo com governo municipal em relação a incentivos fiscais.

O antigo engenho Roesch mudou sua forma inicial e passou por novas ressignificações e, atualmente, encontra-se abandonado, sem função na reprodução social dos grupos sociais.

5.2.9. Rugosidade - Engenho de Arroz Arno Ritzel

Fundado há cerca de 80 anos na localidade de Ferreira, a história do engenho perpassa por gerações, sendo que nos últimos anos o funcionamento do engenho era gerenciado pelo filho de Arno Ritzel (Figura 114).

Figura 114 - Engenho de Arroz Arno Ritzel, na localidade da Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente está desativado há cerca de trinta e cinco (35) anos. Entre os motivos para a extinção do beneficiamento do arroz, destacam-se a dificuldade de comunicação que, na época, era onerosa para os engenhos localizados no meio rural, pois não existia uma rede telefônica e, caso fosse construída, seus custos deveriam ser efetuados pelos requerentes e beneficiados, tornando-se impossível para os padrões econômicos dos engenhos da época. Desse modo, ficava mais viável transferir o engenho para a cidade, e foi isso que seus proprietários decidiram.

Parte das antigas instalações do Engenho Ritzel foi vendida e, atualmente serve de moradia ao seu novo proprietário.

O Engenho Ritzel, mudou sua forma ao se transferir para a cidade na década de 70. Também mudou sua função inicial, a qual foi ressignificada, pois atende a funcionalidade de moradia, cujo proprietário era antigo morador da cidade de Cachoeira.

Observa-se, em processo no meio rural de Cachoeira do Sul, um incipiente movimento de retorno ao campo, indivíduos que normalmente possuem vínculos com o lugar retornam a residir no meio rural, após estarem aposentados de suas

funções urbanas. Entretanto, este movimento é perceptível, especialmente em áreas próximas ou não tão distantes do meio urbano. Isto se deve a facilidade de vias de acesso e seu bom estado de conservação frente a adequada infraestrutura de serviços.

5.2.10. Rugosidade – Engenho de Arroz Arlindo Dickow

Construído há cerca de 70 anos, na localidade do Passo do São Lourenço, às margens do rio Jacuí, o Engenho Arlindo Dickow não beneficia mais arroz há aproximadamente 40 anos (Figura 115).

Figura 115 – Engenho de Arroz Arlindo Dickow, localidade de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

O engenho recebia arroz de varias localidades de Cachoeira do Sul, tanto as localizadas à margem esquerda do rio Jacuí quanto às localizadas à margem direita, e o produto era transportado através da balsa do Passo do São Lourenço. Entre as principais causas para o término de suas funções, merecem destaque as sucessivas enchentes do rio Jacuí, cujo leito acabava atingindo o engenho e causando grande

prejuízo à produção, como também a distancia das principais vias de comunicação, dificultando o acesso ao engenho, especialmente durante os períodos de chuva,

Na atualidade, as instalações do antigo engenho são utilizadas para depósito de produtos, mercadorias, ferramentas, máquinas agrícolas, estocagem de combustível, entre outros. Portanto, o Engenho Arlindo Dickow mudou sua função, que após ressignificação de sua funcionalidade permanece contribuindo com a reprodução social dos grupos sociais, uma vez que garante a adequada conservação dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade agrícola, como também à estocagem de seus produtos.

Ao analisar as rugosidades engenhos na paisagem rural de Cachoeira do Sul, observa-se que as rugosidades Engenho Roesch, Engenho Arno Ritzel e Engenho Arlindo Dickow, datadas da metade do século XX, são de capital privado, mão de obra familiar e construídas com equipamentos modernos para a época. Representaram o auge da produção de arroz, cujo incremento da produção possibilitava a construção de engenhos de beneficiamento pelos agricultores em busca de novas fontes de renda além da agricultura.

Entretanto, a falta de infraestrutura de comunicação, acesso aos engenhos e as constantes enchentes do rio Jacuí fizeram com que encerrassem suas atividades no meio rural. Os Engenhos Roesch e Arno Ritzel mudaram seu local de funcionamento e foram realizar suas atividades na cidade de Cachoeira do Sul. O Engenho Arlindo Dichow parou de funcionar.

Todas as rugosidades engenhos já passaram por ressignificações, por exemplo, o antigo prédio do Engenho Roesch já foi sede da Fabrica de Venax produtora de fogões e demais equipamentos, mas, atualmente, encontra-se em ruínas, abandonado. No Engenho Arno Ritzel parte de sua estrutura encontra-se ocupado por uma residência, ressignificado e o restante abandonado. E o Engenho Arlindo Dickow também se encontra ressignificado, cuja função atualmente é o depósito de equipamentos e mercadorias da propriedade, ou seja, serve como um galpão de depósito.

A idade de construção das rugosidades é um dos fatores que possibilitam suas ressignificações, ao passo que, obras, recentemente, materializadas configuram, em termos estruturais, inúmeras possibilidades de novas funções, as quais normalmente estão atreladas as novas demandas no meio rural.

5.2.11. Rugosidade – Olaria Bortolatto & Melo Ltda (Olaria São Lourenço)

A Olaria Bertolatto & Melo Ltda, antiga olaria São Loureço está instalada há cerca de 80 anos na localidade do Passo do São Lourenço (Figura 116). No ano de 1984, a olaria foi entregue à Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, por ocasião de antigas dividas de seu proprietário, na época, decorrentes de acúmulo de imposto devido.

Figura 116 - Olaria Bortolatto & Melo Ltda, localidade Passo do São Lourenço município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Prefeitura Municipal continuou gerindo a olaria até o ano de 1992, quando suas atividades cessaram. A olaria ficou parada por cerca de dezenove (19) anos, resultando em uma deterioração de suas instalações, equipamentos e chaminé.

Em 2011, a Prefeitura Municipal leiloa a Olaria São Lourenço, ocasião em que é comprada pelo seu atual proprietário e, hoje, funciona sob a razão social Bortolatto & Melo Ltda. Em funcionamento há cerca de sete (7) anos, a olaria emprega funcionários da localidade Passo do São Loureço, comercializando seus produtos apenas em esfera municipal.

A olaria opera com apenas a metade de sua capacidade de produção, pois após a aquisição em leilão público, uma das chaminés foi atingida por um raio e parte de sua estrutura foi derrubada. O custo para seu concerto é relativamente alto, sendo que, de acordo com o atual proprietário, o valor a ser desembolsado não comporta a situação econômica da olaria.

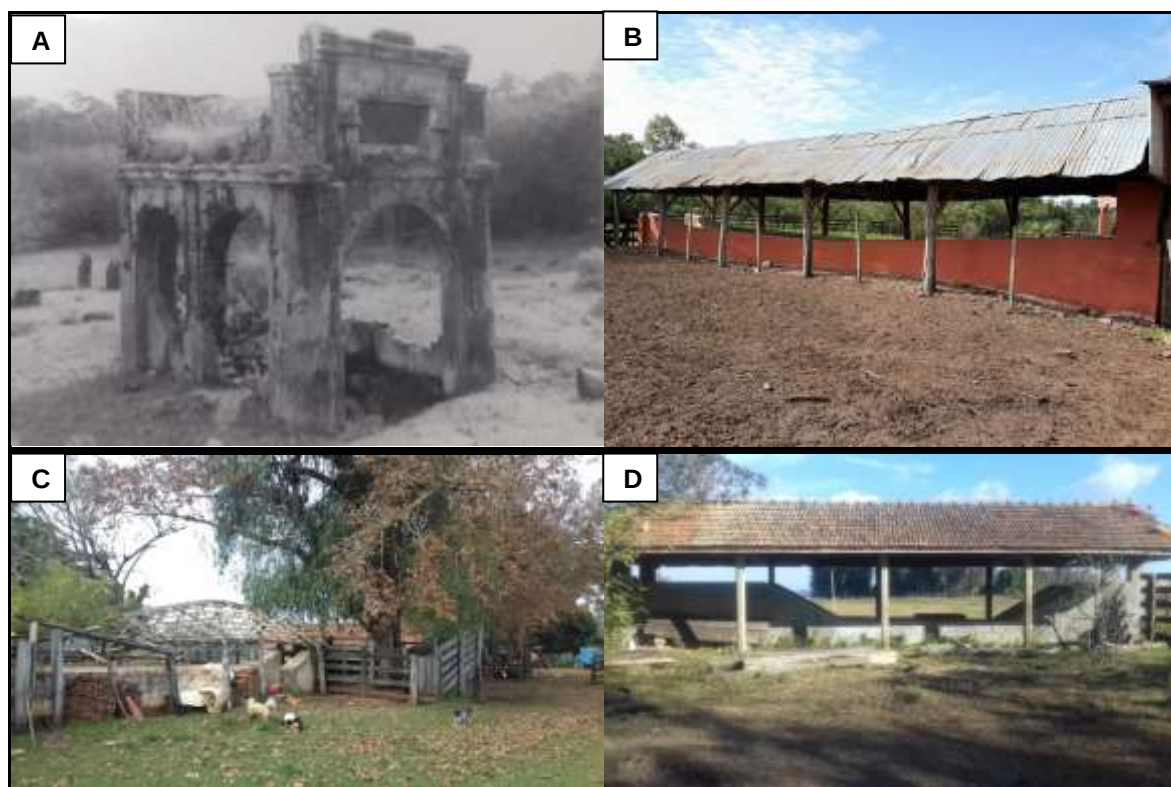
A olaria, apesar dos contratemplos, continua com a mesma função, mas em escala de produção menor. Mantém sua função social ao garantir a reprodução dos grupos sociais da localidade de São Lourenço, pois para algumas famílias a olaria representa a fonte de seu sustento, como, também, gera divisas municipais através da comercialização de seus produtos.

Portanto, a rugosidade Olaria São Lourenço, datada da segunda metade do século XX, inicialmente institucionalizada com capital privado e trabalho familiar, cuja produção era destinada ao mercado local, passou ao poder público municipal por ocasião de dívidas de impostos do antigo proprietário. O poder público municipal manteve a olaria funcionando com mão de obra pública por alguns anos e a leiloou em 2011, onde passou ao capital privado novamente. Sua função continua a mesma, mas sua estrutura está danificada, pois uma chaminé não mais funciona, permanecendo também com a mesma forma.

5.2.12. Rugosidade – Banheiro de Imersão Bovino

Os Banheiros de Imersão Bovinos remontam a época do auge de produção da pecuária em Cachoeira do Sul, período que compreende o século XIX e XX, por isso existem diversos exemplares espalhados no meio rural do município (Figura 117). Sua principal função era banhar o gado, cujo banho servia para tratar os animais contra vários tipos de doenças, especialmente para o tratamento de carrapatos nos bovinos.

Figura 117 – Banheiros de Imersão Bovinos no município de Cachoeira do Sul (2016-2018).



Legenda: A – primeiro banheiro carrapaticida localizado na Vila Oliveira (extinto); B – banheiro na localidade de Porteira Sete; C – banheiro na localidade de Ferreira; D – banheiro na localidade de Forqueta.

Fonte: Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul (foto A) e Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Em relação ao manejo sanitário dos animais, este método foi bastante usado no Rio Grande do Sul, e consiste num conjunto de atividades veterinárias planejadas e direcionadas para a prevenção de doenças e manutenção da saúde animal.

Este recurso há algum tempo vinha deixando de ser utilizado, permanecendo na paisagem, mas abarrotados de entulhos e equipamentos diversos. Porém, nos últimos anos, tem voltando a ser utilizado, especialmente, com alguns casos de surtos de carrapatos nos rebanhos. Esta ferramenta é de excelente auxílio ao controle do carrapato. Entretanto, devido ao seu desuso muitos produtores tiveram que ser vistoriados e reajustados.

De acordo com os dados levantados, para uma efetiva eficácia do banho de imersão deve-se atentar para os seguintes cuidados como, por exemplo, utilizar a régua aferida para medir a quantidade de calda do banheiro e utilizar quantidade

adequada de produto para eficácia da aplicação e, realizar uma pré-mistura em um recipiente antes de fazer a mistura no banheiro, misturar bem o produto no banheiro e os primeiros trinta (30) animais devem retornar ao banheiro, pois a eficácia contra os parasitas ocorre após essas primeiras passagens e, também cuidar a velocidade com que o animal passa no banheiro de imersão, cuja passagem dever ser realizada com calma e tranquilidade do animal.

Os Banheiros de Imersão representam marcas de um tempo coroado pela atividade da pecuária no município. A sua função social, abrangia a reprodução socioeconômica da maior parte dos estabelecimentos agropecuários. Sua função social foi interrompida por muitos anos, devido à mudança nas técnicas sanitárias de controle de pragas e doenças. Mas, nos últimos anos observa-se um processo de reativação de sua função, garantir as condições sanitárias adequadas ao desenvolvimento da pecuária no meio rural municipal, cuja atividade representa a reprodução social de grande parte dos grupos sociais locais.

Neste contexto, ao analisar a materialização das rugosidades Banheiros de Imersão Bovinos, observa-se que encontram-se localizadas por vários lugares no meio rural, pois representavam o auge da produção pecuária cachoeirense, considerada na época a principal atividade municipal, consideradas símbolos de técnicas modernas de cuidado animal. Entretanto, com o surgimento de técnicas mais modernas de cuidados com o rebanho, passaram a serem abandonados como técnica de produção pecuária, sendo que muitos deles foram destruídos.

Recentemente, voltaram a ser reutilizados para a mesma função devido a surtos de carrapatos nos rebanhos sulinos. Observa-se uma ressignificação com a mesma função devido à necessidade de aplicação de técnicas em desuso em decorrência de surtos de doenças, cujas aplicações mais modernas não deram conta de conter o avanço. Portanto, tem-se o uso sobreposto de técnicas de tempos diferentes para conter epidemias sanitárias, expressando que a sobreposição de técnicas modernas e antigas é possível e necessária para manter a produção e a reprodução.

Assim, as rugosidades Banheiros de Imersão denotam que devido a grande disponibilidade de área no rural, as marcas criadas pelo modo de vida humano permanecem por mais tempo cristalizadas na espacialidade e, que técnicas, muitas vezes, consideradas ultrapassadas, podem ser reutilizadas novamente, ou seja, o surgimento de novas técnicas não é condição necessária para a extinção da função de técnicas pretéritas, assim, as rugosidades representam a coexistência de temporali-

dades distintas e função social na reprodução social das marcas espaciais criadas pela sociedade.

5.2.13. Rugosidade – Frigorífico G. A. LEUSIN & Cia Ltda

O Frigorífico G. A. Leusin & Cia Ltda, localizado no Distrito de Ferreira, encontra-se abandonado, com suas atividades paradas há mais de cinco anos (Figura 118).

Figura 118 - Instalações do Frigorífico G. A. R. Leusin & Cia Ltda, distrito de Ferreira município de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

De acordo com os dados levantados, o frigorífero abatia animais das localidades vizinhas. Os principais produtos eram a carne “in natura” e a produção de embutidos. A produção era considerada de médio porte e, entre as principais causas do encerramento das atividades está à concorrência de novos e maiores frigoríferos no município.

Atualmente, nas suas instalações adjacentes encontra-se uma residência contendo uma borracharia, como atividade comercial e, de acordo os proprietários do novo empreendimento no local, irão tentar alugar mais uma parte do prédio para instalarem um salão de beleza, para uma das filhas.

O Frigorífico não possui mais função social na reprodução econômica-social, mas suas instalações estão sendo ressignificadas em atendimento às necessidades e demandas do distrito de Ferreira. Formas estas, que implicam em novas formas de reprodução social desencadeadas pela chegada ao distrito da Unidade da Universidade Federal de Santa Maria, cujos cursos vêm atraindo para o lugar novas pessoas e serviços.

A rugosidade Frigorífico G. A. LEUSIN & Cia Ltda, datado da metade do século XIX, materializa-se na paisagem rural para atender à demanda da produção agropecuária local. Entretanto, foi abarcado pela expansão dos grandes frigoríferos, resultando em sua perda de função e encerramento das atividades. Aos poucos suas instalações estão sendo ressignificadas, cujo processo resulta das novas demandas do rural.

5.2.14. Rugosidade – Venda

Fundada há cerca de 50 anos no Distrito de Ferreira, a instalação comercial (Figura 119), mais conhecida por “venda” nas áreas rurais, tinha como objetivo abastecer a comunidade local.

O prédio serve tanto para a instalação da atividade comercial como moradia do proprietário, prática bastante comum nestes tipos de estabelecimentos comerciais no meio rural. Ela foi obtida através de herança familiar da esposa do comerciante, o qual deu segmento à atividade.

Durante os anos de funcionamento da Fábrica Venax, localizada ao lado da venda, ela fornecia alimentação, ao meio-dia, aos funcionários da fábrica, além de lanches durante todo o dia. Com a saída da fábrica, os negócios enfraqueceram, pois a maioria da população local prefere adquirir seus mantimentos na cidade, realizando apenas a compra de produtos de extrema necessidade no estabelecimento. Durante os finais de semana, a venda serve de lazer aos moradores locais, pois

possui mesa de sinuca, sendo hoje uma das principais fontes de renda do proprietário.

Figura 119 – Venda no distrito de Ferreira no município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

De modo geral, as vendas são estabelecimentos bastante frequentes no meio rural, sua função é fornecer produtos básicos à população. Muitas delas acrescentaram novas funcionalidades como, por exemplo, atividades de lazer durante os finais de semana, como forma de incremento de renda. Este estabelecimento continua com sua função inicial e possui também função social à medida que representa a reprodução socioeconômica de seu proprietário.

Neste contexto, a rugosidade Venda representa uma forma de comércio que atende a comunidade rural com itens básicos de alimentação e equipamentos de ordem geral. Por muitos anos, elas foram a principal forma de comércio da população rural, representando grande circulação e variedade de mercadorias. Atualmente, sobrevivem por serem fontes de produtos em falta nos estabelecimentos rurais, assim, continuam a manter sua funcionalidade, mas apenas como abastecedoras

emergenciais da população rural e, também, como meio de lazer ao dinamizarem sua funcionalidade.

5.3. RUGOSIDADES DO SISTEMA DE INTERAÇÃO SOCIAL

O Sistema de Interação Social compreende rugosidades como as casas antigas, escolas, salão de baile, igrejas, taperas e cemitérios familiares, (Figura 120).

As rugosidades do Sistema de Interação Social compreendem dezesseis (16) rugosidades inventariadas, as quais foram agrupadas de acordo com cada tipo de rugosidade: a rugosidades casas antigas compreendem três casas, sendo identificadas pela localidade em que estão materializadas (casa antiga de Ferreira, casa antiga de Pertile e casa de antiga de Davi Fontoura de Barcellos, localizada na estrada da volta da Charqueada); as rugosidades escolas compreendem quatro escolas (Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile e a Escola de Educação Infantil Sítio Encantado); as rugosidades igrejas compreendem duas igrejas (Igreja Capela Sagrada Família e Igreja Santo André); a rugosidade salão de baile teve um salão inventariado, o salão Boa Amizade; a rugosidade tapera foram três inventariadas, uma na localidade de Pertile, outra na localidade de Três Vendas e outra na localidade de Capané; e a rugosidade cemitérios familiares foram três inventariados, dois no distrito de Bosque e um no distrito de Três Vendas.

As rugosidades desse sistema, 94% datam do século XX e apenas 6% do século XIX. Do total de dezesseis (16) rugosidades inventariadas apenas a casa antiga de Davi Fontoura de Barcellos foi construída no final do século XIX, cuja datação exata é imprecisa. Observa-se também um predomínio da construção das rugosidades deste sistema em meados do século, cuja fixação e permanência do homem na espacialidade rural, requeria a construção de formas que possibilitassem o homem estabelecer relações de sociabilidade.

A produção do espaço é o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, portanto as formas espaciais são produtos históricos das relações sociais que lhes deram origem. O homem ao produzir espaço estabelece uma complexidade de inter-relações, que o tornam sujeito da transformação social do espaço.

A consciência do sujeito social de transformação acontece no âmbito das relações sociais, permeada por valores e emoções socialmente elaboradas. O homem é um ser social, cuja vida está atrelada ao convívio com outras pessoas. O ato de conviver é um ato de apreender, apreender através do processo de socialização. Aprendemos em casa com nossos pais, irmãos, avós, primos, tios. Aprendemos na escola com os colegas e professores. Aprendemos com outros indivíduos no simples ato de conviver, pelo fato de sermos seres sociais.

Portanto, as relações sociais estabelecidas pelo homem na interação social são condições necessárias à própria vida da sociedade. Ao estabelecer relações sociais o homem produz espaço, pois necessita criar formas e instituições que possibilitam a interação social.

Neste contexto, reporta-se a Vidal de La Blache (1921) ao conceituar gêneros de vida como atividades habituais complexas características de cada grupo humano que constituem a base de sua existência. O complexo de hábitos humanos apresenta um mínimo de duração, capaz de criar formas espaciais, o que não significa sua imobilidade, pois o gênero de vida nasce, transforma-se e expande-se. Mas, o que importa é a persistência da marca impressa no espaço, a qual se torna mais evidente com a sobreposição de diferentes tempos sobre o espaço. (SORRE, 1984).

Assim, as atividades habituais dos grupos sociais ao longo da história criam formas duradouras no espaço que, através da justaposição de épocas distintas, formam as rugosidades.

As rugosidades, criadas a partir das relações sociais de interação social do homem, podem ser visualidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul através do tipo de moradia rural, as quais são possuem características específicas da época em que se originaram, do sistema de ensino que atende a população rural, levando conhecimento e valorização do cotidiano do ser social, das instituições religiosas representadas pelas igrejas que instigam valores e normas da vida social, das atividades de lazer representadas por salões de festas que estabelecem laços de afetividade, das moradias abandonadas – taperas – que representam testemunhos de afetividade com o lugar, e os cemitérios familiares que testemunham relações de afeti-

vidades humanas impregnadas de relações de poder socioeconômico dos grupos sociais.

5.3.1. Rugosidade – Casas Antigas

A existência de casas antigas, ainda habitadas, é marcante na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul (Figura 121). Elas representam o local de moradia, de vida do homem do campo. Geralmente, são habitadas por pessoas de idade avançada, as quais se recusam a deixá-las. Pessoas que prezam pela valorização de construções antigas.

A forma das residências reflete o período em que foi construída, mas também revela o modo de vida do lugar, pois carregam memórias, utensílios e móveis de um tempo distante. As pessoas denotam motivos pelo apego à casa, por ela refletir a vida de quem vive nela.

A casa A, mostra uma residência na localidade de Pertile de estilo português, habitada, construída em 1944, em estado razoável de conservação. A casa B, mostra uma residência antiga no distrito de Ferreira, sem data, cuja peculiaridade está no seu interior, possui revestimento inteiriço de madeira, portanto, tem parede dupla.

A casa C pertenceu ao Coronel David Barcellos, sem data, fazendeiro e político que mais dirigiu Cachoeira do Sul. O casarão da volta da Charqueada como comumente é reconhecido, era morada da família de Davi, com sua esposa e os 24 filhos. A maioria deles músicos, inclusive uma moça que faleceu, prematuramente, em 1903, era pianista, e, por isso, muitas pessoas relatam já ter ouvido música de piano na casa, especialmente antigos moradores.

As casas antigas possuem a mesma função inicial e representam função social na atualidade, pois são utilizadas como moradia, portanto, são o lugar onde a vida humana acontece e onde os grupos sociais projetam a vida, mudando e transformando o espaço onde vivem.

Portanto, as rugosidades Casas Antigas mostram a forma de moradia dos grupos sociais, cuja permanência na paisagem rural enfatiza o tempo de ocupação do homem naquela área.

Figura 121 – Casas antigas município de Cachoeira do Sul (2016-2018).



Legenda: A – casa de 1944; B – casa de dupla parede, sem data; C – casa de Davi Fontoura de Barcellos.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A forma arquitetônica mostra o estilo de construções da época, corroborando para a reconstrução dos gêneros de vida dos grupos sociais. Elas se encontram distribuídas irregularmente pelo território municipal, tanto que as rugosidades do Sistema Produtivo como as moradias das estâncias, fazendas e granjas também podem ser classificadas como casas antigas. Mesmo as moradias antigas representando técnicas utilizadas no passado continuam a ser utilizadas no presente, pois a sua construção está permeada de simbologia e memórias que representam a vida do homem rural.

5.3.2. Rugosidade – Escolas

O município de Cachoeira do Sul, assim como boa parte dos municípios brasileiros, passou por uma reorganização do seu educandário escolar, onde muitas escolas tanto estaduais como municipais foram extintas ou reorganizadas, especialmente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

As políticas educacionais foram criadas para atender as novas dinâmicas que estavam em curso no meio rural como, por exemplo, a diminuição de números de alunos, devido a intensificação do processo de êxodo rural e, também, pelos altos custos de manutenção das escolas, especialmente com recursos humanos e de despesas para seu funcionamento. Desta forma, optou-se por reorganizá-las, de forma que os alunos foram alocados em escolas núcleos, normalmente, àquelas com melhor infraestrutura, maior número de alunos matriculados e com melhor acesso. Assim, coube ao poder público disponibilizar transporte escolar que atendesse o deslocamento de todos os alunos, bem como recolocá-los em escolas mais próximas de suas residências e, também, reorganizar o quadro de recursos humanos (professores e funcionários) para atender a demanda das instituições de ensino.

De acordo com a Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de educação, estas medidas foram necessárias, por ocasião dos custos de manutenção das escolas, pois cada uma representava um número muito pequeno de alunos atendidos e em contrapartida o número de recursos humanos necessários era demasiadamente oneroso para os cofres públicos.

O meio rural perdeu nos últimos anos trinta e cinco (35) escolas. Destas, dez (10) da rede estadual de ensino e vinte e cinco (25) da rede municipal de ensino.

Assim, observa-se que as administrações públicas, como qualquer administrador, optam por reorganizar o seu educandário a fim de diminuir gastos.

Entretanto, infere-se que tais medidas são fruto de políticas que atendem ao desenvolvimento do capital no meio rural, pois inicialmente ocorre o êxodo para o capital se territorializar e, posteriormente, o Estado legitima mais uma prerrogativa para a ampliação do mesmo ao abrir e financiar o transporte escolar, que apesar da necessidade de licitação pública, geralmente beneficia empresas de médio a grande porte locais, sobrando para as pequenas os lugares de difícil acesso ou ainda, cabendo às instituições públicas ofertar, através de seu quadro de funcionários, transporte aos lugares não requisitados pelo capital.

Destaca-se também que a reestruturação das escolas públicas rurais de Cachoeira do Sul, também atendeu às políticas de emancipação dos seus antigos distritos, pois, escolas que antes pertenciam à esfera estadual e municipal passaram a pertencer a outras autarquias da rede estadual ou a outros municípios, ou, ainda, foram extintas. Verificar o contingente de escolas extintas no meio rural permite compreender as políticas educacionais promovidas pela rede pública estadual e municipal em Cachoeira do Sul.

Acredita-se que a educação deve ser encarrada como prioridade do Estado Brasileiro, não como meros planos de governo, mas onde a autonomia das escolas seja realmente efetiva, uma educação fundamentada no contexto do cotidiano do educando, auxiliado por uma estrutura adequada, que funcione e seja compatível com suas necessidades, possibilitando desenvolver o senso crítico ao se compreender como sujeito da transformação do social e do espaço geográfico.

Atualmente, no meio rural do município de Cachoeira do Sul existem vinte e uma (21) escolas abertas, das quais seis (6) pertencem à rede estadual de ensino (Quadro 4) e quinze (15) à rede municipal de ensino (Quadro 5).

Do total das escolas rurais abertas no município de Cachoeira do Sul, três (3) escolas foram alvo de investigação por se enquadrarem no conceito de rugosidade, uma vez que apresentam características físicas para tal. Entre elas, a Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha (antiga brizoleta) e a Escola Municipal de Educação Infantil Sítio Encantado. Das escolas que foram extintas, apenas a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile será abordada uma vez que apresenta ainda o prédio e possui características das antigas brizoletas.

Quadro 4 – Escolas Rurais da Rede Estadual de Ensino do município de Cachoeira do Sul, em 2018.

Escola	Localidade	Ano	Modalidades	Nº de alunos (2018)	Infraestrutura	Recursos
EET Nossa Senhora da Conceição*	Três Vendas	1955	Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Médio Integrado Ensino Profissional	315	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, refeitório, auditório e pátio descoberto.	Videocassete, antena parabólica, retro-projetor, 10 salas existentes, 3 equipamentos de TV, 2 aparelhos de DVD, 4 copiadoras, 4 impressoras, 3 aparelhos de som, 6 projetores multimídia - datashow, 36 computadores na escola, 4 para uso administrativo, 32 para uso dos alunos, 68 funcionários, acesso a internet e banda larga
EEEF Zilah da Gama Mor*	Ferreira	1948	Ensino Fundamental	118	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e pátio descoberto.	Videocassete, DVD aparelho de DVD, antena parabólica, copiadora, projetor multimídia - datashow, 5 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 3 impressoras, 2 aparelhos de som, 20 computadores na escola, 5 para uso administrativo, 15 para uso dos alunos, 22 funcionários, acesso a internet e banda larga
EEEF Dinah Neri Pereira**	Capané	1981	Ensino Fundamental	98	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro com chuveiro, refeitório e pátio descoberto.	Antena parabólica, copiadora, retroprojetor, 4 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 videocassetes, 2 aparelhos de DVD, 6 impressoras, 5 aparelhos de som, 2 projetores multimídia - datashow, 15 computadores na escola, 3 para uso administrativo, 12 para uso dos alunos, 19 funcionários e acesso a internet
EEEF Dr. Honorato de Souza Santos*	Ferreira	1942	Ensino Fundamental	15	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, sala de leitura, parque infantil e pátio descoberto.	Equipamento de TV, videocassete, aparelho de DVD, copiadora, retroprojetor, impressora, projetor multimídia - datashow, 3 salas existentes, 3 aparelhos de som, 11 computadores na escola, 10 para uso dos alunos e 5 funcionários
EEIEF Tape Miri***	Cordilheira	2014	Ensino Fundamental	15	Uma sala de aula e pátio descoberto.	Dois funcionários

EEIEF Tradicional Kyringue Nhem-boea***	Vila Piquiri	2011	Ensino Fundamental	29	Uma sala de aula.	Dois funcionários.

* - EET Nossa Senhora da Conceição ata de reorganização de 24/10/1978; EEEF Zilah da Gama Mor ata de reorganização 03/12/1980 antes Grupo Escolar da Ferreira; EEEF Honorato de Souza Santos ata de reorganização 08/06/1981 antes Grupo Escolar do Paso da Areia; ** - EEEF Dinah Neri Pereira apenas possui ata de organização de 06/07/1981.

*** - Escolas Estaduais Indígenas.

Fonte: MEC/INEP/DEED/CGCEB - Censo Escolar da Educação Básica 2018 e 2016 e 24ª CRE.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Quadro 5 – Escolas Rurais da Rede Municipal de Ensino do município de Cachoeira do Sul, em 2018.

Escola	Localidade	Ano	Modalidades	Nº de alunos (2008)	Infraestrutura	Recursos
EMEF Taufik Germano	Passo do Moura (Bosque)	1980	Ensino Fundamental	384	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, sala de leitura, parque infantil, banheiro adequado à educação infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, refeitório, pátio coberto e pátio descoberto.	Videocassete, aparelho de DVD, antena parabólica, projetor multimídia - datashow, 7 salas existentes, 3 equipamentos de TV, 3 impressoras, 2 aparelhos de som, 11 computadores na escola, 2 para uso administrativo, 9 para uso dos alunos, 36 funcionários e acesso a internet
EMEF Sa- grado Co- ração de Jesus	Piquiri (Cordilheira)	1978	Ensino Fundamental	206	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro, refeitório, pátio coberto e pátio descoberto	Equipamento de TV, videocassete, aparelho de DVD, antena parabólica, copiadora, retroprojetor, projetor multimídia - datashow, 9 salas existentes, 3 impressoras, 4 aparelhos de som, 14 computadores na escola, 13 para uso dos alunos, 34 funcionários e acesso a internet
EMEF Nossa Senhora	Vila Jardim	1978	Ensino Fundamental	74	Sala de diretoria, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, parque infantil e pátio des-	Copiadora, impressora, aparelho de som, 3 salas existentes, 2 equipamen-

Medianeira	Todesmade (Cordilheira)		tal		coberto.	tos de TV, 2 aparelhos de DVD, 5 computadores na escola, 5 para uso dos alunos, 17 funcionários e acesso a internet
EMEF Emília Vieira da Cunha	Porteira Sete (Cordilheira)	1967	Ensino Fundamental	55	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, cozinha, biblioteca, banheiro com chuveiro e pátio descoberto.	Videocassete, copiadora, 7 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 aparelhos de DVD, 2 impressoras, 4 aparelhos de som, 7 computadores na escola, 7 para uso dos alunos, 23 funcionários e acesso a internet.
EMEF Nossa Senhora de Fátima	Mineração (Cordilheira)	1977	Ensino Fundamental	77	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, refeitório, pátio coberto e pátio descoberto.	4 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 aparelhos de DVD, 3 impressoras, 3 aparelhos de som, 9 computadores na escola, 2 para uso administrativo, 7 para uso dos alunos e 19 funcionários.
EMEF PIO XII	Cerro dos Peixotos (Cordilheira)	1977	Ensino Fundamental	36	Sala de diretoria, cozinha, parque infantil, berçário, banheiro adequado à educação infantil, banheiro com chuveiro, refeitório e pátio descoberto.	Impressora, aparelho de som, computador na escola, 4 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 aparelhos de DVD e 18 funcionários.
EMEF Ataliba Brum	Parada Idelfonso da Fontoura (Bosque)	1967	Ensino Fundamental	145	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, refeitório, auditório e pátio descoberto.	Aparelho de DVD, parabólica, retroprojetor, projetor multimídia - datashow, sala para uso administrativo, 6 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 3 impressoras, 3 aparelhos de som, 11 computadores na escola, 10 para uso dos alunos, 31 funcionários, acesso a internet e banda larga.
EMEF Imperatriz Leopoldina	Faxinal da Gardinha (Três Vendas)	1978	Ensino Fundamental	100	Sala de diretoria, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e pátio descoberto.	Equipamento de TV, videocassete, projetor multimídia - datashow, 4 salas existentes, 2 aparelhos de DVD, 3 impressoras, 4 aparelhos de som, 5 computadores na escola, 5 para uso dos alunos, 21 funcionários, acesso a internet e banda larga.
EMEF Júlio de Casti-	Coxilha Bonita	1999	Ensino Fundamen-	13	Sala de diretoria, cozinha, parque infantil, pátio coberto e pátio descoberto.	Sala, equipamento de TV, aparelho de DVD, copiadora, impressora, aparelho

Ihos			tal			de som.
EMEF Francisco de Souza Machado	Barro Vermelho	1999	Ensino Fundamental	99	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca e pátio descoberto.	Equipamento de TV, videocassete, aparelho de DVD, parabólica, impressora, sala para uso administrativo, 5 salas existentes, 10 computadores na escola, 9 para uso dos alunos e 18 funcionários.
EMEF Aldo Porto dos Santos	Rincão dos Mineiros (Bosque)	1978	Ensino Fundamental	107	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro com chuveiro, refeitório, pátio coberto e pátio descoberto.	Aparelho de DVD, copiadora, impressora, sala para uso administrativo, 5 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 3 aparelhos de som, 8 computadores na escola, 7 para uso dos alunos, 27 funcionários e acesso a internet.
EMEF Jenny Figueiredo Vieira da Cunha	Forqueta (Bosque)	2008	Ensino Fundamental	117	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, refeitório e pátio descoberto.	Aparelho de DVD, impressora, projetor multimídia - datashow, 4 salas existentes, 2 equipamentos de TV, 2 aparelhos de som, 6 computadores na escola, 5 para uso dos alunos, 20 funcionários e acesso a internet.
EMEF João Neves da Fontoura	Estrada Dorasnal(Barro Vermelho)	1999	Ensino Fundamental	19	Laboratório de informática, cozinha e pátio descoberto.	Equipamento de TV, aparelho de DVD, aparelho de som, 2 salas existentes, 4 computadores na escola e 4 para uso dos alunos.
EMEF Monsenhor Armando Teixeira*	Passo da Seringa	2018	Ensino Fundamental	9	Sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, cozinha e biblioteca	Equipamento de TV, videocassete, aparelho de DVD, aparelho de som, 4 salas existentes, 3 impressoras, 9 computadores na escola, 2 para uso administrativo, 7 para uso dos alunos, 9 funcionários e acesso a internet
EMEI Sítio Encantado	Três Vendas	2005	Educação Infantil	15	Cozinha, sala de leitura, parque infantil, banheiro com chuveiro, refeitório e pátio descoberto.	Salas, equipamento de TV, aparelho de DVD, copiadora, impressora, aparelho de som.

* - EMEF Monsenhor Armando Teixeira foi municipalizada em 2018, ata de reorganização estadual é de 15/05/1981; EMEF Jenny Figueiredo Vieira da Cunha municipalizada em 2008, antes era da rede estadual de ensino.

Fonte: MEC/INEP/DEED/CGCEB - Censo Escolar da Educação Básica 2018 e 2016 e SMED de Cachoeira do Sul.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

As brizoletas simbolizaram a ação do governo estadual na educação pública do Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963), encampada pelo projeto “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. O projeto resultou em uma significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado nos quatro anos do governo, resultando na construção de 1.045 prédios escolares nos mais longínquos recantos do estado, com 3.360 salas de aula com capacidade para 235.200 matrículas. Foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos, e foram planejados 258 prédios, com 886 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos. Totalizando um montante de 1.416 prédios, 4.709 salas com capacidade de 329.630 alunos, além da contratação de um significativo número de professores e a matrícula de 54.103 novos alunos no ensino público estadual. (QUADROS, 2002).

O projeto de tamanha envergadura tinha por objetivo a escolarização de todas as crianças em idade escolar (dos 7 ao 14 anos) e a erradicação do analfabetismo. Para atingir as metas propostas, o critério utilizado pelas autoridades educacionais do estado foi levar a escola até as populações residentes nas regiões interioranas, onde o maior número de prédios (53,77%) e salas de aula (38,80%) estavam localizados nas pequenas comunidades rurais. Para viabilizar o projeto Leonel Brizola reestruturou a Secretaria de Educação e Cultura criando três subsecretarias: do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Técnico.

A implantação do Plano de Emergência do Ensino Primário se justificava por várias razões, tais como: a precariedade e a má distribuição de recursos, variabilidade relação professor-aluno, crescente evasão escolar, contínua perda de rendimento do ensino primário, carência de salas de aula, distribuição desordenada das classes, falta crescente de professores e obsolência dos serviços administrativos. (QUADROS, 2002).

Para a concretização do projeto foi criado o Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (Sedep) e a Comissão Estadual de Prédios Escolares (Cepe), bem como a contratação e cedência de professores às escolas particulares em troca de vagas e concessão de bolsas de estudo. O Sedep era responsável pela elaboração de convênios de colaboração entre o estado e os municípios, os quais informavam suas demandas e o Estado fornecia os meios técnicos e financeiros para execução das obras. A Cepe era responsável por fiscalizar a construção das obras contratadas e prestar assistência a todas as unidades escolares no que se

referia a sua conservação e melhoria, considerada como o órgão que efetivamente coordenou o plano de expansão do Ensino Primário. (QUADROS, 2002).

O município de Cachoeira do Sul foi agraciado com a construção das brizoletas, especialmente no meio rural, sendo que atualmente apenas duas, uma aberta e outra extinta conservam estas características.

A construção das “Brizoletas” ou “escolinhas do Brizola”, como ficaram conhecidas no Rio Grande do Sul, foram responsáveis pela democratização do ensino público estadual e permanecem na memória de toda população gaúcha, pois representaram a oportunidade de milhares de crianças à educação, tirando-as da inércia, da ignorância e dando-lhes melhores condições de vida.

A rugosidade Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição localizada no distrito de Três Vendas foi fundada em 1955 e já passou por várias reformulações, sendo a última em 24 de outubro de 1978 (Figura 122).

Figura 122 – Escola Técnica Nossa Senhora da Conceição, distrito de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição foi criada em substituição ao antigo Colégio Patronato Imaculada Conceição (Figura 123), um Internato

Municipal construído em 1921, e o prédio se encontra abandonado, cuja construção data de 1927. O internato abrigava cerca de trezentos (300) alunos, os quais residiam e estudavam na escola. Os alunos eram originários de vários distritos de Cachoeira do Sul e, também, de municípios vizinhos.

Como os alunos residiam na escola, normalmente, iam de 15 em 15 dias para suas casas. Nos últimos anos do funcionamento do Internato residiam na escola em torno de 150 alunos.

Durante o seu funcionamento a escola passou por reorganizações, várias reformulações e, atualmente, vigora pela razão social de Escola Estadual Técnica Nossa Senhora Conceição. Entretanto, o funcionamento do internato para os alunos da escola parou de funcionar no início dos anos 2000, cujo prédio encontra-se totalmente abandonado e em desuso. Apresenta, ano após ano, precárias condições de conservação, com janelas quebradas, portas tomadas por cupim e caindo, infiltração, telhado com risco de desabamento, etc.

Figura 123 – Antigo Colégio Imaculada Conceição, distrito de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Observa-se que o prédio apresenta uma excelente distribuição de espaços, salas amplas, refeitório e sanitários. Entretanto, por disputas de poder entre as instituições acabou abandonado e em ruínas (Figura 124).

Figura 124 – Instalações do Antigo Colégio Imaculada Conceição, em 2016.



Legenda: A, B, C, D e E – instalações do internato abandonadas; F – ao fundo EET N^a Senhora Conceição.

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Atualmente, a Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição funciona como escola regular de ensino, ofertando o ensino fundamental, médio e profissional. É a maior escola rural da Rede Estadual de ensino, com um total de trezentos e quinze alunos (315) matriculados no ano de 2018. Apresenta bom estado de conservação de seu prédio atual, quadro de recursos humanos compatíveis com a sua demanda, bem como infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

A Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição mudou sua forma inicial, pois trocou de prédio e não atua mais como internato de crianças e jovens.

Entretanto, sua funcionalidade continua sendo a educação, levando conhecimento aos educandos do meio rural e atividades de aperfeiçoamento, como os cursos técnicos, portanto, permanece com a mesma função social.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha localizada na localidade de Forqueta, no distrito de Bosque, foi fundada em 3 de abril de 1957. Pertencia à Rede Estadual de Ensino, sendo municipalizada em 11 de junho de 2008, conforme Decreto nº 255/2008 (Figura 125).

A escola apresenta peculiaridades em sua estrutura, pois foi construída com madeira no início dos anos 60. Inicialmente, o educandário foi criado para ser uma estrutura provisória e emergencial. Realizada durante a gestão do então governador Leonel Brizola, ficou conhecida como Brizoleta. Ela é a última construção deste modelo em Cachoeira do Sul.

Figura 125 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, localidade de Forqueta, município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Seu nome é em homenagem a Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, a qual se empenhou, pessoalmente, na criação da escola, no período em que seu esposo, Dr. Liberato Vieira da Cunha, era o Secretário Estadual da Educação. Natural de Ca-

choeira do Sul, nasceu em 16 de novembro de 1922, realizou estudos primários e secundários na Escola Imaculada Conceição, casou em 1944 com Liberato Salzano Vieira da Cunha, teve quatro filhos (Liberato, Miriam, Maria Bernadete e Eduardo) e faleceu prematuramente, aos 34 anos de idade, em um acidente aéreo na cidade de Bagé em 7 de abril de 1957.

A escola foi implantada primeiramente nas terras do senhor Januário Fortes Pereira, funcionando em um galpão, atendia trinta alunos da primeira a quinta série. Dois anos mais tarde foi construído um novo prédio nas terras do Senhor Sabino Unfer, local onde a escola está instalada até os dias atuais.

Em função da demanda e devido à necessidade de melhoria na escola, a mesma passou por reformas e foram construídas novas instalações, cujo novo espaço compreende três blocos (administrativo, pedagógico e de serviços), totalizando uma área de 726 m², verba é oriunda da Prefeitura Municipal e do FNDE/MEC, através do Plano de Ações Articuladas (PAR).

A reforma e ampliação realizada na escola era um pedido antigo da comunidade escolar devido à demanda de alunos, entretanto, nessa mesma reforma, a comunidade escolar atentou-se para que o prédio original da escola fosse mantido, não perdendo sua característica inicial, de uma antiga brizoleta. De acordo com a comunidade escolar, a preservação da estrutura inicial é fundamental para que seus filhos saibam como era a escola que seus pais estudaram. Ao olharem a antiga escola, que compreendam que este modelo representou acesso a educação a milhares de gaúchos, em longínquos lugares, em cada canto do estado do Rio Grande do Sul. A escola representou o acesso à educação a uma população que não tinha condições socioeconômicas para estudar, tirando milhares de gaúchos do analfabetismo.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha modificou sua estrutura, mas preservou parte de sua forma inicial. Continua com a mesma função social que é de levar educação e conhecimento à população local. Cabe ressaltar que, o pedido para a manutenção e conservação da estrutura antiga da escola partiu da comunidade escolar, a qual se organizou e fez valer seu desejo. Ações como esta, de preservar e valorizar espaços encontram-se, cada dia mais raras, mesmo em espaços em que ideias deveriam primar pela valorização do patrimônio cultural.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile (Figura 126) da localidade de Pertile, no distrito de Três Vendas, encontra-se extinta, processo ocorrido no início dos anos 2000. A escola era administrada pela Rede Estadual de Ensino e, no último ano passou para a Rede Municipal de Ensino do município de Cachoeira do Sul.

A escola na sua origem foi uma brizoleta, entretanto, devido à má conservação de sua estrutura foi necessário ser reformada, e preservado o modelo de construção original. Na data em que foi extinta contava com apenas 13 alunos, os quais foram transferidos para a Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição. Sua estrutura encontra-se bastante destruída, com vidros das janelas quebrados, telhas destruídas e a quadra quase coberta pelo mato.

Figura 126 - Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile, localidade de Pertile, município de Cachoeira do Sul, em 2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Escola de Educação Infantil Sítio Encantado, conforme a Figura 75 anteriormente mostrada, localizada na localidade de Três Vendas foi aberta em 2005. Ha-

via necessidade de uma escola que atendesse a educação infantil devido à demanda de mães trabalhadoras e que necessitavam de atendimento para seus filhos possibilitou que a escola fosse aberta. Ela representou uma antiga reivindicação da comunidade.

Seu tempo de funcionamento é recente, contudo, o local onde está assentada é que configura a rugosidade. Seu prédio data da segunda metade do século XX, o qual já passou por várias ressignificações como, por exemplo, já foi sede de um posto telefônico, considerado por muito tempo o meio de comunicação que ligava os moradores da comunidade com o resto do país e, atualmente possui uma sala reservada para guardar seus equipamentos em desuso. Já foi sede de uma antiga Subprefeitura, órgão municipal que atendia às demandas e reivindicações da comunidade local e, atualmente, junto com ela, funciona a sede da Agência Comunitária dos Correios, que atende às necessidades básicas de atendimento dos serviços de correio. O prédio da escola que já comportou e comporta hoje estas funcionalidades, demonstra como as rugosidades podem ser ressignificadas em função das necessidades humanas de reprodução, em períodos distintos.

Portanto, as rugosidades escolas, representadas pela Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição, Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, Escola Estadual de Ensino Fundamental Ernesto Pertile e Escola de Educação Infantil Sítio Encantado, todas localizadas na área norte do município, na margem esquerda do rio Jacuí, representam os valores dos grupos sociais compartilhados, pois é através da educação que os homens aprendem a conviver, a perceber o mundo que os cerca e a ter consciência do sujeito transformador do espaço.

Assim, a rugosidade Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição, já funcionou com várias razões sociais, mudando sua forma devido a construção de um novo, mas preservando sua função que é levar conhecimento à população rural. A rugosidade Escola Municipal de Ensino Fundamental Jenny Figueiredo Vieira da Cunha, já pertenceu à rede estadual de ensino e atualmente pertence à rede municipal, passou por uma reforma e construção de novos prédios para atender à demanda da escola, porém preservou seu primeiro prédio, mantendo sua característica brizoleta, levando educação às populações rurais de Cachoeira do Sul desde a metade do século XX.

A rugosidade Escola Estadual Ernesto Pertile, antiga brizoleta encontra-se extinta. Suas atividades foram encerradas devido a pouca demanda de alunos, os quais foram recolocados em escolas próximas. E a Escola de Educação Infantil Sítio Encantado é considerada rugosidade não pela sua função que data de 2005, mas pela forma do seu prédio, o qual abriga um antigo Posto Telefônico e, atualmente encontra-se ressignificada, possuindo duas funcionalidades como a instalação da escola e Agência Comunitária do Correio. As ressignificações do prédio mostram as ações do agente transformador do espaço, o Estado, na forma de governo municipal agindo e transformando o espaço de acordo com as demandas do poder público.

5.3.3. Rugosidade – Igrejas

A Igreja Capela Sagrada Família (Figura 127), localizada na localidade de Pertile, distrito de Três Vendas foi construída em 1955. Desde essa data possui missa uma vez por mês. Anos atrás também chegou a realizar casamentos e, atualmente, realiza somente batizados, primeira comunhão e crisma.

De acordo com os moradores locais, a igreja é ponto de encontro quando realiza alguma atividade. Normalmente, em dia de missa encontra-se lotada de fiéis. Próximo a ela está construído o salão paroquial da comunidade, e serve às atividades promovidas pela mesma, como festa da igreja e catequese, entre outros. Além disso, o salão também é utilizado para festividades particulares de associados à igreja, como festa de casamento, aniversários, batizados, comunhão, crisma e velórios.

Nos finais de semana o pátio que fica entre a igreja e o salão paroquial é utilizado por crianças, jovens e alguns adultos para jogar futebol. De acordo com um morador, “a igreja e o salão é ponto de encontro das pessoas que aqui vivem, volte e meia está cheio de gente, alguns até trazem cadeiras e tomam mate vendo o jogo”.

Figura 127 - Igreja Sagrada Família, localidade de Pertile município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Legenda: A – igreja; B – salão.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A igreja também foi ponto do 1º Encontro dos Moradores e Ex-moradores da Vila Pertile, que se realizou em 03 de junho de 2018. O encontro foi comemorativo e teve como objetivo encontrar antigos moradores do local e reviver histórias do passado. Além disso, os mesmos desejam realizar um mapa da localidade, o qual vai conter o lugar da residência de cada família.

A Igreja Santo André, localizada no Distrito de Três Vendas, construída há mais de 50 anos, possui missa duas vezes por mês (Figura 128). Além disso, desenvolve atividades de catequese, primeira comunhão, crisma e batizados.

Figura 128 - Igreja Santo André, localidade de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.

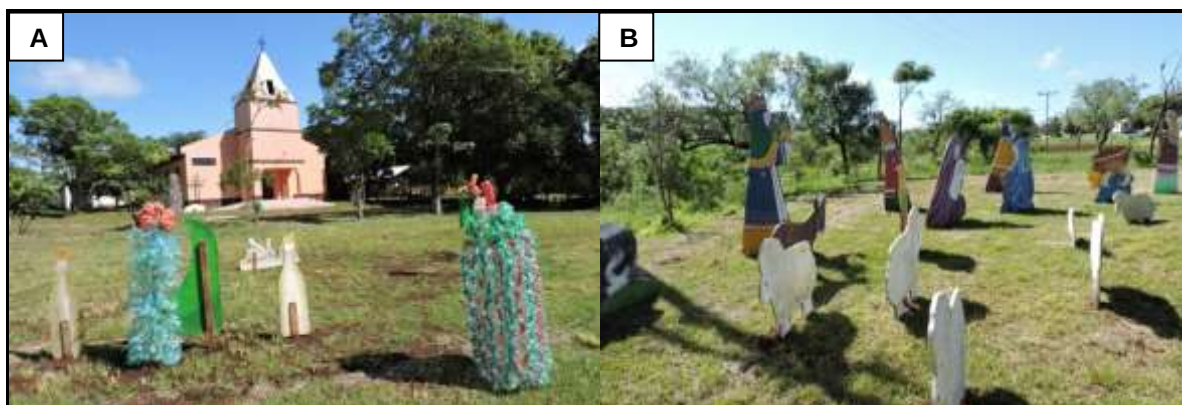


Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

A Igreja Santo André recebe fiéis também de outras localidades como Faxinal da Gardinha. Nas datas consideradas santas para a comunidade católica a igreja é ponto de encontro das festividades como a celebração natalina de 2005, o presépio recebeu decoração gaudéria, cuja principal atração foi a chegada de três gaúchos montados a cavalo representando a chegada dos três reis magos, durante a celebração em comemoração ao natal (Figura 129).

Figura 129 – Celebração natalina da Igreja Santo André, em 2015.



Legenda: A – decoração com material reciclado; B – presépio.

Fonte: Jornal O Correio, fotos de Cacau Moraes.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

As igrejas no meio rural cumprem o papel de servir seus fiéis, mas, às vezes, é o único meio de interação social da comunidade local, pois através delas são realizadas várias atividades religiosas e festividades que possibilitam aos grupos sociais se relacionarem e conviverem na comunidade. Portanto, as igrejas continuam preservando sua forma e funcionalidade, cumprindo o papel social de promover o bem estar social.

5.3.4. Rugosidade – Salão de Baile

O salão de Baile Boa Amizade, localizado no distrito de Três Vendas data de aproximadamente 40 anos atrás (Figura 130).

De acordo com os moradores promovia bailes, no mínimo quatro vezes por ano, além de reunião dançante ou domingueira. Anos atrás, logo no início das atividades do salão era servido um café durante os bailes. Posteriormente, apenas lanches e bebidas.

Atualmente, o salão está sem uso há mais ou menos cinco (5) anos. Apesar disso, apresenta sua estrutura em bom estado de conservação, sendo necessário apenas alguns consertos nas janelas.

O Salão de Baile Boa Amizade não mudou sua forma, entretanto, perdeu sua funcionalidade. Não possui mais função social, ao deixar de ser ponto de encontro entre a população de várias localidades de Cachoeira do Sul.

Figura 130 – Salão de Baile Boa Amizade, localidade de Três Vendas município de Cachoeira do Sul, em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.
Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

5.3.5. Rugosidade – Taperas

As Taperas são fruto do processo de modernização pelo qual o campo brasileiro vem passando a partir dos anos 50. Em decorrência, do processo de modernização, a população urbana do município praticamente dobrou nos últimos anos, representando hoje 85,53% da população total.

As taperas são casas abandonadas no espaço rural e estão presentes em todas as localidades do interior de Cachoeira do Sul (Figura 131). Abrigavam um contingente de população rural que se dirigiu para a cidade, engrossando o êxodo rural municipal. Para David (2014, p. 88):

As Taperas são lugares abandonados que povoam o imaginário da população do campo e testemunham um tempo em que as relações com a terra estavam impregnadas de afetividade. Rompido os vínculos entre pessoas e lugares, resta a migração para a cidade ou a extinção da família, redesenhando as paisagens desoladas das ruínas. (DAVID, 2014, p. 88).

Figura 131 – Taperas no município de Cachoeira do Sul (2016-2018).



Legenda: A – tapera em Três Vendas; B – tapera em cordilheira; C – tapera em Capané.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Elas representam o modo de vida rural, com características econômicas, culturais e sociais singulares, o qual foi substituído pelo modo de vida urbano. Elas também representam as marcas na paisagem, desencadeadas para a territorialização do capital no campo, pois grupos sociais que não se adequam às exigências do capital são suprimidos pelos seus rearranjos.

A tapera A da localidade de Pertile está bastante destruída, mas ainda conserva sua estrutura em pé. Esta construção datada da década de 50/60 está quase coberta pelo matagal, ao fundo vê-se uma fornalha que, provavelmente, faz parte da estrutura de um forno antigo, que normalmente serviam para assar pão e bolachas.

A tapera B, do distrito de Três Vendas encontra-se quase totalmente destruída. Em função da sua estrutura e forma pode-se dizer que era uma sede de uma propriedade que foi vendida e hoje faz parte de uma propriedade maior. Restando apenas a estrutura da casa e árvores da antiga moradia.

A Tapera C, do distrito de Capané está coberta por árvores, tanto que sua localização somente foi possível porque ao longo da estrada existia um portão. Sua estrutura era parte de uma propriedade que, atualmente, é parte de uma maior.

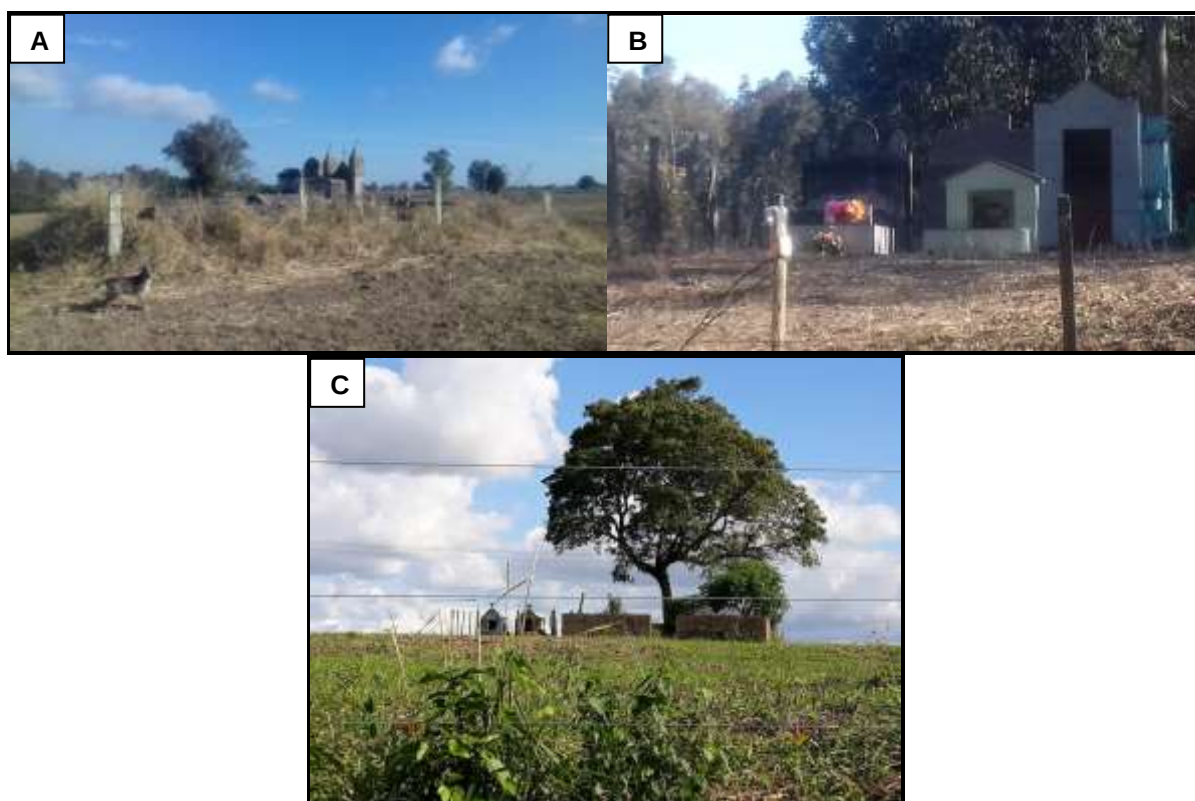
As taperas são consideradas rugosidades ao se materializarem na paisagem rural, repletas de técnicas, trabalho e capital que não configuram mais função social na reprodução social.

Neste contexto, as rugosidades Taperas encontram-se distribuídas por todo o município, representaram as moradias da população rural no passado, elas são carregadas de simbologias e afetividades, pois foram palco da vida humana. Atualmente, as Taperas encontram-se abandonadas, em ruínas, decorrente do processo de modernização do campo com o intuito de ampliação do capital, à medida que expulsa o homem do campo e o leva para cidade, para ser massa de manobra e mão de obra barata das indústrias e empresas. Fruto do processo do capital que ocupa os espaços de forma heterogênea e desigual, criando espaços de especulação e espaços obsoletos.

5.3.6. Rugosidade – Cemitérios Familiares

Os cemitérios familiares eram bastante comuns para as famílias, especialmente as que possuíam posses (Figura 132). Representavam de certa forma o resguardo de ente queridos falecidos.

Figura 132 – Cemitérios familiares no município de Cachoeira do Sul (2016-2018).



Legenda: A e B – cemitérios no distrito de Bosque; C – cemitério em Três Vendas.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Org: Lisane Regina Vidal Conceição.

Muitos cemitérios que eram familiares acabaram se tornando públicos. Com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), através da Lei 6.938 de 1981 que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente, conferindo-lhes atribuições de legislar sobre as políticas ambientais do país. Em suas resoluções 237 de 1999 e 335 de 3 de abril de 2003, dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios proíbe o sepultamento de pessoas naqueles que não possuem regulamentado seu licenciamento ambiental.

A legislação brasileira ao considerar que todo indivíduo tem o direito ao sepultamento, o denominado “jus sepulchri”, também entende que os cemitérios são considerados bens de interesse público. Por isso, mesmo os cemitérios particulares precisam ser fiscalizados e, somente, podem ser construídos após permissão concedida pelo poder municipal de exploração do serviço.

Com a regulamentação de leis que criam critérios e normas para a construção de cemitérios, dificilmente, hoje em dia, os antigos cemitérios familiares seriam criados. Entretanto, na paisagem rural de Cachoeira do Sul os cemitérios familiares são bastante comuns, em alguns casos foram cercados por lavouras, mas permanecem na paisagem rural, pois são carregados de simbologias e crenças humanas. O fato de serem práticas culturais passadas e, torna-os rugosidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rugosidades são produzidas pela ação do homem ao longo dos tempos ao se reproduzir no espaço. O processo de reprodução, necessidade da própria existência e continuidade humana, determina a transformação da primeira natureza, as condições naturais do meio ambiente, em segunda natureza, os meios criados pelo homem para produzir, reproduzir e se repetir. Portanto, ao mesmo tempo em que o homem se reproduz ele cria espaço. O espaço é produto da ação do homem, pois ao produzir espaço o homem estabelece inúmeras inter-relações, que ao se materializarem como forma criada, constituem o próprio espaço.

Ao produzir o espaço o homem cria marcas que, ao se cristalizarem no espaço refletem o tempo histórico em que foram produzidas. Assim, o espaço é um testemunho, cujas formas criadas não se desfazem apenas pela mudança de processos, pois as marcas espaciais são heranças humanas compartilhadas pelas gerações humanas e garantem sua continuidade no espaço.

As marcas espaciais de tempos pretéritos configuram as rugosidades, que se manifestam localmente por uma combinação única de restos de trabalho, capital e técnica. O trabalho, o capital e a técnica são elementos constituintes das rugosidades, e refletem o modo de produção que originou a rugosidade através da sua materialização concreta, as marcas espaciais.

As rugosidades são condicionadas a uma espacialidade e temporalidade distintas, ou seja, a datação de cada rugosidade produzida corresponde a um meio técnico específico, a diferentes tipos de relações de trabalho e ao tipo de capital empregado, o qual age sobre o espaço de forma heterogênea e desigual, ou seja, não necessariamente atinge da mesma forma todas as espacialidades.

O homem quando cria suas marcas espaciais leva em consideração as marcas criadas pela sociedade anterior, que para ele no tempo presente são rugosidades. Assim, as rugosidades configuram restos de trabalho humano materializado ao longo dos tempos, as rugosidades são visíveis na paisagem do presente, pois seus elementos constituintes não condizem com o modo de produção atual da sociedade.

Portanto, as rugosidades, como marcas incorporadas ao espaço pelo trabalho humano, assumem valor espacial. Representam forma de trabalho morto que se configura como meios de produção. É através do trabalho morto que o homem projeta o trabalho vivo, condição necessária da reprodução e continuidade da sociedade.

Neste contexto, as rugosidades como objeto de análise possibilitam a compreensão de quem são os agentes que condicionam e legitimam a construção do espaço, os interesses que definem a organização espacial e principalmente para quem o espaço é criado. Estudar as rugosidades é estudar a forma como o homem cria espaço, se reproduz e deixa marcas concretas para que as sociedades futuras se reproduzam e se perpetuem no espaço.

Realizar o estudo das rugosidades presentes na paisagem rural de Cachoeira do Sul foi um desafio. Inicialmente, devido à inexistência de estudos sobre essa temática específica na Geografia. E, a partir do contato com o objeto de análise e das teorias sobre a temática, houve a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento, pois as rugosidades podem ser interpretadas de diferentes formas de acordo com o objeto de análise dos diferentes campos do conhecimento da ciência.

Ao propor a construção de um inventário das rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul, a presente tese buscou suscitar conhecimento sobre o tema proposto. Assim, essa investigação abre caminhos para futuras investigações, tanto em Cachoeira do Sul como em qualquer outro lugar, pois a ciência avança por pequenos saltos contínuos de conhecimento, cuja mudança de paradigma é salutar à investigação científica.

O município de Cachoeira do Sul é conhecido como o “estado em um município”. A denominação se deve a sua organização e configuração espacial extremamente parecida com a estadual. Por exemplo, a metade norte do município é caracterizada pelo predomínio da pequena unidade de produção, que tem na agricultura familiar seu principal sistema produtivo. Sua configuração espacial decorre da colonização dirigida implantada no final do século XIX, a Colônia Santo Ângelo. A metade sul do município apresenta o predomínio da grande propriedade fruto do tipo de povoamento esparsa característico do sistema de produção patronal, baseada na produção pecuária das estâncias no sul do Brasil.

Além disso, Cachoeira do Sul também é conhecida como “cidade do já foi”. “Já foi” o maior município do Rio Grande do Sul, pois quando criado suas terras iam da região central do Rio Grande do Sul até a fronteira com a Argentina. “Já foi” o município com maior produção de arroz do país e por isso ostenta o título de “capital nacional do arroz” e, atualmente, encontra-se entre os dez maiores municípios produtores do grão no estado. “Já foi” um dos municípios com grande projeção agropecuária, cujos rebanhos eram reconhecidos e premiados nacionalmente.

No passado, Cachoeira do Sul apresentava grande projeção no estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, o domínio de uma elite burguesa local que controla e comanda os meios de produção, enraizadas tanto no campo quanto na cidade, promoveram a inércia de desenvolvimento municipal.

Essa situação é cômoda para manutenção da reprodução do capital, que promove sua territorialização e monopolização do espaço. Este fato pode ser comprovado à medida que o município enfrentou grande processo de êxodo rural nos últimos anos, intensificado pelo processo de modernização do campo brasileiro, estabelecendo condição necessária para a reprodução do capital. Concomitante a isso, aumentou significativamente sua população urbana, a qual corresponde atualmente a 85,53% da população total do município. O aumento da população urbana também é condição necessária para o capital se reproduzir, pois o capitalista do campo é o mesmo capitalista da cidade, que para aumentar a escala da produção e lucros necessita de mão de obra abundante e barata. O êxodo acontece no campo, mas é produto da cidade.

A inércia instalada pela elite é ao mesmo tempo rural e urbana somada à configuração de circulação de transporte põe Cachoeira do Sul fora das rotas de desenvolvimento. As principais vias de acesso do estado, a BR 287 e BR 290 margeiam a localização do município, fazendo com que o dinamismo da circulação de bens, mercadorias e pessoas que leva e produz inovações de desenvolvimento socioeconômico aos lugares, apenas contornem o município.

As características históricas, econômicas e sociais de Cachoeira do Sul, instigam e potencializam estudos relacionados às formas criadas pelos homens para se reproduzir ao longo do tempo. Portanto, as rugosidades são significativas na paisagem rural de Cachoeira do Sul.

Na presente tese foram inventariadas um total de quarenta e seis (46) rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul. Com objetivo de tornar a disposição delas de fácil entendimento, facilitando a compreensão do leitor, as rugosidades foram agrupadas em três tipos de tipologias: *as rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas*, no qual foram destacadas quatorze (14) rugosidades, sendo que em relação à rugosidade Viação Férrea optou-se por agrupar as três Estações Férreas na mesma rugosidade, entendendo-as como uma via de circulação continua; *as rugosidades do Sistema de Produção*, com dezesseis (16) rugosidades elencadas, optando-se por agrupar os banheiros de imersão bovinos por representa-

rem a mesma função em lugares diferentes; e as *rugosidades do Sistema de Interação Social*, com dezesseis (16) rugosidades inventariadas, optando por agrupá-las em seis (6) tipos de rugosidades, privilegiando o agrupamento das rugosidades que representam a mesma funcionalidade.

No inventário as rugosidades foram organizadas de acordo com o período histórico de sua datação, com o intuito de localizá-las no tempo para compreender que tipo de agentes as criou e que processos estavam em curso.

O Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas compreende rugosidades como pontes, porto, estações férreas, balsa, posto de combustível, posto telefônico e correio. As rugosidades desse sistema começaram a ser criadas no início do século XIX até as últimas décadas do século XX, sendo que cada século materializou 50% das rugosidades inventariadas.

Desse modo, durante o século XIX no Rio Grande do Sul, a fixação do homem no espaço, especialmente, em áreas interioranas demandava por parte do Estado a criação de infraestrutura de circulação de produção. Assim, observa-se que as primeiras rugosidades criadas foram as pontes, obras do trabalho humano que permitiam o deslocamento do homem sobre o espaço, da circulação da produção incipiente e também possibilitavam a transposição de acidentes geográficos difíceis de serem superados na época. Além disso, tem-se a cristalização das sesmarias na paisagem rural, considerada o modelo de estabelecimento rural necessário para a conjuntura produtiva e econômica da época.

Com o aumento da produção no interior do estado, estimulada, especialmente pelas áreas de colonização, novos meios de circulação são necessários para suprir o aumento da produção da Província. Assim, a construção da Viação Férrea, com suas estações imponentes, representou o acesso de leste a oeste do estado, bem como o apogeu do desenvolvimento econômico no final do século XIX.

As rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas materializadas durante o século XX denotam o crescimento da economia estadual, especialmente com a notoriedade da produção do charque gaúcho, reconhecido nacionalmente pela sua qualidade. Entretanto, mudanças de ordem econômica, social e política no cenário nacional determinaram novos rumos nos meios de circulação, encampados pela ação estatal, priorizando novos meios de transporte e abandonando outros, com o intuito de primar por meios mais rápidos e que atendessem os lugares mais remotos no território nacional.

Nesse contexto, a circulação de mercadorias e pessoas é condição inerente e necessária à reprodução humana, pois representam os meios de como um grupo social circula e atua no espaço e com quais lugares mantém relações de produção e reprodução. A ação dos agentes no espaço é de fundamental importância na gerência da reprodução humana, pois ao criar mecanismos de produção, instiga a materialização de novas formas espaciais, as quais mantêm sua funcionalidade até novas demandas serem criadas pela engenhosidade humana, decorrentes do modo de produção em curso nas espacialidades.

No que se refere à localização destas rugosidades na espacialidade rural de Cachoeira do Sul, observa-se que todas as rugosidades estão localizadas na porção norte no município, na margem esquerda do rio Jacuí. As mais próximas da porção sul do município são a Ponte do Fandango, as balsas e o porto, localizados ao longo do canal do rio Jacuí. O predomínio das rugosidades presentes na porção norte do município se deve a proximidade com a cidade de Cachoeira do Sul, possibilitando o escoamento e circulação da produção e mercadorias entre campo e cidade, mas também a necessidade de acesso e ligação da cidade a outras regiões do estado, as quais eram impossibilitadas pela presença do rio Jacuí.

Atualmente, do total de rugosidades inventariadas do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas, 79 % são de capital público (Ponte de Pedra, Ponte do Passo do Jacuí, Ponte Imperial, Porto, Estação de Ferreira, Estação de Pertile, Ponte Férrea, Barragem Ponte do Fandango, Posto Telefônico e Agência Comunitária do Correio) e 21% de capital particular (Balsa São Lourenço, Balsa do Passo do Pertile e Posto de Combustível).

Um terço, ou seja, 36% das rugosidades perderam sua função (Ponte de Pedra, Ponte do Passo do Jacuí, Ponte Imperial, Estação de Idelfonso Fontoura e Estação de Ferreira) e 64% continuam com sua função inicial de circulação, mas, por exemplo, a Estação de Pertile encontra-se em desuso, mas mantém a circulação de carga. Do montante, apenas duas rugosidades mantiveram sua forma sem passar por reformas (Ponte do Passo do Jacuí e Ponte Imperial) as quais perderam sua funcionalidade, e as demais passaram por algum tipo de reforma para manter e conservar sua estrutura e função.

As mudanças da forma e função das rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas atende a novos rearranjos do capital, que age de forma contraditória e desigual, para se ampliar e se reproduzir, ocasionando espaços de

interesse como a circulação nas rodovias e espaços obsoletos como as estações férreas. Todavia, mesmo esses espaços obsoletos são condição necessária a sua reprodução, pois dinamizam suas áreas de interesse. Compreender os agentes de criação e transformação do espaço através da constituição das rugosidades permite compreender as linhas de ação do capital e como o Estado atua para possibilitar a acumulação capitalista. Em se tratando, das vias de circulação, a logística de sua ação emana ações que priorizam as áreas de produção, consideradas áreas de interesse do capital. Portanto, as rugosidades do Sistema de Circulação de Mercadorias e de Pessoas são resultado das demandas das formas de produção e reprodução da sociedade ao se perpetuar no espaço.

Entende-se que a revitalização e ressignificação dos meios de circulação de Cachoeira do Sul, deveria abranger um projeto integrado de desenvolvimento socioeconômico entre estado e município, detentores da maior parte das rugosidades deste sistema, que possibilitassem ações de ampliação da capacidade das estruturas presentes, bem como promovessem a reprodução social da população local.

Considera-se que a implantação de estradas parques poderia viabilizar o acesso entre as pontes, através da garantia de infraestrutura e sinalização incrementaria o desenvolvimento do turismo local, o que ainda poderia ser dinamizado por ações de implantação de comercialização de produtos rurais ao longo das estradas, garantindo a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores familiares, incrementando e dinamizando suas fontes de renda.

Além disso, um projeto integrado turístico hidro-ferroviário com a implantação do trem turístico entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo poderia representar ações de desenvolvimento às populações próximas as essas rugosidades, através da comercialização de produtos rurais nas estações, bem como a visitação das belezas naturais e artificiais, como as pontes no rio Jacuí, através de passeios guiados ao longo das rugosidades constituídas.

As rugosidades do Sistema de Produção compreendem as estâncias, fazendas, granjas, olaria, frigorífico, engenhos, charqueada, venda e banheiros de imersão bovina. As rugosidades desse sistema começaram a ser criadas no início do século XIX, representando 37,5% das rugosidades, até as últimas décadas do século XX, representando 62,5% das rugosidades inventariadas.

A permanência das rugosidades do Sistema de Produção materializadas durante o século XIX deve-se ao fato de que elas representam a forma de reprodução

predominante na parte sul do estado do Rio Grande do Sul. Criadas a partir da implantação das sesmarias no território, passaram por várias divisões de área em função das sucessivas e numerosas divisões por herança, mas representam a continuidade da grande propriedade nesta espacialidade. Entretanto, sempre foram formas de reprodução que demandaram políticas públicas estatais de incentivo por parte do governo federal, ao passo que são responsáveis por produtos de exportação.

Neste contexto, é notório o predomínio de estâncias, fazendas e granjas na parte sul da espacialidade rural de Cachoeira do Sul como, por exemplo, Estância da Capelinha, Fazenda São José – Tafona, Estância do Lajeado, Fazenda Borges de Medeiros, Granja São Gregório e Granja Roesch, representando todas as rugosidades criadas no século XIX.

Em contrapartida, a maior parte das rugosidades do Sistema de Produção encontra-se localizadas na parte norte do município (Charqueada e Estabelecimento Paredão, Engenho Roesch, Engenho Ritzel, Engenho Arlindo Dickow, Olaria São Lourenço, Frigorífico G. A. LEUSIN & Cia Ltda e Venda), cuja presença destas rugosidades corresponde a áreas propícias ao cultivo do arroz e proximidade com a área urbana municipal.

Os banheiros de imersão estão presentes em todo o território municipal, mostrando que a preocupação com a qualidade sanitária era tanto das grandes propriedades, quanto das médias e pequenas. Portanto, a localização de determinadas rugosidades em determinados lugares do município está relacionada com o tipo de ocupação e povoamento dessas áreas bem como o tipo de produção e o modelo dos sistemas produtivos introduzidos no meio rural.

Das rugosidades do Sistema de Produção apenas uma é de capital público (Charqueada do Paredão) representando 6,2% e a demais são de capital privado, representando 93,8% do total. Esse fato decorre que no modo de produção capitalista os meios de produção são privados e que as pertencentes ao Estado denotam interesse público, assim, como as rugosidades consideradas patrimônio cultural a serem preservadas.

As rugosidades do Sistema de Produção, materializadas através do trabalho humano na paisagem rural ao longo dos tempos, são a condição necessária para o homem produzir e se reproduzir, assim, possibilitam que a sociedade se perpetua ao longo dos anos, denotando heranças espaciais às futuras gerações. Portanto, merecem ser preservadas do esquecimento e guardadas na memória dos grupos sociais.

As rugosidades do Sistema de Interação Social são as casas antigas, igrejas, escolas, salão de baile, taperas e cemitérios familiares. A maioria das rugosidades foram criadas no século XIX, sendo que apenas a casa antiga que pertenceu a Davi de Fontoura Barcellos foi construída no século XIX.

As relações sociais são construídas por cada sociedade, são lações evidenciados nas relações presentes e mostram o cotidiano da vida dos grupos sociais e, neste, caso, especificamente, da vida do homem rural de Cachoeira do Sul. O homem por ser um ser social, cujo convívio é necessário na constituição do seu modo de vida, cria formas para estabelecer a sua sociabilidade.

As formas criadas na paisagem rural, as rugosidades pertencentes ao Sistema de Interação Social, se concentram na margem esquerda do rio Jacuí, na parte norte do município, sendo que apenas uma está localizada na parte sul do município, a Tapera localizada no distrito de Capané. O predomínio destas rugosidades na parte norte deve-se a estrutura agrária predominante, pois em áreas onde predomina a pequena propriedade as relações sociais são mais presentes, pois os homens encontram-se localizados mais próximos um dos outros, e, por conseguinte, as relações sociais também apresentam maior viabilidade de acontecer.

Em relação ao tipo de capital empregado, 75% são de propriedade privada (casas antigas, igrejas, salão de baile, taperas e cemitérios familiares) e 25% são de propriedade pública (escolas). As rugosidades do Sistema de Interação Social representam as relações afetivas, religiosas e simbólicas dos grupos sociais. Elas denotam o modo de vida rural, que ao estabelecer inter-relações, cria marcas espaciais que se tornam heranças culturais dos grupos sociais.

As rugosidades do Sistema de Interação Social mostram o cotidiano da vida rural. Elas assumem valor no espaço à medida que representam o gênero de vida de um grupo social, o qual realiza atividades de convívio social e para isso cria marcas de representação simbólica que se perpetuam no tempo e no espaço.

Ao analisar o contexto de criação e permanência das rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul, fica evidente que o fator econômico não é condição necessária para a produção da rugosidade. Ele é um condicionante a sua produção, pois a mudança no sistema produtivo não é condição preponderante à extinção da rugosidade, pois se o fator econômico fosse determinante nas relações de reprodução não existiriam rugosidades. Para a configuração de uma rugosidade é necessário uma complexidade de relações para viabilizar a materialidade da forma criada,

esses rearranjos são determinados pelos agentes de transformação do espaço como o Estado, o capital e o pequeno capital, sendo o último representado pelo grupo social ali inserido.

Nesse caso, as horizontalidades que representam ações de cooperação entre os grupos sociais é parte importante na permanência das rugosidades, pois representam o campo de forças que podem contrapor as formas hegemônicas do capital, representado pelas verticalidades que atuam através de ordens globais de reprodução do sistema capitalista. As verticalidades ao atuarem baseadas nas racionalidades globais, reproduzindo o capital de forma contraditória e desigual contribuem para a permanência da rugosidade na paisagem rural, pois ao mesmo tempo em que produzem espaços de interesse do capital produzem espaços obsoletos, os quais não necessariamente representam a extinção das rugosidades.

Os tempos de durabilidade e permanência das rugosidades no espaço rural são considerados maiores quando comparados com as rugosidades do espaço urbano. No rural as formas criadas não impedem o surgimento de novos sistemas de produção, pois existem áreas suficientes para a justaposição de sistemas produtivos com diferentes técnicas, relações de trabalho e tipos de capital. Já no espaço urbano, as áreas de especulação demandam notoriedade e disputas de poder.

Neste contexto, ressalta-se que as rugosidades criadas mais recentemente na paisagem rural municipal apresentam maior dinamismo e novas ressignificações, demandadas pelas novas necessidades da população rural ao se reproduzir. Assim, acredita-se que a comunidade cachoeirense precisa conhecer e reconhecer suas heranças espaciais, as rugosidades, fato que deve ser difundido através das redes de ensino, mostrando as belezas e potencialidades das formas criadas pelos seus antepassados que em nada perdem para as criadas em outros municípios, países, etc., as quais devem ser difundidas em todo o território do Rio Grande do Sul, através de políticas municipais, dando visibilidade à riqueza das formas criadas e potencializando-as como fonte de desenvolvimento socioeconômico municipal.

Acredita-se que a educação baseada na valorização do espaço vivido pelos educandos promova o reconhecimento como sujeitos construtores e transformadores do espaço, a fim de cultuar na população cachoeirense a preservação de sua história, do espaço onde vivem, os quais merecem ser salvaguardadas do esquecimento ou, ainda, podem ser reconhecidas como patrimônio cultural. Portanto, a valo-

rização da história de um povo e do seu espaço de vida é condição necessária da reprodução, no tempo e no espaço, da sociedade.

Nos últimos anos, observa-se o surgimento de movimentos populares, compostos por pessoas locais voluntárias, de instituições como o COMPACH, dos amigos da Ponte de Pedra e da Fazenda São José – Tafona, assim, como o interesse de órgãos públicos municipais, estaduais e federais em preservar e salvaguardar o patrimônio cultural municipal, os quais devem ser entendidos como ações inovadoras e que merecem ser fomentadas e difundidas em todo o território nacional, pois elas promovem a continuidade das heranças espaciais, do patrimônio cultural de um povo.

As rugosidades devem ser entendidas como meios que possibilitam ressignificações e não como entraves ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. A sua presença concreta valoriza o espaço e sua ressignificação possibilita aos grupos sociais do presente novas fontes de renda, de permanência no meio rural, contribuindo tanto para sua produção e reprodução como também para preservar do esquecimento e salvaguardar na memória as Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DE CACHOEIRA DO SUL (2014/2015). **Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul: JP, 2015. Disponível em: <http://www.jornaldopovo.com.br/anuarios>. Acesso em 13 de Janeiro de 2016.

ANUÁRIO DE CACHOEIRA DO SUL (2016/2017). **Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul: JP, 2016. Disponível em: <http://www.jornaldopovo.com.br/anuarios>. Acesso em 13 de Janeiro de 2016.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. Disponível em: <http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2017.

_____. **A Cachoeira de 1849**. Disponível em <http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com.br/search/label/Vila%20Nova%20de%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20da%20Cachoeira>. Acesso em abril de 2018.

_____. **Relatório sobre a construção da Ponte do Passo Real do Botucaraí**. Apresentado por Lopo Almeida Henriques Botelho e Mello em 10 de janeiro de 1848.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório Anual da Situação do Município**. Cachoeira do Sul: EMATER, 2015.

BATISTA, D. S.; MATOS, R. S. A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea. In: PIMENTA, M. de C. A.; FIGUEIREDO, L. C. **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BLACHE, P.V. La. **Principes de Géographie Humaine**. Paris: Colin, 1921. 320 p.

_____. **As condições geográficas dos fatos sociais**. Texto mimeografado. s/d. (Tradução de Mario Eufrasio).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.42, de 19-12-2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

_____. **Decreto-lei nº 25**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro/Capital Federal: 1937.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. **Paisagem Cultural**: Portaria nº 127, 2009.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007.

CABEDA, C. B. P. Júlio de Castilhos e a Charqueada Paredão. **Revista do IHGRGS**. Porto Alegre, 1998, n.133, 75-78 p.

CASTELLS, M. **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona. Editorial Gustavo Gili: 1973.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IDES, 2009.

CHAGAS, M. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.97-111.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 1999.

CORRÊA, R.L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de. (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DAVID, C. de. “O campo se fez tapera...”: as paisagens do abandono no espaço rural sul-rio-grandense. In PIMENTA, M. de C. A.; FIGUEIREDO, L. C. **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Relatório de Impacto Ambiental**. Brasília, 2009.

DIAS, J. R. de S. **Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul**: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil meridional. São Paulo: Editora Rios, 1986.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa Solos). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 3. ed. rev. Ampl. Brasília: Embrapa, 2013.

_____. **Árvore do Conhecimento Solos Tropicais**. Rio de Janeiro. EMBRAPA, 2013.

ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. (VALEC). 2015. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-norte-sul/a-ferrovia-norte-sul>. Acesso em: 09 de março de 2018.

FALKEMBACH, E. M. F. **Diário de Campo**: um instrumento de reflexão. Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. v. 2. nº , 1987.p. 19-24.

FERNANDES JUNIOR, R.; LAGO, P. C. do. **O Século XIX na Fotografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2000.

FLORENCE, C.E. A Estação Ferreira. **Jornal do Povo**. 2007. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiiana/ferreira.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

FLORES, J. R. A. **Trens da memória**: num lugar tempo, entre trajetórias público-privadas, fatos da História Ferroviária Brasileira e Sul-Rio-Grandense. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017.

FONSECA, C. L. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.

_____. **Cadastro Central de Empresas 2013**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2015.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1950/2010.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Malha Municipal do IBGE**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2010.

_____. **População Estimada 2015**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2015.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2014**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2015.

_____. **Produção da Pecuária Municipal de 2014**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Rota turística ferroviária ligará Rio Pardo a Cachoeira do Sul**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/rota-turistica-ferroviaria-ligara-rio-pardo-a-cachoeira-do-sul>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

GRUPO PONTE DE PEDRA. ESTAÇÃO FERREIRA. **Acadêmicos da UFSM realizam estudo e maquete**. 2016. Disponível em: <https://pontedepedra.blogspot.com.br/2016/09/estacao-ferreira-academicos-da-ufsm.html>. Acesso em: 17 de maio de 2018

HOLZER, W. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA SECRETARIA DA CULTURA-IPHAЕ. **Histórico**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA SECRETARIA DA CULTURA-IPHAЕ. **Bens Tombados**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1> >. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

_____. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/ceav/alice_registro_fonseca.pdf. Acesso em 03/05/2013.

_____. **Coletânea de leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. **Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul: inventário das estações 1874-1954**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 de set. de 2017.

JUSTUS J.O.; MACHADO M.L.A. & FRANCO M.S.M. Geomorfologia. In: IBGE (ed), **Levantamento de Recursos Naturais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, p. 313 – 404. 1986.

KONDER, L. **O que é Dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.(Tradução de Bernardo Leitão et al).

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou Desconstrução? Questões da Paisagem e Tendência de Regionalização**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994.

LEITE, M. M. **Retratos de Família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: Edusp, 2001.

LEMOES, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORREA R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e espaço**. Rio de Janeiro,EDUERJ, 2001.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORENO, J. A. **Clima do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, 1961.

MOSER, J. M. Solos. In: MESQUITA, O. V. et al. **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. L. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4.

MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. **Pesquisa sobre o Porto de Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul, 1992.

_____. **Charqueada e Estabelecimento Paredão**. Cachoeira do Sul, 2016.

NIMER, E. Clima. In: MESQUITA, O. V. et al. **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PELEGRI, S.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, vol.26, n.51, p.115-140, jan./jun. 2006.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984. 142 p. (Série Revisão, 1).

PIMENTA, M. de C. A.; FIGUEIREDO, L. C. **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. **Lei Municipal n.º 1867**: dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, 26 de junho de 1981.

QUADROS, C. de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

RATZEL, F. As raças humanas. In; **Ratzel: coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1990. (Tradução Fátima Murad).

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROHDE, G. M. **Cachoeira do Sul: uma perspectiva ambiental**. Canoas: Ed. ULBRA, 1998.

SANT'ANNA, M. **Da cidade monumento à cidade documento**: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **O Espaço Dividido**. Rio de Janeiro: Nobel, 1979.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Editora Hecitec, 1986.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hecitec, 1978.

SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SCHUH, A. S.; CARLOS, I. M. S. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMA). **Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul**. 2017. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

_____. **Unidades de Conservação**. 2002. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/unidades-de-conservacao-2016-10>. Acesso em 17 de março de 2017.

SOJA, E.W. ; HADJIMICHALIS, C. Between Geographical Materialism and Spatial Fetishism: Some Observations on the Development of Marxist Spatial Analysis. **An-típode**, 1979, março, p.03-11.

SOJA, E.W. **Geografia pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SONTAG, S. **Ensaio sobre fotografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1986. 178 p.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e sua evolução. In; **Max Sorre: coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1984. (Tradução de Moacyr Marques).

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis: Imprensa Universitária, v 1, n. 12, 2005.

TRIVINUS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultura e natural**. Paris: UNESCO, 1972.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires:Asdi/Clacso, p. 89-112, 2001b.

APÊNDICE A

Entrevista Exploratória

1. Em que ano/década foi criada?
2. Qual era a sua função?
3. Desde a sua criação já mudou de função?
 - 3.1. Se sim, quais funções teve e quanto tempo duraram?
4. Passou por reformas?
 - 4.1. Se sim, por quê?
5. Atualmente possui uma função? Qual?
6. Se parou de funcionar, quando?

APÊNDICE B

Entrevista – Proprietários ou Moradores

1. Em que ano/década foi criada?
2. Que técnica foi empregada na sua construção?
3. Que tipo de trabalho foi utilizado? () Manual () Mecanizado
4. Que tipo de capital foi empregado? () Particular () Público
5. Qual era sua função quando criada?
6. Desde a sua criação já mudou de função?
- 6.1. Se sim, quais funções teve e quanto tempo duraram?
- 6.2. Por que mudou de função?
7. Passou por reformas?
- 7.1. Se sim, por quê?
8. Na atualidade está: () Funcionando () Parada
9. Foi ressignificada? Qual?
10. Qual sua importância na reprodução social atual?
11. Atualmente, possui um projeto de reforma, ressignificação da rugosidade?
- 11.1. Se sim, quais?
12. Tem interesse de preservação da rugosidade?
- 12.1. Se sim, a rugosidade pode ser tombada?
11. Existe algum projeto de restauração e preservação patrimonial sobre a rugosidade?
- 11.1. Se sim, por quem?

APÊNDICE C

Entrevista – Órgãos Públicos

1. Em que ano/década foi criada?
2. Que técnica foi empregada na sua construção?
3. Que tipo de trabalho foi utilizado? () Manual () Mecanizado
4. Que tipo de capital foi empregado? () Particular () Público
5. Qual era sua função quando criada?
6. Desde a sua criação já mudou de função?
- 6.1. Se sim, quais funções teve e quanto tempo duraram?
- 6.2. Por que mudou de função?
7. Passou por reformas?
- 7.1. Se sim, por quê?
8. Na atualidade está: () Funcionando () Parada
9. Foi ressignificada? Qual?
10. Qual sua importância na reprodução social atual?
11. Existe algum projeto de restauração e preservação patrimonial sobre a rugosidade?
- 11.1. Se sim, quais e por quem?
12. A rugosidade é tombada ou existe projeto de tombamento?